

ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

**OFÍCIO Nº 023/2025 – PGM/PMLN/MA**

Lajeado Novo - MA, 04 de novembro de 2025.

À Vossa Senhoria  
**Marina Sousa Miranda Araújo**  
**Secretária Municipal de Administração**  
**Prefeitura Municipal de Lajeado Novo - MA**

**ASSUNTO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA.

Sra. Secretária,

A Procuradoria Geral do Município, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais de defesa dos interesses do Município de Lajeado Novo — MA, vem, por meio deste, solicitar autorização para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em Direito Público e áreas correlatas, destinada ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, inclusive perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio às atividades desta Procuradoria, às Secretarias Municipais e ao Gabinete do Prefeito.

Justifica-se a presente solicitação pela crescente complexidade técnica e pelo elevado volume de demandas administrativas e judiciais enfrentadas pelo Município, as quais exigem atuação especializada e dedicada em temas como contratos administrativos, licitações, execução fiscal, responsabilidade civil do Estado e outras matérias correlatas, bem como elaboração de peças recursais e sustentações em instâncias superiores, quando necessárias.

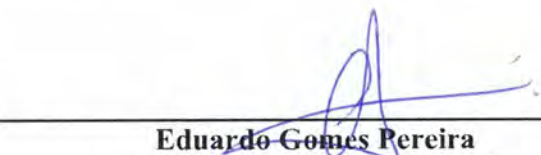
Adicionalmente, há demanda por atuação qualificada em instâncias estaduais e federais, de modo a assegurar defesa técnica eficaz e mitigação de riscos que possam resultar em prejuízo ao erário. A contratação de equipe jurídica especializada proporcionará maior segurança jurídica, contribuirá para a preservação do interesse público e poderá evitar condenações ou decisões que onerem financeiramente o Município.

ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

Diante do exposto, solicita-se autorização para encaminhar à Central de Compras, Licitações e Contratos os autos contendo Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, bem como para a adoção das providências necessárias à instauração do procedimento administrativo de contratação na modalidade prevista em lei.

Sem mais, renovam-se os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



**Eduardo Gomes Pereira**  
Procurador Geral do Município  
Prefeitura Municipal de Lajeado Novo/MA  
OAB/MA 8144  
Portaria n.º 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD**

**1- OBJETO**

**1.1- Descrição sucinta do objeto**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA.

**1.2- Grau de prioridade da contratação**

O grau de prioridade é médio.

**1.3- Data prevista para conclusão do processo**

A data prevista para a conclusão do processo de contratação em 17.11.2025.

**2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação justifica-se pela natureza técnica, especializada e de elevada complexidade das demandas judiciais e administrativas em que o Município figura como parte, as quais exigem atuação qualificada em matérias de Direito Público (contratos administrativos, licitações e contratos, execução fiscal, improbidade administrativa, responsabilidade civil do Estado, direito eleitoral quando aplicável, entre outras) e representação processual em 1.º e 2.º graus e nas instâncias superiores, inclusive perante a Justiça Federal. Tais demandas demandam não apenas conhecimentos jurídicos aprofundados, mas também experiência concreta em elaboração de peças recursais, sustentação oral e estratégias de defesa em tribunais superiores, o que justifica a contratação de equipe/empresa com notória especialização.

O volume atual e o crescimento esperado do contencioso municipal, bem como a necessidade de atendimento célere a prazos processuais e administrativos, tornam insuficientes os recursos humanos internos para assegurar defesa técnica tempestiva e eficaz. A contratação contratualizada de empresa especializada permitirá suprir, de modo temporário e complementar, essa carência, garantindo continuidade e qualidade na defesa dos interesses do erário e na preservação do patrimônio público.

A contratação visa, igualmente, reduzir riscos de condenações e de imposição de ônus financeiros ao Município, mediante atuação preventiva e reativa (consultiva, elaboração de pareceres, acompanhamento de processos e defesa judicial), protegendo, assim, o interesse público e assegurando economicidade na gestão do contencioso.

O enquadramento jurídico para eventual contratação direta (quando aplicável) encontra respaldo nas hipóteses de inviabilidade de competição previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente no inciso relativo à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual quando houver notória especialização, devendo o procedimento ser instruído com os documentos exigidos por lei (parecer jurídico, termo de referência, estimativa orçamentária e demais elementos que comprovem a impossibilidade de competição).



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

**3- ESTIMATIVA DO CONTRATO**

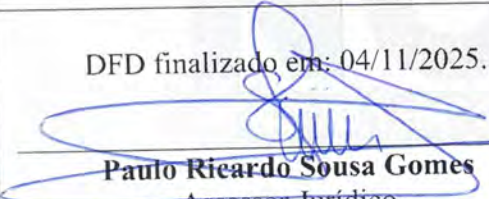
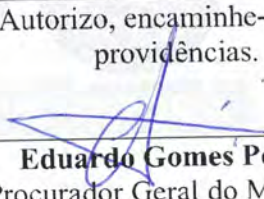
O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

**4- FONTE DE RECURSOS**

As despesas da contratação ocorreram por conta de recursos próprios da Prefeitura Municipal de Lajeado Novo/MA.

**5- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS**

<b>Área Requisitante:</b> Procuradoria Geral do Município	
<b>Responsável (eis) pela demanda</b>	
<b>Nome:</b> Eduardo Gomes Pereira	
<b>MATRÍCULA Nº 3099</b>	<b>Cargo/Função:</b> Procurador Geral do Município
<b>Fiscal do Contrato</b>	
<b>Nome:</b> Antônio Silva Santos	
<b>CPF:</b> 841.608.453-04	<b>Cargo/Função:</b> Fiscal de Contrato

DFD finalizado em: 04/11/2025.  <b>Paulo Ricardo Sousa Gomes</b> Assessor Jurídico OAB/MA 19.711 Portaria n.º 051/2025 Prefeitura Municipal de Lajeado Novo	Autorizo, encaminhe-se para providências.  <b>Eduardo Gomes Pereira</b> Procurador Geral do Município Prefeitura Municipal de Lajeado Novo/MA OAB/MA 8144 Portaria n.º 001/2025
--	---

ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

**ANEXO ÚNICO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica especializada em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria-Geral, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA.	MÊS	12	R\$	R\$



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. Informações Básicas**

**1.1 Identificação do processo e solicitante**

Número do processo administrativo: 68/2025

Área Solicitante: Procuradoria Geral do Município

1.2 Este estudo consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação, de modo a assegurar a viabilidade e embasar o Termo de Referência, conforme previsto no art. 6º, inciso XX da Lei 14.133/2021.

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A presente contratação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em Direito Público e áreas correlatas, destinada ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, inclusive perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, bem como ao suporte consultivo às Secretarias Municipais e ao Gabinete do Prefeito.

2.2. A demanda decorre do aumento do contencioso administrativo e judicial envolvendo o Município, da diversidade temática (contratos administrativos, licitações, execução fiscal, servidor público, responsabilidade civil do Estado, improbidade administrativa, direito tributário municipal, direito eleitoral, dentre outros) e da necessidade de atuação técnica especializada e continuada, com capacidade de atuação em instâncias superiores e interlocução com órgãos federais. Tal contratação visa garantir defesa técnica eficaz, tempestiva e estratégica dos interesses do Município, reduzindo riscos de lesão ao erário e promovendo segurança jurídica na gestão pública.

2.3. A contratação será realizada em **conformidade com a legislação vigente**, especialmente a **Lei nº 14.133/2021**, que regula os processos licitatórios e contratações da Administração Pública. O processo observará os princípios da **transparência, eficiência e economicidade**, assegurando a seleção de profissionais ou escritório com **comprovada experiência técnica na matéria**, de modo a garantir a **celeridade e segurança jurídica** em todas as etapas necessárias à execução.

**3. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento da Administração**

3.1 A contratação em tela não foi prevista no PCA, mas foi previamente aprovada pela Autoridade Competente.

**4. Descrição dos requisitos da potencial contratação.**

**4.1. Experiência Comprovada:**

Será exigida comprovação de experiência prévia na representação de entes públicos municipais em ações judiciais e administrativas de natureza complexa e de impacto econômico e institucional, incluindo, quando for o caso, atuação em tribunais estaduais e federais. A comprovação deverá ocorrer por meio de contratos, atestados de capacidade técnica, decisões judiciais ou documentos equivalentes que demonstrem atuação exitosa em matérias correlatas.

**4.2. Equipe Qualificada:**

A equipe técnica deverá ser composta por advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com experiência mínima de 5 (cinco) anos na prática jurídica em Direito Público e áreas correlatas, com atuação comprovada em contencioso e consultoria jurídica



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

para a Administração Pública. A qualificação será comprovada por currículos, certidões e demais documentos pertinentes.

**4.3. Atendimento Contínuo e Disponibilidade:**

A sociedade contratada deverá demonstrar capacidade de atendimento contínuo e tempestivo, garantindo suporte jurídico durante todas as fases dos processos e demandas administrativas, inclusive com disponibilidade para audiências, sustentações orais, reuniões técnicas e diligências presenciais ou remotas conforme necessidade do Município. A prestação dos serviços deverá garantir **comunicação constante e responsividade**, em alinhamento com as demandas da Procuradoria e da Administração Municipal.

**4.4. Capacidade de Análise e Proposição:**

A contratada deverá demonstrar **habilidade analítica e estratégica**, capaz de identificar **riscos jurídicos, contábeis e processuais**, propor **medidas preventivas** e apresentar **soluções eficazes** tanto em questões consultivas quanto contenciosas. A atuação deverá contemplar a **elaboração de pareceres técnicos, memoriais, peças recursais e cálculos judiciais e administrativos**, assegurando a defesa eficiente dos interesses do Município de Lajeado Novo/MA.

**4.5. Confidencialidade:**

A sociedade de advogados deverá firmar **compromisso formal de confidencialidade**, comprometendo-se a resguardar todas as **informações sensíveis, estratégicas e processuais** do Município. O tratamento de dados deverá observar as **normas de sigilo profissional, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018)** e demais legislações aplicáveis à proteção da informação e à segurança institucional.

**4.6. Relatórios Periódicos:**

Deverão ser apresentados relatórios periódicos sobre o andamento das demandas, contendo descrição das medidas adotadas, resultados parciais, prognósticos e propostas de estratégias, visando garantir transparência e permitir o acompanhamento pela Procuradoria e pela Administração Municipal.

**4.7. Instrumentos de Monitoramento:**

A sociedade deverá implementar **instrumentos de monitoramento e controle processual**, assegurando que todas as etapas do cumprimento de sentença sejam **executadas dentro dos prazos legais e administrativos**. Tais instrumentos devem permitir a **gestão eficiente dos prazos, tarefas e documentos**, garantindo o acompanhamento integral do processo.

**5. Estimativa do quantitativo a ser potencialmente contratada**

5.1. A contratação pretendida é para o período de 12 (doze) meses, sob o regime de execução de empreitada por preço global.

Item	Especificação	Unid.	Quant.
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA.	Mês	12



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

**6. Levantamento de Mercado**

6.1 Conforme o disposto no inciso V, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, buscou-se o mercado com o propósito de identificar e avaliar alternativas possíveis para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica em direito público municipal de atuação consultiva e contenciosa para dar suporte técnico a Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo – MA.

6.2 Considerando tratar-se de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual, foram considerados (02) dois possíveis cenários.

**Opção 01** – Adesão à Ata de Registro de Preço.

**Opção 02** – Contratação direta por inexigibilidade de licitação, tendo como principal elemento caracterizador, a inviabilidade à situação de impossibilidade de competição.

**Quanto a opção 01**, este primeiro cenário pode-se destacar a dificuldade de encontrar Ata de registro de Preço que contemple os serviços ora propostos.

**Quanto a opção 02**, Trata-se da única solução viável para a prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo – MA. A solução fundamenta-se no fato de que se trata de serviço técnico profissional especializado, de natureza predominantemente intelectual, que exige profissional ou sociedade de advogados de notória especialização nos serviços que se deseja contratar. Essa abordagem garante à Administração Pública a contratação de um prestador de serviços que, além de atender aos requisitos técnicos e de experiência previamente definidos, possua capacidade comprovada para oferecer soluções céleres e eficientes no contexto específico deste objeto.

**7. Estimativa do valor da contratação (inciso VI, § 1º, do art.18, da Lei nº 14.133/2021)**

7.1. Para estimar o valor da contratação de um escritório de advocacia para apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo/MA, foram realizadas pesquisas de mercado e analisadas contratações similares em outras prefeituras. Abaixo, apresentamos uma planilha com os dados coletados:

Município	Fonte	Objeto da Contratação	Unid.	Quant.	Valor Estimado R\$	
					Mensal	Total
Prefeitura de Formosa da Serra Negra/MA	Sinc-contrata TCE/MA	Contratação De Sociedade De Advogados Para Prestação De Serviços De Assessoria E Consultoria Jurídica Para A Administração Municipal, De Interesse Da Prefeitura Municipal De Formosa Da Serra Negra – Ma.	Mês	12	22.000,00	264.000,00



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

7.2. Considerando as informações coletadas e a realidade jurídica do município, estima-se que o valor mensal para a contratação de uma sociedade de advogados especializada em apoio a Procuradoria Municipal, Secretarias e Gabinete do Prefeito seja de aproximadamente R\$ 22.000,00 mensal, totalizando R\$ 264.000,00 anual. Ressalta-se, contudo, que esta média apurada serve apenas como um estimado geral, dado que se trata de um serviço técnico especializado. O valor final poderá variar de acordo com a complexidade das demandas, o volume de processos e a expertise exigida dos profissionais contratados.

**8. Descrição da solução final definida como um todo**

8.1 Após a busca de mercado, definiu-se que a única solução viável para a contratação do objeto pretendido é por inexigibilidade de licitação, por ser inviável a competição, com supedâneo no inciso III, "c" e "e" do art. 74, da Lei 14.133/2021.

**9. Parcelamento ou não:**

9.1 Esta contratação diz respeito a serviço de natureza indivisível, ficando justificado o não parcelamento da solução.

**10. Resultados pretendidos (inciso IX, § 1º, do art. 18, da Lei nº 14.133/2021)**

10.1. O principal resultado pretendido é assegurar a defesa técnica qualificada dos interesses do Município, redução de riscos jurídicos e financeiros, e garantia de segurança jurídica nas decisões administrativas e judiciais. Busca-se, ainda, suporte consultivo contínuo às unidades administrativas e ao Gabinete do Prefeito, atuação célere em prazos processuais e aprimoramento das estratégias de defesa e de prevenção a litígios, promovendo economicidade e eficiência na gestão do contencioso público.

10.2. No aspecto da economicidade, a contratação representa medida de eficiência financeira, na medida em que a atuação preventiva e especializada tende a reduzir o número e o custo de litígios enfrentados pelo Município. A elaboração de peças processuais qualificadas, pareceres estratégicos e a adoção de medidas cautelares oportunas contribuem para minimizar riscos de condenações, multas e outras execuções que onerem os cofres públicos, promovendo uso mais racional e otimizado dos recursos disponíveis.

10.3. A parceria com empresa especializada permitirá maior aproveitamento dos recursos humanos da Procuradoria Geral do Município. Ao delegar atividades técnicas e operacionais complexas, a equipe interna poderá se dedicar a funções estratégicas e administrativas, garantindo melhor gestão do contencioso e maior agilidade nas respostas institucionais.

10.4. A interação contínua entre a equipe contratada e os servidores municipais potencializará a capacitação técnica interna, por meio de intercâmbio de conhecimentos, atualização jurisprudencial e procedimentos padronizados, promovendo a melhoria contínua da atuação jurídica do Município e a qualificação das rotinas administrativas.

10.5. Espera-se, com a contratação, a obtenção de ganhos concretos em eficiência administrativa e redução de passivos judiciais. A atuação preventiva especializada reduz significativamente os riscos de novas demandas, estabiliza o planejamento orçamentário e financeira do Município e aumenta a segurança jurídica das ações governamentais.

10.6. A contratada também fornecerá suporte técnico em matérias de elevada complexidade — tais como parcerias público-privadas (PPPs), concessões, regularização fundiária e questões ambientais com impacto relevante —, assegurando que decisões estratégicas sejam tomadas com fundamento jurídico robusto e em conformidade com normas setoriais, mitigando riscos técnicos e reputacionais.

ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

10.7. Por fim, a contratação fortalecerá a administração pública municipal, permitindo atuação mais ágil e assertiva na execução de políticas públicas e no cumprimento de obrigações legais. Os benefícios diretos à população decorrem da melhor tomada de decisão, redução de contingências e do aprimoramento da governança pública, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

**11. Providências a serem adotadas**

11.1. Não serão necessárias providências previamente à celebração do contrato.

**12. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

12.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependente.

**13. Possíveis impactos ambientais**

13.1. Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes desta contratação.

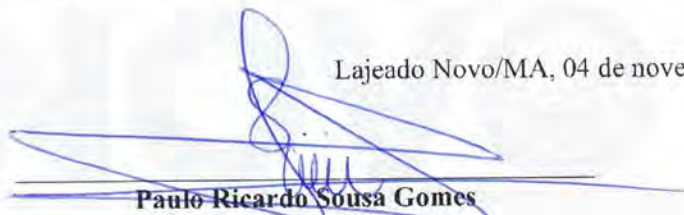
**14. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.**

14.1. Esta equipe de planejamento declara viável e razoável a contratação dos serviços ora propostos, por inexigibilidade de licitação, considerando a inviabilidade de competição.

**15. Responsáveis pela elaboração do ETP:**

**Paulo Ricardo Sousa Gomes**

Lajeado Novo/MA, 04 de novembro de 2025.



**Paulo Ricardo Sousa Gomes**

Assessor Jurídico

OAB/MA 19.711

Portaria n.º 051/2025

Prefeitura Municipal de Lajeado Novo



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA.

**2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** O Município de Lajeado Novo enfrenta, de maneira contínua e com risco de aumento, demandas judiciais de natureza administrativa, cível, penal e previdenciária que tramitam tanto na justiça comum quanto na justiça federal, abrangendo a necessidade de interposição e acompanhamento de recursos em instâncias superiores. Tais matérias exigem atuação técnica especializada e estratégica, com conhecimento aprofundado de direito público municipal, domínio de rotinas processuais e experiência comprovada em elaboração de peças recursais complexas e sustentação de teses perante tribunais estaduais e federais.

**2.2.** A Procuradoria-Geral do Município, embora tecnicamente competente, atualmente não dispõe de quadro interno suficiente para absorver integralmente o volume, a complexidade e a extensão das demandas existentes sem prejuízo à tramitação rotineira de outros feitos, tampouco conta com substitutos imediatamente habilitados para atuação em instâncias superiores, o que torna necessária a contratação de suporte externo especializado. A contratação visa, portanto, suprir lacunas pontuais de capacidade e proporcionar suporte técnico operacional e estratégico, mediante coordenação com a Procuradoria, Secretarias e Gabinete, sem usurpar atribuições exclusivas do órgão público.

**2.3.** Do ponto de vista técnico, o patrocínio e defesa em demandas de elevada complexidade e repercussão demandam equipe jurídica com know-how específico — argumentação consolidada perante tribunais superiores, manejo de jurisprudência, gestão de recursos extraordinários e experiência em ações com potencial financeiro e institucional significativo — características que justificam a opção pela contratação dirigida nos termos do dispositivo legal invocado. Além disso, a natureza confidencial, estratégica e eventual urgência das peças e diligências torna impraticável um processo competitivo que, além de mais moroso, poderia não garantir a seleção tempestiva de profissional ou firma com o perfil singular requerido.

**2.4.** A não adoção de medida célere e especializada expõe o Município a risco concreto de prejuízos financeiros (multas, condenações pecuniárias, perdas patrimoniais), administrativos e reputacionais; dessa forma a contratação preventiva e contínua é medida de economicidade e mitigação de passivos, na medida em que busca evitar decisões desfavoráveis que gerem custos futuros superiores à despesa contratual.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

2.5. Por todo o exposto, considerando a complexidade técnica e estratégica das demandas judiciais do Município, a insuficiência temporária do quadro técnico interno para patrocínio e defesa em grau recursal e instâncias superiores, o risco concreto de prejuízos financeiros e administrativos decorrentes da não contratação, justifica-se a contratação direta da empresa especializada para prestação dos serviços descritos, observados os requisitos legais, a devida instrução processual e os mecanismos de controle e mitigação de riscos ora indicados.

**3. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES:**

3.1. A contratada executará, integralmente, os atos necessários ao regular acompanhamento das demandas a ela atribuídas, incluindo, sem se limitar a: Elaboração e protocolo de petições iniciais, contestações, reconvenções, incidentes processuais, manifestações, recursos ordinários e extraordinários (apelação, agravo, recurso especial, recurso extraordinário, embargos, etc.), sustentação oral, acompanhamento de audiências, diligências em cartórios e tribunais, e demais providências inerentes ao regular exercício da atividade forense.

3.2. Ajuizamento e Defesa nas ações judiciais, em trâmite no primeiro e segundo grau, contra a Fazenda Pública e consultoria nas causas não compreendidas dentre aquelas rotineiras defendidas pela Procuradoria Municipal;

3.3. Assessoria Jurídica no ajuizamento e na defesa de demandas judiciais em trâmite na Justiça Federal TRF 1ª Região, em que o município de Lajeado Novo figure como parte;

3.4. A contratada fornecerá consultoria preventiva e pareceres técnicos por escrito sobre matérias de direito público municipal, revisando e emitindo opinião sobre projetos de lei, normas administrativas e atos municipais que possam gerar risco jurídico, indicando medidas mitigadoras e providências administrativas.

3.5. A Contratada prestará serviço de consultoria jurídica para acompanhamento de processos e projetos de lei em trâmite na Câmara Municipal de interesse do município de Lajeado Novo.

3.6. Será responsabilidade da contratada manter controle de prazos processuais, comunicar tempestivamente à Procuradoria-Geral quaisquer demandas urgentes ou riscos relevantes, e fornecer relatórios periódicos sobre o andamento das ações, decisões supervenientes e estratégias adotadas.

3.7. A contratada deverá observar níveis mínimos de desempenho, incluindo, dentre outros: cumprimento de 100% dos prazos processuais sob sua responsabilidade; emissão de relatórios mensais até o 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente; resposta a consultas prioritárias no prazo acordado contratualmente.

3.8. Garantir o suporte técnico-jurídico para a Procuradoria Geral do Município e demais secretarias municipais para o ajuizamento de medidas de caráter urgente, visando a obtenção de tutelas de urgência em ações do interesse do Município

3.9. Assessoria e consultoria jurídica em assuntos de pessoal de maior complexidade e que não sejam serviços rotineiros, por meio da emissão de pareceres jurídicos relativos a aspectos judiciais ou assuntos atuais relacionados a Regime Jurídico de Servidores, aos contratos temporários, direitos e vantagens do servidor público, regime de previdência,



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

processo disciplinar, bem como outros assuntos de interesse do Município, relacionados aos servidores públicos municipais.

**3.10.** Assessoria Jurídica na elaboração de minutas de respostas a pedido de informações formulado por qualquer cidadão, Ministério Público Estadual e Federal ou qualquer outro órgão da administração pública.

**3.11.** Ingresso de Ações Judiciais e medidas administrativas para responsabilizar Ex-Gestores inadimplentes, tais como: Ação Civil Pública, Notícia Criminis, instauração de Tomadas de Contas Especial e Representação, no intuito de regularizar a inadimplência municipal, em especial de convênios e programas federais e estaduais;

**3.12.** Ações e Defesa em Execuções Fiscais, proveniente da Receita Federal contra a Fazenda Pública; Consultoria e regularização de débitos junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

**3.13.** A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, indicando o advogado responsável pelo contrato e os profissionais que atuarão nas demandas, comprovando, mediante currículo e atestados, experiência compatível com a complexidade requerida. Substituições de membros da equipe dependerão de prévia comunicação e aprovação da Procuradoria-Geral.

**3.14.** Para cada procedimento sob sua responsabilidade, a contratada deverá fornecer: cópia das peças protocoladas (versão digital e, quando exigido, física), relatórios mensais de acompanhamento processual contendo status, providências adotadas, riscos e previsões, pareceres técnicos, atas de audiências e cópias de decisões e despachos relevantes, observando o padrão documental e modelos estabelecidos pela Procuradoria-Geral.

**3.15.** O prazo máximo para emissão de pareceres e manifestações ordinárias será de 10 (dez) dias úteis, salvo situação de urgência, caso em que o atendimento deverá ocorrer no prazo reduzido de 24 (vinte e quatro) horas, mediante comunicação imediata à autoridade requisitante. Prazos processuais deverão ser cumpridos em estrita observância aos prazos legais e regimentais.

**3.16.** Sigilo e segurança da informação. A contratada deverá observar sigilo absoluto sobre informações e documentos obtidos em razão do contrato, adotando medidas de segurança documental.

**3.17.** A contratada deverá declarar expressamente a inexistência de conflito de interesses e abster-se de representar partes cujos interesses sejam incompatíveis com os do Município. Situações de conflito identificadas após a contratação deverão ser comunicadas imediatamente à Administração.

**3.18.** Garantir Assessoria Jurídica na apresentação de defesas, acompanhamento processual, interposição de recursos em processos em trâmite no Tribunal de Contas da União;

**3.19.** Capacitação e transferência de conhecimento. A contratada deverá prestar apoio técnico para capacitação e transferência de conhecimento à equipe da Procuradoria-Geral quando solicitado, mediante realização de reuniões técnicas e sessões de treinamento, sem ônus adicional salvo previsão contratual em contrário.

**3.20.** No que versa a especificações e quantidade, as mesmas foram levantadas diante da necessidade municipal, conforme as descrições abaixo:



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica especializada em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria-Geral, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA.	MÊS	12	R\$	R\$

#### 4. ENQUADRAMENTO LEGAL

4.1. A contratação ocorrerá mediante procedimento de Contratação Direta com fundamento com base no art. 74, III, "c" e "e" da Lei Federal nº 14.133/21.

#### 5. REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

#### 6. REQUISITOS TÉCNICOS PARA A CONTRATAÇÃO:

6.1. Registro ou inscrição da sociedade de advogados na entidade profissional competente, mediante certidão comprovando regularidade junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

6.2. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a **CONTRATADA** executou ou executa de forma satisfatória serviços jurídicos com características pertinentes e compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência;

6.3. Declaração expressa da **CONTRATADA**, assinada pelo responsável legal, de que dispõe de equipe técnica necessária e suficiente para a execução integral do objeto da contratação;

6.4. Prova de inscrição e regularidade junto à Ordem dos Advogados do Brasil, assegurando a habilitação legal para prestação de serviços jurídicos;

6.5. Curriculum do coordenador ou responsável técnico pela condução dos serviços, contendo formação acadêmica e experiência que demonstrem especialização em Direito Público, Direito Administrativo ou áreas correlatas;

6.6. Curriculum da equipe técnica envolvida na execução do contrato, demonstrando capacidade e experiência compatíveis com a complexidade do objeto;



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

6.7. Declaração de confidencialidade, assegurando que todas as informações e dados fornecidos pelo Município durante a execução do contrato serão tratados de forma sigilosa e não serão objeto de divulgação.

**7. PRAZOS DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

7.1. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

**8. DO LOCAL E MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1. A prestação dos serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica deverá ser prestada através de profissionais com formação superior em Direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, com a realização de visitas in loco (sede do Município) conforme a necessidade dos serviços e solicitação: do Procurador Geral do Município e Prefeito Municipal, para prestar serviços de orientações diretas aos servidores do Município.

8.2. Tendo em vista a definição de melhor logística para o atendimento das demandas da Administração Pública Municipal, a CONTRATADA deverá manter sede no âmbito do Estado do Maranhão, podendo a prestação dos serviços ocorrer à distância através de ferramentas de tecnologia da informação disponíveis, tais como e-mail, telefone, WhatsApp, videoconferência e outros que viabilizem a celeridade no atendimento das necessidades do CONTRATANTE;

8.3. A prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica deverão ser prestados de forma ininterrupta, durante o horário comercial, nas instalações do escritório de advocacia contratado, também em locais indicados pela Prefeitura Municipal contratante, nos órgãos administrativos e judiciais, em diligências, como também de forma online, remota, via aplicativos de mensagens, plataformas de vídeo conferências, ou seja, objetivando a elucidação de consultas feitas por servidores do Município, devendo toda e qualquer orientação somente ser prestada por profissionais inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, integrante da equipe técnica da contratada.

8.4. A CONTRATADA deverá manter sistemas de software para alimentação, gerenciamento e acompanhamento de todos os processos judiciais e demandas administrativas incluídas no objeto deste contrato para eficiência e acessibilidade a base de dados correspondente.

8.5. A CONTRATADA também deverá manter, por meio de sistemas de software, o monitoramento de todas as publicações judiciais e extrajudiciais referentes aos processos judiciais e demandas administrativas.

8.6. A empresa contratada disponibilizará e-mail e número telefônico para atender às

8.7. consultas e demandas pertinentes à plena satisfação do objeto contratual;

8.8. A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as normas e regulamentos relacionados às condições de trabalho exigidos neste Termo de Referência, se observada qualquer anormalidade na prestação dos serviços poderão ser suspensos/rescindidos, ficando ainda a contratada sujeita as penalidades da Lei.

8.9. Os serviços serão comprovados mediante emissão de relatório dos serviços realizados, que será submetido ao Fiscal do Contrato, nos termos do artigo 117 da Lei nº. 14.133/21.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

**8.10.** Todos os eventuais custos com passagens, hospedagens, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços correrão às expensas da Contratada.

**8.11.** Todas as despesas com impostos, encargos, incidentes deverão ser incluídos no preço da proposta e em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão de Nota Fiscal.

**8.12.** O início da prestação dos serviços deverá acontecer imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.

**8.13.** Os trabalhos serão executados diariamente e diretamente pela CONTRATADA, por meio da sua equipe técnica devidamente qualificada;

**8.14.** Quando da contratação, deverá ser signatário de termo de confidencialidade das informações;

**8.15.** A Contratada é responsável quanto a orientar e realizar as atividades de acordo com os ordenamentos jurídicos, mas caberá aos agentes da Administração Pública executar de forma independente, autônoma em especial a autoria de documentos, assim como as tomadas de decisões;

**8.16.** A Contratada não poderá subcontratar tarefas relativas aos serviços contratados nos termos do que preceitua o § 4º do art. 74 da Lei 14.133/2021;

**8.17.** Os processos em tramitação judicial, acompanhados pelos Assessores Jurídicos do quadro da Prefeitura Municipal de Lajeado Novo/MA ou por terceiros, poderão ser repassados à empresa contratada, respeitadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**8.18.** Nos casos de distribuição de serviço para patrocínio integral do processo, caberá à CONTRATADA realizar todos os atos processuais e diligências necessárias e/ou convenientes à defesa dos interesses da CONTRATANTE, sendo de sua responsabilidade o patrocínio nos respectivos incidentes processuais, ações conexas, liquidações e execuções dos seus julgados, abrangendo sua atuação em todos os níveis recursais.

**9. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** A dotação orçamentária destinada ao pagamento dos serviços correrá por conta de recursos próprios do município.

**10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**10.1.** O Contrato será gerenciado e fiscalizado por servidor previamente designado pelo chefe do executivo municipal, nos termos do art. 117 da Lei Federal n. 14.133/21.

**10.2.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas ou vícios na execução dos serviços, inclusive perante terceiros, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes diante destes.

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

- 11.2.** Executar o objeto conforme especificações do Termo de Referência, em especial os prazos e condições, especificações da sua proposta e no contrato;
- 11.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no contrato, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4.** Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONTRATANTE** ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.5.** A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de instrução do processo administrativo de liquidação e pagamento da prestação de serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.6.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do serviço.
- 11.7.** Deverá disponibilizar na prestação dos serviços somente profissionais, devidamente qualificados para a prestação dos serviços pertinentes, levando em conta a maior relevância dos serviços decorrente do objeto do contrato.
- 11.8.** Deverá disponibilizar tempo integral consultas através de WhatsApp ou em reuniões de forma remota, sem limite de quantidade, para realização de consultas a serem feitas, pelo Gabinete do Prefeito ou pela Procuradoria do Município.
- 11.9.** Submeter previamente, por escrito, a **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência.
- 11.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação nesta contratação direta.
- 11.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.
- 11.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.14.** Atender as solicitações da **CONTRATANTE**, comparecendo à sede da Administração Pública Municipal ou outro local de trabalho indicado pela mesma, sempre



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

que se fizer necessário para a realização dos serviços abrangidos pela prestação de serviço.

**11.15.** A contratada no seguimento de Assessoria e Consultoria Jurídica, deverá realizar visitas, conforme solicitação prévia da Contratante, in loco na Procuradoria Geral do Município, para procedimento acompanhamento de eventuais desfechos de processos, para procedimentos de saneamento nos processos, elaboração de pareceres jurídicos e, ou orientações diretas aos servidores do departamento, visita esta que se estende na prestação de serviços técnicos de alta indagação, pautando para tratar de assuntos pertinentes de forma direta com a Procuradoria do Município ou com o Gabinete de Prefeito.

**11.16.** Participar de reuniões e/ou audiências públicas para subsidiar a Administração Municipal com informações e esclarecimentos especializados no âmbito dos serviços objeto da assessoria, quando solicitado pelo contratante

**11.17.** Prestar contas do trabalho realizado, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, por meio de elaboração de relatório de atividades.

**11.18.** Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificar vício, defeito ou incorreções resultantes da execução ou do meio empregado.

**11.19.** Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de forma que a inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento.

**11.20.** Arcar com todas as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem quando for necessário o deslocamento à sede da **CONTRATANTE**.

**11.21.** Dispor de equipe técnica necessária para a execução do objeto.

**12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da **CONTRATADA** encaminhando os documentos necessários à adequada realização dos serviços.

**12.2.** Efetuar o pagamento em observância à forma estipulada pela administração no prazo estabelecido no contrato;

**12.3.** Repassar todas as informações necessárias para a prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência;

**12.4.** Informar à **CONTRATADA** sobre novas ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, e diligenciar nos casos que exigem providências corretivas;

**12.5.** Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços.

**12.6.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, na aplicação de sanções e alterações do mesmo.

**12.7.** Fornecer à **CONTRATADA** todo tipo de informação interna essencial à realização dos serviços;

**12.8.** Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do objeto, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

12.9. Atestar os serviços executados quando os mesmos estiverem de acordo com o especificado no Termo de Referência.

12.10. Fornecer atestados de capacidade técnica para a **CONTRATADA**, sempre que solicitado.

**13. VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

13.1. O pagamento será realizado em 12 (doze) parcelas fixas e mensais a serem pagas no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da data de emissão da respectiva Nota Fiscal. O processo de pagamento será instruído com os seguintes documentos:

13.2. Solicitação de pagamento;

13.3. Prova da regularidade de FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

13.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

13.5. Nota Fiscal atestada pelo fiscal;

13.6. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, à **CONTRATADA**, através de depósito em conta corrente, agência e banco indicados pela mesma.

13.7. Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no subitem 13.1, por culpa da **CONTRATANTE**, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, desde que, para tanto, não tenha concorrido à **CONTRATADA**.

13.8. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

**14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;

**14.3.** A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**14.4.** Todas as sanções previstas no contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**14.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, além da perda desse valor será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

## **15. REAJUSTE**

**15.1.** O valor do contrato só poderá ser reajustado após 12 (doze) meses de vigência de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos do que preceitua o art. 92, § 4º, I da Lei 14.133/21.

**15.2.** Caberá à **CONTRATADA** a iniciativa de solicitar o reajuste de preços.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

**16. RESCISÃO CONTRATUAL**

**16.1.** O contrato poderá ser rescindido, garantida a defesa prévia, mediante ato da Prefeitura Municipal de Lajeado Novo, o qual deve ser comunicado por escrito à **CONTRATADA**.

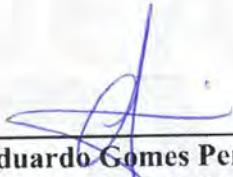
16.1.2. Quando a rescisão ocorrer por iniciativa da **CONTRATANTE**, esta deverá comunicar a **CONTRATADA** por escrito com antecedência de 15 (quinze) dias.

**16.2.** O contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- b) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto do contrato;
- c) Alteração Social ou modificação na finalidade ou estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do Contrato;
- d) Insolvência, dissolução ou falência da **CONTRATADA**;
- e) Comum acordo entre as partes.

**16.3.** Os demais motivos ensejadores da rescisão contratual estão previstos no art. 137 e 138 da Lei nº 14.133/21.

Lajeado Novo - MA, 04 de novembro de 2025.

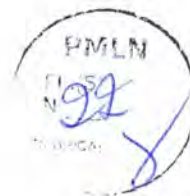


**Eduardo Gomes Pereira**  
Procurador Geral do Município  
Prefeitura Municipal de Lajeado Novo/MA  
OAB/MA 8144  
Portaria n.º 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

---



**DESPACHO**

**APROVO** o Termo de Referência.

Encaminha-se o processo à Central de Compras, Licitações e Contratos (CCLC) para fins de autuação do processo administrativo e adoção das demais providências de competência dessa Central, no alcance de suas atribuições legais.

Lajeado Novo, 04 de novembro de 2025.

**Marina Sousa Miranda Araújo**  
Secretária Municipal de Administração  
Prefeitura de Lajeado Novo  
Portaria 123/2025 – GAB/PMLN/MA





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**CENTRAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - CCLC**

<u>DADOS DO PROCESSO</u>	<u>INFORMAÇÕES</u>
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	<b>75/2025 - PMLN</b>
DATA DA AUTUAÇÃO	04/11/2025
SETOR DEMANDANTE	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
OBJETO	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA.

Aos 04 dias do mês de novembro do ano de 2025, na sala da Central de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lajeado Novo/MA, **AUTUA-SE** o presente processo administrativo, destinado à instrução de contratação pública autorizado, conforme solicitação da autoridade competente.

E, para constar, lavro o presente Termo de Autuação, que vai devidamente assinado.

Lajeado Novo/MA, 04 de novembro de 2025.

  
**Evandro Alves Pereira**  
Presidente da CCLC  
Prefeitura Municipal de Lajeado Novo/MA  
Port. nº 142/2025 – GAB/PMLN/MA



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**CENTRAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS – CCLC**

---

**OFÍCIO Nº 13/2025 - CCLC/PMLN/MA**

Lajeado Novo/MA, 12 de novembro de 2025.

A Sua Senhoria

Representante legal da empresa **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**

**CNPJ nº:** 07.652.130/0001-58

Endereço: Av. dos Holandeses, s/n — Edifício Lagoa Corporate, Sala/Of. 1007, Torre II, Ponta d'Arcia, São Luís/MA, CEP 65077-357.

**ASSUNTO: Solicitação de Proposta**

Prezados,

A Prefeitura de Lajeado Novo/MA, através da Procuradoria Geral do Município, realizará procedimento de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA, nos termos do que preceitua o art. 74, III, da Lei 14.133/2021.

Diante do exposto, solicito que a empresa apresente proposta de preço, caso tenha interesse em executar o serviço supracitado por um período de 12 (doze) meses.

Por fim, esclarece-se que a proposta e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados impreterivelmente, no prazo máximo 08(oito) dias corridos para o e-mail: lajeadonovo.cpl@gmail.com e/ou protocolo da Prefeitura Municipal de Lajeado Novo, localizada na Rua Anita Viana, 43, Centro, Lajeado Novo – MA, CEP: 65.937-000.

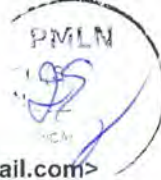
Diante o exposto, aguardamos Vossa Proposta de Preços, oportunidade em que renovamos os votos de estima e consideração.

EVANDRO ALVES  
PEREIRA:87985624104

Assinado de forma digital por  
EVANDRO ALVES  
PEREIRA:87985624104  
Dados: 2025.11.12 17:33:59 -03'00'

**Evandro Alves Pereira**  
Presidente da CCLC  
Prefeitura Municipal de Lajeado Novo/MA  
Port. nº 142/2025 – GAB/PMLN/MA





CPL LAJEADO NOVO &lt;lajeadonovo.cpl@gmail.com&gt;

## SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1 mensagem

CPL LAJEADO NOVO &lt;lajeadonovo.cpl@gmail.com&gt;

12 de novembro de 2025 às 18:27

Para: contato@lopesaa.adv.br

Prezados,

Boa Tarde.

Servimos do presente para enviar o Ofício nº 013/2025 - CCLC/PMLN/MA, solicitando que a empresa apresente proposta de preço, caso tenha interesse, para prestação dos serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA, acompanhada da proposta e dos documentos de jurídicos, fiscais e qualificação econômica financeira e técnica.


Solicitamos, por fim, a gentileza de confirmar o recebimento deste e-mail.


Atenciosamente,

**Central de Compras, Licitações e Contratos**  
Prefeitura Municipal de Lajeado Novo

ATENÇÃO: Esta mensagem pode conter informações confidenciais ou privilegiadas, cujo sigilo é protegido por lei. Caso você não seja o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, fica expressamente proibido o uso, a cópia, divulgação ou qualquer ação baseada em seu conteúdo. Se você recebeu esta mensagem por engano, solicitamos que nos informe imediatamente, respondendo a este e-mail, e em seguida a apague. Agradecemos a sua cooperação.

### 2 anexos

 **06.1- Oficio solicitação de proposta - LOPES & ADVOGADOS - CCLC - 12-11.pdf**  
262K

 **04 - TERMO DE REFERÊNCIA- Consultoria e Assessoria Juridica.pdf**  
416K



CPL LAJEADO NOVO &lt;lajeadonovo.cpl@gmail.com&gt;

**Re: SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS (1ª PARTE)**

1 mensagem

**Escritório Lopes & Advogados Associados** <contato@lopesaa.adv.br>  
Para: CPL LAJEADO NOVO <lajeadonovo.cpl@gmail.com>

14 de novembro de 2025 às 16:58

**À Prefeitura Municipal de Lajeado Novo - MA.**

Assunto: Solicitação de Proposta.

Aproveita-se a oportunidade para manifestar interesse no processo de contratação, na prestação dos serviços contínuos de consultoria jurídica especializada na área do Direito Público.

Sendo assim, aproveita-se o ensejo para encaminhar a documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira, bem como documentação comprobatória da capacitação/especialização técnica e demonstração dos preços praticados, nos termos da Lei 14.133/2021 (separados em duas partes).

Atenciosamente,

**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Av. dos Holandeses, s/n - Edifício: Lagoa Corporate & Offices, Torre 2, sala 1007 - Lagoa da Jansen- Ponta D'Areia, São Luís - MA - CEP: 65.077-357. Telefones: (98) 3303-4544 /9- 9181-4995.

Em 12/11/2025 18:27, CPL LAJEADO NOVO escreveu:

Prezados,

Boa Tarde.

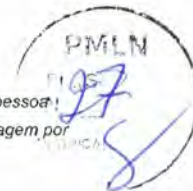
Servimos do presente para enviar o Ofício nº 013/2025 - CCLC/PMLN/MA, solicitando que a empresa apresente proposta de preço, caso tenha interesse, para prestação dos serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA, acompanhada da proposta e dos documentos de jurídicos, fiscais e qualificação econômica financeira e técnica.

Solicitamos, por fim, a gentileza de confirmar o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,


















**Central de Compras, Licitações e Contratos**  
Prefeitura Municipal de Lajeado Novo





ATENÇÃO: Esta mensagem pode conter informações confidenciais ou privilegiadas, cujo sigilo é protegido por lei. Caso você não seja o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, fica expressamente proibido o uso, a cópia, divulgação ou qualquer ação baseada em seu conteúdo. Se você recebeu esta mensagem por engano, solicitamos que nos informe imediatamente, respondendo a este e-mail, e em seguida a apague. Agradecemos a sua cooperação.

## 17 anexos

-  **PROPOSTA DE PREÇO - LAJEADO NOVO.pdf**  
252K
-  **2. Balanço patrimonial 2023.pdf**  
1165K
-  **1- Documentação dos Sócios.pdf**  
1010K
-  **3 - Balanço Patrimonial 2024.pdf**  
1010K
-  **4 - QSA.pdf**  
113K
-  **5- Contrato Social 6ª Alteração Contratual.pdf**  
2711K
-  **6 - Certidão OAB-MA.pdf**  
559K
-  **7- Certidões Atualizadas.pdf**  
2260K
-  **9 - CNA - Cadastro Nacional dos Advogados Lays.pdf**  
71K
-  **11 - CNA - Cadastro Nacional dos Advogados Silas.pdf**  
66K
-  **12 - CNA - Cadastro Nacional dos Advogados Elizaura.pdf**  
67K
-  **15- Atestado de Capacidade Técnica - P.M de Caxias-Ma..pdf**  
843K
-  **16- Atestado de Capacidade Técnica - P.M de Timon-Ma..pdf**  
895K
-  **17- Atestado de Capacidade Técnica - P.M de Zé Doca-Ma..pdf**  
468K
-  **18 - Certificados de Cursos. Lays Lima.pdf**  
1778K
-  **19- Certificados de Cursos. Elizaura Rayol.pdf**  
2007K
-  **20- Certificados de Cursos. Silas.pdf**  
3258K



CPL LAJEADO NOVO &lt;lajeadonovo.cpl@gmail.com&gt;

**Re: SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS (2ª PARTE)**

1 mensagem

**Escritório Lopes & Advogados Associados** <contato@lopesaa.adv.br>  
Para: CPL LAJEADO NOVO <lajeadonovo.cpl@gmail.com>

14 de novembro de 2025 às 17:01

**À Prefeitura Municipal de Lajeado Novo - MA.**

Assunto: Solicitação de Proposta.

Aproveita-se a oportunidade para manifestar interesse no processo de contratação, na prestação dos serviços contínuos de consultoria jurídica especializada na área do Direito Público.

Sendo assim, aproveita-se o ensejo para encaminhar a documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira, bem como documentação comprobatória da capacitação/especialização técnica e demonstração dos preços praticados, nos termos da Lei 14.133/2021 (separados em duas partes).

Atenciosamente,

**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Av. dos Holandeses, s/n - Edifício: Lagoa Corporate & Offices, Torre 2, sala 1007 - Lagoa da Jansen- Ponta D'Areia, São Luís - MA - CEP: 65.077-357. Telefones: (98) 3303-4544 /9- 9181-4995.

Em 12/11/2025 18:27, CPL LAJEADO NOVO escreveu:

Prezados,

Boa Tarde.

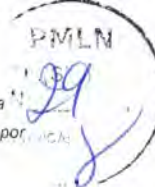
Servimos do presente para enviar o Ofício nº 013/2025 - CCLC/PMLN/MA, solicitando que a empresa apresente proposta de preço, caso tenha interesse, para prestação dos serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA, acompanhada da proposta e dos documentos de jurídicos, fiscais e qualificação econômica financeira e técnica.

Solicitamos, por fim, a gentileza de confirmar o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

**Central de Compras, Licitações e Contratos**  
Prefeitura Municipal de Lajeado Novo











ATENÇÃO: Esta mensagem pode conter informações confidenciais ou privilegiadas, cujo sigilo é protegido por lei. Caso você não seja o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, fica expressamente proibido o uso, a cópia, divulgação ou qualquer ação baseada em seu conteúdo. Se você recebeu esta mensagem por engano, solicitamos que nos informe imediatamente, respondendo a este e-mail, e em seguida a apague. Agradecemos a sua cooperação.

---

**6 anexos**

-  **21- Certificados e Cursos.Marconi Lopes. Advogado.pdf**  
4893K
-  **CONTRATO GODOFREDO VIANA 35 MIL.pdf**  
2153K
-  **MIRANDA DO NORTE - 30 MIL.pdf**  
834K
-  **CONTRATO PENALVA - 30 MIL\_compressed.pdf**  
1948K
-  **8- Certidão de Falência e Concordata.pdf**  
44K
-  **14- Atestado de Capacidade Técnica - P.M de Alcântara-Ma..pdf**  
506K

**PROPOSTA DE PREÇO**

À Prefeitura Municipal de Lajeado Novo - MA.

Em resposta ao Ofício nº. 13/2025 – CCLC/PMLN/MA, o Escritório **Lopes & Advogados Associados** submete à apreciação de Vossa Senhoria, a proposta de preço objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo - MA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	V. MENSAL R\$	V. TOTAL R\$
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA	Mês	12	R\$ 30.000,00	R\$ 360.000,00
<b>VALOR TOTAL: 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).</b>					

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE**

NOME DO PROPONENTE: **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS.**

CPF/CNPJ/MF: **07.652.130/0001-58**

ENDEREÇO: **Avenida dos Holandeses, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1.007, Torre II, Ponta D'arcia, São Luís/MA – CEP: 65077-357**

**2 - DADOS BANCÁRIOS:**

BANCO: Banco do Brasil S/A;



AGÊNCIA: 4323-0

CONTA-CORRENTE: 7511-6

FAVORECIDO: Lopes & Advogados Associados

**3 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Mensal, por meio de Ordem Bancária, depósito ou transferência para Conta Corrente.

**4 - VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias.

**5 - PRAZO DE EXECUÇÃO:** 12 (doze) Meses.

**6 - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:** R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Na presente proposta já estão incluídos todos os custos dos serviços, contribuições sociais, impostos, taxas e outras despesas que incidirem sobre a prestação dos serviços.

Desde já, agradece-se a atenção despendida e aproveita-se a oportunidade para apresentar protestos de respeito e consideração.

São Luís/MA, 14 de novembro de 2025.



**Marconi Dias Lopes Neto**

Sócio Administrador

OAB/MA nº 6.550



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 07.552.130/0001-58 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/10/2005
NOME EMPRESARIAL LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 223-2 - Sociedade Simples Pura			
LOGRADOURO AV DOS HOLANDESES	NUMERO S/N	COMPLEMENTO EDIF LAGOA CORPORATE E OFSALA 1007 TORRE II	
CEP 65.077-357	BARRIO/DISTRITO PONTA D'AREIA	MUNICÍPIO SAO LUIS	UF MA
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@LOPESAA.ADV.BR		TELEFONE (98) 3303-4544/ (98) 9181-4995	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/10/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).





## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**

07.652.130/0001-58

**NOME EMPRESARIAL:**

LOPES &amp; ADVOGADOS ASSOCIADOS

**CAPITAL SOCIAL:**

R\$320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**

SILAS GOMES BRAS JUNIOR

**Qualificação:**

52-Sócio com Capital

**Nome/Nome Empresarial:**

MARCONI DIAS LOPES NETO

**Qualificação:**

49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 14/11/2025 às 16:27 (data e hora de Brasília).

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01 – Calhau

Fax: (98) 2107-5435 – Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luís – MA

Site: [www.oabma.org.br](http://www.oabma.org.br) email: [sociedade.oabma@gmail.com](mailto:sociedade.oabma@gmail.com)

## CERTIDÃO

**CERTIFICO** que a 6ª(sexta) Alteração contratual da Sociedade denominada “LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS”, foi registrada no Livro C-6 de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, á fls. 83, desde 16(dezesseis) de abril de 2019(dois mil e dezenove). Eu, Eliane Rodrigues Macedo, Funcionária da comissão de Sociedade de Advogados, subscrevo, dato e assino a presente certidão que vai visada pela Secretária Geral desta Adjunta seccional.

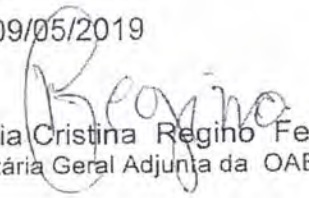
São Luís, 09/05/2019



Eliane Rodrigues Macedo  
Comissão de Sociedade da OAB/MA

Visto

Em: 09/05/2019



Valeria Cristina Regino Ferreira  
Secretária Geral Adjunta da OAB / MA



PMLN  
35  
10/06/2018

## **SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL – LOPES & ADVOGADOS E ASSOCIADOS.**

Por meio deste instrumento particular de contrato, e de acordo com as cláusulas a seguir, os sócios da sociedade de advogados **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, devidamente inscrita na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão, sob o nº 154, inscrita no CNPJ 07.652.130/0001-58, **MARCONI DIAS LOPES NETO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MA sob o nº 6.550, e no CPF sob o nº. 847.655.343-91, residente e domiciliado na Avenida Jackson Kepler Lago, Qd. 02, nº 01, Ed. Iate Classic, ap. 1302, Península da Ponta D'Areia, São Luís/MA, **BRUNO LEONARDO SILVA RODRIGUES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob o nº 7.099, e no CPF sob o nº 643.824.513-53, residente e domiciliado na Rua 22, Quadra 06, Casa 11, Conjunto Maiobão, Paço do Lumiar/MA e **SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MA sob o nº 9.837, e no CPF sob o nº 005.616.263-40, residente e domiciliado na Avenida Mario Andreazza, s/nº, Condomínio Village das Palmeiras III, Bloco 2, apto. 103, bairro Turu, São Luís/MA, que constituem uma Sociedade Civil de Prestação de Serviços de Advocacia, resolvem, de comum acordo, realizar alteração do contrato social da referida sociedade, consoante as cláusulas a seguir transcritas:

### **DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL**

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO:** A cláusula segunda do contrato social passará a ter a seguinte redação:

**“CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE** - A sociedade tem sede à Avenida dos Holandeses, s/nº, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1007, Torre II, Lagoa da Jansen, Ponta D'areia, São Luís/MA, CEP 65077-357, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer Estado da Federação, obedecidas as disposições e normas legais.”

**SEGUNDA ALTERAÇÃO:** O advogado BRUNO LEONARDO SILVA RODRIGUES, detentor de 50 quotas, vende todas as suas quotas ao advogado SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MA sob o nº

8, 1, 10/06/2018

9.837, e no CPF sob o nº 005.616.263-40, residente e domiciliado na Avenida Mario Andreazza, s/nº, Condomínio Village das Palmeiras III, Bloco 2, apto. 103, bairro Turu, São Luís/MA. Com a presente alteração, o advogado BRUNO LEONARDO SILVA RODRIGUES deixa de fazer parte da sociedade.

**TERCEIRA ALTERAÇÃO:** Em razão da alteração prevista na cláusula anterior, a Cláusula Sexta do Contrato Original passa doravante a vigorar com a seguinte redação:

**“CLÁUSULA SEXTA – CAPITAL SOCIAL** – O Capital social integralizado de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), dividido em 1000 cotas, no valor nominal de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), cada uma, distribuída entre os sócios da seguinte forma:


- a) MARCONI DIAS LOPES NETO – 940 quotas;
- b) SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR – 60 quotas.

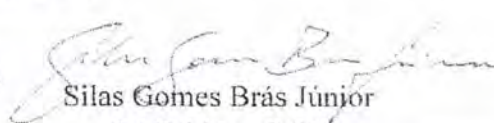
**PARÁGRAFO ÚNICO** – O capital social será integralizado à vista, em moeda corrente do País.”

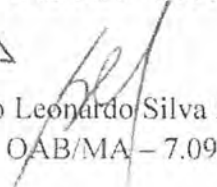
Sendo estes os ajustes que deveriam ser feitos, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e parágrafos não modificados por esta alteração.

E por estarem de comum acordo, assinam a presente alteração em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, e requerem o arquivamento dessa alteração junto à Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão.

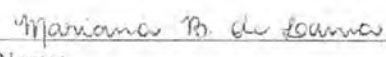
São Luís (MA), 20 de fevereiro de 2019.

  
Marconi Dias Lopes Neto  
OAB/MA - 6.550

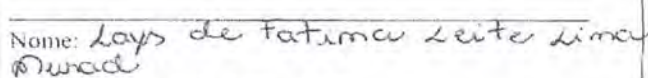
  
Silas Gomes Brás Júnior  
OAB/MA - 9.837

  
Bruno Leonardo Silva Rodrigues  
OAB/MA - 7.099

TESTEMUNHAS:

  
Nome: Mariana R. de Souza

CPF: 017.983.443 - 24

  
Nome: Lays de Fatima Leite Lima

CPF: 076.006.863 - 20

EXEMPLAR DE NOTAS DE SÃO LUÍS

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) abaixo:

(R000000493990) MARCONI DIAS LOPES NETO \*\*\*\*\*

(R000000361904) SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR \*\*\*\*\*

São Luís 22/02/2019 11:01:54 13098

Em Testemunha \_\_\_\_\_ da verdade

Claudilene de Lima Silva - Escrevente

Emol: R\$30,00 FERC: R\$1,00 Total R\$31,00





PMLN  
Nº 37  
10.000

**3º TABELIONATO**  
DE NOTAS DE SÃO LUIS / MA  
CNPJ 11.612.546/0001-01  
Av. dos Maranhenses, loja 36, quadra 36,  
Shopping do Automóvel - Cultura - São Luís - MA  
Tel.: (98) 3231-4817 - www.tabelionatosao-luis.com.br

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de  
[0128002]-BRUNO LEONARDO SILVA RODRIGUES  
Emolumento R\$ 5,00  
Em testº da verdade  
São Luís - MA, 22/02/2019.  
DENNIS DE LIMA SILVA  
ESCREVENTE AUTORIZADO

*[Assinatura]*

Livro C-6, fls. 83, a 6ª ( sexta)  
termo aditivo.

4/2019

João Macedo  
cidade da OAB/MA

CER (FICCO) que foi registrado no  
Alteração Contratual prevista neste

São Luís, 16/0

*[Assinatura]*  
Em testº da verdade  
São Luís - MA, 22/02/2019.  
DENNIS DE LIMA SILVA  
ESCREVENTE AUTORIZADO

Eliane Rodrigues A.  
Funcionária da Comissão de Solu

CER (FICCO) que foi registrado no Livro C-6, fls. 83, a 6ª ( sexta)  
Alteração Contratual prevista neste termo aditivo.

São Luís, 16/04/2019

*[Assinatura]*

João Macedo  
cidade da OAB/MA

## CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

### INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADVOCACIA – LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Por meio deste instrumento particular de Constituição de Sociedade, **MARCONI DIAS LOPES NETO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MA sob o nº 6.550, e no CPF sob o nº. 847.655.343-91, residente e domiciliado na Avenida Jackson Kepler Lago, Qd. 02, nº 01, Ed. late Classic, ap. 1302, Península da Ponta D'Areia, São Luís/MA e **SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado devidamente inscrito na OAB/MA sob o nº 9.837, inscrito no CPF sob o nº 005.616.263-40, residente e domiciliado na Avenida Mario Andreazza, s/nº, Condomínio Village das Palmeiras III, Bloco 2, apto. 103, bairro Turu, São Luís/MA, constituem uma Sociedade Civil de Prestação de Serviço de Advocacia, com arrimo nos artigos 15 a 17 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - Lei nº 8.906, de 04.07.94, a qual se regerá pelas cláusulas e condições abaixo alinhadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - RAZÃO SOCIAL** - Fica constituída a Sociedade Civil de Prestação de Serviços de Advocacia que terá a seguinte razão social: **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, que será regida pelos termos do presente contrato, pela legislação vigente e pelo Regulamento Geral e provimentos da OAB.

**CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE** - A sociedade tem sede à Avenida dos Holandeses, s/nº, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1007, Torre II, Lagoa da Jansen, Ponta D'areia, São Luís/MA, CEP 65077-357, podendo estabelecer filiais ou sucursais em qualquer Estado da Federação, obedecidas as disposições e normas legais.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DURAÇÃO** - A sociedade ora constituída terá duração por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA QUARTA - FIM SOCIAL** - A sociedade tem como fim social a exploração da atividade advocatícia em toda sua plenitude, administração e disciplina,

ML 5 MDL



das despesas e resultados patrimoniais auferidos pelos sócios na prestação dos serviços profissionais inerentes ao ramo.

**CLÁUSULA QUINTA - HONORÁRIOS** - Os resultados do exercício serão distribuídos entre os sócios na proporção de sua participação no capital social e, em idêntica proporção ser-lhes-ão distribuídos os prejuízos. Essa distribuição pode ser feita periodicamente e, pelo menos, uma vez ao ano, ao término do exercício social.

**CLÁUSULA SEXTA – CAPITAL SOCIAL** – O Capital social integralizado de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), dividido em 1000 cotas, no valor nominal de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), cada uma, distribuída entre os sócios da seguinte forma:

- a) MARCONI DIAS LOPES NETO – 940 quotas;
- b) SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR – 60 quotas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O capital social será integralizado à vista, em moeda corrente do País.

**CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADE** - Os sócios respondem pessoal e ilimitadamente, na proporção de seus atos e de forma individualizada, pelos danos porventura causados aos clientes, no exercício da advocacia, por ação ou omissão, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar perante a Ordem dos Advogados do Brasil, em que incorrer o responsável direto pelo ato.

**CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRADOR** - O sócio cotista **MARCONI DIAS LOPES NETO** será o administrador da sociedade. Ao sócio administrador caberão todos os poderes necessários à direção dos negócios sociais, inclusive os de representar a sociedade judicialmente, de constituir procuradores em nome da sociedade e de praticar todos e quaisquer atos necessários à execução do seu fim social ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade.

§1.º O sócio cotista que for detentor de mais da metade das quotas da sociedade poderá, a qualquer tempo, destituir o sócio nomeado administrador no *caput* desta cláusula, cessando imediatamente o exercício do cargo de administrador.

*ML* + *MSW*

§2.º Ocorrendo a situação prevista no parágrafo anterior, o sócio cotista que for detentor de mais da metade das quotas da sociedade passará a ser o administrador da sociedade ou indicará outra pessoa para assumir o cargo.

§3.º No caso de destituição do administrador previsto no §1º desta cláusula, se o sócio cotista que for detentor de mais da metade das quotas da sociedade optar pela indicação de outra pessoa para assumir o cargo, esta poderá ser um sócio ou qualquer advogado contratado pela sociedade.

§4.º A destituição do administrador prevista no §1º e a indicação de outro administrador prevista no parágrafo anterior desta cláusula serão feitas por simples averbação no registro da sociedade, promovida pelo sócio cotista que for detentor de mais da metade das quotas da sociedade, sem necessidade de concordância ou assinatura dos demais sócios.

§5.º Para que o sócio administrador possa adquirir, alienar ou onerar bens, ou fazer qualquer operação de crédito, é necessária a expressa anuência do sócio cotista que for detentor de mais da metade das quotas da sociedade.

**CLÁUSULA NONA - CONDUTAS VEDADAS AO ADMINISTRADOR** - É expressamente proibido ao administrador o uso da razão social em negócios ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, bem como avalizar ou afiançar obrigações de terceiros, só podendo prestar aval ou fiança em proveito da própria sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA - EXCLUSÃO DE SÓCIO** - É lícito a qualquer sócio cotista, representando dois terços do capital social, excluir da sociedade, por qualquer motivo que entenda razoável qualquer sócio. O sócio excluído receberá da sociedade, no prazo de 03 (três) meses, a contar do término do mês em que ocorrer a alteração do contrato social, o valor das cotas que integralizou, calculado de acordo com o estatuído na cláusula sexta deste contrato.

§1.º - O licenciamento de qualquer sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário não alterará a constituição da sociedade, e deverá ser

PM  
5  
MSLW



averbado no registro da sociedade, nos termos do artigo 16, § 2º, do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94).

§ 2.º - Outros sócios poderão ser admitidos na sociedade, desde que aceitos pelos sócios que já a compõem.

§ 3º - Cessando os motivos do licenciamento de qualquer sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário voltará automaticamente à situação anterior ao licenciamento, sem necessidade de qualquer alteração contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Os sócios poderão advogar individualmente usando o nome da sociedade, respeitadas as limitações legais. Os honorários auferidos se reverterão em benefício do(s) sócio(s), observando-se a proporção de cada um no capital social da sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Os sócios deverão se abster de prestação de fianças, avais ou qualquer outro tipo e forma de garantia em favor de terceiro, sendo expressamente vedados, nulos e inoperantes em relação à sociedade os atos de sócios, funcionários, mandatários, que envolvam direta e/ou indiretamente, ocasionando obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Os sócios gozarão do direito de preferência para a aquisição de cotas. O sócio que desejar retirar-se da sociedade, vender ou transferir parte ou totalidade de suas cotas, deverá ofertá-las, em igualdade de condições, por escrito, aos sócios remanescentes, que terão o prazo de 30 (trinta) dias para se pronunciarem. Decorrido esse prazo em que a preferência haja sido exercida por quaisquer dos sócios, as cotas poderão ser vendidas a terceiros, desde que aceito pelos sócios remanescentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - A sociedade não será dissolvida pela retirada ou morte de qualquer um dos sócios. Em caso de redução do número de sócios à unipessoalidade, a pluralidade de sócios deverá ser reconstituída em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de dissolução da sociedade.

pel  
"MADU"

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Em caso de morte de um dos sócios, caberá aos sócios remanescentes decidirem sobre a continuação da Sociedade com o herdeiro ou herdeiros do sócio falecido, desde que cumpram com os requisitos legais e regulamentares. Aplica-se aos herdeiros do sócio falecido que não ingressarem na Sociedade as regras de apuração e pagamento de haveres de sócio retirante.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Em caso de liquidação da sociedade, o liquidante será o administrador e o patrimônio apurado em nome da sociedade será destinado ao pagamento dos encargos sociais e débitos outros e, o saldo remanescente, se houver, será repartido entre os sócios na proporção da distribuição de suas cotas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - É vedado à sociedade e a seus sócios tomar dinheiro emprestado e/ou avalizar e/ou afiançar operações de qualquer natureza em nome da sociedade, sendo nulos e inexistentes tais atos e se porventura houver necessidade de tais atos, estes serão inteiramente particulares, onde o(s) sócio(s) que praticar (em) o ato responderá (ão) ilimitadamente pelos mesmos, cujos valores ou benefícios não poderão ser lançados contabilmente, por serem pessoais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - As deliberações sociais, mesmo que impliquem modificação do presente contrato, serão tomadas entre os sócios por maioria na distribuição de suas cotas, salvo se relativas a direito individual de sócio, que não poderão ocorrer sem seu consentimento expresso.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As alterações contratuais tomadas por deliberação majoritária de cotas serão assinadas por tantos sócios quantos bastem para caracterizá-las.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - Desde que de comum acordo com os demais sócios, cada sócio poderá destinar bens seus, móveis ou imóveis, para uso da sociedade, sem que tais bens sejam integrados ao patrimônio social da sociedade.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A sociedade de advogados, mediante a manifestação por escrito do(s) sócio(s) majoritário(s), pode se associar com advogados, sem vínculo de emprego, ou com outras sociedades advocatícias, para participação nos resultados.

AG  
SOLUÇÃO





**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - Fica eleito o foro da cidade de São Luís/MA, para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a existir sobre o presente contrato, ficando excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor e provimentos da OAB.

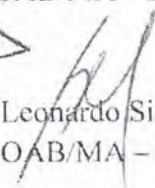
E por estarem firmes e contratados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, forma e para a mesma finalidade, perante duas testemunhas, que tudo presenciaram.

São Luís (MA), 20 de fevereiro de 2019.

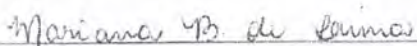
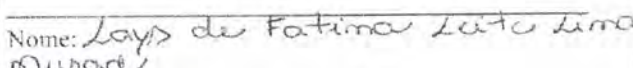
  
Marconi Dias Lopes Neto  
OAB/MA - 6.550

  
Silas Gomes Brás Júnior  
OAB/MA - 9.837

3º OFÍCIO DE NOTAS

  
Bruno Leonardo Silva Rodrigues  
OAB/MA - 7.099

TESTEMUNHAS:

<p> Nome: Mariana B. de Lima CPF: 014.883.443 - 24</p>	<p> Nome: Lays de Fatima Leticia Lima CPF: 026.006.863 - 20</p>
---	---

RECONHECIMENTO DE NOTAS DE SAQUE

reconheço por SEMELHANÇA as seguintes firmas abaixo:

1R0000004116221 MARCONI DIAS LOPES NETO \*\*\*\*\*  
1R0000005290541 SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR \*\*\*\*\*  
São Luís, 22/02/2019 11:01:55 22234

Em Testemunho \_\_\_\_\_ da verdade

Claudilene de Lima Silva - Escrevente  
Emol: R\$30,00 FERC: R\$1,00 Total R\$31,00

Sala de Fiscalização  
Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Maranhão  
Reconhecimento de Firma - Financeiro  
000411622

Sala de Fiscalização  
Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Maranhão  
Reconhecimento de Firma - Financeiro  
00000529054

PMLN  
FL. 83  
Nº 14  
RECURSA

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS (MA)  
Av. dos Bandeira, Lda 36, quadra 1  
Bloco 10, 1º andar - Centro - São Luís - MA  
Tel: (98) 3211.4817 - www.tabelionato3.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
[0128002]-BRUNO LEONARDO SILVA RODRIGUES

Emolumento: R\$ 50,00  
Em testº da verdade  
São Luís - MA, 22/02/2019  
DENNIS DE LIMA SILVA  
ESCREVENTE AUTORIZADO

Reconhecimento de Firma - Financetele  
000000555263

no Livro C-6, fls. 83, a 6ª ( sexta)  
neste termo aditivo.

000000555263

OAB/MA

Eliane Rodrig  
Funcionária da Comissão de

CERTIFICADO que foi registrado

em 16/04/2019, no Livro C-6, fls. 83, a 6ª ( sexta)

CERTIFICADO que foi registrado no Livro C-6, fls. 83, a 6ª ( sexta)  
Alteração Contratual prevista neste termo aditivo.

Funcionária da Comissão de Sociedade da

São Luís, 16/04/2019

Eliane Rodrigues Macedo  
Funcionária da Comissão de Sociedade da OAB/MA



PMLN  
FLAS  
NO 46  
TELEFONE: 8

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 03495947

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.966/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Marconi Dias Lopes Neto

COAB

COBRANÇAS

03495947

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME  
MARCONI DIAS LOPES NETO

FILIAÇÃO  
GUTENBERG PACHECO LOPES  
MARGARETH MARIA MACHADO RIBEIRO

NATURALIDADE  
TERESINA-PI

DATA DE NASCIMENTO  
22/08/1979

RG  
66264297-5 - SSP MA

CPI  
847.655.343-91

GRADUAÇÃO EM  
NÃO

01/06/2017

THIAGO ROBERTO MORAES DIAS  
PRESIDENTE



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º 1. NOME E SOBRENOME

MARCONI DIAS LOPES NETO

1ª HABILITAÇÃO

16/01/1998

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO

22/09/1979 TERESINA/PI

4a DATA EMISSÃO

26/01/2023

4b VALEZADE

25/01/2033

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF

6550 OAB MA

4d CPF

847.655.343-91

8 Nº REGISTRO

00268759080

9 CAT. HAB

B

NACIONALIDADE

BRASILEIRO

FILIAÇÃO

GUTENBERG PACHECO LOPES

MARGARETH MARIA MACHADO RIBEIRO LOPES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A				D1			
A1				BE			
B		25/01/2033		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

13 OBSERVAÇÕES

LOCAL

SAO LUIS, MA

ASSINATURA DO EMISSOR

52541058748  
MA049121721

MARANHÃO

SINATHAN CONTRAN

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL


2530236931

2530236931

PROIBIDA A COPIA







**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME  
SILAS GOMES BRAS JUNIOR

FILIAÇÃO  
SILAS GOMES BRAS  
AUREA MARIA BARBOSA BRAS

NATURALIDADE  
IMPERATRIZ-MA


RG  
163154320004 -

COADOR DE ÓRGÃOS E TÍTULOS  
NÃO DECLARADO

DATA DE NASCIMENTO  
10/07/1986

CPF  
005.616.263-40

VIA EXPEDIDO EM  
02 01/11/2013

  
MÁRIO DE ANDRADE MACIEIRA  
PRESIDENTE

9837

**TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL** 09330668

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 3.366/94)



ASSINATURA DO PORTADOR  




OBSERVAÇÕES





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME  
SILAS GOMES BRAS JUNIOR



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
159154320004 GEJUSPC MA

CPF  
005.616.263-40

DATA NASCIMENTO  
10/07/1986

FILIAÇÃO  
SILAS GOMES BRAS

AUREA MARIA BARBOSA  
BRAS

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
03697077708

VALIDADE  
15/06/2025

1ª HABILITAÇÃO  
30/09/2005

OBSERVAÇÕES

*Silas Gomes Bras Junior*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
SAO LUIS, MA

DATA EMISSÃO  
17/06/2020

*Larissa Abdalla Britto*

Larissa Abdalla Britto  
ASSINATURA DO EMISSOR

98991619670  
MA042498686

MARANHÃO

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1994121104



VALID

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1994121104





I<BRA002687590<803<<<<<<<<<<<  
7909227M3301258BRA<<<<<<<<<<<8  
MARCONI<<DIAS<LOPES<NETO<<<<<





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**CNPJ: 07.652.130/0001-58**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:57:08 do dia 04/11/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/05/2026.

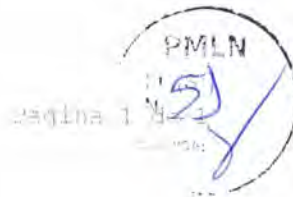
Código de controle da certidão: **326F.6042.8B83.DBEE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.652.130/0001-58

Certidão nº: 36052985/2025

Expedição: 26/06/2025, às 09:01:50

Validade: 23/12/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.652.130/0001-58**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 07.652.130/0001-58  
**Razão Social:** LOPES E ADVOGADOS ASSOCIADOS  
**Endereço:** AV DOS HOLANDESES SALA1007 TORRE II SN LAGOA CORPORATE OF /  
PONTA D'AREIA / SAO LUIS / MA / 65077-357

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 27/10/2025 a 25/11/2025

**Certificação Número:** 2025102703141345073867

Informação obtida em 05/11/2025 12:35:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA**

**Nº Certidão:** 100753/25

**Data da Certidão:** 28/10/2025 03:22:55

**CPF/CNPJ CONSULTADO:** 07652130000158

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

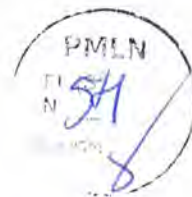
**Validade da Certidão:** 90 (noventa) dias: 26/01/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**

**Data Impressão:** 03/11/2025 08:30:44



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO**

**Nº Certidão:** 245161/25

**Data da Certidão:** 01/09/2025 08:18:15

CPF/CNPJ 07652130000158 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE  
CONTRIBUINTE DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

**Validade da Certidão:** 90 (noventa) dias: 30/11/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**

**Data Impressão:** 01/09/2025 09:58:50





PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Número da Certidão: 00011862242025

Validade: 07/01/2026

Certificamos que até a presente data não consta débito fiscal relativo a pessoa jurídica, descrita abaixo, reserva-se o direito de a fazenda municipal cobrar dívidas posteriormente comprovadas, hipótese prevista nos artigos 80 e 146, da lei 6.289, de 28/12/2017 do código tributário municipal.  
#baixaempr

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 07.652.130/0001-58	Inscrição Municipal: 55797005
Razão Social: LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
691170100 – SERVICOS ADVOCATICIOS	
ENDEREÇO DE LOCALIZACAO	
Logradouro: AVENIDA DOS HOLANDESES	
Número: S/N	Complemento: EDIF:LAGOA CORPORATE E OFSALA 1007 TORRE II;
Bairro: PONTA D'AREIA	
Município: SÃO LUÍS – MA	CEP: 65077357

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **09 de setembro de 2025 as 08:43**, sob o código de autenticidade nº **C8F92FDCDADA6E85EF1A6CDDDB3E97CA3**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em  
<https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao>.

**"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."**

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís**

CERTJUDONE-SJDFRSL - 59462025

Código de validação: 85BC56C22B

( relativo ao Processo 784032025 )

Número da guia: 25057301002283172.

**USANDO** da faculdade que me confere a Lei. **CERTIFICO** a requerimento de pessoa interessada que dando busca em nossos arquivos dos feitos das **Varas Cíveis e Comércio** a partir do dia primeiro (1º) do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e quinze (2015) até o dia 4 de Novembro de 2025 04/11/2025, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de pedido de **Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou Insolvência Civil** contra: **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no **CNPJ** nº. **07.652.130/0001-58**. **CERTIFICO** finalmente que a Secretaria Judicial de Distribuição é a única existente nesta Cidade e **Termo Judiciário** de São Luís. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", nesta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Eu, **Vanessa Cristina Ferreira Sales Coelho**, Assessor de Apoio Operacional II, mat. 186890, consultei e digitei. E eu, **Gilmar Gomes Barroso Soares Júnior**, Secretário Judicial Substituto da Distribuição, mat. 138941, subscrevo e assino digitalmente.

**GILMAR GOMES BARROSO SOARES JÚNIOR**  
Secretário Judicial Substituto de Distribuição do Fórum de São Luís  
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís  
Matrícula 138941

**1 OBSERVAÇÃO:** o CNPJ e razão social constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. As consultas foram realizadas no sistema Processo Eletrônico Judicial (PJE) e **ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUIS**. Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art.7º da Resolução-GP nº 38/2022). Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link <https://selos.tjma.jus.br>, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code.

**Fórum Desembargador "Sarney Costa"**

Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís/MA – CEP 65076-820 – Fone (98) 2055-2738 / 2737  
email: [distribuicao\\_slz@tjma.jus.br](mailto:distribuicao_slz@tjma.jus.br)



CERTJUDONE-SJDFRSL - 59462025 / Código: 85BC56C22B  
Valide o documento em [www.tjma.jus.br/validadoc.php](http://www.tjma.jus.br/validadoc.php)

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.  
#ConsumoConsciente



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Corregedoria Geral da Justiça**  
**Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís**

Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 04/11/2025 15:16 (GILMAR GOMES BARROSO SOARES JÚNIOR)

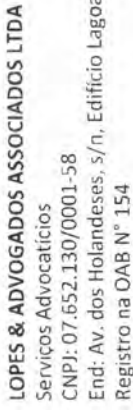


CERTJUDONE-SJDFRSL - 59462025 / Código: 85BC56C22B  
Valide o documento em [www.tjma.jus.br/validadoc.php](http://www.tjma.jus.br/validadoc.php)

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.  
#ConsumoConsciente







### Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

RECEITAS DE VENDAS DE SERVIÇOS		31/12/2023	31/12/2022	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		31/12/2023	31/12/2022
Venda de Serviços		2.935.163,02	2.662.603,32	2.662.603,32	Saldo de Lucros Acumulados no início do período	1.423.201,95	982.320,21
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		-462.348,23	-366.186,40	-366.186,40	Ajustes Credores de Períodos de Apuração Anteriores	10.700,00	0,00
(-) Impostos e Contribuições s/Vendas:		-462.348,23	-366.186,40	-366.186,40	Reversão de Reservas	0,00	0,00
= RECEITA LÍQUIDA		2.472.814,79	2.296.416,92	2.296.416,92	Lucros Líquidos do Exercício	2.304.203,33	1.962.455,82
DESPESAS OPERACIONAIS		229.708,16	364.628,36	364.628,36	(-) Saldo Anterior de Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Despesas com Administradores		18.921,60	17.452,80	17.452,80	(-) Ajustes Devedores de Períodos de Apuração Anteriores	0,00	0,00
Despesas com Pessoal		50.124,47	47.510,56	47.510,56	(-) Prejuízo Líquido do Ano	0,00	0,00
Despesas com Depreciação		224.297,05	123.814,64	123.814,64			
Despesas Tributárias		43.624,63	19.121,94	19.121,94	TOTAL	3.738.105,28	2.944.776,03
Outras Despesas Operacionais		160.216,71	156.728,42	156.728,42			
(-) Outras Receitas Operacionais		-267.476,30	0,00	0,00	DESTINAÇÕES		
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		-61.096,70	-30.667,26	-30.667,26	Transferências para Reservas	0,00	0,00
Despesas Financeiras		418,53	2.599,95	2.599,95	Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados	1.304.030,41	1.521.574,08
(-) Receitas Financeiras		-61.515,23	-33.267,21	-33.267,21	Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital	0,00	0,00
(=) LUCRO OU (PREJUÍZOS) DO EXERCÍCIO		2.304.203,33	1.962.455,82	1.962.455,82	Outras Destinações	0,00	0,00
		-	-	-	TOTAL	1.304.030,41	1.521.574,08
					LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	2.434.074,87	1.423.201,95

[illegible]

Marconi Dias Lopes Neto  
Sócio Administrador CPF: 847.655.343-91

Antonio Pereira Brandão  
Contador CRC-Ma 5197-0



LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA  
Serviços Advocatícios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luis-MA  
Registro na OAB N° 154

Demonstrativo dos Indicadores Econômicos e Financeiros

LIQUIDEZ		31/12/2023	31/12/2022
<b>Liquidez Corrente</b> Quanto existe de recursos de curto prazo (AC) para cada \$ 1,00 de dívida de curto prazo (PC).	ILC=AC / PC	28,24	7,97
<b>Liquidez Seca</b> Quanto existe de recursos de curto prazo sem estoques (AC) para cada \$ 1,00 de dívida de curto prazo (PC).	ILS= (AC-Est) / PC	28,24	7,97
<b>Liquidez Geral</b> Quanto existe de recursos a curto prazo (AC) + recursos de longo prazo (ELP) para cada \$ 1,00 de dívida total (PC + PELP)	ILG = (AC+ARLP) / (PC+PELP)	28,24	7,97
<b>Solvência Geral</b> Quanto existe de recursos a curto prazo (AC) + recursos de longo prazo (ELP) para cada \$ 1,00 de dívida total (PC + PELP).	ISG = AT/PELgTotal	47,56	15,30
ESTRUTURA DE CAPITAL OU ENDIVIDAMENTO			
<b>Participação Capital de Terceiros</b> Quanto existe de dívida de curto e longo prazo (PC + PELP), capital de terceiros para cada \$ 1,00 do PL, capital próprio.	IPCT=ExigTotal / PL	0,02	0,07
<b>Composição do Endividamento</b> Quanto existe de dívida no PC, capital de terceiros de CP para cada \$ 1,00 de dívida total (PC + PELP) CT de CP e LP.	ICE = PC / Exig Total	1,00	1,00
<b>Grau de Endividamento ou Geral</b> Quanto existe de capital de terceiros no (PC + PELP) para cada \$1,00 do Ativo Total, obrigações com terceiros e com sócios.	IGE = Exig Total / AT	0,02	0,07
<b>Imobilização do Patrimônio Líquido</b> Quanto existe aplicados em, (AP) para cada \$ 1,00 do PL, o excedente a \$1,00, é a parte financiada com capital de terceiros.	IPL = AL / PL	0,42	0,51
<b>Imobilização dos Não-Correntes</b> Quanto existe de recursos imobilizados, para cada \$ 1,00 de recursos de longo prazo (PL + PELP) CP + capital de terceiros LP.	IINC = AI / ( PnC + PL )	0,42	0,51
RENTABILIDADE OU RETORNO			
<b>Margem Líquida</b> Indica o percentual de lucro líquido sobre as vendas líquidas, isto é, o retorno econômico sobre as vendas líquidas.	MgL= LL / VL	93%	85%
<b>Retorno do Ativo</b> Indica o percentual de lucro sobre o ATotal, isto é, o retorno econ. sobre o ATotal (recursos aplic. para o desemp. da atividade).	IRA = LL / ATotal	81%	103%
<b>Rentabilidade do Patrimônio Líquido</b> Indica o percentual de lucro líquido sobre o Capital próprio (PL), isto é, o retorno econômico sobre o Patrimônio Líquido.	IRPL = LL / PLtotal	82%	110%
ROTATIVIDADE OU GIRO			
<b>Giro do Patrimônio Líquido</b> Quantas vezes o Capital Próprio (Patrimônio Líquido) gira no período em relação as Vendas Líquidas (receita líquida).	IGPL = VL / PL	0,88	1,28
<b>Giro do Ativo Total</b> Quantas vezes os Recursos Aplicados (Ativo Total) gira no período em relação as Vendas Líquidas (receita líquida).	IGAT = VL / AT	0,86	1,20
<b>Giro do Ativo Operacional</b> Quantas vezes os Recursos Aplic. para circulação operacional (ATotal-Ativo Permanente) gira no período em relação as VL	IGAO = VL / AO	0,87	1,21

Documento assinado digitalmente  
MARCONI DIAS LOPES NETO  
Data: 17/04/2024 17:00:58 0300  
Verifique em <https://validar.dft.gov.br>



MarconiDias Lopes Neto  
Sócio Administrador CPF:847.655.343-91

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro ou (Prejuízo) do Exercício	2.304.203,33	1.962.455,82
Depreciação e Amortização do Exercício	224.297,05	123.814,64
Baixa de Ativo Imobilizado	67.524,00	0,00
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	10.700,00	0,00
= Caixa gerado pelas operações	2.606.724,38	2.086.270,46
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/Redução dos ativos	5.262,51	-28.614,76
Clientes - Duplicatas a Receber	18.166,66	-16.791,66
Impostos e Contrib. a Recuperar	0,00	-1.717,89
Despesas Antecipadas	-12.904,15	-10.105,21
Aumento/(Redução) dos Passivos	-64.900,05	88.501,25
Fornecedores	-11.600,00	11.812,00
Obrigações Trabalhistas	3.402,92	2.612,23
Obrigações Tributárias	-2.050,98	17.211,68
Outras Obrigações	-54.651,99	56.865,34
= Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.547.086,84	2.146.156,95
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-536.000,00	-560.588,10
= Caixa líquido da Atividade de investimentos	-536.000,00	-560.688,10
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Lucros e Dividendos Recebidos de Investimentos	-1.304.030,41	-1.521.574,08
= Caixa líquido da Atividade de financiamentos	-1.304.030,41	-1.521.574,08
= Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	707.056,43	63.894,77
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	745.774,99	681.880,22
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do período	1.452.831,12	745.774,99

Assinado digitalmente por ANTONIO PEREIRA BRANDÃO  
CPF: 020.888.014-10, 01/12/2024 08:58:00  
Pessoa Física inscrita no CNPJ nº 02.088.014/0001-10, 01/12/2024  
Pessoa Física inscrita no CNPJ nº 02.088.014/0001-10, 01/12/2024  
CPF: 020.888.014-10, 01/12/2024 08:58:00  
CPF: 020.888.014-10, 01/12/2024 08:58:00

ANTONIO PEREIRA BRANDÃO  
5353  
Antonio Pereira Brandão  
Contador CRC-Ma 5197-0







**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA**  
Serviços Advocatícios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n. Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luis-MA  
Registro na OAB Nº 154

## Notas Explicativas

Exercícios Encerrados em:

31/12/2023 e 31/12/2022

### 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Lopes Advogados & Associados, sociedades de advogados, inscrita no CNPJ sob o nº: 07.652.130/0001-58, devidamente registrada na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão, sob o nº 154, com sede e foro na cidade de São Luis, na Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65.077-357, com atividade a Prestação de Serviços de Advocacia.

A sociedade pode a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

A sociedade tem como objetivo social a Prestação de Serviços de advocacia.

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado. (art. 997, II, CC/2002).

A administração da sociedade cabe ao sócio Marconi Dias Lopes Neto, brasileiro, OAB-MA nº 6.550, carteira de identidade nº 0000682644297-5 IFF/RJ SSP-MA, CPF-MF 847.655.343-91, que assumirá todas as operações, representará a sociedade, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão conta justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas (art. 1.065, CC/2002).

A critério dos sócios e no atendimento de interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderão ser destinados à formação de Reservas de Lucros, no critério estabelecido pela Lei nº. 6.404/76, ou, então, permanecer em Lucros Acumulados para futura destinação.

A sociedade poderá distribuir lucros mensalmente, ou em períodos superiores, com base nos balancetes contábeis mensais e nos critérios de distribuição mediante acordo entre os sócios. (arts. 997 e 1.007 CC/2002, e art. 202, Lei nº. 6.404/76). Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

O capital social é de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), dividido em 320.000 (Trezentos e vinte mil) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas neste ato, em moeda corrente do país, distribuídas entre os sócios entre os sócios da seguinte forma:

#### CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO:

SÓCIOS		QUOTAS	%	VALOR
Marconi Dias Lopes Neto		300.800	94%	300.800,00
Silas Gomes Brás Junior		19.200	6%	19.200,00
TOTAL		320.000	100%	320.000,00

### 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas para Lopes & Advogados Associados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras Contábeis foi aprovada pela Administração da Entidade em 31 de março de 2024.

### 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos;
- Ativo Circulante e Realizável a longo prazo** - São demonstrados pelos valores de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias até a data do balanço;
- Aplicação financeira de liquidez** - As aplicações financeiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos líquidos auferidos até a data do balanço;





LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA  
Serviços Advocaticios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luis-MA  
Registro na OAB Nº 154

Notas Explicativas

Exercícios Encerrados em:

31/12/2023 e 31/12/2022

d) **Segregação entre circulante e não circulante** - os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no Circulante, e os com prazos superiores, estão classificados no Não Circulante;

e) **Imobilizado e intangível** - São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido da depreciação ou amortização acumulada. A depreciação e amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Entidade adota como procedimento: revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como benefícios econômicos futuros associados ao item e que seu custo do item passa ser mensurado com confiança. Intangível são licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos, para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

f) **Uso de Estimativas Contábeis** - de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração adote o uso de estimativas, premissas objetivas e subjetivas com seus ativos e passivos, e a divulgação contingente de seus ativos e passivos. Os valores reais das efetivas transações poderão apresentar variações em relação as estimativas;

g) **Transações em moeda estrangeira** - Convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado;

h) **Provisão para recuperação de ativos (impairment)** - O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment;

i) **Ativos e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- **Contingência ativa** - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Provisões para contingências passivas** - provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;

j) **Outros ativos e outros passivos** - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata dia).

4 - RENUMERAÇÃO DOS SOCIOS

Os sócios percebem a remuneração mensal, pró-labore, que fixarem, respeitados os limites legais.

Os resultados do exercício serão distribuídos entre os sócios na proporção de sua participação no capital e em idêntica proporção ser lhes-ão distribuídos os prejuízos. Essa distribuição pode ser feita periodicamente e, pelo menos, uma vez ao ano, ao término do exercício social.

5 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A empresa é optante pelo regime do Simples Nacional.

1 - CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa Matriz	165,78	5.879,58
Bancos e contas Movimentos	32.106,52	34.308,92
Aplic. Financ. Liquidez Imediata	1.420.558,82	705.586,49
<b>Total</b>	<b>1.452.831,12</b>	<b>745.774,99</b>

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativos financeiros ou aplicação financeira são avaliadas pelo valor de mercado com ganhos ou perdas reconhecidas pelo regime de competência e são registrados como "Receitas ou Despesas Financeiras".

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se Fundos de Investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, remunerados ao Certificado de Dep. Interbancário (CDI) e estão destinadas à negociação imediata.

Por não haver restrições ao resgate antecipado, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

No exercício não foram identificadas evidências de perdas por não recuperabilidade de ativos







LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA  
Serviços Advocatórios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luís-MA  
Registro na OAB Nº 154

Notas Explicativas

2 - CLIENTES - DUPLICATASA RECEBER

	31/12/2023		31/12/2022	
	a Vencer	Vencido	a Vencer	Vencido
Clientes - Duplicatas a Receber	220.025,00	0,00	238.191,66	0,00
	220.025,00	0,00	238.191,66	0,00

Representam direitos ou valores adquiridos por vendas a prazo de mercadorias ou serviços relacionados com a atividade da empresa e ainda não recebidos.

3 - IMOBILIZADO

	Saldo Anterior Imobilizado	Movimentação		Saldo Atual Imobilizado	Taxa Depreciação	Saldo Anterior Depreciação		Movimentação		Saldo Atual Depreciação	31/12/2023 Imobilizado Líquido
		Adições	Baixas					Adições	Baixas		
Móveis e Utensílios	91.070,60	0,00	0,00	91.070,60	10,00%	-85.187,25		-639,00	0,00	-85.826,25	5.244,35
Máquinas e Equipamentos	3.310,00	0,00	0,00	3.310,00	10,00%	-2.650,25		-108,55	0,00	-2.758,80	551,20
Computadores e Periféricos	30.369,58	0,00	0,00	30.369,58	20,00%	-30.369,68		0,00	0,00	-30.369,68	-0,10
Imóveis	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00%	0,00		0,00	0,00	0,00	150.000,00
Veículos	1.177.700,00	635.900,00	0,00	1.813.600,00	20,00%	-516.655,95		-223.549,50	415.476,30	-324.729,15	1.005.870,85
Adiantamento a Fornec. de bens	99.900,00	0,00	99.900,00	0,00	0,00%	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.552.350,18	635.900,00	0,00	1.605.350,18	Total	-634.863,13		-224.297,05	415.476,30	-443.683,88	1.161.666,30

Composto por recursos aplicados em direitos e bens destinados a manutenção das atividades da entidade na exploração do seu objetivo social.

Os bens do ativo imobilizado e intangível são avaliados ao custo de aquisição, aplicação e incorporação.

Os bens foram depreciados e amortizados pelo método linear, por classe de bens, as taxas anuais estimadas, que melhor representam os respectivos prazos de vida útil dos bens no atendimento da administração.

A entidade verificou a probabilidade de ativo imobilizado e intangível de gerar perdas econômicas futuras utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas.

que existirá ao longo da vida útil do ativo.

A entidade utilizou julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso do ativo com base nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, atribuindo maior importância às evidências externas.

Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta perda é reconhecida no resultado do exercício.

4 - FORNECEDORES

	31/12/2023		31/12/2022	
	a Vencer	Vencido	a Vencer	Vencido
Fornecedores Nacionais	1.531,00	0,00	13.131,00	0,00
	1.531,00	0,00	13.131,00	0,00

Contas a pagar com fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.





LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA  
Serviços Advocatícios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luís-MA  
Registro na OAB N° 154

Notas Explicativas

5 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2023		31/12/2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Folhas de Pagto. Empregados	1.221,00	0,00	2.573,44	0,00
Folha de Pagto. Dirigentes	9.398,40	0,00	1.078,68	0,00
Contribuições e Encargos Sociais	937,20	0,00	2.661,45	0,00
Obrigações com Ferias e Encargos	2.261,60	0,00	4.101,71	0,00
	13.818,20	0,00	10.415,28	0,00

Os impostos e contribuições sobre folha de pagamento, assim como os retidos de terceiros foram recolhidos normalmente.  
Os impostos e contribuições sobre receitas e resultados estão isentos em conformidade com a Lei 9.532/97 e outros dispositivos legais.

6 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2023		31/12/2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Impostos Retidos a Recolher	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos e Contribuições s/ Receitas	37.490,23	0,00	39.541,21	0,00
	37.490,23	0,00	39.541,21	0,00

Os impostos e contribuições sobre folha de pagamento, assim como os retidos dos empregados ou autônomos foram recolhidos, normalmente sem isenção ou redução conforme legislação em vigor

7 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2023		31/12/2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Aluguel e Condomínio	2.566,66	0,00	2.458,00	0,00
Elo Internet	170,00	0,00	189,90	0,00
Equatorial - Energia	268,88	0,00	1.350,55	0,00
Net Serviços - Internet	274,81	0,00	251,36	0,00
Vivo - Internet	0,00	0,00	508,74	0,00
Outras Contas a Pagar	4.000,00	0,00	57.173,79	0,00
	7.280,35	0,00	61.932,34	0,00

Obrigações financeiras que uma empresa assume perante outros prestadores de serviços

8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Subscrito	320.000,00	320.000,00
Reserva de Lucros	45.055,02	45.055,02
Lucros Acumulados	1.423.201,95	982.320,21
Ajustes dos Exercícios Anteriores	10.700,00	0,00
Lucros ou (-) Prejuízos do Exercício	2.304.203,33	1.962.455,82
(-) Lucros Distribuídos	-1.304.030,41	-1.521.574,08
Total	2.799.129,89	1.788.256,97

O patrimônio líquido é formado por recursos dos sócios e recursos gerados do desenvolvimentos dos objetivos sociais, e conforme o contrato social e critério dos sócios e no atendimento de interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderão ser destinados à formação de Reservas de Lucros, no critério estabelecido pela Lei nº. 6.404/76, ou, então, permanecer em Lucros Acumulados para futura destinação.





LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA  
Serviços Advocatícios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luis-MA  
Registro na OAB Nº 154

Notas Explicativas

9 - RECEITA LÍQUIDA		31/12/2023	31/12/2022
Prestação de Serviços Advocatícios		2.935.163,02	2.662.603,32
(-) Simples Nacional sobre vendas e serviços		-462.348,23	-366.186,40
Total		2.472.814,79	2.296.416,92
10 - DESPESAS OPERACIONAIS		31/12/2023	31/12/2022
Despesas Com Pessoal - Socios		18.921,60	17.452,80
Despesas Com Pessoal - Empregados		50.124,47	47.510,56
Despesas Com Depreciação		224.297,05	123.814,64
Outras Despesas Operacionais		160.216,71	156.728,42
Despesas Tributárias		43.624,63	19.121,94
Total		497.184,46	364.628,36
11 - RESULTADO FINANCEIRO		31/12/2023	31/12/2022
(-) Receitas Financeiras		-61.515,23	-33.267,21
Despesas Financeiras		418,53	2.599,95
Total		-61.096,70	-30.667,26

Receita Líquida é o valor que se obtém com a venda de prestação de serviço, após deduções de impostos sobre a venda da prestação do serviço.

São consideradas gastos relacionados a manutenção do negócio. Possuem relação direta com o produto final, como as despesas administrativas.

Confronto das despesas financeiras e receitas financeiras, que podem ser juros, variações monetárias, juros de clientes e rendimentos de aplicações financeiras.

São Luis, 31 de dezembro de 2023

gov.br  
Documento assinado digitalmente  
MARCONI DIAS LOPES NETO  
Data: 17/04/2024 17:02:05-0300  
Verifique em: <https://validar.dft.gov.br>

Marconi Dias Lopes Neto  
Sócio Administrador CPF:847 655.343-91

ANTONIO  
PEREIRA  
BRANDAO:24  
958565353

Assinado digitalmente por ANTONIO  
PEREIRA BRANDAO:24958565353  
Módulo de Assinatura Criptográfica OU  
+337168800145 CN=Antonio Pereira  
Federal do Brasil - RFB, CN=BRASIL  
OU=RFB e-CPF A3, CN=ANTONIO PEREIRA  
BRANDAO:24958565353  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Local: São Luis, MA  
Data: 2024.04.09 11:03:53-0300  
Formato: PDF Respost. Verbo: 12.1.2

Antonio Pereira Brandão  
Contador CRC-Ma 5197-0

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 07.652.130/0001-58

Número de Ordem do Livro: 18

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA			
Receita de Serviços Prestados		R\$ 2.662.603,32	R\$ 2.935.163,02
(-) DEDUÇÕES DA RECEITAS		R\$ 2.662.603,32	R\$ 2.935.163,02
(-) Tributos S/ Vendas e Serviços		R\$ (366.186,40)	R\$ (462.348,23)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (366.186,40)	R\$ (462.348,23)
(-) Despesas Com Pessoal - Sócios		R\$ (364.628,36)	R\$ (229.708,16)
(-) Despesas Com Pessoal - Empregados		R\$ (17.452,80)	R\$ (18.921,60)
(-) Outras Despesas Operacionais		R\$ (47.510,56)	R\$ (50.124,47)
(-) Despesas Tributárias		R\$ (156.728,42)	R\$ (160.216,71)
(-) Despesas com Depreciação		R\$ (19.121,94)	R\$ (43.624,63)
Outras Receitas Operacionais		R\$ (123.814,64)	R\$ (224.297,05)
RESULTADO FINANCEIRO		R\$ 0,00	R\$ 267.476,30
Receitas financeiras		R\$ 30.667,26	R\$ 61.096,70
(-) Despesas Financeiras		R\$ 33.267,21	R\$ 61.515,23
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ (2.599,95)	R\$ (418,53)
		R\$ 1.962.455,82	R\$ 2.304.203,33

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 9E.8F.F9.E1.9C.B3.DB.0B.23.39.BB.8F.1C.CD.97.C2.52.9E.3B-2, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped





## BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: LOPES &amp; ADVOGADOS ASSOCIADOS

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 07.652.130/0001-58

Número de Ordem do Livro: 18

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 1.913.276,80	R\$ 2.859.249,67
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 995.789,75	R\$ 1.697.583,37
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$ 745.774,99	R\$ 1.452.831,12
CAIXA		R\$ 5.879,58	R\$ 165,78
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 34.308,92	R\$ 32.106,52
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA - FAF		R\$ 705.586,49	R\$ 1.420.558,82
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		R\$ 239.909,55	R\$ 221.742,89
CLIENTES NACIONAIS		R\$ 238.191,66	R\$ 220.025,00
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR		R\$ 1.717,89	R\$ 1.717,89
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		R\$ 10.105,21	R\$ 23.009,36
SEGUROS A APROPRIAR		R\$ 10.105,21	R\$ 23.009,36
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 917.487,05	R\$ 1.161.666,30
IMOBILIZADO		R\$ 917.487,05	R\$ 1.161.666,30
BENS EM USO		R\$ 1.452.450,18	R\$ 1.605.350,18
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R\$ (634.863,13)	R\$ (443.683,88)
ADIANTAMENTOS A FORNC. DE BENS		R\$ 99.900,00	R\$ 0,00
PASSIVO		R\$ 1.913.276,80	R\$ 2.859.249,67
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 125.019,83	R\$ 60.119,78
FORNECEDORES		R\$ 13.131,00	R\$ 1.531,00
FORNECEDORES		R\$ 13.131,00	R\$ 1.531,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R\$ 10.415,28	R\$ 13.818,20
FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPREGADOS		R\$ 2.573,44	R\$ 1.221,00
FOLHA DE PAGAMENTO DE DIRIGENTES		R\$ 1.078,68	R\$ 9.398,40
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		R\$ 2.661,45	R\$ 937,20
OBRIGAÇÕES COM FÉRIAS E 13º SALÁRIO		R\$ 4.101,71	R\$ 2.261,60
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 39.541,21	R\$ 37.490,23
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS		R\$ 39.541,21	R\$ 37.490,23
CONTAS A PAGAR		R\$ 61.932,34	R\$ 7.280,35
DEMAIS CONTAS A PAGAR		R\$ 61.932,34	R\$ 7.280,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 1.788.256,97	R\$ 2.799.129,89
CAPITAL		R\$ 320.000,00	R\$ 320.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 320.000,00	R\$ 320.000,00
RESERVAS		R\$ 45.055,02	R\$ 45.055,02
RESERVAS DE LUCROS		R\$ 45.055,02	R\$ 45.055,02
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 1.423.201,95	R\$ 2.434.074,87
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 982.320,21	R\$ 1.433.901,95
LUCROS OU (-)PREJUÍZOS DO EXERCÍCIOS		R\$ 440.881,74	R\$ 1.000.172,92

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 9E.8F.F9.E1.9C.5C.B3.DB.0B.23.39.BB.8F.1C.CD.97.C2.52.9E.3B-2, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1

## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 07.652.130/0001-58  
Número de Ordem do Livro: 18  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

### TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
NIRE  
CNPJ 07.652.130/0001-58  
Número de Ordem 18  
Natureza do Livro REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO  
Município São Luís  
Data do arquivamento dos atos constitutivos 13/10/2005  
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária  
Data de encerramento do exercício social 31/12/2023  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 8694

### TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
Natureza do Livro REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO  
Número de ordem 18  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 8694  
Data de início 01/01/2023  
Data de término 31/12/2023

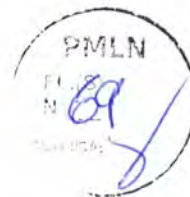
Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 9E.8F.F9.E1.9C.5C.B3.DB.0B.23.39.BB.8F.1C.CD.97.C2.52.9E.3B-2, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1





MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped	Versão: 10.1.8
--	----------------

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO	
NIRE	CNPJ 07.652.130/0001-58
NOME EMPRESARIAL LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO	
FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO	NÚMERO DO LIVRO 18
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 9E.8F.F9.E1.9C.5C.B3.DB.0B.23.39.BB.8F.1C.CD.97.C2.52.9E.3B	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	07652130000158	LOPES E ADVOGADOS ASSOCIADOS:0765213000158	8081749118389034266	15/01/2024 a 14/01/2025	Sim
Contador	24958565353	ANTONIO PEREIRA BRANDAO:24958565353	65153677260664127524149353865	17/05/2022 a 16/05/2025	Não

NÚMERO DO RECIBO:  
9E.8F.F9.E1.9C.5C.B3.DB.0B.23.39.BB  
.8F.1C.CD.97.C2.52.9E.3B-2

Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO  em 12/04/2024 às 13:22:57  96.60.7A.59.D2.9E.44.52 B9.33.CE.0F.7D.70.C8.06
--

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial Ano 2023 foi registrado na OABMA nº154, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 25/01/2024.

Proc. 10.0000.2024.005168-2 - ID#7554222 - Página 12 de 12. ELIANE RODRIGUES MACEDO - Comissão de Sociedades de Advogados - 22/04/2024.

## CERTIDÃO

**CERTIFICO**, que o Balanço Patrimonial Ano **2023** do exercício da sociedade denominada: “**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**” registrada na data **22** de **abril** de **2024**, sob **Protocolo n.º 10.0000.2024.755422 (ID#7554222)**; atendendo ao estabelecido no conforme Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), Regulamento Geral, pelo Provimento n.º 112/2006. Por ser expressão da verdade, lavro a presente certidão, que vai assinada por **Gustavo Mamede Lopes de Souza, Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão**.

---

### COMISSÃO DE SOCIEDADES

Central de Atendimento: (98) 2107-5454 / 2107-5429

E-mail: sociedade@oabma.org.br

WhatsApp: 98 99161-1092

Endereço Sede OAB





Documento(s) assinado(s) eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

PMLN  
F. S.  
7  
2024

ID#7554737

Certidão de balanço patrimonial - pags. 1-1



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 22/04/2024, às 16:05. **GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA**, em 23/04/2024, às 10:51. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://validador.oab.org.br>, informando o código **7554-7371-8A**.



Documento(s) assinado(s) eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

PMLN  
115  
72

ID#7554222

Balço patrimonial averbado/certificado - pags. 1-12



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 22/04/2024, às 15:50. **GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA**, em 23/04/2024, às 10:51. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://validador.oab.org.br>, informando o código **7554-2220-C3**.





**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA**  
Serviços Advocatícios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luis-MA  
Registro na OAB N° 154

Balanco Patrimonial - Ativo				Balanco Patrimonial - Passivo			
Exercícios Encerrados em:		Notas Explicativas		Exercícios Encerrados em:		Notas Explicativas	

**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA**  
Serviços Advocatícios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa  
Registro na OAB N° 154

### Demonstração do Resultado do Exercício

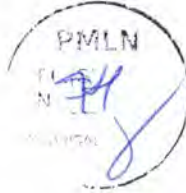
RECEITAS DE VENDAS DE SERVIÇOS		Notas Explicativas	31/12/2024	31/12/2023	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		31/12/2024	31/12/2023
Venda de Serviços			2.850.893,26	2.935.163,02	Saldo de Lucros Acumulados no início do período		2.434.074,87	1.423.201,95
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			2.850.893,26	2.935.163,02	Ajustes Credores de Períodos de Apuração Anteriores		0,00	0,00
(-) Impostos e Contribuições s/Vendas			-446.105,41	-462.348,23	Reversão de Reservas		0,00	10.700,00
		9	-446.105,41	-462.348,23	Lucros Líquidos do Exercício		1.905.300,15	2.304.203,33
= RECEITA LÍQUIDA			2.404.787,85	2.472.814,79	(-) Saldo Anterior de Prejuízos Acumulados		0,00	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS		10	541.853,24	229.708,16	(-) Ajustes Devedores de Períodos de Apuração Anteriores		0,00	0,00
Despesas com Administradores			20.332,80	18.921,60	(-) Prejuízo Líquido do Ano		0,00	0,00
Despesas com Pessoal			28.938,72	50.124,47			0,00	0,00
Despesas com Depreciação			241.183,35	224.297,05				
Despesas Tributárias			46.837,79	43.624,63				
Outras Despesas Operacionais			204.560,58	160.216,71				
(-) Outras Receitas Operacionais			0,00	-267.476,30				
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		11	-42.365,54	-61.096,70			4.339.375,02	3.738.105,28
Despesas Financeiras			5,62	418,53	DESTINAÇÕES			
(-) Receitas Financeiras			-42.371,16	-61.515,23	Transferências para Reservas		0,00	0,00
					Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados		2.985.950,10	1.304.030,41
					Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital		0,00	0,00
					Outras Destinações		0,00	0,00
[=] LUCRO OU (PREJUÍZOS) DO EXERCÍCIO			1.905.300,15	2.304.203,33	TOTAL		2.985.950,10	1.304.030,41
					LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		1.353.424,92	2.434.074,87

**MARCONI DIAS**  
**LOPES NETO**

**ANTONIO  
PEREIRA  
BRANDÃO:24958  
565353**

Marconi Dias Lopes Neto  
Sócio Administrador CPF: 847.655.343-91

Antonio Pereira Brandão  
Contador CRC-Ma 5197-0







LOPES & ADVOCADOS ASSOCIADOS LTDA  
Serviços Advocaticios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luis-MA  
Registro na OAB N° 154

Demonstrativo dos Indicadores Econômicos e Financeiros

		31/12/2024	31/12/2023
LIQUIDEZ			
Liquidez Corrente	ILC=LC / PC	15,45	28,24
Quanto existe de recursos de curto prazo (LC) para cada \$ 1,00 de dívida de curto prazo (PC)			
Liquidez Seca	ILS=(AC-Ext) / PC	15,45	28,24
Quanto existe de recursos de curto prazo sem estoque (AC) para cada \$ 1,00 de dívida de curto prazo (PC)			
Liquidez Geral	ILG = (AC+ARLP) / (PC+PELP)	15,45	28,24
Quanto existe de recursos a curto prazo (AC) + recursos de longo prazo (ELP) para cada \$ 1,00 de dívida total (PC + PELP)			
Solvência Geral	ISG = AT/PELG>Total	34,15	47,56
Quanto existe de recursos a curto prazo (AC) + recursos de longo prazo (ELP) para cada \$ 1,00 de dívida total (PC + PELP)			
ESTRUTURA DE CAPITAL ou ENDIVIDAMENTO			
Participação Capital de Terceiros	IPCT=Extg/Total / PL	0,03	0,02
Quanto existe de dívida de curto e longo prazo (PC + PELP) capital de terceiros para cada \$ 1,00 do PL, capital próprio.			
Composição do Endividamento	ICE = PC / Extg Total	1,00	1,00
Quanto existe de dívida no PC, capital de terceiros de CP para cada \$ 1,00 de dívida total (PC + PELP) CT de CP e LP			
Grau de Endividamento ou Geral	IGE = Extg Total / AT	0,03	0,02
Quanto existe de capital de terceiros no (PC + PELP) para cada \$ 1,00 do Ativo Total, obrigações com terceiros e com sócios.			
Imobilização do Patrimônio Líquido	IIPL = AI / PL	0,56	0,42
Quanto existe de capital de terceiros em (AP) para cada \$ 1,00 de (PL) a excedente a \$1,00, e a parte financiada com capital de terceiros.			
Imobilização dos Não-Correntes	IINC = AI / ( PL + PC + PL )	0,56	0,42
Quanto existe de recursos imobilizados, para cada \$ 1,00 e recursos de longo prazo (PL + PELP) CP + capital de terceiros LP.			
RENTABILIDADE ou RETORNO			
Margem Líquida	MGL = LL / VL	79%	93%
Início o percentual de lucro líquido sobre as vendas líquidas, isto é, o retorno econômico sobre as Vendas Líquidas.			
Retorno do Ativo	IRA = LL / ATotal	108%	81%
Início o percentual de lucro sobre o ATotal, isto é, o retorno econ. sobre o ATotal (recursos apl. para o desenv. da atividade).			
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	IRPL = LL / PLtotal	111%	82%
Início o percentual de lucro líquido sobre o Capital próprio (PL), isto é, o retorno econômico sobre o Patrimônio Líquido.			
ROTA TIVIDADE ou GIRO			
Giro do Patrimônio Líquido	IGPL = VL / PL	1,40	0,88
Quantas vezes o Capital Próprio (Patrimônio líquido) girou no período em relação as Vendas Líquidas (receita líquida)			
Giro do Ativo Total	IGAT = VL / AT	1,36	0,86
Quantas vezes os Recursos Aplicados (Ativo Total) girou no período em relação as Vendas Líquidas (receita líquida)			
Giro do Ativo Operacional	IGAO = VL / AO	1,36	0,86
Quantas vezes os Recursos Apl. para a circulação operacional (Ativo Permanente) girou no período em relação ao VL			

Assinado de forma digital por MARCONI DIAS LOPES NETO  
Dados: 2025.05.06 21:30:02 -03'00'

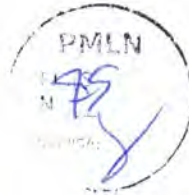
Marconi Dias Lopes Neto  
Sócio Administrador CPF:847.655.343-91

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Lucro ou (Prejuízo) do Exercício	1.905.300,15	2.304.203,33
Depreciação e Amortização do Exercício	241.183,35	-191.179,25
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	10.700,00
= Caixa gerado pelas operações	2.146.483,50	2.123.724,08
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/Redução dos ativos	-46.697,35	5.262,51
Clientes - Duplicatas a Receber	-49.000,00	18.166,66
Impostos e Contrib. a Recuperar	0,00	0,00
Despesas Antecipadas	2.302,65	-12.904,15
Fornecedores	-8.278,11	-64.900,05
Obrigações Trabalhistas	2.539,02	-11.600,00
Obrigações Tributárias	-5.574,18	3.402,92
Outras Obrigações	-2.337,36	-2.050,98
Adiantamento de Clientes/Terceiros	-3.405,59	-54.651,99
= Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.091.508,04	2.064.086,54
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-48.950,96	-53.000,00
= Caixa líquido da Atividade de Investimentos	-48.950,96	-53.000,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Lucros e Dividendos Recebidos de Investimentos	-2.985.950,10	-1.304.030,41
= Caixa líquido da Atividade de Financiamentos	-2.985.950,10	-1.304.030,41
= Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-943.393,02	707.056,13
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do período	1.452.831,12	745.774,99
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do período	509.438,10	1.452.831,12

Assinado digitalmente por ANTONIO PEREIRA BRANDAO:2495856  
Dados: 2025.05.06 21:30:02 -03'00'

Antonio Pereira Brandão  
Contador CRC-Ma 5197-0





**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA**  
Serviços Advocatícios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luis-MA  
Registro na OAB N° 154

## Notas Explicativas

Exercícios Encerrados em:

31/12/2024 31/12/2023

### 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Lopes Advogados & Associados, sociedades de advogados, inscrita no CNPJ sob o nº 07.652.130/0001-58, devidamente registrada na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão, sob o nº 154, com sede e foro na cidade de São Luis, na Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65.077-357, com atividade a Prestação de Serviços de Advocacia.

A sociedade pode a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

A sociedade tem como objetivo social: Prestação de Serviços de advocacia.

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado. (art. 997, II, CC/2002).

A administração da sociedade cabe ao sócio Marconi Dias Lopes Neto, brasileiro, OAB-MA nº 6.550, carteira de identidade nº 000068264297-5 (RP/RJ SSP-MA, CPF-MF 847.655.343-91, que assumirá todas as operações, representará a sociedade, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.

Até o término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão conta justificada de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas (art. 1.065, CC/2002).

A critério dos sócios e no atendimento de interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderão ser destinados à formação de Reservas de Lucros, no critério estabelecido pela Lei nº 6.404/76, ou, então, permanecer em Lucros Acumulados para futura destinação.

A sociedade poderá distribuir lucros mensalmente, ou em períodos superiores, com base nos balancetes contábeis mensais e nos critérios de distribuição mediante acordo entre os sócios. (arts. 997 e 1.007 CC/2002, e art. 202, Lei nº 6.404/76).

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

O capital social é de R\$ 320.000,00 (Trentos e vinte mil reais), dividido em 320.000 (Trentos e vinte mil) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas neste ato, em moeda corrente do país, distribuídas entre os sócios entre os sócios da seguinte forma:

#### CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO:

SÓCIOS	QUOTAS	%	VALOR	
Marconi Dias Lopes Neto	300.800	94%		300.800,00
Silas Gomes Brás Júnior	19.200	6%		19.200,00
TOTAL	320.000	100%		320.000,00

### 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas para Lopes & Advogados Associados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras Contábeis foi aprovada pela Administração da Entidade em 15 de Fevereiro de 2025.

### 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate das receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos;
- Ativo Circulante e Realizável a Longo prazo** - São demonstrados pelos valores de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias até a data do balanço;
- Aplicação financeira de liquidez** - As aplicações financeiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos líquidos auferidos até a data do balanço;
- Segregação entre circulante e não circulante** - Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no Circulante, e os com prazos superiores, estão classificados no Não Circulante;
- Imobilizado e intangível** - São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido da depreciação ou amortização acumulada. A depreciação e amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Entidade adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como benefícios econômicos futuros associados ao item e que seu custo do item passa ser mensurado com confiança. Intangível (seu custo) são licenciados de software são capitalizados com base nos custos incorridos, para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.







LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA

Serviços Advocatícios

CNPJ: 07.652.130/0001-58

End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luis-MA  
Registro na OAB N° 154

Notas Explicativas

Exercícios encerrados em:

31/12/2024 31/12/2023

f) **Uso de Estimativas Contábeis** – de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração adote o uso de estimativas, premissas objetivas e subjetivas com seus ativos e passivos, e a divulgação contingente de seus ativos e passivos. Os valores reais das efetivas transações poderão apresentar variações em relação às estimativas;

g) **Transações em moeda estrangeira** - Convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado;

h) **Provisão para recuperação de ativos (Impairment)** - O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment;

i) Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingência ativas – não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para contingências passivas – provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;

j) **Outros ativos e outros passivos** - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata dia).

4 - REMUNERAÇÃO DOS SOCIOS

Os sócios percebem a remuneração mensal, pró-labore, que fixarem, respeitados os limites legais.

Os resultados do exercício serão distribuídos entre os sócios na proporção de sua participação no capital e em idêntica proporção ser-lhes-ão distribuídos os prejuízos. Essa distribuição pode ser feita periodicamente e, pelo menos, uma vez ao ano, ao término do exercício social.

5 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A empresa é optante pelo regime do Simples Nacional.

1	CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	31/12/2024	31/12/2023
Caixa Matriz		164,95	165,78
Bancos e contas Movimentos		1,00	32.106,52
Aplic. Financ. Liquidez Imediata		509.272,15	1.420.558,82
<b>Total</b>		<b>509.438,10</b>	<b>1.452.831,12</b>

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativos financeiros ou aplicação financeira são avaliadas pelo valor de mercado com ganhos ou perdas reconhecidas pelo regime de competência e são registrados como "receitas ou Despesas Financeiras".

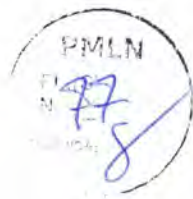
As aplicações financeiras em renda fixa relembram-se Fundos de Investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, remunerados ao Certificado de Dep. Interbancário (CDI) e estão destinadas à negociação imediata. Por não haver restrições ao resgate antecipado, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

No exercício não foram identificadas evidências de perdas por não recuperabilidade de ativos

2 CLIENTES - DUPLICATAS A RECEBER

	31/12/2024	31/12/2023
	a Vencer	Vencido
Clientes - Duplicatas a Receber	269.025,00	220.025,00
	269.025,00	220.025,00

Representam direitos ou valores adquiridos por vendas a prazo de mercadorias ou serviços relacionados com a atividade da empresa e ainda não recebidos.





LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA

Serviços Advocatícios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luís-MA  
Registro na OAB Nº 154

Notas Explicativas

3	IMOBILIZADO	Saldo Anterior Imobilizado	Movimentação		Saldo Atual Imobilizado	Taxa Depreciação	Saldo Anterior Depreciação	Movimentação		Saldo Atual Depreciação	31/12/2024 Imobilizado Líquido
			Adições	Baixas				Adições	Baixas		
	Móveis e Utensílios	91.070,60	4.734,00	0,00	95.804,60	10,00%	-85.826,25	-894,69	0,00	-86.720,94	9.083,66
	Maquinário e Equipamentos	3.310,00	0,00	0,00	3.310,00	10,00%	-2.758,80	0,00	0,00	-2.758,80	551,20
	Computadores e Periféricos	30.369,58	5.782,66	0,00	36.152,24	20,00%	-30.369,68	-780,66	0,00	-31.150,34	5.001,90
	Imóveis	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
	Veículos	1.330.600,00	0,00	0,00	1.330.600,00	20,00%	-324.729,15	-239.508,00	0,00	-564.237,15	766.362,85
	Participação em Consórcios	0,00	38.434,30	0,00	38.434,30	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	38.434,30
	Adiantamento a Fornec. de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	1.605.350,18	48.950,96	0,00	1.654.301,14	Total	-443.683,88	-241.183,35	0,00	-684.867,23	969.433,91

Composto por recursos aplicados em direitos e bens destinados a manutenção das atividades da entidade na exploração do seu objetivo social.

Os bens do ativo imobilizado e intangível são avaliados ao custo de aquisição, aplicação e incorporação.

Os bens foram depreciados e amortizados pelo método linear, por classe de bens, as taxas anuais estimadas, que melhor representam os respectivos prazos de vida útil dos bens no atendimento da administração.

A entidade verificou a probabilidade de ativo imobilizado e intangível de gerar perdas econômicas futuras utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão ao longo da vida útil do ativo.

A entidade utilizou julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso do ativo com base nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, atribuindo maior importância às evidências externas.

Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta perda é reconhecida no resultado do exercício.

4 FORNECEDORES

	31/12/2024		31/12/2023	
	a Vencer	Vencido	a Vencer	Vencido
Fornecedores Nacionais	4.070,02	0,00	1.531,00	0,00
	4.070,02	0,00	1.531,00	0,00

Contas a pagar com fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.







LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA

Serviços Advocatórios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luis-MA  
Registro na OAB Nº 154

Notas Explicativas

5	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	31/12/2024		31/12/2023	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
	Folhas de Pagto. Empregados	2.752,29	0,00	1.221,00	0,00
	Folha de Pagto. Dirigentes	1.256,68	0,00	9.398,40	0,00
	Contribuições e Encargos Sociais	1.069,32	0,00	937,20	0,00
	Obrigações com Férias e Encargos	3.165,73	0,00	2.261,60	0,00
		8.244,02	0,00	13.818,20	0,00
Os impostos e contribuições sobre folha de pagamento, assim como os retidos de terceiros foram recolhidos normalmente.					
Os impostos e contribuições sobre receitas e resultados estão isentos em conformidade com a Lei 9.532/97 e outros dispositivos legais.					
6	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	31/12/2024		31/12/2023	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
	Impostos e Contribuições s/ Receitas	35.152,87	0,00	37.490,23	0,00
		35.152,87	0,00	37.490,23	0,00
Os impostos e contribuições sobre folha de pagamento, assim como os retidos dos empregados ou autônomos foram recolhidos, normalmente sem isenção ou redução conforme legislação em vigor					
7	OUTRAS OBRIGAÇÕES	31/12/2024		31/12/2023	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
	Aluguel e Condomínio	3.047,10	0,00	2.566,66	0,00
	Elo Internet	170,00	0,00	170,00	0,00
	Equatorial - Energia	368,49	0,00	268,88	0,00
	Net Serviços - Internet	289,17	0,00	274,81	0,00
	Vivo - Internet	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Contas a Pagar	0,00	0,00	4.000,00	0,00
		3.874,76	0,00	7.280,35	0,00
Obrigações financeiras que uma empresa assume perante outros prestadores de serviços					
8	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024		31/12/2023	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Capital Subscrito	320.000,00	320.000,00	320.000,00	320.000,00
	Reserva de Lucros	45.055,02	45.055,02	45.055,02	45.055,02
	Lucros Acumulados	2.434.074,87	1.423.201,95	1.423.201,95	1.423.201,95
	Ajustes dos Exercícios Anteriores	0,00	10.700,00	10.700,00	10.700,00
	Lucros ou (-) Prejuízos do Exercício	1.905.300,15	2.304.203,33	2.304.203,33	2.304.203,33
	(-) Lucros Distribuídos	-2.985.950,10	-1.304.030,41	-1.304.030,41	-1.304.030,41
	Total	1.718.479,94	2.799.129,89	2.799.129,89	2.799.129,89
O patrimônio líquido é formado por recursos dos sócios e recursos gerados do desenvolvimento dos objetivos sociais, e conforme o contrato social e critério dos sócios e no atendimento de interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderão ser destinados à formação de Reservas de Lucros, no critério estabelecido pela Lei nº. 6.404/76, ou, então, permanecer em Lucros Acumulados para futura destinação.					





LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA  
Serviços Advocatórios  
CNPJ: 07.652.130/0001-58  
End: Av. dos Holandeses, s/n, Edifício Lagoa Corporate e Offices, Sala 1007 Torre II, Ponta D'areia, CEP:65077-357, São Luis-MA  
Registro na OAB N° 154

Notas Explicativas

9 RECEITA LÍQUIDA		31/12/2024	31/12/2023
Prestação de Serviços Advocatórios		2.850.893,26	2.935.163,02
(-) Simples Nacional sobre vendas e serviços		-446.105,41	-462.348,23
Total		2.404.787,85	2.472.814,79

Receita Líquida e o valor que se obtém com a venda de prestação de serviço, após deduções de impostos sobre a venda da prestação do serviço.

10 DESPESAS OPERACIONAIS		31/12/2024	31/12/2023
Despesas Com Pessoal - Sócios		20.332,80	18.921,60
Despesas Com Pessoal - Empregados		28.938,72	50.124,47
Despesas Com Depreciação		241.183,35	224.297,05
Outras Despesas Operacionais		204.560,58	160.216,71
Despesas Tributárias		46.837,79	43.624,63
Total		541.853,24	497.184,46

São consideradas gastos relacionados à manutenção do negócio. Possuem relação direta com o produto final, como as despesas administrativas.

11 RESULTADO FINANCEIRO		31/12/2024	31/12/2023
(-) Receitas Financeiras		-42.371,16	-61.515,23
Despesas Financeiras		5,62	418,53
Total		-42.365,54	-61.096,70

Confronto das despesas financeiras e receitas financeiras que podem ser juros, variações monetárias, juros de clientes e rendimentos de aplicações financeiras.

São Luis, 31 de dezembro de 2024

MARCONI DIAS  
LOPES NETO

Assinado de forma digital por  
MARCONI DIAS LOPES NETO  
Dados: 2025.05.06 21:30:52 -03'00'

Marconi Dias Lopes Neto  
Sócio Administrador CPF:847.655.343-91

ANTONIO  
PEREIRA  
BRANDÃO:24958  
565353  
Assinado digitalmente por ANTONIO PEREIRA BRANDÃO  
CPF: 028.724.896-03  
35710500001-05, Cui-Genérica da Receita Federal do Brasil  
BRANDÃO:249585332  
Data: 2025.04.12 17:51:01 -0300  
Form: TP-Formal - versão: 2024.40  
Antonio Pereira Brandão  
Contador CRC-Ma 5197-0









Nome	31/12/2024
RECEITAS	2.850.893,26
RECEITAS OPERACIONAIS	2.850.893,26
RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS	2.850.893,26
DEDUÇÕES DAS RECEITAS C/VENDAS E SERVIÇO	-446.105,41
IMPOSTOS S/VENDAS E SERVIÇOS	-446.105,41
(=) RECEITA LIQUIDA	2.404.787,85
(=) LUCRO BRUTO	2.404.787,85
DESPESAS OPERACIONAIS	-300.669,89
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-253.832,10
DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS	-46.837,79
(=) RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS	2.104.117,96
(=) RESULTADO FINANCEIRO	42.365,54
RECEITAS FINANCEIRAS	42.371,16
GANHOS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS	38.954,96
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	3.416,20
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	-5,62
DESPESAS FINANCEIRAS	-5,62
OUTRAS DESPESAS	-241.183,35
DESPESAS COM DEPRECIACÃO	-241.183,35
(=) RESULTADO ANTES DO IR/CSLL	1.905.300,15
(=) RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.905.300,15
(=) RESULTADO DO EXERCICIO	1.905.300,15

ANTONIO PEREIRA  
BRANDAO:2495856535  
3  
Assinado digitalmente por ANTONIO PEREIRA  
BRANDAO:2495856535  
ND: CN=BR, O=ICP-Brasil, OU=presidente, OU=3321059000145, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=IDFEDERAL, OU=RFB e-CPF A3, CN=ANTONIO PEREIRA BRANDAO:2495856535  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização

ANTONIO PEREIRA BRANDÃO  
Contador  
CPF: 249.585.653-53  
CRC: 5197

MARCONI DIAS  
LOPES NETO  
Assinado de forma digital por  
MARCONI DIAS LOPES NETO  
Dados: 2025.05.06 21:26:11 -03'00'  
MARCONI DIAS LOPES NETO  
Sócio(a) - Administrador(a)  
CPF: 847.655.343-91



## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 07.652.130/0001-58  
Número de Ordem do Livro: 19  
Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

### TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
NIRE  
CNPJ 07.652.130/0001-58  
Número de Ordem 19  
Natureza do Livro REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO  
Município São Luís  
Data do arquivamento dos atos constitutivos 13/10/2005  
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária  
Data de encerramento do exercício social 31/12/2024  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 8995

### TERMO DE ENCERRAMENTO

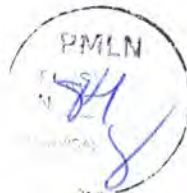
Nome Empresarial LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
Natureza do Livro REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO  
Número de ordem 19  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 8995  
Data de início 01/01/2024  
Data de término 31/12/2024

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 59.1D.EE.BA.BF.77.DE.03.4D.E6.D6.D7.40.4F.50.CB.59.38.34.32-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

Página 1 de 1



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME..... : ANTONIO PEREIRA BRANDAO  
REGISTRO..... : MA-005197/O-8  
CATEGORIA..... : CONTADOR  
CPF..... : \*\*\*.585.653-\*\*

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 21/10/2025 as 15:53:58.

Válido até: 19/01/2026.

Código de Controle: 7036280.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.



## **CERTIDÃO**

**Certifico**, para os fins de direito, que a Sociedade **“LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS”** é inscrita no Conselho Seccional da **OAB/MA** sob o número **154** desde **13** de **outubro** de **2005**, conforme consta no **Livro B-03, Folha 51 CNPJ:07.652.130/0001-58**. **Certifico**, ainda, que a mesma se encontra em situação regular junto a esta Seccional consoante estabelecido no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), Regulamento Geral e **Provimento nº 112/2006**. Por ser expressão da verdade lavro a presente certidão que vai assinada por **DANIEL BLUME, Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão**.

---

### **COMISSÃO DE SOCIEDADES**

Central de Atendimento: (98) 2107-5454 / 2107-5429

E-mail: sociedade@oabma.org.br

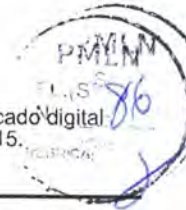
WhatsApp: 98 99161-1092

Endereço Sede OAB

Rua Dr. Pedro I Proc. 10.0000.2025.015114-2 - ID#13284876 - Página 1 de 1. LU - São Luís, MA - Brasil



Documento(s) assinado(s) eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.



ID#13284876

Certidão de regularidade - pags. 1-1



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 03/11/2025, às 12:41. **DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA**, em 04/11/2025, às 08:57. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://validador.oab.org.br>, informando o código **1328-4876-36**.



**LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD**

**Inscrição** 11263  
**Seccional** MA  
**Subseção** CONSELHO SECCIONAL - MARANHÃO  
ADVOGADA

**Endereço Profissional**

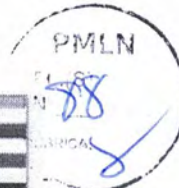
AVENIDA ANA JANSEN, Nº 02 QUADRA 19, ED. MENDES FROTA, SL 504, SÃO FRANCISCO  
SÃO LUÍS - MA  
65076730

**Telefone Profissional**

(98) 3235-0679  
(98) 99153-8050

**SITUAÇÃO REGULAR**

\*O teor desta consulta do [cna.oab.org.br](https://cna.oab.org.br) efetuada em 14/11/2025 é meramente informativo, não valendo como certidão.

**SILAS GOMES BRAS JUNIOR**

Inscrição	Seccional	Subseção
9837	MA	CONSELHO SECCIONAL - MARANHÃO
ADVOGADO		

**Endereço Profissional**

Não informado

**Telefone Profissional**

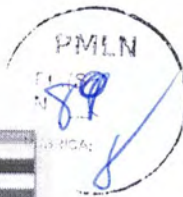
(98) 3303-4544

(98) 99181-4995

**SITUAÇÃO REGULAR**

\*O teor desta consulta do [cna.oab.org.br](https://cna.oab.org.br) efetuada em 14/11/2025 é meramente informativo, não valendo como certidão.



**ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAUJO**

**Inscrição** 8307  
**Seccional** MA  
**Subseção** CONSELHO SECCIONAL - MARANHÃO  
ADVOGADA

**Endereço Profissional**  
Não informado



**Telefone Profissional**  
(98) 3303-4544  
(98) 98816-4861

**SITUAÇÃO REGULAR**

\*O teor desta consulta do [cna.oab.org.br](https://cna.oab.org.br) efetuada em 14/11/2025 é meramente informativo, não valendo como certidão.

**MARCONI DIAS LOPES NETO**

**Inscrição** 6550  
**Seccional** MA  
**Subseção** CONSELHO SECCIONAL - MARANHÃO  
ADVOGADO

**Endereço Profissional**

AVENIDA DOS HOLANDESES, N° 5/N EDIFÍCIO LAGOA CORPORATE OFFICES,  
TORRE 2, SALA , PONTA D'AREIA  
SÃO LUÍS - MA  
65077357

**Telefone Profissional**

(98) 3303-4544  
(98) 99181-4995

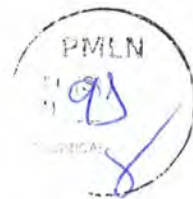
**SITUAÇÃO REGULAR**

\*O teor desta consulta do [cna.oab.org.br](https://cna.oab.org.br) efetuada em 09/10/2025 é meramente informativo, não valendo como certidão.





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E DE BOA CONDUTA PROFISSIONAL

Atestamos que o Escritório **MARCONI LOPES – ADVOCACIA E CONSULTORIA**, situado na Avenida Ana Jansen, n.º 02, Quadra 19, Edifício Centro Empresarial Mendes Frota, 5.º andar, sala 504, São Francisco, São Luís-MA, prestou serviços de assessoria e consultoria jurídica na área de gestão pública a esta Prefeitura Municipal no ano de 2016.

Os serviços prestados dizem respeito à consultoria jurídica na área de Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal, prestando todo e qualquer esclarecimento acerca desta área.

Assevera-se que os serviços prestados pelo referido escritório foram desempenhados com esmero e pontualidade, obedecendo aos prazos e termos contratados e que não existem, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas, pelo que firmamos o presente atestado.

O referido é verdadeiro. Dou fé.

Caxias (MA), 27 de dezembro de 2016.

CARTÓRIO  
1º OFÍCIO



Leonardo Barroso Coutinho  
Prefeito Municipal

1º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE CAXIAS

RECONHECIMENTO DE FIRMA  
Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de LEONARDO BARROSO COUTINHO, do que dou fé. Caxias - MA, 30 de dezembro de 2016.

Celia Viviane Marinho Múntz - Escrevente





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS  
GABINETE DO PREFEITO



PMLN

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E DE BOA CONDUTA  
PROFISSIONAL

Atestamos que o Escritório **MARCONI LOPES - ADVOCACIA E CONSULTORIA**, situado Av. Ana Jansen, nº 02, Quadra 19, Ed. Centro Empresarial Mendes Frota, 5º andar, sala 504, São Francisco, São Luis - MA, prestou serviços de consultoria e assessoria jurídica na área de Gestão Pública a esta Prefeitura Municipal durante o ano de 2012.

Os serviços prestados dizem respeito à consultoria jurídica na área de Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal, prestando todo e qualquer esclarecimento acerca desta área.

Assevera-se que os serviços prestados pelo referido escritório foram desempenhados com esmero e pontualidade, obedecendo aos prazos e termos contratados, e que não existem, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas, pelo que afirmamos o presente atestado.

O referido é verdadeiro. Dou fé.

Caxias/MA, 27 de dezembro de 2012.



Humberto Ivar Araújo Coutinho  
Prefeito do Município de Caxias/MA

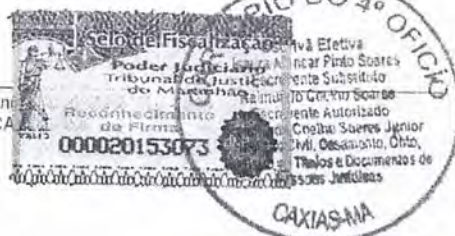
Reconheço como verdadeira(s) firma(s)

de Humberto Ivar Araújo Coutinho

Em tes: da verdade

Caxias/MA, de 27 de dezembro de 2012

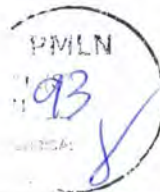
Praça Dias Carneiro, 600 - Fones: (0XX99) 3521-3025 / 3244 - Fone:  
CNPJ: 06.082.820/0001-56 - CEP: 65.600-000 - CA







MARANHÃO



**Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão**

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01 – Calhau

Fax: (98) 2107-5435 – Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luís – MA

Site: [www.oabma.org.br](http://www.oabma.org.br) email: [sociedade@oabma.org.br](mailto:sociedade@oabma.org.br)

## CERTIDÃO

**CERTIFICO** que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a “**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS**” e a Sociedade “**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**”, antes denominada “**MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA**” foi registrada no Livro C-3, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.09, desde 23(vinte e três) de março de 2017(dois mil e dezessete). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.

Eliane David Silva

Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 27/03/2017

Alice Maria Salmito Cavalcanti

Secretária Geral Adjunta da OAB/MA

**CASA DE TODOS**



[oabma.org.br](http://oabma.org.br)

@oab\_ma

/oabma

@oabma

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E DE BOA CONDUTA PROFISSIONAL**

Atestamos que o Escritório **MARCONI LOPES – ADVOCACIA E CONSULTORIA**, situado Av. Ana Jansen, nº 02, Quadra 19, Ed. Centro Empresarial Mendes Frota, 5º andar, sala 504, São Francisco, São Luís - MA, prestou serviços de consultoria e assessoria jurídica na área de Gestão Pública a esta Prefeitura Municipal.

Os serviços prestados dizem respeito à consultoria jurídica na área de Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal, prestando todo e qualquer esclarecimento acerca desta área.

Assevera-se que os serviços prestados pelo referido escritório foram desempenhados com esmero e pontualidade, obedecendo aos prazos e termos contratados, e que não existem, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas, pelo que afirmamos o presente atestado.

O referido é verdade. Dou fê.

Timon/MA, 22 de junho de 2010.

*Maria do Socorro Almeida Waquim*  
**Maria do Socorro Almeida Waquim**  
**Prefeita do Município de Timon/MA**  
**CPF nº: 079.110.093-68**



Praça São Jo

**TABELIONADO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO LUÍS-MA**  
TABELIÃO DR TITO ANTÔNIO DE SOUZA SOARES  
TABELIÃO SUBSTITUTO - FÁBIO TITO SOARES  
RUA DO SOL, 156-A, CENTRO - CEP: 65020-590 - FONE: 98 3231-9110  
e-mail: cartorio.tito.soares@gmail.com

Recoreço por SEMELHANÇA, firma de **MARIA DO SOCORRO ALMEIDA WAQUIM**, em testº da verdade: São Luís-MA, 24 de Junho de 2010 às 15:49:34

Alexandre Tito Ferreira Soares - escrevente



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E DE BOA CONDUTA PROFISSIONAL**

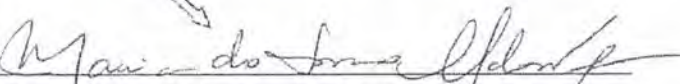
Atestamos que o Escritório **MARCONI LOPES – ADVOCACIA E CONSULTORIA**, situado Av. Ana Jansen, nº 02, Quadra 19, Ed. Centro Empresarial Mendes Frota, 5º andar, sala 504, São Francisco, São Luis – MA, prestou serviços de consultoria e assessoria jurídica na área de Gestão Pública a esta Prefeitura Municipal.

Os serviços prestados dizem respeito à consultoria jurídica na área de Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal, prestando todo e qualquer esclarecimento acerca desta área.

Assevera-se que os serviços prestados pelo referido escritório foram desempenhados com esmero e pontualidade, obedecendo aos prazos e termos contratados, e que não existem, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas, pelo que afirmamos o presente atestado.

O referido é verdadeiro. Dou fé.

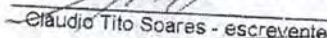
Timon/MA, 22 de Março de 2011.

  
**Maria do Socorro Almeida Waquim**  
Prefeita do Município de Timon/MA  
CPF nº: 079.110.093-68



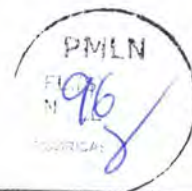
TABELIONADO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO LUIS-MA  
TABELIÃO DR TITO ANTÔNIO DE SOUZA SOARES  
TABELIÃO SUBSTITUTO - FÁBIO TITO SOARES  
RUA DO SOL, 156-A, CENTRO - CEP: 65020-590 - FONE: 98 3231-9116  
e-mail: cartorio.tito.soares@gmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de **MARIA DO SOCORRO ALMEIDA WAQUIM**. Em testº da verdade  
São Luis-MA, 24 de Março de 2011 às 10:36:46.

  
Claudio Tito Soares - escrevente



MARANHÃO



Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01 – Calhau


Fax: (98) 2107-5435 – Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luís – MA

Site: [www.oabma.org.br](http://www.oabma.org.br) email: [sociedade@oabma.org.br](mailto:sociedade@oabma.org.br)

## CERTIDÃO

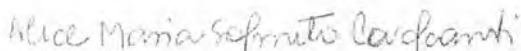
**CERTIFICO** que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a “**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**” e a Sociedade “**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**”, antes denominada “**MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA**” foi registrada no Livro C-3, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.15, desde 23(vinte e três) de março de 2017(dois mil e dezessete). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.

  
Eliane David Silva

Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 27/03/2017



Alice Maria Salmito Cavalcanti

Secretária Geral Adjunta da OAB/MA




**CASA DE TODOS**



MARANHÃO

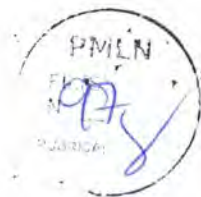
 [oabma.org.br](http://oabma.org.br)

 [/oabma](https://www.facebook.com/oabma)

 [@oab\\_ma](https://twitter.com/oab_ma)

 [@oabma](https://www.instagram.com/oabma)

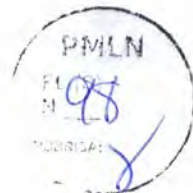




VERSO EM BRANCO

VERSO EM BRANCO

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Fica atestado que o escritório **MARCONI LOPES – ADVOCACIA E CONSULTORIA**, situado Avenida Ana Jansen, nº 02, Quadra 19, Ed. Centro Empresarial Mendes Frota, 5º andar, sala 504, São Francisco, São Luís/MA, efetuou consultoria e assessoria jurídica na área de Gestão Pública a esta Prefeitura durante o ano de 2013.

Os serviços prestados pelo referido escritório foram desempenhados com regularidade, satisfazendo aos termos contratados, não existindo fatos que desabonassem o encargo e as obrigações assumidas.

Zé Doca/MA, 28 de dezembro de 2016



*Alberto Carvalho Gomes*

Alberto Carvalho Gomes

PREFEITO MUNICIPAL DE ZÉ DOCA



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Reconheço por semelhança as firmas  
de *Alberto Carvalho Gomes*  
Zé Doca, MA, 28/12/2016  
*Jaquely de Barros Sousa*  
Diretora Autorizada



Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01 – Calhau

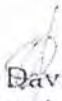
Fax: (98) 2107-5435 – Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luís – MA

Site: [www.oabma.org.br](http://www.oabma.org.br) email: [sociedade@oabma.org.br](mailto:sociedade@oabma.org.br)

## CERTIDÃO

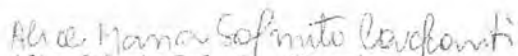
**CERTIFICO** que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a “**PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA**” e a Sociedade “**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**”, antes denominada “**MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA**” foi registrada no Livro C-3, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.13, desde 23(vinte e três) de março de 2017(dois mil e dezessete). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.

  
Eliane David Silva

Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 27/03/2017

  
Alice Maria Salmito Cavalcanti  
Secretária Geral Adjunta da OAB/MA







ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA  
CNPJ: 06.000.244/0001-50



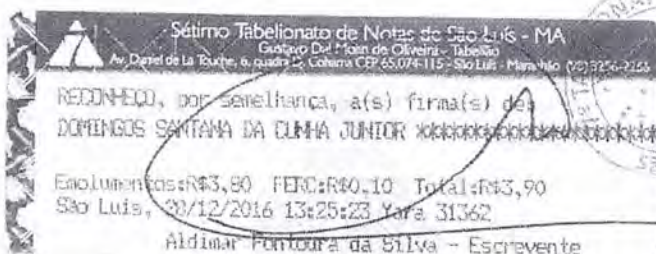
## CERTIDÃO

Fica certificado que o escritório de advocacia MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrito no cadastro nacional de pessoas jurídicas com o número 07.652.130.0001- 58, prestou serviços de Consultoria e Assessoria na área de Gestão Pública Municipal, ofertando orientações e acompanhamento em temas de grande complexidade e exigência técnica jurídica de interesse desta municipalidade. Por último, fica certificado que o serviço de advocacia prestado foi desempenhado dentro dos limites e termos contratados durante o exercício financeiro de 2013.

Alcântara/ MA, 27 de dezembro de 2016.



**DOMINGOS SANTANA DA CUNHA JUNIOR**  
Prefeito do Município de Alcântara



Praça da Matriz nº 01 - Centro - Alcântara- Maranhão - CEP: 65250-000  
Telefones: 98 3337 1542 e 3337 1143  
[prefeituradealcantara@gmail.com](mailto:prefeituradealcantara@gmail.com)



MARANHÃO



Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01 – Calhau


Fax: (98) 2107-5435 – Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luís – MA

Site: [www.oabma.org.br](http://www.oabma.org.br) email: [sociedade@oabma.org.br](mailto:sociedade@oabma.org.br)

## CERTIDÃO

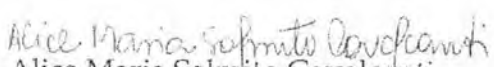
CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a “**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA**” e a Sociedade “**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**”, antes denominada “**MARCONI LOPES ADVOCACIA E CONSULTORIA**” foi registrada no Livro C-3, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.11, desde 23(vinte e três) de março de 2017(dois mil e dezessete). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.

  
Eliane David Silva

Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 27/03/2017

  
Alice Maria Salmato Cavalcanti

Alice Maria Salmato Cavalcanti

Secretária Geral Adjunta da OAB/MA

CASA DE TODOS



 [oabma.org.br](http://oabma.org.br)

 @oab\_ma

 /oabma

 @oabma



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO

*Certificamos que Lays de Fatima Leite Lima concluiu o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano, totalizando 450 horas/aula.*

Paço do Lumiar-MA, 18 de abril de 2015.

Comuna de San Lorenzo

Diretora Geral

Amelanchier

Coordenador(a) do Curso

*(Faint handwritten notes)*

PMLN

103

8





Miguel Lemos 841 2011-1300-1300  
 PO BOX 1300 CAROLINA, TN 38401  
 SELLER: AUTENT 116711651865080800026 859 21118  
 email: 055 14 FNC: 85015 14018 859 20 11118 152  
 116711651865080800026 859 21118 152

NOME-IAYS DE FATIMA LEITE LIMA

CURSO: Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública

HISTÓRICO ESCOLAR					
DISCIPLINA	C.R.	NOTA	FREQ.	DOCENTE	TITULAÇÃO
Metodologia da Investigação em Educação	60	9,0	100%	José Carlos Sousa dos Santos	Mestre
Políticas Públicas	30	9,5	100%	Ebster de Almeida Araújo	Especialista
Planejamento Estratégico	30	10,0	100%	Marcos Reges Reis Ribeiro	Mestre
Estado, Governo, Mercado e Problemas Contemporâneos	30	9,5	100%	Romário Silva Barros	Mestre
Dinâmica do Ensino Superior	30	10,0	100%	José Carlos Sousa dos Santos	Mestre
Desenvolvimento e Mudança no Estado Brasileiro	30	8,5	100%	Marcos Reges Reis Ribeiro	Mestre
O Público e o Privado	30	9,0	100%	Silvana Regina Mendes Estrela	Especialista
Plano Plurianual e Orçamento Público	30	9,0	100%	Samuel Santana Gomes Barros	Especialista
Processo Decisório Participativo	30	9,0	100%	Marco Aurélio Araújo Santos	Mestre
Gestão de Operações e Logísticas	30	10,0	100%	Isabel Ferreira Feçanha	Especialista
Cultura e Comportamento Organizacional	30	9,0	100%	Fabrizio Ruchi	Especialista
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública Municipal	30	9,0	100%	Sérgio Romão Brandão Ferreira	Especialista
Comunicação Empresarial	30	9,0	100%	José Ribamar Neres Costa	Mestre
Oficina de Pesquisa	30	9,5	100%	Marcos Aurélio Araújo Santos	Mestre

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC):

Journal of Management Education 35(1)

Registro aos a n.º 20 à folha 10 do Livro  
n.º 258 do Registro de Cartórios do  
EST.

Carroll Lindsay, 30 de janeiro de 2017

Registro de Controle Acadêmico do IESF

[illegible]

Declaramos que o curso cumpriu todas as disposições das Resoluções CES nº 01, de 03 de abril de 2001 e CESINF nº 01, de 08 de junho de 2007, que estabelecem as normas para o funcionamento de cursos de Pós-Graduação.

### Parlato da Casa:

91.02.0031.9-13.03.2016

00000000000000000000000000000000

PMILN  
FLISS  
N 804  
SUBRICA: 2





# FACULDADE DAMÁSIO

## PÓS-GRADUAÇÃO



A Faculdade Damásio, sob estrita observância da Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e das Resoluções MEC CNE/CES n. 1, de 3 de abril de 2001, e n. 1, de 8 de junho de 2007, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato

Sensu, em Fevereiro de 2015, confere o título de

*Especialista em Direito Processual Civil com capacitação para o Ensino no Magistério Superior à*

**Lays de Fatima Leite Lima,**

Brasileira, natural de São Luís - MA,  
nascida em 06 de Julho de 1989, RG 202445520029 - SSP/MA,

e outorga-lhe este Certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, 21 de Março de 2016.

*Ar:*

*Lays Leite*

Prof. Marco Antonio Azeiteiro Junior



Prof. Pedro Henrique Regazzo  
Coordenador Geral do Pós-Graduando



**Histórico - Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil**

Aluna: Lays de Fatima Leite Lima.

Início do curso: Fevereiro/2014.

Conclusão do curso: Fevereiro/2015.

Carga-Horária: 370 horas- aula.

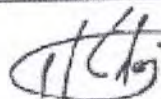
Título da Monografia: O Artigo 285-A em Combate a Morosidade do Sistema Processual.

Nota: 9.5 (nove e cinco décimos).

**Aproveitamento**

Disciplinas	Professores	Professores Responsáveis	Carga Horária	Frequência	Notas
Execução Forçada	Antonio Notariano Junior; Araken de Assis; Eduardo de Avelar Lamy; Eduardo Francisco; Fernanda Tartuce; Gilberto Bruschi; Gilson Delgado Miranda; Mônica Bonetti Couto; Patrícia Miranda Pizzol.	Darlan Barroso (Mestre)	63 horas-aula	88%	8.0
Procedimentos Especiais e Inovações do Processo Civil	Brunno Giancoli; Darlan Barroso; Fernanda Tartuce; Gilberto Bruschi; José Miguel Garcia Medina; Leonardo José Carneiro da Cunha; Nelson Rosendal; Paulo Nasser; Ricardo Chimenti.	Gilberto Gomes Bruschi (Doutor)	84 horas-aula	78%	10.0
Processo de Conhecimento e Tutelas de Urgência	Eduardo Francisco dos Santos Junior; Fernanda Tartuce; Heitor Sica; José Miguel Garcia Medina; Luiz Guilherme Marinoni; Luiz Rodrigues Wambier; Rogério Licastro Torres de Mello; Sidnei Amendoeira Junior.	Darlan Barroso (Mestre)	63 horas-aula	100%	10.0
Meios de Impugnação contra os Atos Judiciais	Alexandre Freitas Câmara; Darlan Barroso; Eduardo Arruda Alvim; Eduardo Talamini; Flávio Cheim Jorge; Gilberto Bruschi; Monica Bonetti Couto; Pedro Miranda de Oliveira; Sérgio Rizzo; William Santos Ferreira.	Gilberto Gomes Bruschi (Doutor)	70 horas-aula	100%	8.0
Metodologia do Trabalho Jurídico	Cinthya Nunes Vieira da Silva	Cinthya Nunes Vieira da Silva (Mestre)	45 horas-aula	100%	10.0
Odática do Ensino Superior	Cinthya Nunes Vieira da Silva	Cinthya Nunes Vieira da Silva (Mestre)	45 horas-aula	100%	10.0

Resultado: Aprovada.

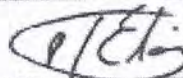


São Paulo, 21 de Março de 2016.

**Marcos Aurelio Gomes Nogueira**  
Secretário Acadêmico

**Faculdade Damásio**

(Certifica seus cursos de Pós-Graduação pela Portaria MEC n. 1.177/2009 e por força da Portaria MEC n. 324/2013).  
Certificado registrado sob o n. 1772  
Livro n. 01-2016 fls. n. 20 em 29/03/16.



Secretário Acadêmico


**FAKELINAH DE NOTAS DE SÃO PAULO**

AUTENTICACAO

Conteúdo e dados contidos no código apresentado

São Paulo, 28/02/2016 13:59:31 28495

do documento

da verdade

Fórmula de Verificação - Livro

Poder Judiciário - TRT

Selo: 63F8135671X0B02K101V5124 - At: 13.18

Email: 054421001\_00113\_FACD@FACD.15.FACD@FACD.15

Consulte o endereço de acesso no site: http://selo.fakelins.br



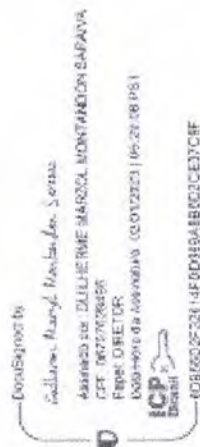




Departamento de Pós-Graduação

## CERTIFICADO

Certificamos que **LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD**  
concluiu o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratações Públicas  
realizado no período de 18 de outubro de 2021 a 23 de dezembro de 2022  
com carga horária total de 360 horas.



## FACULDADE CERS

Credenciada pela Portaria nº 370 de 20 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2018. O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na resolução nº 1 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, publicada em 06 de abril de 2018.

**Área de Conhecimento: DIREITO**

**Nome:** LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD

CPF: 026.006.863-20

Registro do Certificado:

Página de n.º: 11002

Livro de n.º: 123938

\* Número do registro corresponde ao número descrito, na parte superior da página, como Envelope ID

**Direção Geral:** Guilherme Marzol Montandon Saraiva  
**Departamento de Pós-Graduação:** Andréa da Silveira Benfica  
**Secretária de Pós-Graduação:** Janaina Dias Marçal da Silva

**DiscoSymbio**  
Collette, Mary, Nicholas, Susan  
Aurora 100 11th Avenue SW P.O. Box 102524 Aurora,  
CO 80013-0246  
Phone: 303.733.4461  
Circles in the Mountains 100 11th SW # 204 Aurora,  
CO 80013  
**ICP**  
Retail

PM LN  
F L S  
N 108  
MORRIS





## Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: FA36C9B51EF8403380D21568441DDFE2

Assunto: DocuSign: Licitações.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 3

Certificar páginas: 3

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluído

Remetente do envelope:

Janaina Dias Marçal da Silva

R DONA MARIA CESAR, 170, SALA 0102 SALA

102 E - RECIFE

Recife, PE 50.030-140

janainamarcal@cers.com.br

Endereço IP: 45.173.101.12

## Rastreamento de registros

Status: Original

25/12/2022 21:19:30

Portador: Janaina Dias Marçal da Silva

janainamarcal@cers.com.br

Local: DocuSign

## Eventos do signatário

Guilherme Marzol Montandon Saraiva

certificadopos@cers.com.br

OPERACIONAL

COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

### Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC OAB G3

CPF do signatário: 06707628496

Cargo do Signatário: DIRETOR

### Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 19/04/2021 10:00:56

ID: 5d70d96b-6a96-4618-84d2-c9d16edd16b0

Nome da empresa: COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA

## Assinatura

DocuSigned by:

Guilherme Marzol Montandon Saraiva

60B56D2F32614FD...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 181.221.124.57

## Registro de hora e data

Enviado: 25/12/2022 21:19:31

Visualizado: 02/01/2023 10:28:51

Assinado: 02/01/2023 10:29:17

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	25/12/2022 21:19:31
Entrega certificada	Segurança verificada	02/01/2023 10:28:51
Assinatura concluída	Segurança verificada	02/01/2023 10:29:17
Concluído	Segurança verificada	02/01/2023 10:29:17
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora





## VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

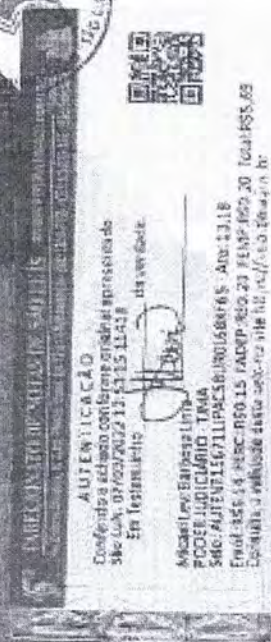
O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma DocuSign.

Para verificar a(s) assinatura(s) clique no link: [validator.docusign.com](https://validator.docusign.com) e siga as orientações para verificação de validade do documento, ou ainda no Adobe ou no Foxit.

Os nomes indicados para assinatura e seus critérios de criptografia seguem no teor dos documentos e no certificado de conclusão que segue junto ao documento.

A(s) assinaturas(s) tem validade jurídica como original no ambiente virtual, e, para conhecer um pouco mais sobre o assunto, lhe convidamos a ler a reportagem seguinte:  
<https://www.docusign.com.br/legislacao>

# CERTIFICADO 2018



## AUTENTICAÇÃO

Conferido a autenticidade conferência original impressa de  
São Luís, 07/02/2018 13:53:15 11438  
Em Testemunho

Micaelley Barbosa Lima  
PODER JUDICIÁRIO - TMA  
SAC: AUTENTICAÇÃO 0800-010168666 - Atte: 13.18  
Envio: 05/02/2018 15:00:15 FAX: 0800-010168666  
Desatualiza a validade desta autenticação para 16 horas

Certificamos que

*Lays de Fátima Leite Lima Murad*

participou do curso **RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS  
PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS**, realizado nos dias 23 e 24 de julho de 2018,  
em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 24 de julho de 2018.

**JAM,  
JURIDICA**  
A informação necessária

[www.jam-juridica.com.br](http://www.jam-juridica.com.br)  
[contato@jam-juridica.com.br](mailto:contato@jam-juridica.com.br)

SIGA-NOS



*Odilon Cavalcanti da Oliveira*  
Instrutor

*André Araújo*  
Diretor da JAM Jurídica





## CURSO

# RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

## PROGRAMA

1. O sistema jurídico de imputação da responsabilidade
  - 1.1. Responsabilidade administrativa
  - 1.2. Responsabilidade cível
  - 1.3. Responsabilidade penal
  - 1.4. Armonização do sistema jurídico na imputação de responsabilidade
2. Tipos de processos de responsabilização nos Tribunais de Contas e suas peculiaridades no que se refere à imputação de responsabilidade
  - 2.1. Processos de contas ordinárias
  - 2.2. Tomada de contas Especial
  - 2.3. Processos de fiscalização; autorizações, devolução, representação, ações nunciativas
3. Específicas de responsabilidade
  - 3.1. Responsabilidade contratual e extracurricular
  - 3.2. Responsabilidade objetiva e subjetiva
  - 3.3. Responsabilidade solidária
4. Hipóteses de responsabilidade do particular
  - 4.1. Responsabilidade da empresa contratada pelo Poder Público
  - 4.2. Responsabilidade da corte de despesa ou contratada pelo Poder Público
5. Quais atos nos públicos podem ser responsabilizados e por quais atos
  - 5.1. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados
  - 5.2. Quais atos dos agentes públicos podem envolver a responsabilização
6. O que deve ser observado pelos Tribunais de Contas na caracterização do fato ilícito
  - 6.1. Nulidade jurídica de ilícito administrativo e financeiro
  - 6.2. Descumprimento de deveres e conexão com o fato
  - 6.3. Causas para a caracterização do fato, inclusive em casos de contas especiais
7. Como os Tribunais de Contas devem avaliar a conduta por ação ou por omissão
  - 7.1. Causas jurídicas de conduta
  - 7.2. Individualização dos fatos
  - 7.3. Conduta por atos
  - 7.4. Conduta por omissão
8. Como se aplicam os Tribunais de Contas os critérios para avaliação da culpa
  - 8.1. Culpa lato sensu
  - 8.2. Culpa stricto sensu
  - 8.3. Dolo
9. Critérios específicos para a avaliação da culpa do superior hierárquico
  - 9.1. Controvérsias em torno da delegação de funções
  - 9.2. Falsa supervisão hierárquica
  - 9.3. Má escolha do subordinado
10. Nexo de causalidade
  - 10.1. Como identificar quando o nexo causal ao resultado ilícito
  - 10.2. Condições de fato no Direito em tempo dos fatos
  - 10.3. Regularidades de nexo de causalidade no Direito Administrativo
11. Circunstâncias que podem levar o agente público a ser responsabilizado
  - 11.1. Legítima defesa
  - 11.2. Estado de Necessidade
  - 11.3. Exercício regular de um direito, quando o agente não tem legal
  - 11.4. Caso fortuito e força maior
  - 11.5. Fato de terceiro
  - 11.6. Culpa exclusiva da Administração
12. Casos que justificam a não aplicação de sanções
  - 12.1. Boa-fé
  - 12.2. Ausência de potencial condonatório da ilicitude
  - 12.3. Inexistência de conduta ilícita
13. Casos que envolvem a aplicação de sanção
  - 13.1. Morte
  - 13.2. Prestação
14. A experiência do TCU sobre a matéria e as cautelas especiais do agente público
  - 14.1. Matriz de responsabilização
  - 14.2. Cautelas especiais do agente público
15. Responsabilidade do agente público, do dirigente máximo, do controle
  - 15.1. Responsabilidade dos agentes públicos
  - 15.2. Responsabilidade dos dirigentes máximos
  - 15.3. Responsabilidade do controle
16. Responsabilidade dos vários agentes que atuam em licitações e contratos, inclusive de outros públicos, desde a abertura do processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto. Estudo de casos julgados.
  - 16.1. de quem elabora o edital
  - 16.2. do membro de comissão de licitação
  - 16.3. do pregoeiro e da equipe de apoio
  - 16.4. de quem elabora o projeto de licitação
  - 16.5. do quem aprova o projeto licitatório
  - 16.6. de quem homologa o resultado da licitação
  - 16.7. de quem assina o contrato
  - 16.8. de quem assina o termo de entrega
  - 16.9. do fiscal do contrato
  - 16.10. do licitante fraudador
17. Responsabilidade decorrente de recursos reanotados mediante recurso no tocante aos agentes dos órgãos concedentes e convenientes, do prefeito e de seu sucessor, e do ônus no dever de prestar contas. Estudo de casos julgados.
  - 17.1. dos agentes públicos do órgão concedente
  - 17.2. do prefeito e de seu sucessor
  - 17.3. do ônus no dever de prestar contas
18. Critérios para a aplicação de sanções pelos tribunais de contas
  - 18.1. Pressupostos para aplicação das sanções
  - 18.2. Questões controversas sobre as medidas
  - 18.3. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança
  - 18.4. Inabilitação para participar de licitação

**JAM JURIDICA**  
Aqui você encontra tudo que precisa para o seu negócio.

**JAM JURIDICA**  
Aqui você encontra tudo que precisa para o seu negócio.

**JAM JURIDICA**  
Aqui você encontra tudo que precisa para o seu negócio.

**JAM JURIDICA**  
Aqui você encontra tudo que precisa para o seu negócio.

**JAM JURIDICA**  
Aqui você encontra tudo que precisa para o seu negócio.

**JAM JURIDICA**  
Aqui você encontra tudo que precisa para o seu negócio.

**JAM JURIDICA**  
Aqui você encontra tudo que precisa para o seu negócio.

**JAM JURIDICA**  
Aqui você encontra tudo que precisa para o seu negócio.



# Webinário "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais"

## — Certificado —



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO



Certificamos que **Fátima Leite Lima Murad** participou do Webinário "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais", nos dias 23 e 24 de setembro de 2021, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA), com carga horária total de 09 horas.

São Luís - MA, 24 de setembro de 2021.



415430-0028-4023-0029-0007-120003

Silvio Roberto Oliveira Amorim Junior  
Conselheiro Nacional do Ministério Público  
Presidente da Comissão de Enfrentamento à Corrupção do CNMP

Dr. Edson de Melo Filho  
Procurador-Geral de Justiça do  
Maranhão

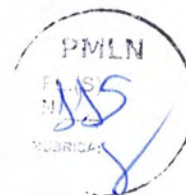
Dea Karla Azeiteiro Holanda Farias Vieira  
Diretora da Escola Superior do Ministério  
Público do Maranhão





# Verificação do Certificado

Curso	Obtido para	Data da emissão	Código
Webinar - Governança, Transparência e Controle Múncipais	Lays da Fátima Lellis Lima Murad	Monday, 4 Oct 2021 5:03 Webinar - Governança, Transparência e Controle Múncipais Certificado de participação_3135.pdf	62b429c-3b38-462d-b028- 0b476d1c0003





## 1º FÓRUM DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES

WWW.RGB.ORG.BR


# CERTIFICADO


CERTIFICAMOS QUE

**Lays Murad**

PARTICIPOU DO 1º FÓRUM DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES,  
PROMOVIDO PELA REDE GOVERNANÇA BRASIL (RGB), REALIZADO NOS DIAS 27 E 28 DE SETEMBRO DE 2021,  
NO PERÍODO DE 14H ÀS 18H30, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 9 HORAS, NA MODALIDADE REMOTA.

  
**Petrus Elesbão**  
Presidente RGB / ALAGOV

  
**Marcelo Becker**  
Presidente IGCP

  
**Elise Brites**  
Diretora de Relações  
Institucionais da RGB





# CERTIFICADO

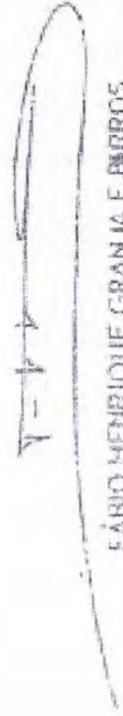
O Instituto Serzedello Corrêa certifica que **LAYS DE FATIMA LEITE LIMA**  
participou do curso a distância *Gestão Orçamentária e Financeira*.

*Conteúdo programático: orçamento público, integração planejamento e orçamento público, processo orçamentário, controle e avaliação da execução orçamentária, Lei Orçamentária Anual.*

Carga horária: 20 horas


Brasília/DF, 1 março 2019





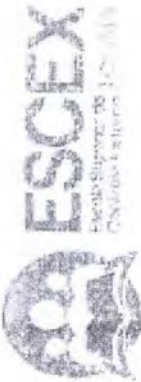
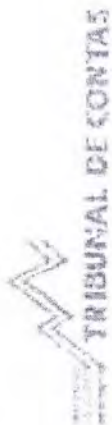
FÁBIO HENRIQUE GRANJA E BARROS  
Diretor-Geral  
INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA  
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

# Verificação do Certificado

CURSO	Objeto para	Data da emissão	Código
Contábil Organizacional e Financeira	LEI DE EXATIDÃO LEI 10.408	20/04/2013, 15:43	27713040-3002-2100-8734-000670000000
 Qualificação Organizacional e Financeira - Certificado - 13/04/2013			







# *Certificado*

Certifico que LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD participou da atividade OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VINCULOS, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, realizado no dia 18/02/2019 com carga horária de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos

São Luis, 22 de Fevereiro de 2019

**William Jobim Farias**  
Gestor da ESCEX/TCE-MA

Token de verificação: ccbccb08ad8beff

Verifique a autenticidade desse certificado no Sophia

PMLN

Nº 189

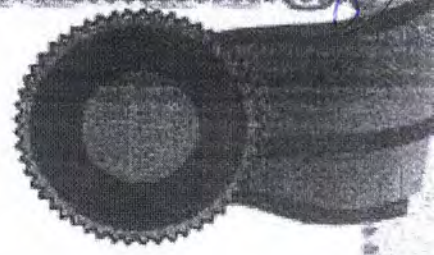


Número: 0335017788/2017

[illegible]

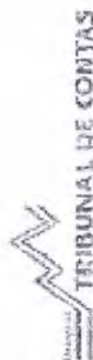
**Aprender Contabilidade**  
CNPJ 24.549.957/0001-50

Prof. Esp. Silveirando Martins Silva



PMLN





TRIBUNAL DE CONTAS

**ESSEX**

# Certificado

Certifico que LAYS DE FÁTIMA LEITE LIMA participou do treinamento do Sistema de Acompanhamento de Atos de Pessoal - SAAP, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, realizado no dia 12/04/2017 com carga horária de 04 (quatro) horas.

São Luís, 13 de abril de 2017.

**William Jobim Farias**  
Gestor da ESCEX/TCE-MA

[illegible]

Prefeitura de São José do Rio Preto  
 Rua. Niterói 156 - Fone: 3333-1333 - 3333-1333  
 08-4940-0111 FAX: 3333-1333 E-MAIL: PRR@P.RR.BR  
 grande-madela@net.com.br 3333-1333 3333-1333

PMLN

FLORIDA:



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
Secretaria-Geral da Presidência  
Instituto Serzedello Corrêa

# Certificado

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que LAYS DE FATIMA LEITE LIMA - CPF 026.006.863-20 participou da PALESTRA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 - YOUTUBE, proferida na modalidade a distância, em 16/02/2017, com 2,5 horas-aula.

Brasília, 22 de fevereiro de 2017.

**MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY**

Diretor-Geral

Originalmente emitido em 21/02/2017 às 21:39:11 - Código de autenticação ISCC40225195E.C30F3330.C3361735

PMLN

Nº 122

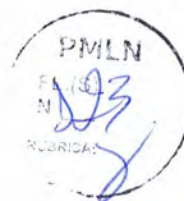
Assinatura





Com base nos dados informados, confirmamos que este certificado foi emitido para LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD, CPF: 026.006.853-20, pela a sua participação na palestra, prestação de contas do exercício de 2016 - youtube , ocorrida em Brasília - DF, 16/2/2017, totalizando 0:30 horas-aula.

Código do Certificado: ISCC40225195E.C30F3320.C3361735





# CERTIFICADO

Curso de Capacitação

## Processo nos Tribunais de Contas

Acusação, Contraditório, Julgamento e Recursos.


Certificamos que


*Lays de Fatima Leite Lima*

participou do curso **Processo nos Tribunais de Contas**,  
Acusação, Contraditório, Julgamento e Recursos, realizado  
nos dias 10 e 11 de setembro de 2015.

em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas

São Luís/MA, 11 de setembro de 2015

  
Odilon Cavallari de Oliveira  
Diretor

  
Andre Araújo  
Diretor da JAMJ Juística

REALIZAÇÃO

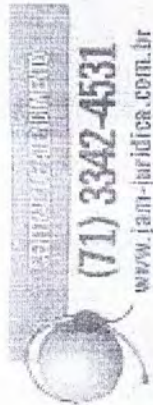
JAMJ  
JURÍDICA

f i  
jam-juística.com.br





# Processo nos Tribunais de Contas



## Acusação

1. Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de contas
  - 1.1. Jurisdição e competência
  - 1.2. Independência das instâncias
2. Principios processuais gerais e específicos
3. Requisitos de uma acusação válida
4. Tipos de processos em que a acusação pode ser formulada
  - 4.1. Processo de contas
    - 4.1.1. Contas ordinárias
    - 4.1.2. Tomada de Contas Especial
  - 4.1.3. Contas de convênios e instrumentos congêneres
  - 4.2. Processo de fiscalização
    - 4.2.1. Auditorias e inspeções
    - 4.2.2. Denúncias e representações

## Contraditório

1. Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas, segundo o STF
2. Meios de prova
  - 2.1. Forma de apresentação
  - 2.2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
  - 2.3. Ônus da prova
  - 2.4. Prova emprestada
  - 2.5. Prova de preço adequado
  - 2.6. Prova por fotos
  - 2.7. Prova por declaração de terceiro
  - 2.8. Prova indiciária

## 2.3. Tipos de defesa

- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Pedido de vista e de cópia dos autos
- 2.6. Juntada de documentos
- 2.7. Sustentação oral
- 2.8. A defesa produzida por advogado

## 3. Julgamento

- 3.1. Tipos de provimentos existentes
  - 3.1.1. Monocráticos
    - 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
    - 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
  - 3.1.2. Colegiados
    - 3.1.2.1. Cautelares
      - 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
      - 3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo
      - 3.1.2.1.3. Declaração de indisponibilidade dos bens do responsável
    - 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado

- 3.1.2.2. De mérito
  - 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
  - 3.1.2.2.2. Corretivos
  - 3.1.2.2.3. Condenatórios
  - 3.2. Sanções cabíveis
  - 3.3. Malícias processuais

## 4. Recursos

- 4.1. Principios dos recursos
- 4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos
- 4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade
- 4.4. Efeitos dos recursos
- 4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
- 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
- 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas
  - 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
  - 4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização
  - 4.7.3. Embargos de Declaração
  - 4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado
  - 4.7.5. Agravo
  - 4.8. Coisa julgada administrativa
  - 4.9. Execução administrativa

## 5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas

- 5.1. Pelo Poder Legislativo
- 5.2. Pelo Poder Judiciário
- 5.3. Ações judiciais cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
  - 5.3.1. Mandado de Segurança
  - 5.3.2. Outras ações

PMLN  
FL. 000  
N. 000  
RUBRICA:

JAM JURIDICA  
CNPJ 08.903.368/0001-98  
INSC. ESTADUAL 47.831.191

JAM Cursos  
A maior qualidade em cursos de Direito



JAM JURIDICA  
A maior qualidade em cursos de Direito





Certificamos que


*Lays de Fatima Leite Lima*


participou do curso de **CONVÊNIOS: Proposição Celebração,**

**Execução e Prestação de Contas**, realizado nos dias

24 e 25 de abril de 2014, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 25 de abril de 2014.

  
Karine Lilian de Sousa Machado  
Assessora

  
André Araújo  
Diretor de IAM Jurídica



## TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO

- Transferências da União
- Legislação Aplicável
- Modalidades de Descentralização
- Diferença entre convênio e contrato administrativo
- Principais Conceitos

## CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

### 1. Fase de Proposição

- Credenciamento
- Proposta de trabalho
- Cadastramento
- Chamamento público
- Plano de trabalho

### 2. Fase de Celebração

- Requisitos para celebração de convênios
- Formalização
- Cláusulas necessárias

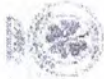
- Publicidade
- Principais falhas apontadas pelo TCU

### 3. Fase de Execução

- Liberação dos recursos
- Movimentação dos recursos
- Vedações
- Observância da Lei nº 8.666/1993 e utilização do pregão
- Acompanhamento/control
- Principais falhas apontadas pelo TCU

### 4. Prestação de Contas

- Responsabilidade pela prestação de contas
- Documentos exigidos
- Prazo para apresentação da prestação de contas
- Análise da prestação de contas
- Consequências da não-aprovação da Prestação de Contas
- Tomada de Contas Especial



# Certificado

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que **LAYS DE FATIMA LEITE LIMA**, CPF 026.006.863-20, participou com aproveitamento do **CURSO PRESTAÇÃO DE CONTAS: FUNDAMENTO DA DEMOCRACIA E EXERCÍCIO DE CIDADANIA**, ministrado na modalidade a distância, de 16/09 a 11/10/2013, com 30 horas-aula.

## Conteúdo Programático

Origem e evolução da prestação de contas; Transparência e responsabilização; Objetivos da prestação de contas; Elementos essenciais. Requisitos de qualidade: A prestação de contas no Estado brasileiro; As contas dos gestores públicos; Estruturas de controle; controle social e a prestação de contas; Rede de controle da prestação de contas.

Brasília, 21 de outubro de 2013.

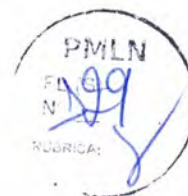
**ADRIANO CESAR FERREIRA AMORIM**  
Diretor-Geral





Com base nos dados informados, confirmamos que este certificado foi emitido para  
LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD, CPF: 026.006.863-20, pela a sua participação no  
curso, prestação de contas: fundamento da democracia e exercício de cidadania ,  
promovido em - , de 16/9 a 11/10/2013, totalizando 30:00 horas-aula.

Código do Certificado: ISCC35D3E19.C3092010.C3361735





# 8º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL

FEDERALISMO E SEPARAÇÃO DOS PODERES: AVANÇOS E RETROCESSOS

**DIAS 29, 30 DE ABRIL E 01 DE MAIO DE 2010**

**CENTRO DE CONVENÇÕES DE NATAL-RN**

**Auditório MORTON MARIZ**

Certificamos que

**LAYS DE FÁTIMA LEITE LIMA**

participou, na condição de CONGRESSISTA, do 8º Congresso Internacional de Direito Constitucional, evento realizado pela EBEC - Escola Brasileira de Estudos Constitucionais nos dias 29, 30 de abril e 01 de maio de 2010, no Centro de Convenções de Natal-RN. O evento totalizou uma carga horária de 30 horas.

Certificação:

**FL**

*Leideana Galvão Bacurau de Farias*

Leideana Galvão Bacurau de Farias  
Diretora Geral da EBEC - Escola Brasileira de Estudos Constitucionais

Realização:

*George S. Salomão*

George Salomão

Coordenador Geral do Evento  
Presidente da EBEC - Escola Brasileira de Estudos Constitucionais



*Crhescer*

Consultoria | Auditoria | Treinamentos

# CERTIFICADO

Certificamos que

**LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD**

participou do curso "Fase Preparatória nas Contratações Públicas de acordo com a Lei nº 14.133/21", realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2023 na cidade de São Luís/MA, perfazendo um total de 16 horas-aula.

São Luís, 17 de outubro de 2023

*Jacqueline Aguiar da Silva*

Jacqueline Aguiar da Silva

Sócia-administradora da Crhescer

*Lays Leite Murad*

ALUNO



RUBRICA:

FL N

PMLN



# CERTIFICADO

Certificamos que

**LAYS DE FATIMA LEITE LIMA MURAD**

participou do curso "Formação Prática para Agentes de Contratação",  
realizado nos dias 22 e 23 de janeiro de 2024 na cidade de São Luís/MA,  
perfazendo um total de 16 horas-aula.

São Luís, 23 de janeiro de 2024

Jacqueline Aguiar da Silva

Jacqueline Aguiar da Silva

Sócia-administradora da Crêscer

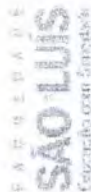
Lays Leite Murad

ALUNO



PMLN  
FL  
Nº 132  
AUDITORIA





FACULDADE SÃO LUÍS

(Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

**CERTIFICADO**

O Diretor Geral da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Faculdade São Luis, no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação - Lato Sensu - Especialização em

CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA

nos termos da Resolução Nº 01, de junho de 2007 do Conselho Nacional de Educação, realizado no período de 13/2010 a 31/8/2011, perfazendo um total de 360 horas-aula, confere o presente certificado a

afirmam de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Luís (MA), 1 de dezembro de 2011.

Prof. Me. Geraldo Demosthenes Siqueira  
Diretor Geral

Prof. Ma. Valeska Rogéria Vieira Trinta  
Coordenadora de Assuntos Acadêmicos



**AUTENTICADO**  
 Conferido e assinado conforme original apresentado  
 em 07/03/2022 às 13:38:42  
 em Teresopolis-RJ

[illegible]

PMLN



# HISTÓRICO

## Disciplinas

Disciplinas	C. H.	Média	Corpo Docente	Titulação
CONCÓRPIO PÚBLICO	30	10,0	PAULO ROBERTO BARROSO SOARES	MESTRE
CONTABILIDADE PÚBLICA I	30	9,5	PAULO ROBERTO DE ARAÚJO RAMOS	ESPECIALISTA
CONTABILIDADE PÚBLICA II	30	9,5	PAULO ROBERTO DE ARAÚJO RAMOS	ESPECIALISTA
DIREITO PENAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	30	10,0	CAROLINA GUIMARÃES PECEQUEIRO PEREIRA	MESTRE
GESTÃO DE CONTRATOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	30	9,0	BEMÍDIA LUZIA SILVA DE CARVALHO	ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO PÚBLICA	30	9,0	GENIVAL SANTOS OLIVEIRA	ESPECIALISTA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL I	30	9,0	IONEL TEIXEIRA GOMES FERREIRA JÚNIOR	MESTRE
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL II	30	8,0	HERICO OLIVEIRA COQUEIRO	ESPECIALISTA
LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS	30	8,5	CLEBER VIEGAS	ESPECIALISTA
METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	30	9,5	MARIA MARY FERREIRA	DOUTORA
PLANEJAMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO	30	9,5	IONEL TEIXEIRA GOMES FERREIRA JÚNIOR	MESTRE
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	30	7,0	NILO CRUZ NETO	MESTRE

## Monografia: 9

Tema da Monografia: A TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À MÁ GESTÃO PÚBLICA

Coefficiente de Rendimento: 6,9

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Núcleo de Pós-Graduação - NUPOS

O registro do presente certificado se encontra no livro nº 001

a folha nº 054, sob nº 00162

São Luis, 7 de dezembro de 2011

*Fabiola de Mouchrek*  
Prof. Esp Fabiola de Mouchrek  
Coordenadora do NUPOS



**5** TABULADO DE NOTAS DE EXATAS - ADMISSÃO 2011  
Atenção: Este documento é de uso exclusivo do aluno. Não pode ser reproduzido ou utilizado para fins comerciais. Qualquer violação será punida.

**AUTENTICAÇÃO**  
Conteúdo e validade confirmados e oficiais autenticados  
São Luis, 07/03/2012 13:24:42 18822  
Em Testemunha: *[Assinatura]* 08 validade

Miguel Angel Barboza Lima  
PROF. ILICÍARIO - TMA  
5401 AUTENT 158/11 C1310V000000004 - AUT. 13 18  
Tm02, 1055.24 FISC 1050 15 Tm02P 1050 20 Tm02P 1055.69  
Consulte a validade deste doc no site: [www.fma.br](http://www.fma.br)







Departamento de Pós-Graduação

## CERTIFICADO

Certificamos que **ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAUJO**  
concluiu o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratações Públicas  
realizado no período de 18 de outubro de 2021 a 28 de novembro de 2022  
com carga horária total de 360 horas.

Assinado digitalmente por  
Gilherme Martini Montalvão, Titular  
Assinado por: GILHERME MARTINI MONTALVÃO SARINHA  
CPF: 06070204946  
Papel: DIRETOR  
Data e Hora da Assinatura: 20/12/2022 11:29:10 PST  
ICP-Brasil  
CERTIFICADO Nº 2020041810225201CF

## FACULDADE CERS

Credenciada pela Portaria nº 370 de 30 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2018. O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na resolução nº 1 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, publicada em 06 de abril de 2018.

Área de Conhecimento: DIREITO

Nome: ELIZABETH MARIA RAYOL DE ARAUJO

CPF: 648.709.953-87

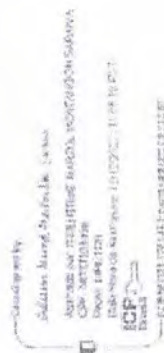
Registro do Certificado:

Página de nº: 0035

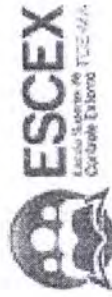
Livro de nº: 123938

\* Número de registro corresponde ao número do livro, esta é a sequência ID

Direção Geral: Guilherme Marcol Montandon Serravallo  
Departamento de Pós-Graduação: Andréa da Silva Benedita  
Secretaria de Pós-Graduação: Janaina Dias Marçal da Silva







## *Certificada*

Certifico que ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO participou da CAPACITAÇÃO SOBRE O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, promovido pelo(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, através da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, no dia 01 de outubro de 2021, com carga horária de 05:00 hora(s).

São Luís, 05 de outubro de 2021.

**JOSÉ DE RIBAMAR LOPES NOJOSA**  
Gestor da ESCEX



# Certificam

CERTIFICAMOS QUE ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO

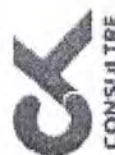
PARTICIPOU DO WEBINÁRIO "LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DURANTE O COVID-19 "

23 DE ABRIL DE 2020, DAS 16H ÀS 18H NA MODALIDADE 100% ONLINE E AO VIVO.

VILA VELHA, 23 DE ABRIL DE 2020.



Edna Alexandrina dos Santos  
Presidente





# CERTIFICADO

## 2019



Certificamos que

*Elizaura Maria Rayol de Araújo*

participou do curso **AUDITORIA GOVERNAMENTAL - Incluindo tópicos avançados de controle**, realizado nos dias 22 e 23 de agosto de 2019, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 23 de agosto de 2019.

*Ismael Barbosa Cruz*  
Facilitador

*André Araújo*  
Diretor da JAM Jurídica





## Conteúdo Programático

# AUDITORIA GOVERNAMENTAL

## Incluindo tópicos avançados de controle

1. **CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
  - Fundamentação legal do controle na administração pública
  - Controle interno
  - Controle externo
  - Órgãos de controle interno e externo
2. **GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO**
3. **INTRODUÇÃO À AUDITORIA**
  - Auditoria: conceitos básicos, origem e evolução
  - Finalidades da auditoria governamental
  - Objetivos da auditoria governamental
  - Abrangência da auditoria governamental
  - Classificação
4. **NORMAS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONDUZIDA DO AUDITOR**
  - Finalidades, fontes e classificação das normas
  - Novas normas de auditoria de trabalho
  - Normas de auditoria dos tribunais de contas (MUTAs) e do
5. **CONTROLES INTERNOS**
  - Definição e objetivos
  - Princípios
  - Fontes de informação
6. **RISCO EM AUDITORIA**
  - Conceitos de risco em auditoria
  - Gestão de risco
7. **PLANEJAMENTO DA AUDITORIA**
  - A importância do planejamento para o sucesso do trabalho
  - Instrumentos de planejamento das atividades de Auditoria
  - Matriz de planejamento
8. **EXECUÇÃO DA AUDITORIA**
  - Procedimentos de auditoria
  - Técnicas de auditoria
9. **ACHADOS EM AUDITORIA**
  - Matriz de achados
10. **EVIDÊNCIAS EM AUDITORIA**
11. **COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS**
  - Requisitos do relatório
  - Estrutura do relatório
12. **TÓPICOS AVANÇADOS DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO**
  - Auditoria baseada em risco
  - Auditoria integrada
  - Auditorias temáticas
  - Auditoria coordenada como instrumento de governança multinível
  - Utilização de indicadores de governança e gestão para auditorias
  - Auditoria forense
  - Governança da auditoria

**JAM JURIDICA**  
A informação necessária



**JAM Cursos**  
A JAM Jurídica apresenta os seus cursos

JAM Jurídica Consultoria e Eventos Ltda  
CNPJ 00.803.388/0001-66  
INSC. ESTADUAL 42.031.183  
Av. Paulista, 1508 - 15º andar - Jd. Paulista - São Paulo - SP

**SIGA-NOS**  
f t i

71 3342-4531 • 3379-8191  
[www.jam-juridica.com.br](http://www.jam-juridica.com.br)



# CERTIFICADO

Certificamos que ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO participou do curso "A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NA VISÃO DO CONTROLE EXTERNO" no dia 07/06/2019 com carga horária de 08 hora(s).

São Luís (MA), 07 de junho de 2019

**FAMEM**  
Federação dos Municípios do Estado do Maranhão

**EGM**  
ESCOLA DE GESTÃO MUNICIPAL  
Pela eficiência da gestão pública

*Erliano Furtado Luna Xavier*  
Erliano Furtado Luna Xavier  
Presidente

*Antonio Partilho Fonseca Filho*  
Antonio Partilho Fonseca Filho  
Diretor Executivo

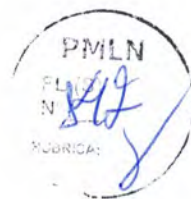


ESCOLA DE GESTÃO MUNICIPAL

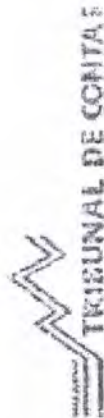
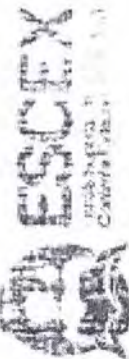
# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## MINISTRANTE(S) DO CURSO:

• Jorge Ferreira Lobo





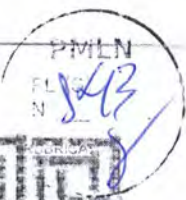


# Certificado

Certifico que ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO participou da atividade OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VÍNCULOS, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, realizado no dia 18/02/2019 com carga horária de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos.

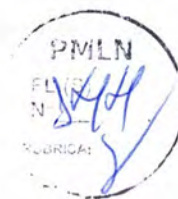
São Luís, 22 de Fevereiro de 2019

Wiliam Jobim Farias  
Gestor da ESCEX/TCMA



### Informações do certificado

<b>Tipo de certificado:</b>	CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO
<b>Nome do participante:</b>	ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO
<b>Atividade:</b>	OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VÍNCULOS - TURMA 1
<b>Evento:</b>	OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VÍNCULOS (1º DIA)
<b>Carga horária:</b>	1h30min





# CERTIFICADO 2018






JAM,  
JURÍDICA

A informação necessária

[www.jam-juridica.com.br](http://www.jam-juridica.com.br)

[contato@jam-juridica.com.br](mailto:contato@jam-juridica.com.br)

SIGA-NOS   

Certificamos que


*Elizaura Maria Rayol de Araújo*

participou do curso **PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: Acusação, Defesa,**

**Julgamento e Recurso**, realizado nos dias 16 e 17 de agosto de 2018,  
em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 17 de agosto de 2018.

  
Odilon Cavallari de Oliveira  
Instrutor

  
André Araújo  
Diretor da JAM Jurídica





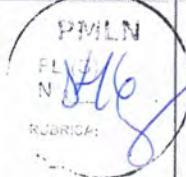
## CURSO

# PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ACUSAÇÃO, DEFESA, JULGAMENTO, RECURSO

## PROGRAMA

1. Acusação
  - 1.1. Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de contas
    - 1.1.1. Jurisdição e competência
    - 1.1.2. Independência das instâncias
  - 1.2. Princípios processuais gerais específicos
  - 1.3. Requisitos de uma acusação válida
  - 1.4. Tipos de processos em que acusação pode ser formulada
    - 1.4.1. Processo de contas
      - 1.4.1.1. Contas ordinárias
      - 1.4.1.2. Contas especiais
    - 1.4.1.3. Contas de convênios e instrumentos congêneres
    - 1.4.2. Processo de fiscalização
      - 1.4.2.1. Auditorias e inspeções
      - 1.4.2.2. Denúncias e representações
2. Defesa
  - 2.1. Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas, segundo o STF
    - 2.2. Meios de prova
      - 2.2.1. Forma de apresentação
      - 2.2.2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
    - 2.2.3. Ônus da prova
    - 2.2.4. Prova emprestada
    - 2.2.5. Prova de preço adequado
    - 2.2.6. Prova por fotos
    - 2.2.7. Prova por declaração de terceiro

- 2.2.8. Prova indiciária
- 2.3. Tipos de defesa
- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Resposta a citações e audiências
- 2.6. Pedido de vista e de cópia dos autos
- 2.7. Juntada de documentos
- 2.8. Sustentação oral
- 2.9. A defesa produzida por advogado
3. Julgamento
  - 3.1. Tipos de provimentos existentes
    - 3.1.1. Monocráticos
      - 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
      - 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
    - 3.1.2. Colegiados
      - 3.1.2.1. Cautelares
      - 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
      - 3.1.2.1.2. Alastamento cautelar do cargo
      - 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável
      - 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
      - 3.1.2.2. De mérito
        - 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
        - 3.1.2.2.2. Corretyvas
        - 3.1.2.2.3. Condenat6rios
      - 3.2. Sanções cabíveis
      - 3.3. nulidades processuais
4. Recursos
  - 4.1. Princípios dos recursos
  - 4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos
  - 4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade
  - 4.4. Efeitos dos recursos
  - 4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
  - 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
  - 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas
    - 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
    - 4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização
    - 4.7.3. Embargos de Declaração
    - 4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado
    - 4.7.5. Agravo
    - 4.8. Cosa julgada administrativa
    - 4.9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas
  5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas
    - 5.1. Pelo Poder Legislativo
    - 5.2. Pelo Poder Judiciário
    - 5.3. Arcos jurisdiccionais cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
      - 5.3.1. Mandado de Segurança
      - 5.3.2. Outras ações







ESCEX  
Escola Superior de  
Controle Externo

# *Certificado*

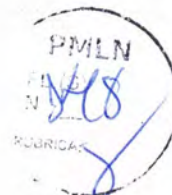
Certifico que ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO participou do evento ESOCIAL E FOLHA DE PAGAMENTO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, realizado no dia 26/09/2018 com carga horária de 6 (seis) horas.

São Luís, 1 de Outubro de 2018

William Jobim Farias  
Gestor da ESCEX/TCE-MA

Informações do certificado

Tipo de certificado:	CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO
Nome do participante:	ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO
Atividade:	PRÓ-GESTÃO DOS RPPS PARA ORGÃOS PÚBLICOS TCE-MA
Evento:	PRÓ-GESTÃO DOS RPPS PARA ORGÃOS PÚBLICOS
Carga horária:	6h








# CERTIFICADO 2018



**JAM,  
JURIDICA**  
A informação necessária

[www.jam-juridica.com.br](http://www.jam-juridica.com.br)  
[contato@jam-juridica.com.br](mailto:contato@jam-juridica.com.br)  
SIGA-NOS   


Certificamos que

*Elizawra Maria Rayol de Araújo*

participou do curso **RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS  
PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS**, realizado nos dias 23 e 24 de julho de 2018,  
em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 24 de julho de 2018.

  
Odilon Cavalcanti de Oliveira  
Instrutor

  
André Araújo  
Diretor da JAM Jurídica

819  
2



# RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

## PROGRAMA

1. O sistema jurídico de imputação de responsabilidade
  - 1.1. Responsabilidade administrativa
  - 1.2. Responsabilidade cível
  - 1.3. Responsabilidade penal
  - 1.4. Harmonização do sistema jurídico de imputação de responsabilidade
2. Tipos de processos de responsabilização nos Tribunais de Contas e suas peculiaridades no tocante à imputação de responsabilidade
  - 2.1. Processos de contas ordinárias
  - 2.2. Tomada de Contas Especial
  - 2.3. Processos de fiscalização: auditorias, denúncias, representações e outros
3. Espécies de responsabilidade
  - 3.1. Responsabilidade contratual e extracontratual
  - 3.2. Responsabilidade objetiva subjetiva
  - 3.3. Responsabilidade solidária
4. Hipóteses de responsabilização do particular
  - 4.1. Responsabilidade da empresa contratada pelo Poder Público
  - 4.2. Responsabilidade do servidor público contratado pelo Poder Público
5. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados e por quais atos
  - 5.1. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados
  - 5.2. Quais atos dos agentes públicos podem ensejar a responsabilização
6. O que deve ser observado pelos Tribunais de Contas na caracterização do fato ilícito
  - 6.1. Natureza jurídica do ilícito administrativo e/ou financeiro
  - 6.2. Ocorrência ser em supressão da caracterização do ilícito
  - 6.3. Critérios para a caracterização do dano, inclusive em formas de danos especiais
7. Como os Tribunais de Contas devem avaliar a conduta por ação ou por omissão
  - 7.1. Conceito jurídico de conduta
  - 7.2. Individualização das condutas
  - 7.3. Conduta por ação
  - 7.4. Conduta por omissão
8. Como se aplica aos Tribunais de Contas os critérios para avaliação da culpa
  - 8.1. Culpa lato sensu
  - 8.2. Culpa stricto sensu
  - 8.3. Dolo
9. Critérios específicos para a avaliação da culpa do superior hierárquico
  - 9.1. Contravenções em termos de delegação de competência
  - 9.2. Falta na supervisão hierárquica
  - 9.3. Má escolha do subordinado
10. Nexo de causalidade
  - 10.1. Como identificar quem deu causa ao resultado ilícito
  - 10.2. Contravenções no Direito em termos de nexo
  - 10.3. Peculiaridades de nexo de causalidade no Direito Administrativo
11. Circunstâncias que podem impedir o agente público de imputabilidade
  - 11.1. Legítima defesa
  - 11.2. Estado de Necessidade
  - 11.3. Exercício Regular de um direito e estrito cumprimento do dever legal
  - 11.4. Caso fortuito e força maior
  - 11.5. Fato de terceiro
  - 11.6. Culpa exclusiva da Administração
12. Causas que justificam a não aplicação de sanções
  - 12.1. Boa fé
  - 12.2. Ausência de potencial retributivo da ilicitude
  - 12.3. Inexistência de conduta diversa
13. Causas que impedem a aplicação de sanção
  - 13.1. Morte
  - 13.2. Prescrição
14. A experiência do TCU sobre a matéria e as cautelas esperadas do agente público
  - 14.1. Matriz de responsabilização
  - 14.2. Cautelas esperadas do agente público
15. Responsabilidade do agente político, do dirigente máximo, do controle interno, das pessoas jurídicas e dos particulares, juízes e membros: Estado de Caso Julgado
  - 15.1. Responsabilidade do agente político
  - 15.2. Responsabilidade do agente público
  - 15.3. Responsabilidade do controle interno
  - 15.4. Responsabilidade do Estado, Distrito Federal e Municípios
  - 15.5. Responsabilidade das entidades que formulam e de suas dirigentes
  - 15.6. Responsabilidade do particular, juízo ou órgão
  - 15.7. Responsabilidade de quem age anuído em parecer jurídico ou técnico
16. Responsabilidade dos vários agentes que atuam em licitações e contratos, inclusive de obras públicas, desde a abertura do processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto: Estado de Caso Julgado
  - 16.1. do quem elabora o edital
  - 16.2. do membro de comissão de licitação
  - 16.3. do preposto e da equipe de apoio
  - 16.4. do que elabora projeto básico ou termo de referência
  - 16.5. do quem aprova projeto básico
  - 16.6. do quem homologa o resultado da licitação
  - 16.7. do quem assina o contrato
  - 16.8. do quem assina o termo aditivo
  - 16.9. do fiscal do contrato
  - 16.10. do fiscal fraudulento
17. Responsabilidade decorrente de recursos repassados mediante retentiva no tocante aos agentes dos órgãos concedentes e convenientes, do prefeito e de seu sucessor, o do ônus no dever de prestar contas: Estado de Caso Julgado
  - 17.1. dos agentes públicos do órgão repassador
  - 17.2. do Prefeito e de seu sucessor
  - 17.3. do ônus no dever de prestar contas
18. Critérios para a imposição de sanções pelos tribunais de contas
  - 18.1. Pressupostos para a aplicação das sanções
  - 18.2. Questões controversas sobre as multas
  - 18.3. Imposição para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança
  - 18.4. Declaração de inabilitação para participar de licitação

JAM JURIDICA  
A informação necessária



JAM Cursos  
A melhor formação jurídica em sua instituição

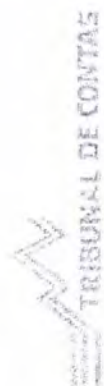
JAM Jurídica (Sociedade e Comércio Ltda.)  
CNPJ 00.803.308/0001-08  
INSC. ESTADUAL 43.811.183  
R. São João, 100 - Centro - São Paulo/SP

SIGA-NOS  
f t i g

71 3342-4531 • 3379-8191  
www.jam-juridica.com.br

PMLN  
FL 150  
N 150  
RUBRICA





# Certificado

Certifico que ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAUJO participou da Capacitação do Sistema de Acompanhamento de Atos de Pessoal - SAAP, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, realizado no dia 09/04/2018 com carga horária de 03 (três) hora(s).

São Luís, 9 de Abril de 2018

William Jobim Farias  
Diretor de ESCEX/TCE-MA

PMLN  
FLV  
N

# CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE

Elizaura Maria Rayol de Araújo

**PARTICIPOU DO 1º FÓRUM DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES,**  
PROMOVIDO PELA REDE GOVERNANÇA BRASIL (RGB), REALIZADO NOS DIAS 27 E 28 DE SETEMBRO DE 2021,  
NO PERÍODO DE 14H ÀS 18H30, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 9 HORAS, NA MODALIDADE REMOTA.

**Petrus Elesbão**  
Presidente RGB / ALAGOV

**Marcelo Becker**  
Presidente IGCP



**Elise Brites**  
Diretora de Relações  
Institucionais da RGB





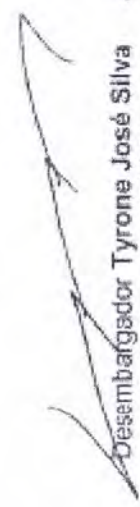



Tribunal Regional Eleitoral  
do Maranhão


## CERTIFICADO

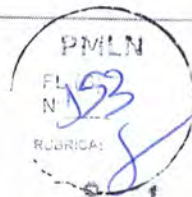
O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, por sua Escola Judiciária Eleitoral, juntamente com a Escola Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com as entidades abaixo identificadas, confere a **ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO**, CPF nº 648.709.953-87, certificado por sua participação no Congresso Nacional de Direito Eleitoral - Democracia, Eleições Municipais e Pandemia, realizado no dia 8 de junho de 2020, mediante plataforma virtual, com carga horária de 12 horas.

São Luís - MA, 8 de junho de 2020.

  
Desembargador Tyrone José Silva  
Presidente do TRE/MA

  
Juíza de Direito Lavinia Helena Macedo Coelho  
Membro e Diretora da EJE do TRE/MA

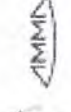
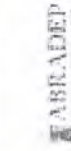
  
Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto  
Membro e Diretor da EJE do TSE



Realização:



Parceiros:



## Conteúdo programático:

- 9h15 - 1º Painel: Democracia brasileira: seus avanços, conquistas e desafios  
Debatedor → Ministro Tarcísio Viegas de Carvalho Neto (Diretor da EJETSE e membro do TSE)  
Debatedor → Procurador da República Juracl Gulmarães Junior (Procurador Regional Eleitoral no TRE-MA)  
Debatedor → Desembargador Cleonias Carvalho Cunha (ex-presidente do TRE-MA e ex-presidente do COTIREL)  
Mediação → Juíza Lavínia Coelho (Membro do TRE-MA e Diretora da EJETRE-MA)
- 10h45 - 2º Painel: Convenções, registro e o fim das coligações proporcionais  
Debatedora → Dra. Marilda Silveira (Advogada eleitoralista OAB/DF e membro da ABRADep)  
Debatedora → Dra. Isabel Mota (Advogada eleitoralista OAB/CE e membro da ABRADep)  
Debatedor → Ministro Carlos Bastide Horbach (Ministro do TSE)  
Mediação → Juiz Bruno Dualibe (Advogado e membro do TRE-MA)
- 14h - 3º Painel: Segurança jurídica, Eleições Municipais, pandemia e seus impactos  
Debatedor → Juiz Federal Roberto Carvalho Velloso (Professor, ex-presidente da AJUFE e ex-membro do TRE-MA)  
Debatedor → Procurador da República Luiz Carlos Gonçalves (Professor e ex-Procurador Regional Eleitoral no TRE-SP)  
Debatedora → Dra. Vânia Siciliano Aleta (Presidente da Escola Superior de Direito Eleitoral e Coordenadora Geral Adjunta da ABRADep)  
Mediação → Dr. Eduardo José Leal Moreira (Advogado, membro da ABRADep e ex-membro do TRE-MA)
- 15h30 - 4º Painel: Inelegibilidades, financiamento e prestação de contas  
Debatedora → Desembargadora Elaine Harzheim (professora e ex-Presidente do TRE-RS)  
Debatedora → Dra. Maria Cláudia Buccianeri (Advogada, ex-assessora chefe da Presidência do TSE e membro da ABRADep)  
Debatedora → Dra. Denise Schlickmann (Secretária de Controle Interno e Auditoria do TRE-SC)  
Mediação → Dr. Mauro Ferreira (Advogado e Presidente da Comissão de Advocacia Eleitoral da OAB/MA)
- 17h30 - 5º Painel: Propaganda Eleitoral, fake news e o combate à desinformação  
Debatedor → Dra. Luciana Nepomuceno (Advogada, Conselheira Federal OAB/MG e ex-membro do TRE-MG)  
Debatedor → Dr. Diogo Reis (Advogado, professor e membro fundador da ABRADep)  
Debatedor → Dr. Roberth Segurins Feitosa (Advogado, professor e membro da ABRADep)  
Mediação → Juiz Federal Clodomir Reis (ex-membro do TRE-MA)
- 19h - Cerimônia de encerramento  
Mesa Solene:  
Juíza Lavínia Coelho (Membro do TRE-MA e Diretora da EJETRE-MA)  
Prof. Me. Marcelo de Carvalho Lima (Advogado, professor e Coordenador do Curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral UFMA/TRE-MA/EJE)  
Prof. Dr. Marcelo Alexandre Correia Teixeira (Advogado, professor e Vice-Coordenador do Curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral UFMA/TRE-MA/EJE, membro da Comissão de Advocacia Eleitoral da OAB/MA)  
Conferencistas de honra:  
Prof. Me. Agostinho Ramalho Marques Neto (professor aposentado do Departamento de Direito da UFMA, psicanalista e membro da Academia Maranhense de Letras)  
Juiz Federal Roberto Carvalho Velloso (Coordenador do Programa de Mestrado em Direito da UFMA, professor, ex-presidente da AJUFE e ex-membro do TRE-MA)



# Webinário "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais"

## — Certificado —



Certificamos que **Elizaura Maria Rayol de Araújo** participou do Webinário "**Governança, Transparência e Controles Internos Municipais**", nos dias 23 e 24 de setembro de 2021, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA), com carga horária total de 09 horas.

São Luís - MA, 24 de setembro de 2021.



61545750-01401-4543-8418-441934012003

*Silvio Roberto Oliveira Amorim Junior*

Silvio Roberto Oliveira Amorim Junior  
Conselheiro Nacional do Ministério Público  
Presidente da Comissão de Enfrentamento à Corrupção do CNMP

*Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau*

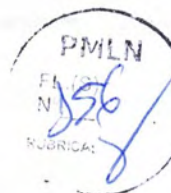
Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau  
Procurador-Geral de Justiça do  
Maranhão



Dra. Kaela Adriani Holanda Farias Vieira  
Diretora da Escola Superior do Ministério  
Público do Maranhão

# Verificação do Certificado

Curso	Objeto para	Data da emissão	Código
Webmundo - Governança, Transparência e Contratos Municípios Municipais	Estado de São Paulo Arara	Wednesday, 29 Sep 2021 09:03 Webmundo - Governança, Transparência e Contratos, Internet, Municipal Certificado de participação_21092021	215457E-0640-46d3-900E- 3483bd120033



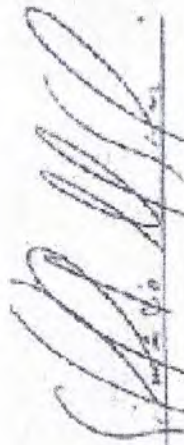


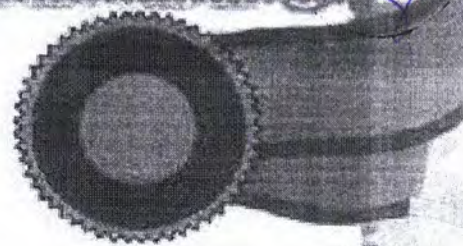
# *Certificado*

Número: 0597703076/2017

Certificamos que **ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO**  
concluiu o curso presencial **LICITAÇÕES E CONTRATOS NA**  
**PRÁTICA - Abordagem Municipal**  
no dia **26 de maio de 2017**  
com carga horária de **15 horas**.

Aprender Contabilidade  
CNPJ 24.549.957/0001-50

  
Profº Esp. Silveirando Martins Silva



# *Certificado*

Certifico que ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO participou do treinamento do Sistema de Acompanhamento de Atos de Pessoal - SAAP, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, realizado no dia 12/04/2017 com carga horária de 04 (quatro) horas.

São Luís, 13 de abril de 2017.

  
William Jobim Farias  
Gestor da ESCEX/TCE-MA



# CERTIFICADO

JAM  
JURÍDICA  
a mais de 30 anos

20  
Anos

Curso de Capacitação

## Processo nos Tribunais de Contas


Acusação, Contraditório, Julgamento e Recursos.


Certificamos que

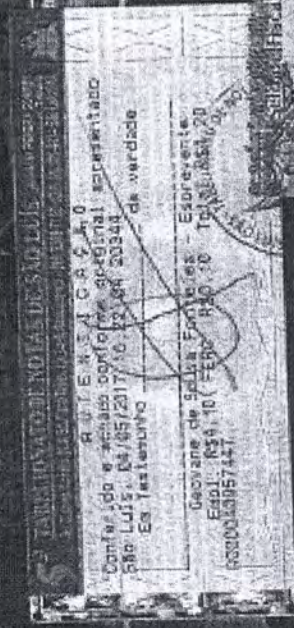
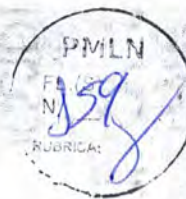
*Elizaura Maria Rayol de Araújo*

participou do curso **Processo nos Tribunais de Contas**,  
Acusação, Contraditório, Julgamento e Recursos, realizado  
nos dias 10 e 11 de setembro de 2015,  
em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 11 de setembro de 2015.

  
**Odilon Cavallari de Oliveira**  
Instrutor

  
**André Araújo**  
Diretor da JAM Jurídica



REALIZAÇÃO

JAM  
JURÍDICA



[jam-juridica.com.br](http://jam-juridica.com.br)





## Inteúdo Programático

# Processo nos Tribunais de Contas

### Acusação

- Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de contas

1. Jurisdição e competência
2. Independência das instâncias
3. Princípios processuais gerais e específicos
4. Requisitos de uma acusação válida

1. Tipos de processos em que a acusação pode ser formulada

- 1.1. Processo de contas
  - 1.1.1. Contas ordinárias
  - 1.1.2. Tomada de Contas Especial
  - 1.1.3. Contas de convênios e instrumentos congêneres
2. Processo de fiscalização
  - 2.1. Auditorias e inspeções
  - 2.2. Denúncias e representações

### Contraditório

- Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas, segundo o STF
- Meios de prova
  1. Forma de apresentação
  2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
  3. Ônus da prova
  4. Prova emprestada
  5. Prova de preço adequado
  6. Prova por fotos
  7. Prova por declaração de terceiro
  8. Prova indiciária

### 2.3. Tipos de defesa

- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Pedido de vista e cópia dos autos
- 2.6. Juntada de documentos
- 2.7. Sustentação oral
- 2.8. A defesa produzida por advogado

### 3. Julgamento

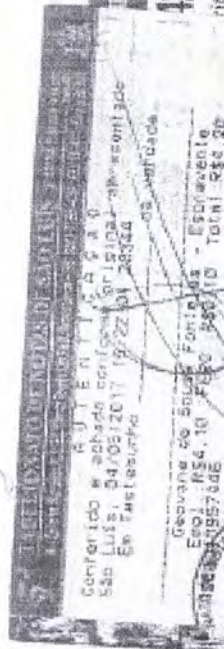
- 3.1. Tipos de provimentos existentes
  - 3.1.1. Monocráticos
    - 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
    - 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
  - 3.1.2. Colegiados
    - 3.1.2.1. Cautelares
    - 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
    - 3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo
    - 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável
  - 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
  - 3.1.2.2. De mérito
    - 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
    - 3.1.2.2.2. Corretivos
    - 3.1.2.2.3. Condenatórios
  - 3.2. Sanções cabíveis
  - 3.3. Nulidades processuais

### 4. Recursos

- 4.1. Princípios dos recursos
- 4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos
- 4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade
- 4.4. Efeitos dos recursos
- 4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
- 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
- 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas
  - 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
  - 4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização
  - 4.7.3. Embargos de Declaração
  - 4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado
  - 4.7.5. Agravo
  - 4.8. Cosa julgada administrativa
  - 4.9. Execução administrativa

### 5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas

- 5.1. Pelo Poder Legislativo
- 5.2. Pelo Poder Judiciário
- 5.3. Ações judiciais cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
  - 5.3.1. Mandado de Segurança
  - 5.3.2. Outras ações



DETERMINAÇÃO

12.4531

idica.com.br

PMLN  
PL  
Nº 360  
FISCALIA



# CONINTER

ENCONTRO PARA CAPACITAÇÃO DE CONTROLADORES INTERNOS DO MARANHÃO

12 a 14 de agosto de 2009 • São Luís • Maranhão




Certificamos que

*Elizaura Maria Rayol de Araújo*

participou do CONINTER - Encontro para Capacitação de Controladores Internos do Maranhão, realizado no período de 12 a 14 de agosto de 2009, no Rio Poty Hotel, São Luís/MA, com carga horária de 24 horas.

São Luís, 14 de agosto de 2009.

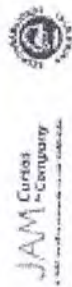
  
André Araújo  
Diretor da JAM JURIDICA



APROV. INSTITUCIONAL



REGISTRAÇÃO  
JAM JURIDICA



# Conteúdo Programático

## 11 DE AGOSTO

- Experiências de Controle da Gestão em Unidades de Mandatos
- Experiências de Sucesso na implementação das Unidades de Controle
- Sistema de Controle Interno - Estruturação e Implementação

## 13 DE AGOSTO

- Atuação em responsabilidade de administração
- Implementação Administrativa
- Controle nas Licitações e Contratos de Prestação de Serviços

## 14 DE AGOSTO

- A responsabilidade pelo Controle Interno - O papel da Unidade de Controle
- Controle Interno no Sistema de Gestão - O papel da Unidade de Controle
- A implementação do Sistema de Gestão - O papel da Unidade de Controle
- A implementação do Sistema de Gestão - O papel da Unidade de Controle
- A implementação do Sistema de Gestão - O papel da Unidade de Controle
- A implementação do Sistema de Gestão - O papel da Unidade de Controle
- A implementação do Sistema de Gestão - O papel da Unidade de Controle
- A implementação do Sistema de Gestão - O papel da Unidade de Controle

24h



11 DE AGOSTO  
13 DE AGOSTO  
14 DE AGOSTO

JAM  
JURÍDICA

PMLN  
1362  
PÚBLICA



# Certificado

Certificamos que

*Elizavara Maria Rayol de Araújo*

participou do curso **RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS - SOB A ÓTICA DO AUDITOR E DO AUDITADO**, realizado nos dias 25 e 26 de março de 2010, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís, 26 de março de 2010.

*Odilon Cavallari de Oliveira*  
Facilitador

*André Araújo*  
Diretor de JAM Jurídica



## RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

SOB A ÓTICA DO AUDITOR E DO AUDITADO

**25 e 26 de março de 2010**

Rio Poty Hotel • São Luís • MA



**JAM Cursos**  
In Company  
A JAM Jurídica presente na sua instituição



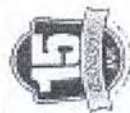
**JAM JURIDICA**  
Atendimento Personalizado



## Conteúdo Programático

1. Estrutura e organização dos tribunais de contas
2. Responsabilização perante os tribunais de contas
3. A responsabilização pelos tribunais de contas diante dos Poderes da República
4. Atos processuais praticados pela parte nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
5. Provas que podem ser produzidas nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
6. Medidas Cautelares que os tribunais de contas podem prolar
7. Sanções aplicadas pelos tribunais de contas
8. Recursos cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas

16h



JAM,  
JURÍDICA  
A informação necessária



JAM Cursos  
In Company  
A JAM Jurídica presente na sua instituição



Qualidade e Responsabilidade Ambiental  
CNPJ 00.803.369/0001-08  
INSC. ESTADUAL 42.831.183  
Rua ... 100 - ... - ... - ...

PMLN

384





# CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

Certifica que, ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO,

participou do I Seminário de Gestão na Área Pública, "Gestão Governamental como Fator de Desenvolvimento", realizado nos dias 15 e 16 de junho de 2007, com a carga horária de 13 horas.

Marta de Rezende dos Anjos Barreto  
Vice-Presidente do Conselho de Desenvolvimento Profissional do CRC-MA

Edson Antonio Lago Backman  
Presidente do CRC-MA

PMLN  
FL. 15  
N. 165  
RUBRICAS



# Certificado

**AJ&M**  
TREINAMENTOS

Certificamos para os devidos fins, que

**ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO,**

participou com êxito do Curso de **LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM ÊNFASE EM PREGÃO ELETRÔNICO**, de acordo com a Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), com carga horária de 16 (dezesseis) horas, realizado nos dias 03 e 04 de abril de 2023.

*O conteúdo ministrado, encontra-se no verso deste certificado.*

**ANTONIO JACKSOM LOPES** Assinado de forma digital por ANTONIO  
**DA SILVA:92041256320** JACKSOM LOPES DA SILVA:92041256320  
**AJ&M TREINAMENTOS E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL** Dados: 2023.04.04 18:06:47 -03'00'

166



**- Módulo I: LICITAÇÕES GERAIS;**

Princípios básicos de licitação. Dever constitucional de licitar. Contratações diretas. Legislações aplicáveis. Modalidade de licitação. Vinculação ao instrumento Convocatório. Esclarecimentos e impugnações ao edital e Recursos Administrativos.

**- Módulo II: NOVA LEI DE LICITAÇÕES - LEI 14.133/21:**

Conceitos e Diferenças entre as modalidades. Responsabilidades: Pregoeiro/Autoridade Competente. Exigência de estudo técnico preliminar nas contratações públicas (novo). Fases interna e externa do pregão. Principais erros/vícios cometidos pelos fornecedores. Decreto 10.024/2019. Cadastramento no SICAF e Comprasnet. Acesso à plataforma Comprasnet. Inclusão de proposta na licitação, cadastramento e operação de processos via sistema. Etapa de lances. Julgamento de proposta e análise da documentação dos concorrentes. Sanções administrativas, suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar. Tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas.

**- Módulo III: SIMULAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRASNET)**

Consultas à licitações publicadas (abertas para propostas), cadastramento de proposta e simulação na sala de disputa.



# CERTIFICADO

*Chescer*  
Consultoria e Auditoria | Heliópolis - SP

Certificamos que

ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO

concluiu o curso "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos com Ênfase da Formação de Agentes de Contratação" realizado nos dias 20, 21 e 22 de março de 2023 na cidade de São Luís/MA, ministrado pelos professores Paulo Alves e Evaldo Araújo Ramos, perfazendo um total de 24 horas-aula.

São Luís/MA, 22 de março de 2023

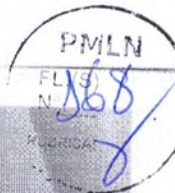
Jacqueline Aguiar da Silva  
Jacqueline Aguiar da Silva  
Sócia-administradora da Chescer

Elizaura Maria Rayol de Araújo  
ALUNO

☎ (98) 97020-1243 ☎ contato@chescerconsult.com.br | www.chescerconsultoria.com.br ☎ @vemchescer  
📍 Rua dos Azulejos, Office Tower, coluna 05, sala 1105, 1, Renascença-São Luís/MA - CEP 65075-060



Código do Certificado: 1654346AB4D8204E109T5630 - Verifique autenticidade em: a-certificado.com





## CONTEÚDO DO CURSO:

**AULA 1 - O PLANEJAMENTO NAS CONTRATAÇÕES:** Planejamento da Contratação - os estudos técnicos preliminares e o Termo de Referência: A responsabilidade pela elaboração e autorização do Termo de Referência: A diferença entre Projeto Básico X Termo de Referência: Elementos essenciais do Termo de Referência: Impropriedades das informações que compõem o TR: Principais pontos sobre a descrição do objeto e sobre a possibilidade de indicação de marca e utilização da expressão "ou similar". Padronização e Pré-qualificação. Exigência de laudos e amostras; A Divisão em Lotes e a Formação de Grupos de Itens; Justificativa da Contratação; Responsabilidades decorrentes da produção do Termo de Referência; Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema.

**AULA 2 - FASE INTERNA E EXTERNA NA LICITAÇÃO: FASE INTERNA DA LICITAÇÃO:** Mecanismos da governança nas contratações: A importância do Planejamento das Contratações. Plano de Contratação Anual: Das Modalidades de Licitação - Pregão, Concorrência, Concurso; Leilão e Diálogo competitivo novidade; Inversão das fases, Mixto de Disputa, Orçamento Estimado e Sigiloso; Da Divulgação do Edital de Licitação; O Portal Nacional de Compras - Obrigatoriedade de Divulgação das Contratações. FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO: Critérios de julgamento - menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, menor lance, maior retorno econômico. O Julgamento e a Inexequibilidade das Propostas; Apresentação das propostas; Direito de Preferência das ME/EPPs; Julgamento e habilitação: Fase recursal e homologação.

**AULA 3 - OS AGENTES DE CONTRATAÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES:** O Agente de Contratação e a equipe de contratação; A Gestão por Competência; O Plano de Capacitação dos Agentes de Contratação; Atuação dos Agentes de Contratações; Responsabilidades dos agentes de contratação; Segregação de funções; A defesa dos agentes públicos nas esferas administrativa, controladora e judicial pela advocacia pública. Sobre o responsável pela condução do certame - O pregoeiro, características e exigências, responsabilidade, atribuições; Equipe de apoio e sua designação, atribuições, eventuais hipóteses de responsabilidade da equipe de apoio.

**AULA 4 - TEMAS TRANSVERSAIS A PESQUISA DE MERCADO:** Importância de Pesquisa Mercadológica; Pesquisa de Preços na Lei nº 14.133/21; Onde realizar a pesquisa; Como tratar os preços e avaliar suas variações. Principais falhas na elaboração da pesquisa de preços à luz da Jurisprudência do TCU. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS - O uso de registro de preço para obras; A possibilidade de vigência da ata por até dois anos; O SRP para hipóteses de contratação direta; Ata de Registro de Preços: conceito, natureza jurídica, conteúdo, formalização e assinatura; Recusa do primeiro classificado em assinar a ata de Registro de preços, Assinatura da ata concomitante por mais de um tomecedor; Alteração e Revisão da ata de registro de preços. Reajuste e repactuação dos preços registrados; Cancelamento dos preços registrados; Adesão à Ata de Registro de Preços: limites, procedimento, adesão por entidades de esferas federativas distintas; Prazo para o aderente contratar, possibilidade de o aderente contratar o fornecedor ou prestador. Aditivos à ata de registro de preços?

**AULA 5 - ASPECTOS ESSENCIAIS SOBRE CONTRATAÇÃO DIRETA:** Planejamento da Contratação Direta - os estudos técnicos preliminares e o Termo de Referência: A Dispensa de Licitação: A Inexigibilidade de Licitação, O procedimento de Contratação Direta, Formalização do Processo de Contratação Direta.

**AULA 6 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, REAJUSTES CONTRATUAIS, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:** Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de substituição do instrumento contratual; Garantias contratuais: Alocação de Riscos e Mainz de riscos. Liquidação e Execução dos contratos - com ênfase na vigência de contratos de serviços e fornecimento continuados: Extinção e Nulidade contratual. Casos de modificação contratual; Reajuste de Preços. Repactuação, Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento ou revisão; Tipos de infrações administrativas e competência para aplicação de sanções: As Regras sobre a Aplicação das Sanções - Declaração de Inidoneidade e Impedimento de Licitar e Contratar; Meios alternativos de Resolução de controvérsias contratuais.





*Orbescer*

Consultoria | Auditoria | Treinamentos

# CERTIFICADO

Certificamos que

ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO

participou do curso "Fase Preparatória nas Contratações Públicas de acordo com a Lei nº 14.133/21", realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2023 na cidade de São Luís/MA, perfazendo um total de 16 horas-aula.

São Luís, 17 de outubro de 2023

*Jacqueline Aguiar da Silva*

Jacqueline Aguiar da Silva

Sócia-administradora da Orbescer

*Elizaaura Maria Rayol de Araújo*

ALUNO



ASSINATURA

Nº

FLS

PMLN



# CERTIFICADO

Certificamos que

**ELIZAURA MARIA RAYOL DE ARAÚJO**

participou do curso "Formação Prática para Agentes de Contratação",  
realizado nos dias 22 e 23 de janeiro de 2024 na cidade de São Luís/MA,  
perfazendo um total de 16 horas-aula.

São Luís, 23 de janeiro de 2024

Jacqueline Aguiar da Silva  
Jacqueline Aguiar da Silva  
Sócio-administradora da Criescer

Elizaura Maria Rayol de Araújo  
ALUNA



PMLN  
FLS.  
N.º

RUBRICA:





## Certificado

O Diretor da FACEI – Faculdade Einstein certifica que

**Silas Gomes Bras Junior**

Brasileiro, nascido em 10 de julho de 1986

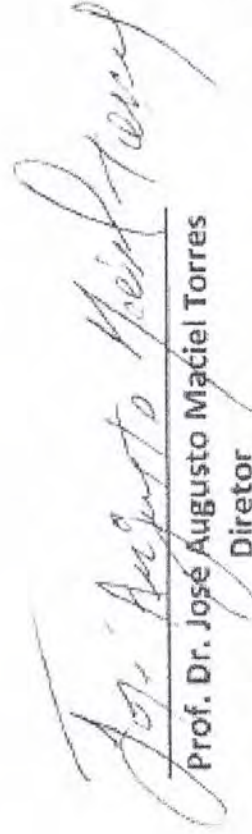
Filho de Silas Gomes Bras e Aurea Maria Barbosa Bras, RG nº 015915432000-4/SSP-MA e CPF nº 005.616.263-40

Concluiu em 01 de agosto de 2015,  
o curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em:

**Gestão Pública**

Com carga horária de 500 horas-aulas nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2007 publicada no D.O.U em 08 de junho de 2007 e da Portaria de Credenciamento da FACEI: Portaria MEC/SESu nº 6 de 7/1/2008 no DOU 8/1/2008.

Salvador, 10 de maio de 2017.

  
Prof. Dr. José Augusto Maciel Torres  
Diretor












# Universidade Anhanguera-Uniderp

## CERTIFICADO



Certificamos que **Silas Gomes Brás Júnior**, portador do RG 159154320004 e CPF 00561626340, concluiu o Curso de Pós-Graduação **Lato Sensu em Direito Público**, na área de Administração, aprovado pela Resolução n.º 01/07/CNE e pelas resoluções n.º 001/CONEP/2013-A e n.º 001/CONSU/2013-B, realizado no período compreendido entre 01/02/2013 e 01/05/2014, com carga horária de 420 (quatrocentas e vinte) horas de atividades teóricas e práticas.

Campo Grande - MS, 21 de maio de 2014.

  
Prof.ª Dra. Luciana Paes de Andrade  
Pró-Reitora de Pesquisa e  
Pós-Graduação

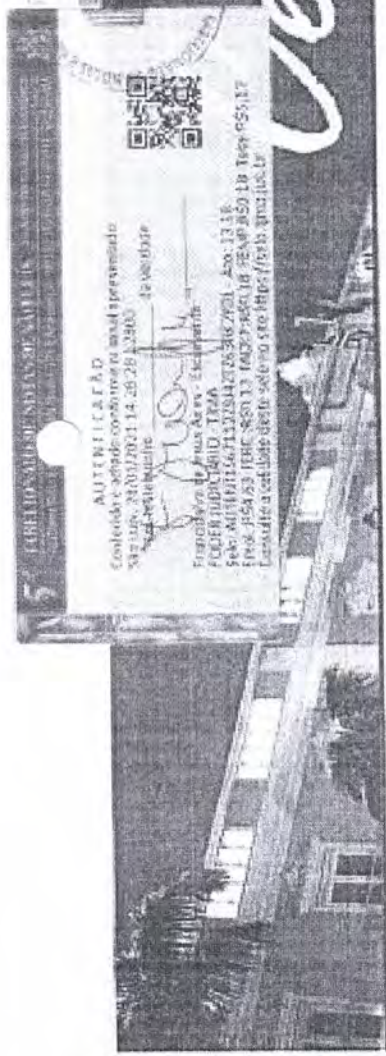
  
Acadêmico











*Certificado*

Certificamos que

*Silas Gomes Bras Junior*

participou do curso **RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS - SOB A ÓTICA DO AUDITOR E DO AUDITADO**, realizado nos dias 25 e 26 de março de 2010, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís, 26 de março de 2010.

  
**Odilon Cavallari de Oliveira**  
Fórum/MA


  
**André Araújo**  
Diretor de JAM Jurídica

**RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS**

**SOB A ÓTICA DO AUDITOR E DO AUDITADO**

**25 e 26 de março de 2010**

Rio Pety Hotel • São Luís • MA



**JAM JURIDICA**  
A melhor opção para sua educação

**15** ANOS

**JAM Cursos**  
in Company

A JAM Jurídica apresenta as suas certificações



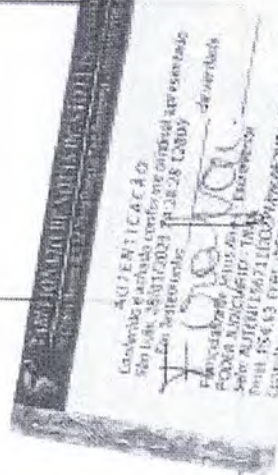
PMLN  
FLS  
Nº 376



# Conteúdo Programático

1. Estrutura e organização dos tribunais de contas
2. Responsabilização perante os tribunais de contas
3. A responsabilização pelos tribunais de contas diante dos Poderes da República
4. Atos processuais praticados pela parte nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
5. Provas que podem ser produzidas nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
6. Medidas Cautelares que os tribunais de contas podem prolatar
7. Sanções aplicadas pelos tribunais de contas
8. Recursos cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas

16h



JAM JURÍDICA  
A informação necessária



JAM CURSOS  
in Company  
A JAM Jurídica presenja na sua instituição

JAM Jurídica Consultoria e Cursos Ltda  
CNPJ 00.803.388/0001-98  
INSC. ESTADUAL 42.831.183  
Rua São Paulo, 100 - 10.º Andar - Jd. Paulista - São Paulo - SP



PMLN  
FLS. N.º 177  
RUBRICA:



PMILN



AMERICAN PETROLEUM CO.  
 Corporation, 6000 West Loop, West, P.O. Box 1000, Houston, Texas 77240  
 Tel. 713/865-1000, Telex 153100, Cable 153100  
 Teletype 153100, Radio 153100  
 Fax 713/865-1000  
 E-mail: amercpet@aol.com  
 Website: www.amercpet.com  
 Copyright © 1999 American Petroleum Co. All rights reserved.

- ações baseadas sobre o exemplo, Paulo Ruyter, em 1994, e Lei de Diretrizes Organizacionais - LDO;
- fundamentos que regem as organizações;
- normas regulamentadoras dos consórcios;
- ações e responsabilidades dos órgãos e consórcios.

- a) **financiador** – convênio, consórcio, comitente, interveniente, vinculada, constituição, análise, subscricao social, nota de encaminhamento de crédito.
- b) **termo editado**, objeto, meio.
- c) **estruturas das instituições**.
- d) **instrumentos utilizados nas transações** – estatutários – termo de contramão, contrato de repasse e termo de parceria.
- e) **bases das convênios** – solidariedade, formalização, execução, fiscalização, prestação de contas e prestação de informações de controle.

de prestação de recursos ao Departamento Geral da União.  
b) em atendimento das exigências para a realização de concursos – Constituição Federal, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Instrução Normativa nº 01/97 do Secretário do Tesouro Nacional – STN, Decreto nº 64.707/97, Portaria Interministerial nº 127/98 e demais normas.

a) Elaboração do termo de consenso;  
b) cláusulas obrigatórias;  
c) cláusulas não admitidas;  
d) termo do consenso simplificado;  
e) situações que impedem a celebração de consensos;  
f) extinção dos consensos.

- a) Liberação dos recursos financeiros;
- b) movimentação dos recursos financeiros;
- c) obtenção da receita de movimentação financeira;
- d) atualização do balanço e equipamentos;
- e) custos de suspensão da liberação de recursos;
- f) despesas não aceitas;
- g) meio de causalidade entre as despesas e o objeto do convênio;
- h) aplicação das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02;
- i) natureza da relação do convênio.

- Ordens empilhadas para acompanhar e fiscalizar os comitês;
- memorandos para o comitê de controle;
- instrumentos de controle;
- consequências das ações de controle (autocensuração, clima e pressão);
- o comitê social.

- a) Anulação de contas finais.
- b) abreviação de sua apuração.
- c) Anul da prova sobre a taxa e regularização dos seus atos.
- d) composição de prestação de contas.
- e) prazos.
- f) Inscrição de contas parciais - das frações e processamento.

- a) função competente para o exame de prestação de contas;
- b) prazo;
- c) emissão das participações;
- d) registros nos sistemas informatizados;
- e) consequências do exame – aprovação/rejeição;
- f) emissão do dever de prestar contas;
- g) fatos geradores da Tomada de Contas Especial – RCE.

- Correção;
- elementos necessários à instauração da Jornada de Contas Especial - TCE;
- foros geradores da TCE;
- direitos competentes para a sua instauração;
- faixa etária e sistema da TCE;
- consequências da instauração da TCE;
- apuração da responsabilidade do conveniênte;
- regimes nos sistemas informatizados;
- encaminhamento da TCE ao Tribunal de Contas da União - TCU;
- consequências do julgamento pelo TCU.

- Credenciamento e cadastramento de ante em entidade;
- Cadastro de proposta;
- Envio para análise;
- Consulta;
- Execução do objeto do convênio;



# CERTIFICADO

## CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS

ASPECTOS POLÊMICOS E CONTROVERTIDOS

2e3/dez São Luís/MA

Os principais problemas enfrentados em contratações usualmente realizadas pela Administração e suas soluções, de acordo com as orientações do TCU.



Após 15 anos levando informação necessária à sua Evolução!

### AUTENTICAÇÃO

Confirmação e validade conforme original das eventuais  
certificações emitidas em 28/01/2011 às 12h02m27s  
da Voz Brasileira



Procedimento de Autenticação: 1. Digite o código de autenticação no site: [www.jam.com.br](http://www.jam.com.br)  
2. Clique em "Autenticar"  
3. O sistema apresentará a confirmação da validade da certificação

Certificamos que

*Silas Gomes Brás Júnior*

participou do Curso **CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS: ASPECTOS POLÊMICOS  
E CONTROVERTIDOS**, realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de 2010,  
em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís, 3 de dezembro de 2010.

*Benjamin Zymler*  
Benjamin Zymler  
Facilitador

*Karine Lilian de S. Machado*  
Karine Lilian de S. C. Machado  
Facilitadora

*André Araújo*  
André Araújo  
Diretor da JAM Jurídica

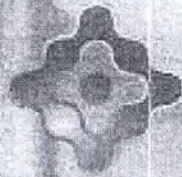
JAM  
JURÍDICA  
A informação necessária

15  
ANOS

JAM Cursos  
a Company  
A mais completa plataforma de sua formação







imadec

19811070 MALAYSIAN

# Certificamos

SILAS GOMES BRÁS JUNIOR

participou do CURSO DE DIREITO E PROCESSO ELEITORAL realizado nos dias 28 de abril e 05 de maio de 2012 no Rio Pory Hotel com carga horária total de 20 horas.

1000 Main Branches Marios

Kolshon Castelo Branco  
Presidente do Instituto

Estudio Casístico



ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED  
DATE 02/07/2014 BY 60321 UCBAW

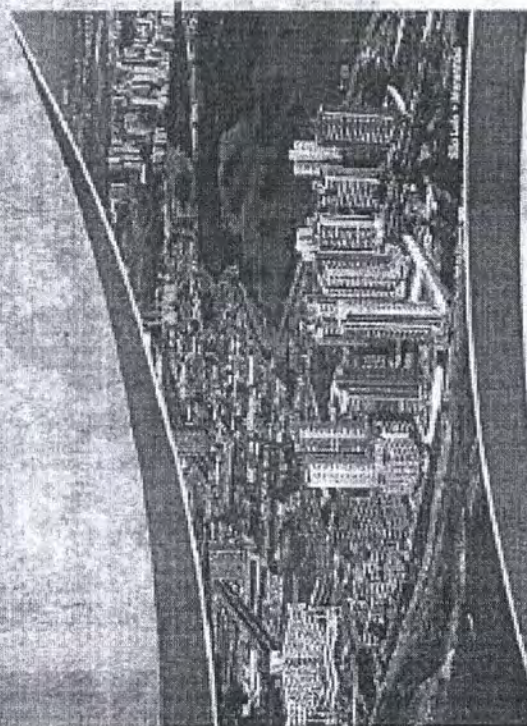
1880  
1881  
1882  
1883  
1884  
1885  
1886  
1887  
1888  
1889  
1890  
1891  
1892  
1893  
1894  
1895  
1896  
1897  
1898  
1899  
1900  
1901  
1902  
1903  
1904  
1905  
1906  
1907  
1908  
1909  
1910  
1911  
1912  
1913  
1914  
1915  
1916  
1917  
1918  
1919  
1920  
1921  
1922  
1923  
1924  
1925  
1926  
1927  
1928  
1929  
1930  
1931  
1932  
1933  
1934  
1935  
1936  
1937  
1938  
1939  
1940  
1941  
1942  
1943  
1944  
1945  
1946  
1947  
1948  
1949  
1950  
1951  
1952  
1953  
1954  
1955  
1956  
1957  
1958  
1959  
1960  
1961  
1962  
1963  
1964  
1965  
1966  
1967  
1968  
1969  
1970  
1971  
1972  
1973  
1974  
1975  
1976  
1977  
1978  
1979  
1980  
1981  
1982  
1983  
1984  
1985  
1986  
1987  
1988  
1989  
1990  
1991  
1992  
1993  
1994  
1995  
1996  
1997  
1998  
1999  
2000  
2001  
2002  
2003  
2004  
2005  
2006  
2007  
2008  
2009  
2010  
2011  
2012  
2013  
2014  
2015  
2016  
2017  
2018  
2019  
2020  
2021  
2022  
2023  
2024  
2025  
2026  
2027  
2028  
2029  
2030  
2031  
2032  
2033  
2034  
2035  
2036  
2037  
2038  
2039  
2040  
2041  
2042  
2043  
2044  
2045  
2046  
2047  
2048  
2049  
2050  
2051  
2052  
2053  
2054  
2055  
2056  
2057  
2058  
2059  
2060  
2061  
2062  
2063  
2064  
2065  
2066  
2067  
2068  
2069  
2070  
2071  
2072  
2073  
2074  
2075  
2076  
2077  
2078  
2079  
2080  
2081  
2082  
2083  
2084  
2085  
2086  
2087  
2088  
2089  
2090  
2091  
2092  
2093  
2094  
2095  
2096  
2097  
2098  
2099  
2100  
2101  
2102  
2103  
2104  
2105  
2106  
2107  
2108  
2109  
2110  
2111  
2112  
2113  
2114  
2115  
2116  
2117  
2118  
2119  
2120  
2121  
2122  
2123  
2124  
2125  
2126  
2127  
2128  
2129  
2130  
2131  
2132  
2133  
2134  
2135  
2136  
2137  
2138  
2139  
2140  
2141  
2142  
2143  
2144  
2145  
2146  
2147  
2148  
2149  
2150  
2151  
2152  
2153  
2154  
2155  
2156  
2157  
2158  
2159  
2160  
2161  
2162  
2163  
2164  
2165  
2166  
2167  
2168  
2169  
2170  
2171  
2172  
2173  
2174  
2175  
2176  
2177  
2178  
2179  
2180  
2181  
2182  
2183  
2184  
2185  
2186  
2187  
2188  
2189  
2190  
2191  
2192  
2193  
2194  
2195  
2196  
2197  
2198  
2199  
2200  
2201  
2202  
2203  
2204  
2205  
2206  
2207  
2208  
2209  
2210  
2211  
2212  
2213  
2214  
2215  
2216  
2217  
2218  
2219  
2220  
2221  
2222  
2223  
2224  
2225  
2226  
2227  
2228  
2229  
2230  
2231  
2232  
2233  
2234  
2235  
2236  
2237  
2238  
2239  
2240  
2241  
2242  
2243  
2244  
2245  
2246  
2247  
2248  
2249  
2250  
2251  
2252  
2253  
2254  
2255  
2256  
2257  
2258  
2259  
2260  
2261  
2262  
2263  
2264  
2265  
2266  
2267  
2268  
2269  
2270  
2271  
2272  
2273  
2274  
2275  
2276  
2277  
2278  
2279  
2280  
2281  
2282  
2283  
2284  
2285  
2286  
2287  
2288  
2289  
2290  
2291  
2292  
2293  
2294  
2295  
2296  
2297  
2298  
2299  
2300  
2301  
2302  
2303  
2304  
2305  
2306  
2307  
2308  
2309  
2310  
2311  
2312  
2313  
2314  
2315  
2316  
2317  
2318  
2319  
2320  
2321  
2322  
2323  
2324  
2325  
2326  
2327  
2328  
2329  
2330  
2331  
2332  
2333  
2334  
2335  
2336  
2337  
2338  
2339  
2340  
2341  
2342  
2343  
2344  
2345  
2346  
2347  
2348  
2349  
2350  
2351  
2352  
2353  
2354  
2355  
2356  
2357  
2358  
2359  
2360  
2361  
2362  
2363  
2364  
2365  
2366  
2367  
2368  
2369  
2370  
2371  
2372  
2373  
2374  
2375  
2376  
2377  
2378  
2379  
2380  
2381  
2382  
2383  
2384  
2385  
2386  
2387  
2388  
2389  
2390  
2391  
2392  
2393  
2394  
2395  
2396  
2397  
2398  
2399  
2400  
2401  
2402  
2403  
2404  
2405  
2406  
2407  
2408  
2409  
2410  
2411  
2412  
2413  
2414  
2415  
2416  
2417  
2418  
2419  
2420  
2421  
2422  
2423  
2424  
2425  
2426  
2427  
2428  
2429  
2430  
2431  
2432  
2433  
2434  
2435  
2436  
2437  
2438  
2439  
2440  
2441  
2442  
2443  
2444  
2445  
2446  
2447  
2448  
2449  
2450  
2451  
2452  
2453  
2454  
2455  
2456  
2457  
2458  
2459  
2460  
2461  
2462  
2463  
2464  
2465  
2466  
2467  
2468  
2469  
2470  
2471  
2472  
2473  
2474  
2475  
2476  
2477  
2478  
2479  
2480  
2481  
2482  
2483  
2484  
2485  
2486  
2487  
2488  
2489  
2490  
2491  
2492  
2493  
2494  
2495  
2496  
2497  
2498  
2499  
2500  
2501  
2502  
2503  
2504  
2505  
2506  
2507  
2508  
2509  
2510  
2511  
2512  
2513  
2514  
2515  
2516  
2517  
2518  
2519  
2520  
2521  
2522  
2523  
2524  
2525  
2526  
2527  
2528  
2529  
2530  
2531  
2532  
2533  
2534  
2535  
2536  
2537  
2538  
2539  
2540  
2541  
2542  
2543  
2544  
2545  
2546  
2547  
2548  
2549  
2550  
2551  
2552  
2553  
2554  
2555  
2556  
2557  
2558  
2559  
2560  
2561  
25





2012

CERTIFICAÇÃO



## Processo nos Tribunais de Contas

ACUSAÇÃO, DEFESA, JULGAMENTO E RECURSOS

23 e 24 de agosto de 2012

São Luís | Maranhão

AUTENTICAÇÃO  
Código de segurança: 380827-0023 17-10-15 63  
São Luís/MA



Assinado eletronicamente  
por: **Silas Gomes Brás Júnior**  
Cargo: **Procurador Geral do Estado**  
Data: **23/08/2012 13:20**  
IP: **170.156.71.103**  
Assinatura: **Silas Gomes Brás Júnior**

Certificamos que

*Silas Gomes Brás Júnior*

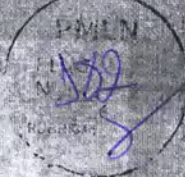
participou do Curso **PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ACUSAÇÃO, DEFESA,  
JULGAMENTO E RECURSOS**, realizado nos dias 23 e 24 de agosto de 2012,

em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 24 de agosto de 2012.

*Odilon Cavallari de Oliveira*  
Facilitador

*André Araújo*  
Diretor da JAM Jurídica



JAM,  
JURÍDICA  
A informação necessária





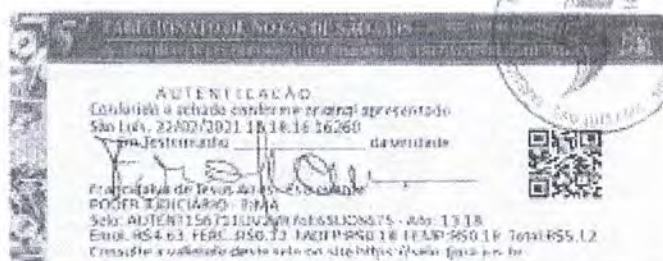


## CERTIFICADO

Conferimos a **SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR** o presente certificado pela participação na palestra de Motivação Pessoal e Coletiva, Alta Performance e Alto Desempenho, realizado no dia 15/11/2014 em São Luís - MA, com carga horária de 03 horas/aulas, ministrada pelo professor e conferencista Daniel Godri.

Curitiba, 04 de dezembro de 2014

*Daniel Godri*



Daniel Godri  
Palestrante

Participante







## CARTÓRIO DE NOTAS

**Silas Gomes Brás Junior**

Agradecemos a sua participação no Projeto Social do 5º Ofício de Notas de São Luís/MA, na exposição do tema "Inventário Extrajudicial", ocorrido no dia 28 de novembro de 2015, com carga horária de 04 horas. São Luís-MA, 28 de novembro de 2015.

*Juliana Pereira Soares*

**Juliana Pereira Soares**  
Tabeliã

5º OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO LUÍS/MA - 28/11/2015

**AUTENTICAÇÃO**  
Cópia da autógrafo conferida e autógrafo cancelado  
São Luís, 28/11/2015 12:37:04 2064 em unidade  
Selo de autógrafo  
Folha 1 de 1  
PGR 15/06/2010 - 1824  
Selo 15/06/2010 15:11:11 15/06/2010 15:11:11 15/06/2010 15:11:11  
Selo 15/06/2010 15:11:11 15/06/2010 15:11:11 15/06/2010 15:11:11  
Cópia da autógrafo conferida e autógrafo cancelado



**AUTENTICAÇÃO**  
Cópia da autógrafo conferida e autógrafo cancelado  
São Luís, 28/11/2015 12:37:04 2064 em unidade  
Selo de autógrafo

**AUTENTICAÇÃO**  
Cópia da autógrafo conferida e autógrafo cancelado  
São Luís, 28/11/2015 12:37:04 2064 em unidade  
Selo de autógrafo



**AUTENTICAÇÃO**  
Cópia da autógrafo conferida e autógrafo cancelado  
São Luís, 28/11/2015 12:37:04 2064 em unidade  
Selo de autógrafo





# CERTIFICADO

JAM JURÍDICA



## AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

28 e 29 de Outubro | São Luís • MA

Certificamos que


*Silas Gomes Brito Junior*

participou do curso **AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**,  
realizado nos dias 28 e 29 de outubro de 2015,  
em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 29 de outubro de 2015.

  
Ismar Barbosa Cruz  
Diretor

  
Luiz Felipe Bezerra A. Simões  
Instrutor

  
André Araújo  
Diretor de JAM Jurídica

### AUTENTICAÇÃO

Cópia autêntica conforme original disponível em:

São Luís, 23/03/2021 11:56:20 32478

com frequência

deverá ser

revalidada

em 12 meses

PODER AUTENTICADO - TPA

SER: AUTENT156711020 WWW.JAMJURIDICA.ORG

Em: 05.04.21 11:56:20 32478 32478 32478 32478

Consulte a validade de sua cópia em: [www.jam-juridica.org.br](http://www.jam-juridica.org.br)

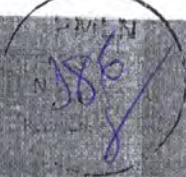


REALIZAÇÃO

JAM JURÍDICA

f e

[jam-juridica.com.br](http://jam-juridica.com.br)





# Auditoria de Licitações e Contratos

## APRESENTAÇÃO

Os principais procedimentos de auditoria de licitações e contratos, baseados na melhor metodologia de controle e associados aos conceitos e à jurisprudência fundamentais para a correta fiscalização e execução dos atos administrativos nessa área.

A área de licitações e contratos na administração pública representa, por suas características, enorme desafio aos agentes públicos encarregados de sua gestão, assim como para o profissional de controle e auditoria. Por um lado, a complexidade e variedade das regras estabelecidas pela legislação e pela jurisprudência dos tribunais superiores exigem do gestor especial atenção com vistas a conduzir o processo dentro dos princípios legais. De outro, compete ao auditor, ou controlador, a partir do conhecimento especializado da matéria, identificar corretamente quais dos processos licitatórios e contratos devem ser fiscalizados prioritariamente, considerando o grau de risco, materialidade e relevância de cada um deles. Em função disso, este curso foi concebido para propiciar, tanto ao gestor, quanto ao auditor, uma visão ampliada dos conceitos e procedimentos de controle aplicados à área de licitações e contratos, especialmente destacados a partir das orientações do Tribunal de Contas da União. Treinamento baseado na mais moderna metodologia de controle público no Brasil e realizado de forma dinâmica, por meio da apresentação da base teórica e de estudos de caso.

## "Licitações e Contratos - conceitos e jurisprudência para efeito de auditoria"

1. Licitação: conceitos importantes
  - 1.1 Observância de princípios
  - 1.2 Objetivos a serem perseguidos:
    - seleção da proposta mais vantajosa
2. Fases da licitação
  - 2.1 Elaboração do edital
    - 2.1.1 Definição do objeto da licitação:
      - parcelamento do objeto x fracionamento
      - indicação de marca/características restritivas
    - 2.2 Projeto básico e termo de referência
    - 2.3 Critério de aceitabilidade do preço global e dos preços unitários
      - jogo de planilha
      - preço manifestamente inexequível
      - responsabilidade da comissão de licitação e do pregoeiro
  - 2.3 Exigências de habilitação
    - regularidade fiscal e trabalhista
    - qualificação técnica
3. Contrato administrativo: conceitos importantes
  - 3.1 Formalização
    - cláusulas exorbitantes
  - 3.2 Vigência e prorrogação
    - serviços de natureza contínua
    - justificativas para a prorrogação

4. Alteração contratual
  - 4.1 Alteração unilateral quantitativa/qualitativa
  - 4.2 Alteração consensual
    - revisão contratual/teoria da imprevisão
    - reajuste/respectuação
5. Contratação direta (sem licitação)
  - 5.1 Espécies: dispensa e inexigibilidade
  - 5.2 Dispensa em razão do valor
  - 5.3 Contratação emergencial
  - 5.4 Prestação de serviços de natureza singular
  - 5.5 Justificativa do preço
- "Metodologia de auditoria aplicada à área de licitações e contratos"
6. O controle de licitações e contratos
7. Auditoria governamental
  - 7.1 Conceitos básicos
  - 7.2 Finalidades
  - 7.3 Abrangência
  - 7.4 Auditoria de Conformidade
  - 7.5 Auditoria Operacional
8. Normas de auditoria
  - 8.1 Finalidades e fontes
  - 8.2 Normas relativas à
  - 8.3 Normas de execução
  - 8.4 Normas relativas à

9. Visão geral do controles internos
  - 9.1 Definições
  - 9.2 Objetivos
  - 9.3 Princípios
  - 9.4 Avaliação de controles internos
  - 9.5 Conceitos de risco em auditoria
10. Planejamento da auditoria
  - 10.1 Procedimentos de auditoria
  - 10.2 Matriz de Planejamento
11. Execução da auditoria
  - 11.1 Técnicas de auditoria
    - exame documental; inspeção física; conferência de cálculos; observação; indagação escrita; indagação oral; confirmação externa; correlação das informações obtidas; teste laboratorial; rastreamento; entrevista; circularização; conciliação; análise de contas contábeis; revisão analítica.
12. Achados e evidências em auditoria
  - 12.1 Matriz de Achados
13. Relatório de auditoria



AUTENTICAÇÃO  
Conferida e achado conforme o edital registrado  
em 23/02/2021 às 15:40:08 horas  
por: [assinatura]

CPF: 00.803.1  
INSC. ESTADUAL

JAM cursos  
A melhor maneira de aprender



JAM JURIDICA  
A informação necessária

JAM JURIDICA



# Certificado

INSPIRAR  
INNOVATION & COMMUNICATION

## Jornada Jurídica de Direito Administrativo

Certificamos que Silas Gomes Brás Júnior participou da **Jornada Jurídica de Direito Administrativo** com carga horária de seis horas, realizada no Teatro Zenira Fiquene, Faculdade Pitágoras, com o palestrante **José Aras**, advogado e diretor do Centro de Estudos José Aras (Cejas), que ministrou a palestra "**Improbidade Administrativa**".

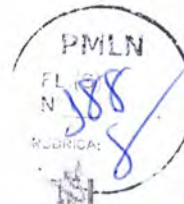
São Luís (MA), 04 de Outubro de 2016

*Yndara Vasques*

Yndara Vasques  
Inspiração Inovação & Comunicação

*Franciela Monteles*

Franciela Monteles  
Inspiração Inovação & Comunicação





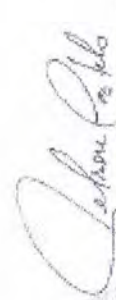
## CERTIFICADO

O Instituto Imadec certifica que

**SILAS GOMES BRAS JUNIOR**

Participou do CURSO DE ATUALIZAÇÃO E PRÁTICA "DIREITO ELEITORAL" realizado nos dias 02 e 16 de abril, 21 de maio, 11 de junho 2016 e 02 julho em SÃO LUIS-MA, com carga horária total de 40h.

SÃO LUIS, 02 de JULHO de 2016

  
Kelson Castelo Branco  
Diretor Geral

  
Fabio Castelo Branco  
Diretor Regional

# Certificado

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que **SILAS GOMES BRAS JUNIOR, CPF 005.616.263-40**, participou com aproveitamento do **CURSO CONTROLES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, ministrado na modalidade a distância, de 02 a 30/06/2014, com 30 horas-aula.

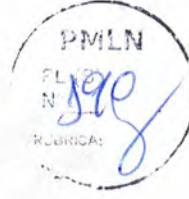
## Conteúdo Programático

Prestação de Contas; Controle na Administração Pública; Controle Externo; Controle Interno; Controle Social.

Brasília, 12 de maio de 2017.

**MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY**  
Diretor-Geral

Originalmente emitido em 07/07/2014 às 16:45:36 - Código de autenticação ISCC4020F5021.C30A1424.C3433F40

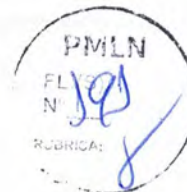






Com base nos dados informados, confirmamos que este certificado foi emitido para  
SILAS GOMES BRAS JUNIOR, CPF: 005.616.263-40, pela a sua participação no curso,  
controles na administração pública, promovido em Brasília - DF, de 2 a 30/6/2014,  
totalizando 30:00 horas-aula.

Código do Certificado: ISCC4020F5021.C30A1424.C3433F40



# Certificado

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que **SILAS GOMES BRAS JUNIOR - CPF 005.616.263-40** participou do **SEMINÁRIO DIÁLOGO PÚBLICO - PARA MELHORIA DA GOVERNANÇA PÚBLICA - MARANHÃO**, ocorrido em São Luís/MA, em 29/05/2014, com 7 horas-aula.

AUTENTICAÇÃO  
Lido de e assinado eletronicamente em 29/05/2014  
São Luís, 29/05/2014 12:43:32.1130  
Em: Insigne

Tratado de São Paulo, 29/05/2014  
POTEN. E. O. C. 12.433.32.1130  
São PAULO/SP, 29/05/2014 12:43:32.1130  
Total: 354.43.32.1130  
Consulte a validade deste documento no site: [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)

Brasília, 12 de maio de 2017.

**MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY**  
Diretor-Geral

Originalmente emitido em 02/06/2014 às 15:47:40 - Código de autenticação: ISCC4020F5919\_C30A162A\_C3433F40





# CERTIFICADO

*Certificamos que **SILAS GOMES BRAS JUNIOR** participou do  
**CURSO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E  
SINDICÂNCIA**, realizado nesta Universidade, no período de 15/05/2017 a  
30/05/2017, com duração de 48 horas.*



*São Luís, 26 de Junho de 2017.*

*Assinatura*

*Pró-Reitor(a) de Recursos Humanos*



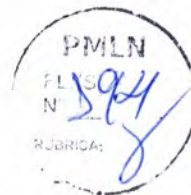
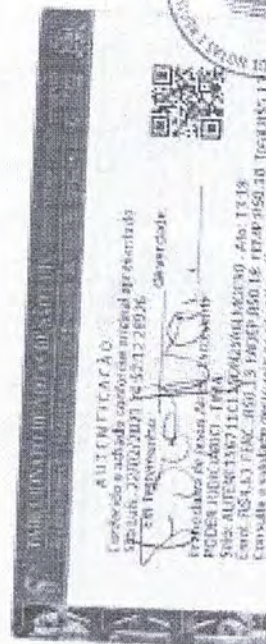
Resultado Final: 10,00

Frequência: 100,0 %

Nº do Reg.: 23435

Módulo(s):

1 - Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância (48h) Nota: 10.0





25 ANOS DA LEI DE  
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

# CERTIFICADO

"O Instituto Maranhense de Estudos sobre Responsabilidade Pública - INERP agradece imensamente aos (às) palestrantes, debatedores (as) e mediadores (as) que contribuíram para a realização do I Congresso Acadêmico de Estudos sobre Responsabilidade Pública, nos dias 9 e 10 de novembro de 2017 na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, o qual teve como tema "Os 25 Anos da Lei de Improbidade Administrativa na ordem política brasileira". Entre àqueles (as), certifica a participação de **SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR** no Painel II ("O Tribunal de Contas do Estado e a Proteção da Probidade na Administração") São Luís, 10 de novembro de 2017.

American Academy of  
Physiology - 1908

Nina K. Desai  
Vice-President - NER



**RESEARCH**

PMLN  
FLY  
N 595  
RODRIGA: 8





**AUTENTICAÇÃO**  
 Confira se todos os dados constantes no formulário correspondem  
 ao seu cadastro. Se não, corrija os dados e assine o formulário.  
 Se não estiver cadastrado, preencha o formulário e assine.

**Nome Completo** \_\_\_\_\_  
**CPF** \_\_\_\_\_  
**RG** \_\_\_\_\_  
**Data de Nascimento** \_\_\_\_\_  
**Endereço Completo** \_\_\_\_\_  
**Cidade** \_\_\_\_\_  
**Estado** \_\_\_\_\_  
**CEP** \_\_\_\_\_  
**Telefone** \_\_\_\_\_  
**E-mail** \_\_\_\_\_  
**Assinatura** \_\_\_\_\_

Certificamos que

*Silas Gomes Brás Júnior*

participou do curso **RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS**, realizado nos dias 21 e 22 de maio de 2018, no Rio de Janeiro/RJ, com carga horária de 16 horas


Rio de Janeiro/RJ, 22 de maio de 2018.


**JAM,  
JURIDICA**  
A informação necessária

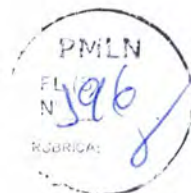
[www.iam-juridica.com.br](http://www.iam-juridica.com.br)

contato@jam-juridica.com.br

SIGA-NOS

  
Odilon Cavalcanti de Oliveira  
Instituto

  
André Araújo  
Diretor da JAM Jurídica





# RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PER

## CURSO

## PROGRAMA

1. O sistema jurídico de imputação de responsabilidade
  - 1.1. Responsabilidade administrativa
  - 1.2. Responsabilidade civil
  - 1.3. Responsabilidade penal
  - 1.4. Harmonização do sistema jurídico de imputação de responsabilidade
2. Tipos de processos de responsabilização nos Tribunais de Contas e suas peculiaridades no tocante à imputação de responsabilidade
  - 2.1. Processos de contas ordinárias
  - 2.2. Tomada de Contas Especial
  - 2.3. Processos de fiscalização: autorias, denúncias, representações e outros
3. Espécies de responsabilidade
  - 3.1. Responsabilidade contratual: extrac contratual
  - 3.2. Responsabilidade objetiva e subjetiva
  - 3.3. Responsabilidade solidária
4. Hipóteses de responsabilização do particular
  - 4.1. Responsabilidade de empresas contratadas pelo Poder Público
  - 4.2. Responsabilidade do sócio de empresa contratada pelo Poder Público
5. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados e por quais atos
  - 5.1. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados
  - 5.2. Quais atos dos agentes públicos podem ensejar a responsabilização
6. O que deve ser observado pelos Tribunais de Contas na caracterização do fato ilícito
  - 6.1. Natureza jurídica do ilícito administrativo e/ou financeiro
  - 6.2. Desafios a serem superados na caracterização do ilícito
  - 6.3. Critérios para a quantificação do dano, inclusive em termos de danos especiais
7. Como os Tribunais de Contas devem avaliar a conduta por ação ou por omissão
  - 7.1. Conceito jurídico de conduta
  - 7.2. Individualização das condutas
  - 7.3. Conduta por ação
  - 7.4. Conduta por omissão

8. Como se aplicam os Tribunais de Contas os critérios para avaliação da culpa
  - 8.1. Culpa lato sensu
  - 8.2. Culpa stricto sensu
  - 8.3. Dolo
9. Critérios específicos para a avaliação da culpa do superior hierárquico
  - 9.1. Controvérsias em torno da delegação de competência
  - 9.2. Falha na supervisão hierárquica
  - 9.3. Má escolha do subordinado
10. Nexo de causalidade
  - 10.1. Como identificar quem deu causa ao resultado ilícito
  - 10.2. Controvérsias no Direito em torno do tema
  - 10.3. Peculiaridades do nexo de causalidade no Direito Administrativo
11. Circunstâncias que podem isentar o agente público da responsabilidade
  - 11.1. Legítima defesa
  - 11.2. Estado de Necessidade
  - 11.3. Exercício regular de um direito e estrito cumprimento do dever legal
  - 11.4. Caso fortuito e força maior
  - 11.5. Fato de terceiro
  - 11.6. Culpa exclusiva da Administração
12. Causas que justificam a não aplicação de sanções
  - 12.1. Boa-fé
  - 12.2. Ausência de potencial conhecimento da ilicitude
  - 12.3. Irreversibilidade de conduta diversa
13. Causas que impedem a aplicação de sanção
  - 13.1. Morte
  - 13.2. Prescrição
14. A experiência do TCU sobre a matéria e as cautelas esperadas do agente público
  - 14.1. Matriz de responsabilização
  - 14.2. Cautelas esperadas do agente público
15. Responsabilidade do agente político, do dirigente máximo, do controle

16. Responsabilidade das pessoas jurídicas e dos pareceristas jurídicos e técnicos: Estado de casos julgados.
  - 16.1. Responsabilidade do agente político
  - 16.2. Responsabilidade do dirigente máximo
  - 16.3. Responsabilidade do controle interno
  - 16.4. Responsabilidade de Estados, Distrito Federal e Municípios
  - 16.5. Responsabilidade das entidades sem fins lucrativos e de seus dirigentes
  - 16.6. Responsabilidade do parecerista jurídico ou técnico
  - 16.7. Responsabilidade de quem age amparado em parecer jurídico ou técnico
17. Responsabilidade dos vários agentes que atuam em licitações e contratos, inclusive de obras públicas, desde a abertura do processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto: Estado de casos julgados.
  - 17.1. de quem elabora o edital
  - 17.2. do membro de comissão de licitação
  - 17.3. do proponente e da equipe de apoio
  - 17.4. de quem elabora projeto básico ou termo de referência
  - 17.5. de quem aprova projeto básico
  - 17.6. de quem homologa o resultado da licitação
  - 17.7. de quem assina o contrato
  - 17.8. de quem assina termo aditivo
  - 17.9. do fiscal do contrato
  - 17.10. do licitante fraudador
18. Responsabilidade decorrente de recursos repassados mediante convênio no tocante aos agentes dos órgãos concedentes e convenientes, do prefeito e de seu sucessor, e do omissão no dever de prestar contas: Estado de casos julgados.
  - 18.1. dos agentes públicos do órgão repassador
  - 18.2. do Prefeito e de seu sucessor
  - 18.3. do omissão no dever de prestar contas
19. Critérios para a imposição de sanções pelos tribunais de contas
  - 19.1. Pressupostos para a aplicação das sanções
  - 19.2. Questões controversas sobre as multas
  - 19.3. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança
  - 19.4. Declaração de inidoneidade para participar da licitação

ANTERIOR  
Carvalho e Advogado em Direito Administrativo  
São Paulo, 22/03/2023, 15:00h - 18h00h



ANTERIOR  
Carvalho e Advogado em Direito Administrativo  
São Paulo, 22/03/2023, 15:00h - 18h00h

PMIN  
FLS  
Nº  
RUBRICA

SIGA-NOS  
www.jam-juridica.com.br



ANTERIOR  
Carvalho e Advogado em Direito Administrativo  
São Paulo, 22/03/2023, 15:00h - 18h00h



JAM JURIDICA  
A informação necessária



# CERTIFICADO 2018



Certificamos que




*Silas Gomes Dias Júnior*


participou do curso **PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: Acusação, Defesa,**

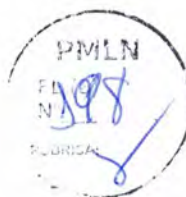
**Julgamento e Recurso**, realizado nos dias 16 e 17 de agosto de 2018,  
em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.


São Luís/MA, 17 de agosto de 2018.

**JAM,  
JURIDICA**  
A informação necessária

[www.jam-juridica.com.br](http://www.jam-juridica.com.br)  
[contato@jam-juridica.com.br](mailto:contato@jam-juridica.com.br)  
SIGA-NOS   

  
Odilon Cavalcanti de Oliveira  
Instrutor



  
André Araújo  
Diretor da JAM Jurídica



## PROGRAMA

- 2.2.8 Prova indiciária
  - 2.3. Tipos de defesa
  - 2.4. Pratos processuais
  - 2.5. Resposta a citações e audiências
  - 2.6. Pedido de vista e de cópia dos autos
  - 2.7. Juntada de documentos
  - 2.8. Sustentação oral
  - 2.9. Adesão produzida por advogado
  3. Julgamento
    - 3.1. Tipos de provimentos existentes
      - 3.1.1. Monocráticos
        - 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
        - 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
      - 3.1.2. Colegiados
        - 3.1.2.1. Cautelares
          - 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
          - 3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo
          - 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável
        - 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
      - 3.1.2.2. De mérito
        - 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
        - 3.1.2.2.2. Correções
        - 3.1.2.2.3. Condenatórios
      - 3.1.2.3. Sanções cabíveis
    - 3.2. Nullidades processuais
4. Recursos
  - 4.1. Princípios dos recursos
  - 4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos
  - 4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade
  - 4.4. Efeitos dos recursos
  - 4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
  - 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
  - 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas
    - 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
    - 4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização
    - 4.7.3. Embargos de Declaração
    - 4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado
    - 4.7.5. Agravo
  - 4.8. Cosa julgada administrativa
  - 4.9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas
5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas
  - 5.1. Pelo Poder Legislativo
  - 5.2. Pelo Poder Judiciário
    - 5.2.1. Ações judiciais cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
      - 5.2.1.1. Mandado de Segurança
      - 5.2.1.2. Outras ações

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55

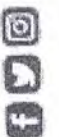
Autenticado em 14/03/2024 às 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55  
 Selo 146, 22030707, 14.03.2024, 14:56:55



JAM Cursos

JAM Cursos

SIGA-NOS



3342-4531 - 3379-8191  
 www.jam-juridica.com.br

PMLN  
 1999  
 JURIDICA



# CERTIFICADO



Certificamos que SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR participou do curso "A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NA VISÃO DO CONTROLE EXTERNO" no dia 07/06/2019 com carga horária de 08 hora(s).

São Luís (MA), 07 de junho de 2019



*Ertanio Furtado Luna Xavier*  
Ertanio Furtado Luna Xavier  
Presidente

PMLN  
 FL N 200  
 RUBRICA:  
 Antônio Portinho Fonseca Filho  
 Diretor Executivo

**ESCOLA DE GESTÃO MUNICIPAL**



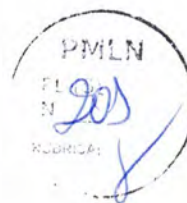
[illegible]

• Jorge Ferreira Lobo



AURETICARD  
 Confessione e richiesta di assistenza spirituale e corporale  
 Stamp. 3362/2011 145.12.1450  
 11/01/2012

1. The Government  
 2. The Government  
 3. The Government  
 4. The Government  
 5. The Government  
 6. The Government  
 7. The Government  
 8. The Government  
 9. The Government  
 10. The Government  
 11. The Government  
 12. The Government  
 13. The Government  
 14. The Government  
 15. The Government  
 16. The Government  
 17. The Government  
 18. The Government  
 19. The Government  
 20. The Government  
 21. The Government  
 22. The Government  
 23. The Government  
 24. The Government  
 25. The Government  
 26. The Government  
 27. The Government  
 28. The Government  
 29. The Government  
 30. The Government  
 31. The Government  
 32. The Government  
 33. The Government  
 34. The Government  
 35. The Government  
 36. The Government  
 37. The Government  
 38. The Government  
 39. The Government  
 40. The Government  
 41. The Government  
 42. The Government  
 43. The Government  
 44. The Government  
 45. The Government  
 46. The Government  
 47. The Government  
 48. The Government  
 49. The Government  
 50. The Government  
 51. The Government  
 52. The Government  
 53. The Government  
 54. The Government  
 55. The Government  
 56. The Government  
 57. The Government  
 58. The Government  
 59. The Government  
 60. The Government  
 61. The Government  
 62. The Government  
 63. The Government  
 64. The Government  
 65. The Government  
 66. The Government  
 67. The Government  
 68. The Government  
 69. The Government  
 70. The Government  
 71. The Government  
 72. The Government  
 73. The Government  
 74. The Government  
 75. The Government  
 76. The Government  
 77. The Government  
 78. The Government  
 79. The Government  
 80. The Government  
 81. The Government  
 82. The Government  
 83. The Government  
 84. The Government  
 85. The Government  
 86. The Government  
 87. The Government  
 88. The Government  
 89. The Government  
 90. The Government  
 91. The Government  
 92. The Government  
 93. The Government  
 94. The Government  
 95. The Government  
 96. The Government  
 97. The Government  
 98. The Government  
 99. The Government  
 100. The Government



**VEM  
COMIGO**



**AUTENTICAÇÃO**  
Conferido e autenticado conforme o código apresentado:  
São Luís, 28/04/2021 às 13:56:20h44 de sua data.  
Em testemunha  
  
Pedro Carvalho Chagas - Advogado  
PODERES LUIZ MARCO - ILLIA  
São Luís, 28/04/2021 às 13:56:20h44 de sua data.  
Em testemunha  
  
Erivelton Lago - Advogado  
PODERES LUIZ MARCO - ILLIA  
São Luís, 28/04/2021 às 13:56:20h44 de sua data.  
Em testemunha  
  
Silas Gomes Brás Júnior - Advogado  
PODERES LUIZ MARCO - ILLIA  
São Luís, 28/04/2021 às 13:56:20h44 de sua data.  
Em testemunha

## CERTIFICADO

**AUTENTICAÇÃO**  
Conferido e autenticado conforme o código apresentado:  
São Luís, 23/05/2019 às 13:55:12h44 de sua data.  
Em testemunha  
  
Erivelton Lago - Advogado  
PODERES LUIZ MARCO - ILLIA  
São Luís, 23/05/2019 às 13:55:12h44 de sua data.  
Em testemunha

Certificamos que **SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR** participou do(a) **Teoria**  
dos Jogos e Processo Penal em São Luís, durante o período de  
23/05/2019 a 23/05/2019, com carga horária de 4 hora(s).

**Pedro Carvalho Chagas**

Presidente do Instituto de Apoio ao Advogado

**Erivelton Lago**

Presidente da ABRACRIM-MA

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS  
ADVOGADOS CRIMINALISTAS  
ABRACRIM - MA**

PMLN  
FL. 01  
N. 202  
ABRACRIM - MA



# IMERP

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDO  
SOBRE RESPONSABILIDADE PÚBLICA

## Certificado

O Instituto Maranhense de Estudos sobre Responsabilidade Pública - IMERP tem a honra de conceder  
o título de MEMBRO - EFETIVO a

Silas Gomes Brás Júnior

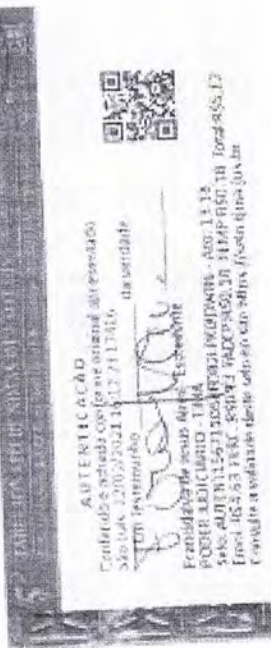
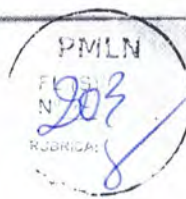
Devido da sua atuação profissional e acadêmica, com a qual  
já contribuiu com o desenvolvimento dos objetivos institucionais do Instituto.

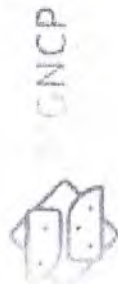
São Luís - MA, 26 de Junho de 2019

*Imaginal*  
Miguel Gomes Freitas  
Diretor Presidente IMERP

*Imanda*  
Amândia Almeida Araújo  
Diretora de IMERP

*Luiz Wellington*  
Basilio Rangel Barros Figueiredo  
Diretor Administrativo do IMERP





# CERTIFICADO

INOVAÇÕES E OS DESAFIOS DA 14.133/21 NA PRÁTICA

CERTIFICAMOS QUE

**Silas Gomes Brás Júnior**

PARTICIPOU DO 4º ENCONTRO BRASILEIRO DE GRANDES NÔMES EM COMPRAS PÚBLICAS QUE OCORREU NOS DIAS 18 E 19 DE ABRIL DE 2022 DE FORMA ONLINE TOTALIZANDO 19 HORAS.

*Leonardo Cesar de Carvalho Ladeira*

**Leonardo Ladeira**

CSO do Portal de Compras Públicas

CARGA HORÁRIA

**19** HORAS

Realização

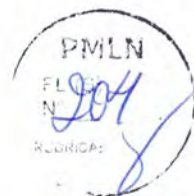


PORTAL

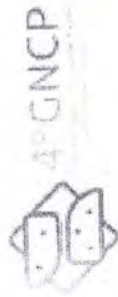
INSTITUTO  
PROTEGE

Apoio institucional

SECRETARIA







## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### 4º ENCONTRO BRASILEIRO DE GRANDES NOMES EM COMPRAS PÚBLICAS

#### 1º DIA DE PROGRAMAÇÃO: 18 DE ABRIL

OS DESAFIOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES  
A IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS E O FOMENTO AOS FORNECEDORES LOCAIS  
REGULAMENTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO 14.133/21 NA ESFERA MUNICIPAL  
PLANEJAMENTO ANUAL DE COMPRAS NOS MUNICÍPIOS  
AS ALTERAÇÕES NO ÂMBITO PENAL DA 14.133/21

#### 2º DIA DE PROGRAMAÇÃO: 19 DE ABRIL

PREGÃO E A CONCORRÊNCIA COMO IMPLANTAR A MODALIDADE ELETRÔNICA  
A VISÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO NA IMPLANTAÇÃO DA 14.133/21  
AS ADEQUAÇÕES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO (FASE INTERNA E EXTERNA) COM A 14.133/21  
LEI DE INTEGRIDADE: EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA  
OS CONSORCÍOS PÚBLICOS E A 14.133/2021  
GOVERNANÇA MUNICIPAL E A 14.133/21



# Certificado

Certificamos que

**Silas Gomes Bras Junior**

participou do "CONGRESSO REGIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA DO NORTE-NORDESTE", com carga horária de 12 horas/aula, realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, por meio de sua Escola Superior de Advocacia - ESA.

São Luís (MA), 20 de maio de 2022.

  
**KAIO VYCTOR SARAIVA CRUZ**  
Presidente da OAB Maranhão  
**ANTÔNIO DE MORAES RÊGO GASPAR**  
Diretor Geral da ESA/MA




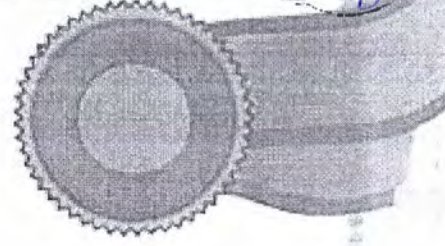
# *Certificado*

Número: 1527933295/2017

Certificamos que **SILAS GOMES BRÁS JUNIOR**  
concluiu o curso presencial **LICITAÇÕES E CONTRATOS NA**  
**PRÁTICA - Abordagem Municipal**  
no dia 26 de maio de 2017  
com carga horária de 15 horas.

Aprender Contabilidade  
CNPJ 24.549.957/0001-50

  
Prof. Esp. Silvestarido Martins Silva



# CERTIFICADO

A Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que

**SILAS GOMES BRAS JUNIOR**

CPF: 005.616.263-40, informa que participou da ação educacional "Diálogo Público TCU+Cidades: Distorções do Sistema Tributário e seus Impactos nos Municípios", ocorrida em Brasília - DF, 23/9/2021, totalizando 2,5 horas-aula.

Autenticação: CSC C3481408.C3152448.C3096247

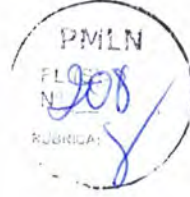
Brasília, 29 de setembro de 2021

*Ana Cristina Melo de Pontes Bastos*

ANA CRISTINA MELO DE PONTES BASTOS

Diretora-Geral

Instituto Serzedello Corrêa | Tribunal de Contas da União







TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Instituto Serzedello Corrêa  
Escola Superior do Tribunal de Contas da União

# CERTIFICADO

A Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que

**SILAS GOMES BRAS JUNIOR**

CPF: 005.616.263-40, informa que participou da ação educacional "Lançamento do Programa TCU+Cidades", ocorrida em Brasília - DF, 4/3/2021, totalizando 1 hora-aula.

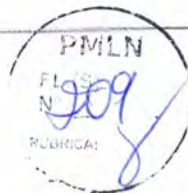
Autenticação: ISC.C341531E.C3151A39.C3096247

Brasília, 29 de setembro de 2021.

*Ana Carolina Melo de Pontes Botelho*

ANA CRISTINA MELO DE PONTES BOTELHO  
Diretora-Geral

Instituto Serzedello Corrêa - Treinamento TCU em Brasília



# Webinário "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais"

## Certificado



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO



Certificamos que Silas Brás participou do Webinário "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais", nos dias 23 e 24 de setembro de 2021, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA), com carga horária total de 09 horas.

São Luís - MA, 24 de setembro de 2021.



6154860-5800-4130-0000-000000000000

Silvio Roberto Oliveira Amarim Junior

Conselheiro Nacional do Ministério Público

Presidente da Comissão de Enfrentamento à Corrupção do CNMP

Dr. Eduardo Jorge Eliay Nicolau

Procurador Geral de Justiça do

Maranhão

Dra. Carla Adriana Holanda Farias Vieira

Diretora da Escola Superior do Ministério

Público do Maranhão







## 1º FÓRUM DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES

WWW.RGB.ORG.BR

# CERTIFICADO


CERTIFICAMOS QUE

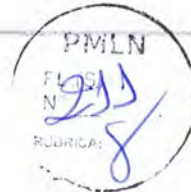
Silas Bras

PARTICIPOU DO 1º FÓRUM DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES,  
PROMOVIDO PELA REDE GOVERNANÇA BRASIL (RGB), REALIZADO NOS DIAS 27 E 28 DE SETEMBRO DE 2021,  
NO PERÍODO DE 14H ÀS 18H30, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 9 HORAS, NA MODALIDADE REMOTA.

  
**Petrus Elesbão**  
Presidente RGB / ALAGOV

  
**Marcelo Becker**  
Presidente IGCP

  
**Elise Brites**  
Diretora de Relações  
Institucionais da RGB



REALIZAÇÃO



APOIO





# CERTIFICADO

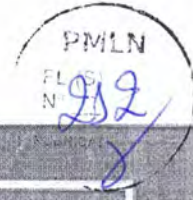
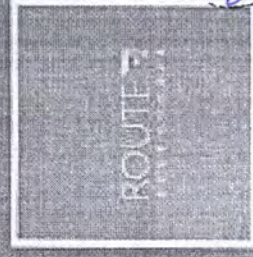
Certificamos que

**Silas Gomes Brás Júnior**

Concluiu com êxito o treinamento **A Nova Lei de Licitações e os Municípios** realizado de forma virtual on line e ao vivo pela plataforma ZOOM, nos dias 09, 10, 16, 17, 30 e 31 de maio e 01 e 02 de junho, todos de 2022, com carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas-aula.

São Paulo, 02 de junho de 2022.

Prof. Ricardo Ribas da Costa Berloff  
OAB/SP nº 185.064





# CERTIFICADO

*Chescei*  
Consultoria em Licitação e Administração

Certificamos que

SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR

participou do Curso "Contratação Direta na Nova Lei de Licitações",  
realizado nos dias 09 e 10 de junho de 2022, na cidade de São Luís  
(MA), perfazendo um total de 16 horas-aula.

São Luís/MA, 10 de junho de 2022

*Jacqueline Aguiar da Silva*  
Jacqueline Aguiar da Silva  
Sócio-administradora da Chescei

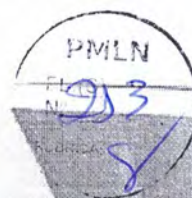
ALUNO

(98) 97020-1243 contato@chesceiconsult.com.br | www.chesceiconsultoria.com.br @vemichescei  
Rua dos Azulejos, Office Tower, Coluna 05, sala 1105, 1, Renascença-São Luís/MA - CEP 65075-060



Código do Certificado 13210134E17084CF59823730

Verifique autenticidade em [www.e-certificadu.com](http://www.e-certificadu.com)





# CERTIFICADO

Certificamos que SILAS GOMES BRAS JUNIOR participou do curso: " CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO ", evento realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, através de sua Escola Superior de Advocacia- ESA, nos dias 24 e 25 de Fevereiro de 2021, com carga horária de 6 horas.

São Luis, Ma 25 de Fevereiro de 2021.

THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ

ANTONIO MORAES RÊGO GASPAR

Data de emissão: 28/09/2022 18:38  
Código de verificação: 36D9D7EB-1C9B-4156-BCF3-8A0941555931  
Endereço: <http://esa.oabma.org.br/certificado>







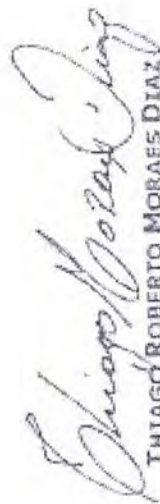
MARANHÃO

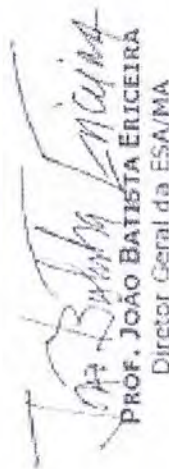
Av. Dr. Pedro Ernesto de Oliveira, nº 03 - Centro  
Fone: (068) 2107-5435 - Fone: (981) 2107-5417  
CEP: 65.076-908 São Luís - MA  
Site: [www.oabma.org.br](http://www.oabma.org.br) e-mail: [contato@oabma.org.br](mailto:contato@oabma.org.br)

## CERTIFICADO

Certificamos que SILAS GOMES BRAS JUNIOR participou do Seminário: CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E O PROCESSO LICITATÓRIO NO ÂMBITO ESTADUAL, evento realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, através de sua Escola Superior de Advocacia ? ESA, Comissão de Direito Municipalista e Comissão Central Permanente de Licitação, nos dias 04 e 05 de abril de 2018, com carga horária de 10 horas.

São Luís (MA), 05 de abril de 2018.

  
THIAGO ROBERTO MORAES DIAS  
Presidente da OAB/MA

  
PROF. JOÃO BATISTA ERICEIRA  
Diretor Geral da ESA/MA

Data de emissão: 28/09/2022 18:38

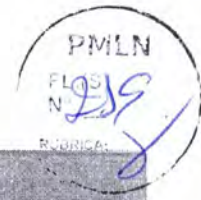
Código de verificação: B3FA78CF-BEA9-442A-82A7-2807FC2CDBB2

Endereço: <http://esa.oabma.org.br/certificado>



A casa de todos

[oabma.org.br](http://oabma.org.br)  
f /oabma @oabma



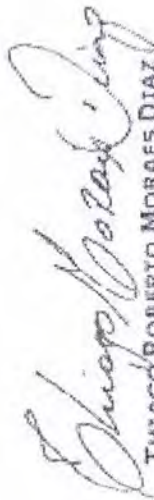



Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, 1102 - Centro  
Fone: (98) 2107 5435 - Fax: (98) 2107 5437  
CNP: 03.016.938/0001-00 - MA  
Site: [www.oabma.org.br](http://www.oabma.org.br) e-mail: [esma@oabma.org.br](mailto:esma@oabma.org.br)

## CERTIFICADO

Certificamos que SILAS GOMES BRAS JUNIOR participou da VIII CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS ADVOGADOS DO MARANHÃO, realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, através da Escola Superior de Advocacia - ESA e Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão - CAAMA, nos dias 23 à 25 de agosto de 2017, com carga horária de 30 horas.

São Luís (MA), 25 de agosto de 2017.



  
**THIAGO ROBERTO MORAES DIAZ**  
Presidente da OAB/MA

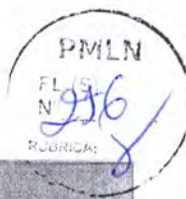
  
**PROF. JOÃO BATISTA ERICEIRA**  
Diretor Geral da ESA/MA

Data de emissão: 26/09/2017 18:38  
Código de verificação: 65098870-19AB-400D 8A8E-A88B9D91FE58  
Endereço: <http://esa.oabma.org.br/certificado>



A casa de todos

[oabma.org.br](http://oabma.org.br)  
 /oabma  @oabma







# Certificado

O Diretor Acadêmico do IPOG - INSTITUTO DE PÓS-GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação  *lato sensu* em MBA Licitações e Contratos, (Área de conhecimento Negócios, administração e direito), com carga horária total de 432 horas/aula, consoante os termos da Resolução MEC/CNE/CES, N° 1 de 06 de abril de 2018, e a Resolução CAS/IPOG n° 4 de 22 de maio de 2013, outorga o título de especialista a

**SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR**

nacionalidade Brasileira), nascimento em 10 de julho de 1986, cédula de identidade nº 15915432000-4-GEJUSPCMA, o presente certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Goiânia, 29 de junho de 2023

Dora Carlos Costa Guizelini  
DIRETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

SARA DE SÁ CAVALCANTE  
SECRETARIA ACADÊMICA

ESPECIALISTA

# IPOG - INSTITUTO DE POS-GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO

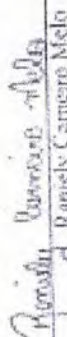
Recredenciamento Portaria nº 884 de 12 de Agosto de 2016 -  
Publicação DOU 15 de agosto de 2016

## SECRETARIA ACADÊMICA


Certificado registrado sob o nº 9364 - No livro 83 - Folia(s) 487

O curso obsoleceu todas as disposições da Resolução MEC/NECES, N°  
1 de 06 de abril de 2018, e a Resolução CAS/INO 4 de 22 de maio  
de 2013.

Goiania, 29 de junho de 2023

  
Ranisley Carneiro Melo

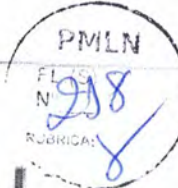
Sector de Registro de Certificado

  
Sara de Sá Cavalcante  
Secretária Acadêmica

IPOG

1º Via

Página 2 de 3





# Certificação

Certificamos que

**SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR**

Participou do evento "IV Maratona das Contratações Públicas", realizado nos dias 11 e 12 de abril de 2022, com carga horária de 10 horas, com os professores palestrantes: Antonio Emanuel Vieira Lima, Eduardo dos Santos Guimarães, Fernanda Lisboa, Gisella Maria Quaresma Leitão, Jerry Adriani Ramos Cirqueira, Luiz Cláudio Sales, Madeline Rocha Furtado, Magnus Medeiros, Monique Rafaella Rocha Furtado, Nádia Aparecida Dall Agnol, Paulo Teixeira, Rafael Pacheco da Silva Costa, Renato Fenili e Walter Salomão Gouvêa.

Registro: 77399

12 de abril de 2022

Edna Alexandrina dos Santos

Directora

**CX CONSULTR**

20 Anos  
CONSTATANDO  
CONSEGUÍMOS  
O OBJETIVO

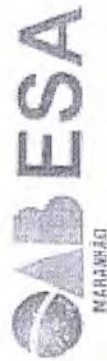
PMLN  
Nº 239  
RUBRICAS



## “IV Maratona das Contratações Públicas”

- ▶ Planejamento, inovação e boas práticas nas contratações, Interface da nova Lei com o cenário internacional, padronização dos procedimentos e regulamentação dos dispositivos do texto legal.
- ▶ Diálogos com o TCU, Posicionamentos da Corte de Contas em pontos polêmicos e controvertidos. Atuação do assessoramento jurídico.
- ▶ Dilemas na seleção do fornecedor, Desafios práticos dos pregoeiros e agentes de contratação no saneamento. Utilização do SRP e cautelas necessárias.
- ▶ Contratos, terceirização e aplicação de sanções, Gestão e fiscalização. Proteção aos terceirizados. Apuração de desconformidades e o sistema sancionador.
- ▶ Capacitação e contratação de serviços de treinamento, TD&E – Treinamento, Desenvolvimento e Educação: A polêmica da singularidade como condição para a inexigibilidade.





# CERTIFICADO

Certificamos que SILAS GOMES BRAS JUNIOR participou do curso: "PLANEJAMENTO NA LICITAÇÃO", evento realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, através de sua Escola Superior de Advocacia-ESA, dia 03 de Março de 2021, com carga horária de 2 horas.

São Luís, 03 de Março de 2021.

THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ

ANTONIO MORAES RÉGO GASPAR

Data de emissão: 26/03/2022 18:36

Código de verificação: 662BF9D5 8835-4889-9013 E07F4E157E58

Endereço: <http://esa.oabma.org.br/certificado>



/esaoabma  
[oabma.org.br/esa](http://oabma.org.br/esa)

A Casa de Todos

Rua Dr. Pedro Emanuel da Oliveira, nº 01  
CEP: 65.076-908 - Calhau - São Luís - MA



# CERTIFICADO

Certificamos que

**SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR**

participou do curso "Fase Preparatória nas Contratações Públicas de acordo com a Lei nº 14.133/21", realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2023 na cidade de São Luis/MA, perfazendo um total de 16 horas-aula.

São Luis, 17 de outubro de 2023

Jacqueline Aguiar da Silva

Jacqueline Aguiar da Silva

Sócia-administradora da Crêscer

ALUNO



PMLN  
FL. Nº 222  
RUBRICA: 8



# CERTIFICADO

*Crêscer*  
Consultoria | Auditoria | Treinamentos

Certificamos que

SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR

concluiu o curso "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos com Ênfase da Formação de Agentes de Contratação" realizado nos dias 20, 21 e 22 de março de 2023 na cidade de São Luís/MA, ministrado pelos professores Paulo Alves e Evaldo Araújo Ramos, perfazendo um total de 24 horas-aula.

São Luís/MA, 22 de março de 2023

Jacqueline Aguiar da Silva  
Jacqueline Aguiar da Silva  
Sócia-administradora da Crêscer

ALUNO

☎ (98) 97020-1243 • contato@crêscerconsult.com.br | www.crêscerconsultoria.com.br @vemcrêscer  
📍 Rua dos Azulejos, Office Tower, coluna 05, sala 1105, 1, Renascença-São Luís/MA - CEP 65075-060



PMLN

223



## CONTEÚDO DO CURSO:

**AULA 1 - O PLANEJAMENTO NAS CONTRATAÇÕES:** Planejamento da Contratação - os estudos técnicos preliminares e o Termo de referência. A responsabilidade pela elaboração e autorização do Termo de Referência. A diferença entre Projeto Básico X Termo de Referência. Elementos essenciais do Termo de Referência. Impropriedades das informações que compõem o TR. Principais pontos sobre a possibilidade de indicação de marca e utilização da expressão "ou similar". Padronização e pré-qualificação. Exigência de laudos e amostras. A Divisão em Lotes e a Formação de Grupos de Itens. Justificativa da Contratação. Responsabilidades decorrentes da produção do Termo de Referência. Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema.

**AULA 2 - FASE INTERNA E EXTERNA NA LICITAÇÃO: FASE INTERNA DA LICITAÇÃO -** Mecanismos de governança nas contratações. A importância do Planejamento das Contratações. Plano de Contratação Anual. Das Modalidades de Licitação - Pregão, Concorrência, Concurso, Leilão e Diálogo competitivo-novidade; Inversão das fases. Modos de Dispêndio, Orçamento Estimado e Sigiloso. Da Divulgação do Edital de Licitação. O Portal Nacional de Compras - Obrigatoriedade de Divulgação das Contratações. FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO: Critérios de julgamento - menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, maior lance, maior retorno econômico. O Julgamento e a (In)Exatidão das Propostas; Apresentação das propostas; Direito de Preferência das ME/EPPs; Julgamento e habilitação; Fase recursal e homologação.

**AULA 3 - OS AGENTES DE CONTRATAÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES:** O Agente de Contratação e a equipe de contratação; A Gestão por Competência. O Plano de Capacitação dos Agentes de Contratação; Aplicação da Lei e as Definições que irão Nortear a Atuação dos Agentes de Contratações; Responsabilidades dos agentes de contratação; Segregação de funções. A defesa dos agentes públicos nas esferas administrativa, controladora e judicial pela advocacia pública. Sobre o responsável pela condução do certame - O pregoeiro, características e exigências, responsabilidades, atribuições; Equipe de apoio e sua designação, atribuições, eventuais hipóteses de responsabilidade da equipe de apoio.

**AULA 4 - TEMAS TRANSVERSAIS A PESQUISA DE MERCADO:** Importância da Pesquisa Mercadológica. Pesquisa de Preços na Lei nº 14.133/21; Onde realizar a pesquisa; Como tratar os preços e avaliar suas variações; Principais falhas na elaboração da pesquisa de preços a luz da jurisprudência do TCU. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS - O uso do registro de preço para obras; A possibilidade de vigência da ata por até dois anos; O SRP para hipóteses de contratação direta; Ata de Registro de Preços: conceito, natureza jurídica, conteúdo, formalização e assinatura; Recusa do primeiro classificado em assinar a ata de Registro de preços. Assinatura da ata concomitante por mais de um fornecedor; Alteração e Revisão da ata de registro de preços; Reajuste e repactuação dos preços registrados. Cancelamento dos preços registrados. Adesão à Ata de Registro de Preços: limites, procedimento, adesão por entidades de esferas federativas distintas; Prazo para o aderente contratar, possibilidade de o aderente penhorar o fornecedor ou prestador. Aditivos à ata de registro de preços?

**AULA 5 - ASPECTOS ESSENCIAIS SOBRE CONTRATAÇÃO DIRETA:** Planejamento da Contratação Direta: os estudos técnicos preliminares e o Termo de referência. A Dispensa de Licitação; A inexigibilidade de Licitação; O procedimento de Contratação Direta. Formalização do Processo de Contratação Direta.

**AULA 6 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, REAJUSTES CONTRATUAIS, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:** Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de substituição do instrumento contratual; Garantias contratuais; Alocação de Riscos e Matriz de riscos. Duração e Execução dos contratos - com ênfase na vigência de contratos de serviços e fornecimento continuados; Extinção e Nulidade contratual; Reajuste de Preços, Repactuação, Reequilíbrio econômico-financeiro; recomposição de preço, restabelecimento ou revisão; Tipos de infrações: Infração administrativa e competência para aplicação de sanções. As Regras sobre a Aplicação das Sanções - Declaração de Inidoneidade e Impedimento de Licitar e Contratar; Meios alternativos de Resolução de controvérsias contratuais.



PMLN  
FL. 05  
N. 224  
RUBRICA:



# CERTIFICADO

Certificamos que

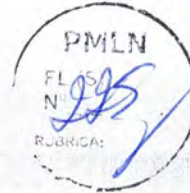
**SILAS GOMES BRÁS JÚNIOR**

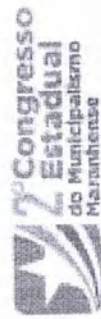
participou do curso "Formação Prática para Agentes de Contratação",  
realizado nos dias 22 e 23 de janeiro de 2024 na cidade de São Luis/MA,  
perfazendo um total de 16 horas-aula.

São Luis, 23 de janeiro de 2024

Jacqueline Aguiar da Silva  
Jacqueline Aguiar da Silva  
Sócia-administradora da Crhescer

Silas Gomes Brás Jr  
ALUNO





# CERTIFICADO

Certificamos que **Silas Gomes Brás Júnior**, participou com êxito do evento **II CONGRESSO ESTADUAL DO MUNICIPALISMO MARANHENSE** realizado em 07/05/2024 a 08/05/2024, na cidade de São Luís, contabilizando carga horária total de 10 horas.

São Luís, 07/05/2024 a 08/05/2024

**Prefeito Ivo Rezende**  
Presidente da FAMEM

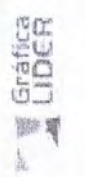
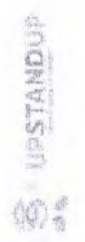
REALIZAÇÃO:



APOIO:



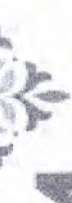
PATROCÍNIO:





VI ENCONTRO  
REGIONAL DA

**JOVEM  
ADVOCACIA  
DO NORDESTE**



**FORTE**  
E AO SEU LADO

Comissão da  
Jovem Advocacia



**ESA CAMA**  
FUNDADA EM 1960

## CERTIFICADO

Certificamos que  
Silas Brás  
part

VI ENCONTRO REGIONAL DA JOVEM ADVOCACIA DO NORDESTE  
com carga horária de 30 horas/aulas, realizada pela Ordem dos Advogados  
do Brasil, Seccional do Maranhão, por meio da sua Escola Superior da  
Advocacia José Vera Cruz Santana, e Comissão da Jovem Advocacia, nos  
dias 23 e 24 de maio de 2024, no Ximenes Palace.

São Luis(MA), no dia 23/05/2024

  
João Victor Saravá Cruz  
Presidente OAB/MA

PMLN  
PL  
Nº 927  
RUBRICA





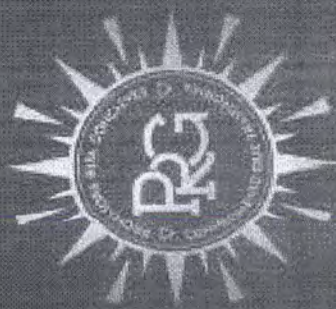
# Certificado

Certificamos que

**SILAS GOMES BRAS JUNIOR**

concluiu, nesta data, o Curso de **PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS 2024**, ministrado pela Professora Rita Gonçalves, na modalidade presencial, com carga horária de 10 horas/aula, cumprindo o conteúdo programático constante deste certificado.

São Luís/MA, 8 de junho de 2024



*Rita Gonçalves*

INOVAP TREINAMENTOS  
CNPJ: 07.529.450/0001-22



PMLN





# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## CURSO PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS 2024

- Legislação Aplicável às Finanças Eleitorais
- Regularizações de Omissões
- Limites de Gastos
- Providências Preliminares
- CNPJ de Campanha
- Contas Bancárias
- Recibos Eleitorais
- Prazos, Fontes e Formas de Arrecadação
- Limites de Doações
- Doações Estimáveis em Dinheiro
- Doações Diretamente na Conta Bancária
- Doações pela Internet
- Federações
- Financiamento Coletivo (vaquinha)
- Fundo Partidário
- Fundo Especial de Financiamento de Campanha
- Percentuais Obrigatórios
- Cotas de Gênero e Raciais
- Autofinanciamento
- Doações de Partidos Políticos
- Doações Entre Candidatos
- Doações de Pessoas Físicas
- Comercialização de Bens
- Eventos de Arrecadação
- Fontes Vedadas
- Recursos de Origem Não Identificada
- Gastos de Campanha
- Tipos e Formas de Gastos
- Período de Gastos
- Fundo de Caixa
- Exceção aos Gastos
- Limites Específicos
- Gastos Proibidos
- Contabilização das 'Dobradinhas'
- Contador, Advogado e Administrador Financeiro
- Sobras de Campanha
- Dívidas de Campanha
- Dos Obrigados a Prestar Contas
- Relatório Financeiro das 72h
- Prestação de Contas Sem Movimentação
- Prestação de Contas Simplificada
- Prestação de Contas Parciais
- Prestação de Contas Final
- Programa Obrigatório - SPCE
- Prazos para Apresentação
- Contas Retificadoras
- Julgamento das Contas
- Omissão e Desaprovação
- Penalidades
- Recursos
- Investigação Judicial
- Guarda da Documentação

www.professoresita.com.br  
INOVAR Cursos e Treinamentos LTDA

José Roberto Crege  
Gestor INOVAR

CONHECIMENTO DO  
VESTIBULAR DO PODER



RUBRICA:





TRIBUNAL DE CONTAS



ESCEX

## Certificado

Certifico que **SILAS GOMES BRAS JUNIOR** participou do evento **I SEMINÁRIO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL DO MARANHÃO - GETRIMA** promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, através da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, no período de 04 a 05 de dezembro de 2023, com carga horária de 20h (vinte horas).

São Luís (MA), 18 de junho de 2024



**JOSÉ DE RIBAMAR LOPES NOJOSA**  
Gestor da ESCEX/TCE-MA

Para verificar a autenticidade deste certificado acesse a sua câmera para o QR Code ou acesse  
<https://ascex.tcema.tc.br/site/validaCertificado> e insira o código 08aac6ac.98e59e52.3995c161.e57875f5.





## Atividades

Atividade	Carga Horária	Frequência
PALESTRAS E DEBATES - AUDITÓRIO SATURNINO BELO - 08H AS 12H - 04 A 05 DE DEZEMBRO	8h	100%

Para verificar a autenticidade deste certificado acesse a sua câmera para o QR Code ou acesse  
<https://escop.tema.br/validaCertificado> e insira o código 08aac6ac.98e59e52.3995c161.e57875f5.





em direção ao futuro

## FACULDADE DO MANHÃO

Diretoria Acadêmica  
Coordenação de Pós-Graduação



# CERTIFICADO

O Diretor Acadêmico da Faculdade do Maranhão, no uso de suas atribuições, confere a **MARCONI DIAS LOPES NETO**, o presente Certificado de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em **GESTÃO PÚBLICA E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**, com 384 horas, realizado no âmbito da Coordenação de Pós-Graduação, da Diretoria Acadêmica, da Faculdade do Maranhão.

São Luís, 12 janeiro de 2007.

**DIRETOR ACADÊMICO**

ALUNO(A)

COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

PMILN

27

939



# HISTÓRICO ESCOLAR

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

NOME DO(A) ALUNO(A): MARCONI DIAS LOPES NETO

NATURALIDADE: TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO: 22/09/1979

TOTAL DE HORAS-AULA: 384

PERÍODO: 10/10/2003 A 12/12/2004.

CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO: GRAU IGUAL OU SUPERIOR A 7,0 (SETE) / FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 75% NAS AULAS MINISTRADAS

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	NOTA OBTIDA	FREQUÊNCIA (%)	NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO
Metodologia da Pesquisa Científica	24 ha	10,0	100	Lilian Doussou Romero	Mestra
O Papel do Conhecimento nas Organizações do Terceiro Milênio	24 ha	9,0	100	Carlos Roberto Holzgum Vêlez	Especialista
Organização Governamental Brasileira e a Reforma do Estado	24 ha	9,0	100	Euzilândia Trindade de Souza	Especialista
Gestão Pública Empreendedora	24 ha	10,0	100	Walter Cezar Nunes	Mestre
Políticas Públicas	24 ha	9,0	100	Aurora Anselma Brito de Miranda	Mestra
Visão e Raciocínio Estratégico	24 ha	10,0	100	Maria das Graças Corrêa Mendes	Mestre
Gestão da Qualidade e Produtividade no Serviço Público	24 ha	10,0	100	Lúcia Cláudia Lopes Rios	Especialista
Marketing no Setor Público	24 ha	10,0	100	Lúcia Helena Saraiva de Oliveira	Mestra
Economia do Setor Público	24 ha	9,0	100	Orlando Oscar Rosar	Mestre
Direito Administrativo	24 ha	9,0	100	Juraci Guimarães Júnior	Especialista
Lei de Responsabilidade Fiscal I	24 ha	8,5	100	Antonio Blacout Costa Barbosa	Especialista
Lei de Responsabilidade Fiscal II	24 ha	10,0	100	Antonio Blacout Costa Barbosa	Especialista
Lei de Responsabilidade Fiscal III	24 ha	10,0	100	Antonio Blacout Costa Barbosa	Especialista
Sistema de Controle da Administração Pública	24 ha	10,0	100	Juraci Guimarães Júnior	Especialista
Licitações e Contratos	24 ha	10,0	100	Delza Abreu Silva	Mestra
Docência do Ensino Superior	24 ha	9,0	75	Arcy Bezerra Palhano	Mestra
Trabalho de Conclusão de Curso: O controle interno nas prefeituras municipais: uma abordagem sobre as principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.	-	9,0	-	Juraci Guimarães Júnior	Especialista

O presente curso cumpriu todas as disposições da Resolução CES Nº 1 de 3 de abril de 2001.

Credenciado pela Portaria Ministerial 2111 de 05/08/2003

Disciplinas cursadas durante o período em que a instituição denominava-se FACULDADE CANDIDO MENDES DO MARANHÃO

Registrado sob o nº 111 no livro 2, folha 44 em 06/10/2004

PMLN

FL N 133





Departamento de Pós-Graduação

## CERTIFICADO

Certificamos que **MARCONI DIAS LOPES NETO**

concluiu o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratações Públicas  
realizado no período de 18 de outubro de 2021 a 23 de janeiro de 2023  
com carga horária total de 360 horas.

DocuSigned by  
Gullerme, Ruyel, Montanher, Senza  
Assinado por GULLERME MATEUS MONTANHER SENEZA  
CPF: 96303928408  
Cargo: DIRETOR  
Data: 11/07/2023 11:07:28 PST  
ICP-Brasil  
E002601F2014101099A0001D30E37C9F

PMLN

F 024

ORIGEM:





## FACULDADE CERS

Credenciada pela Portaria nº 370 de 20 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2018. O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na resolução nº 1 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, publicada em 06 de abril de 2018.

**Área de Conhecimento: DIREITO**

**Nome:** MARCONI DIAS LOPES NETO

CPF: 847.655.343.91

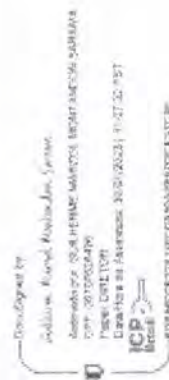
Registro do Certificado:

Página de nº: 11423

Livro de nº: 123938

\* Número do registro corresponde ao número descrito, na parte superior da página, como Envelope ID

**Direção Geral:** Guilherme Marzol Montandon Saraiva  
**Departamento de Pós-Graduação:** Andréa da Silveira Benfica  
**Secretária de Pós-Graduação:** Janaina Dias Marçal da Silva



# HISTÓRICO ESCOLAR

## Pós-Graduação Lato Sensu



Nome: MARCONI DIAS LOPES NETO

CPF: 847.655.343-91

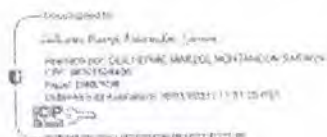
Curso\_Turma: LICITACOES E CONTRATACOES PUBLICAS\_2021.4

Carga horária Total do Curso: 360 horas

Disciplina E Patrono	CH	Nota
O Planejamento da Licitação Jorge Ulisses Jacoby - Mestre	42	10.0
O Processo Licitatório Ronny Charles Lopes De Torres - Mestre	49	10.0
Licitações Especiais Murilo Jacoby - Especialista	56	10.0
Regimes Licitatórios Internacionais Rafael Sergio Oliveira - Mestre	14	10.0
Regime Jurídico dos Contratos Administrativos Ronny Charles Lopes De Torres - Mestre	49	10.0
Obras e Serviços de Engenharia Hamilton Bonatto - Mestre	28	10.0
Contratos Especiais, Convênios e Instrumentos Congêneres Jaques Reolon - Mestre	21	7.5
Parcerias Contratuais da Administração Pública Marcelo Bruto - Doutor	14	7.5
Sanções Administrativas e Medidas Anticorrupção Anderson Santana Pedra - Doutor	42	7.5
Metodologia da Pesquisa Oton De Albuquerque Vasconcelos Filho - Doutor	45	-
Didática no Ensino Superior Laís Gomes Bergstein - Doutora	20	-
<b>Média Final</b>		<b>10.0</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso</b>		<b>Nota</b>
<b>Tipo: -</b>		
<b>Tema: -</b>		

**Forma de avaliação:** A avaliação do aproveitamento será expressa em graus, variando numa escala de zero a dez. O aluno para ser aprovado deverá alcançar a média final de aproveitamento não inferior a sete em cada disciplina e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no Curso em processo formal de avaliação.

**Observação:** O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1/2018 do Ministério da Educação, publicada em Diário Oficial da União em 06/04/2018.





## Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 94AC11A69570451989E6E2AF871D5773

Assunto: DocuSign: Licitações.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 3

Certificar páginas: 3

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluído

Remetente do envelope:

Janaina Dias Marçal da Silva

R DONA MARIA CESAR, 170, SALA 0102 SALA  
102 E - RECIFE

Recife, PE 50.030-140

janainamarcal@cers.com.br

Endereço IP: 45.173.101.6

## Rastreamento de registros

Status: Original

30/01/2023 05:48:34

Portador: Janaina Dias Marçal da Silva

janainamarcal@cers.com.br

Local: DocuSign

## Eventos do signatário

Jilherme Marzol Montandon Saraiva

certificadopos@cers.com.br

OPERACIONAL

COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta  
(Nenhuma), Certificado Digital

### Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC OAB G3

CPF do signatário: 06707628496

Cargo do Signatário: DIRETOR

### Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 19/04/2021 06:00:56

ID: 5d70d96b-6a96-4618-84d2-c9d16edd16b0

Nome da empresa: COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA

## Assinatura

DocuSigned by:  
*Guilherme Marzol Montandon Saraiva*  
e085e02f32e14fd...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.32.210.57

## Registro de hora e data

Enviado: 30/01/2023 05:48:42

Visualizado: 30/01/2023 11:07:09

Assinado: 30/01/2023 11:07:38

## Eventos do signatário presencial

## Assinatura

## Registro de hora e data

## Eventos de entrega do editor

## Status

## Registro de hora e data

## Evento de entrega do agente

## Status

## Registro de hora e data

## Eventos de entrega intermediários

## Status

## Registro de hora e data

## Eventos de entrega certificados

## Status

## Registro de hora e data

## Eventos de cópia

## Status

## Registro de hora e data

## Eventos com testemunhas

## Assinatura

## Registro de hora e data

## Eventos do tabelião

## Assinatura

## Registro de hora e data

## Eventos de resumo do envelope

## Status

## Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

30/01/2023 05:48:43

Entrega certificada

Segurança verificada

30/01/2023 11:07:09

Assinatura concluída

Segurança verificada

30/01/2023 11:07:38

Concluído

Segurança verificada

30/01/2023 11:07:39

## Eventos de pagamento

## Status

## Carimbo de data/hora



## VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Docusign.

Para verificar a(s) assinatura(s) clique no link: [validator.docusign.com](https://validator.docusign.com) e siga as orientações para verificação de validade do documento, ou ainda no Adobe ou no Foxit.

Os nomes indicados para assinatura e seus critérios de criptografia seguem no teor dos documentos e no certificado de conclusão que segue junto ao documento.

A(s) assinaturas(s) tem validade jurídica como original no ambiente virtual, e, para conhecer um pouco mais sobre o assunto, lhe convidamos a ler a reportagem seguinte:  
<https://www.docusign.com.br/legislacao>







1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----



# SERMAPI

## CERTIFICADO

Certificamos que

**Marconi Dias Lopes Neto**

participou do **1º Seminário Regional Maranhão-Piauí de**

**Contratações Públicas: O Impacto da Nova Lei de**

**Licitações nos Municípios**, realizado nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2021, na modalidade on-line e ao vivo, com carga horária de 09 horas.



Imperium Assessoria e Treinamento

CNPJ 37.280.007/0001-14



Valide através do QR code ao lado ou com o código 626a7d97e0f2ac3f951a58a9e62cea1c em [gerarcertificado.com.br](http://gerarcertificado.com.br)



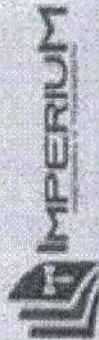
# Certificado localizado

## SERMAPÍ CERTIFICADO


Certificamos que

**Marconi Dias Lopes Neto**  
participou do **1º Seminário Regional**  
**Maranhão-Piauí de Contratações**  
**Públicas: O Impacto da Nova Lei de**  
**Licitações nos Municípios** realizado nos dias 27,  
28 e 29 de julho de 2021, na modalidade on-line e ao vivo, com  
carga horária de 09 horas.

Imperium Assessoria e Treinamento  
CNPJ 37.280.007/0001-14

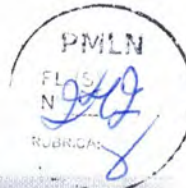


Espaço reservado para código, endereço e instruções de validação do certificado

 Fazer download do certificado

### Dados do responsável pela emissão:

- Data e hora: 16/03/2022 às 17h25
- Razão social: Imperium Assessoria e Treinamento
- CNPJ: 37.280.007/0001-14
- Nome do responsável: Rodrigo Freire
- CPF: 031.101.619-74
- E-mail: imperium.treinamento@gmail.com





# CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

**MARCONI DIAS LOPES NETO**

participou, com êxito, do curso Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021, com carga horária de 24 horas, realizado nos dias 10 a 13 de agosto de 2021, na modalidade a distância (EAD), por meio da Plataforma Zoom.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

São Luis (MA), 16 de agosto de 2021.

**instituto**  
**CERTAME**

*Joanna Xavier*  
**A B XAVIER TREINAMENTOS**  
CNPJ - 11.669.032/0001-09



RUBRICA:

PM/LN



## AUTENTICAÇÃO

Conferido e autenticado conforme original aqui apresentado.  
São Luís, 07/03/2022 10:54:15.165M  
Em Telexmundo

Thaís Brito dos Santos Silva - Diretora  
PODER JUDICIÁRIO - TJMA  
CAB. AUTENT156711308DELGET111007 - Aut. 13.10  
Emitido em 07/03/2022 10:54:15.165M  
Consulte a validade deste ato no site <http://www.tjma.jus.br>



**AUTENTICACÃO**  
 conferido e assinado conforme original apresentado  
 Br. Lda. 07/03/2022 10:44:16 16548

[illegible][illegible]

## Módulo III: O Pregão e a Concorrência na Nova Lei de Licitações

Módulo III: O Pregão e a Concorrência na Nova Lei de Licitações

negão eletrônico e Região Fronteira e Concomitante, ainda existem

negão eletrônico e Região Fronteira e Concomitante, ainda existem

edimento? Entendendo o Píqno e a Consciência. Múltiplas con-

edimento? Entendendo o Píqno e a Consciência. Múltiplas con-

## bateria, fechador, e cambrados. Conceito de bens e serviços comuns e

bateria, fechador, e cambrados. Conceito de bens e serviços comuns e

Substituição de equipamentos de informática Fase operacional, Terço de R

Substituição de equipamentos de informática Fase operacional, Terço de R

Salisbury is a town in the Salisbury District of Wiltshire, England, situated on the River Nidd, about 10 miles (16 km) north of Amesbury. It is a small town with a population of about 1,000 people. The town is known for its historic architecture, including the Salisbury Cathedral, which is a UNESCO World Heritage Site. The town is also known for its annual Salisbury Festival, which takes place in the town square.

Salisbury is a town in the Salisbury District of Wiltshire, England, situated on the River Nidd, about 10 miles (16 km) north of Amesbury. It is a small town with a population of about 1,000 people. The town is known for its historic architecture, including the Salisbury Cathedral, which is a UNESCO World Heritage Site. The town is also known for its annual Salisbury Festival, which takes place in the town square.

Ilmupedia.com

Ilmupedia.com



# Webinário "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais"

## Certificado



Conselho Nacional do  
Ministério Público



Certificamos que **Marconi Lopes** participou do Webinário "Governança, Transparência e Controles Internos Municipais", nos dias 23 e 24 de setembro de 2021, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA), com carga horária total de 09 horas.

São Luís - MA, 24 de setembro de 2021.



61547392-463c-4c7f-af07-052bac120003

Silvio Roberto Oliveira Amorim Junior  
Conselheiro Nacional do Ministério Público  
Presidente da Comissão de Enfrentamento à Corrupção do CNMP

Dr. Eduardo Jorge Hilny Nicolay  
Procurador-Geral da Justiça do  
Maranhão

Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira  
Diretora da Escola Superior do Ministério  
Público do Maranhão

PMLN

# Verificação do Certificado

Curso

Webinário - Governança, Transparência e Controle  
Internos Municipais

Objeto para

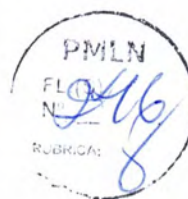
Marcos  
topicos

Data de emissão

Webinário - Governança, Transparência e Controle Internos Municipais -  
Certificado de participação 318.pdf

61647382-488c-4c71-a007-  
0030ac130003

Código







**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que MARCONI DIAS LOPES NETO, participou do Seminário sobre transparência fiscal: Como Construir o Programa Contas na Mão, no período de 09 a 11 de dezembro de 2003, no horário das 16h às 18:30 horas, no Auditório das Promotorias de Justiça da Capital.

São Luís, 10 de fevereiro de 2004

**PROMOTOR DE JUSTIÇA** *Márcio Thadeu Silva Marques*  
**SECRETÁRIO PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**



**AUTENTICAÇÃO**

Conferido e achado conforme original apresentado  
São Luís, 26/01/2004 09:13:29 17503

Em, Testemunha de, de vez, de

Procurador de Justiça - Es. 104/03

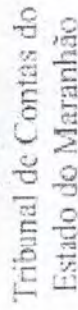
PODER JUDICIÁRIO - PMMA

Selo: AUTENT15675104140320PMMA-10 - At: 17.10

E-mail: R54.63 PERC\_R50.33 TAPDF\_R50.38 PMP\_R50.38 Total: R\$5,12

Consulte a validade deste selo no site <http://www.finep.org.br>





$\begin{pmatrix} 1 \\ 0 \\ 0 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 0 \\ 1 \\ 0 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 0 \\ 0 \\ 1 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 1 \\ 1 \\ 0 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 1 \\ 0 \\ 1 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 0 \\ 1 \\ 1 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 1 \\ 1 \\ 1 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 1 \\ 0 \\ 0 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 0 \\ 1 \\ 0 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 0 \\ 0 \\ 1 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 1 \\ 1 \\ 0 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 1 \\ 0 \\ 1 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 0 \\ 1 \\ 1 \end{pmatrix}$ 
 $\begin{pmatrix} 1 \\ 1 \\ 1 \end{pmatrix}$



AUTENTICACAO  
 Conteúdo e dados transmitidos garantidos e  
 válidos até: 07/09/2023 18:56:12 (UTC-3)  
 Em: 07/09/2023 18:56:12 (UTC-3)  
 da verdade

# CERTIFICADO

participou do SEMINÁRIO "LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO DOS GESTORES MUNICIPAIS", realizado no dia 05 de dezembro de 2003, no Rio Poty Hotel, na cidade de São Luís, Maranhão.

São Luís, 05 de dezembro de 2003

Oswaldo dos Santos Jacintho

ORGANIZAZIONE



ОПНБ РМ  
001 00834002

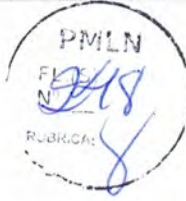


46 4 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040 1041 1042 1043 10

Banco Interamericano

Procuradoria Geral

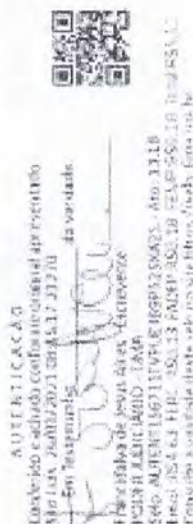
**Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão**  
Presidente







Faculdade de  
Administração e  
Marketing do  
Maranhão  
**FAMEM**  
Fortalecimento do Municípiosmo



## ESCOLA DE GESTÃO MUNICIPAL CERTIFICADO

Certificamos que o(a) Sr(a). Marconi Dias Lopes Neto, participou do  
“SEMINÁRIO SOBRE IMPLANTAÇÃO DE CONTROLADORIA MUNICIPAL” realizado  
no dia 17 de fevereiro de 2004, no Auditório do Hotel Praiaamar, com carga horária  
de 6:00hs e proferido pelo Sr. José Carvalho da Silva Neto.

São Luís(MA), 17 de fevereiro de 2004

*Hildo Augusto da Rocha Neto*  
**Hildo Augusto da Rocha Neto**  
Presidente da FAMEM

*Christian Ernesto Silva Noronha*  
**Christian Ernesto Silva Noronha**  
Coordenador da Escola de Gestão Municipal

*José Carvalho da Silva Neto*  
**José Carvalho da Silva Neto**  
Palestrante

PMLN

# Educação Sebrae **Certificado**

APRENDER SEMPRE É UM BOM NEGÓCIO

Certificamos que **Marconi Dias Lopes Neto**  
participou do curso *Capacitação em Licitações e Contratos*  
promovido pelo SEBRAE/MA - Serviço de  
apoio às micro e pequenas empresas, no  
período de 07 a 09 de junho de 2004, com carga  
horária equivalente a 24 horas.

**São Luís (MA), 09 de Junho de 2004**

Local e Data

Facilitador

*Dr. Diogenes Gasparini*

**Dr. Diogenes Gasparini**

**SEBRAE**

Parceiro das pequenas

**Claudia Cristina Sampaio Costa**  
Educação Empreendedora do SEBRAE/MA

*cl. costa*

PM/IN  
FL. 250  
N. 8  
MUNICÍPIO



AUTENTICAÇÃO  
São Luís, 28/01/2021 08:15:17 21720  
Educação Empreendedora do SEBRAE/MA  
R. Antônio de Jesus, s/n, Centro  
São Luís, 65015-110, Maranhão, Brasil  
CNPJ nº 06.940.181/0001-12  
Educação Empreendedora do SEBRAE/MA



# Certificada

Certificamos que Marconi Dias Lopes Neto  
participou do 1º Ciclo de Estudos sobre Impostos Municipais, realizado  
em São Luís (MA), nos dias 6, 7 e 8 de outubro de 2004.  
Carga horária - 14 horas  
São Luís, 8 de outubro de 2004.



**AUTENTICAÇÃO**  
Conteúdo e integridade conferidos eletronicamente  
São Luís, 07/03/2022 13:56:12 20170 da verificação  
Em atendimento

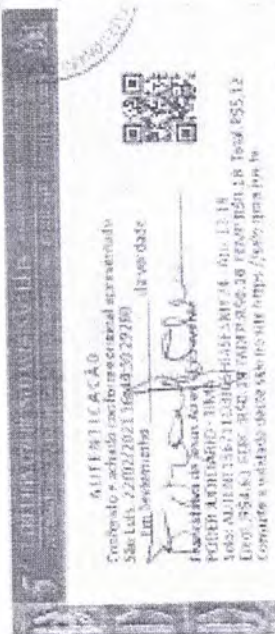
Michael Levi Barbosa Lima  
PODER JUDICIÁRIO - TMA  
Sede: ALVENIA 15311-110/MA/110740001 66 - Anjo 13.118  
Fone: 915.14. FERC 883.13 FAX: 915.20 FAX: 915.20 Telex: 915.69  
Laosale e validação desta tela no site: [www.imat.ma.gov.br](http://www.imat.ma.gov.br)

**IMAT**

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS

*[Signature]*  
Elind José Pinto da Costa  
Presidente do Conselho Científico

*[Signature]*  
Stela Bentes Azevedo  
Presidente do Conselho Consultivo



611177116 AAC0  
Transfer to a charity (not a central authority)  
See Leds. 22/02/2021 (6640-59 29750)  
on 16/02/2021  
by you date

170770177 4PM  
170770177 4PM

DATE: 2/20/2023

11. *Chlorophyll a* (mg/g)

750

1991-1992

10. A. 1.104736, 1.2316545454545454, 0.1111111111111111

1995年4月15日 星期三 晴

10.1111/j.1469-7610.2013.02714.x

# CERTIFICADO

*Certificamos que*

---

**MARCONI DIAS LOPES NETO**

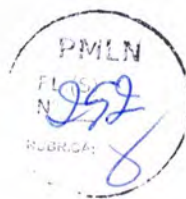
*Representante da Empresa*

*Participou do Seminário*

Realizado em SÃO LUIS, DE 28/02 À 04/03/2005 com duração de 22 h/aula.

*Instructor(s)*  
Prof. Caldas Furtado

"GB" Treinamento Empresarial Ltda





**Seminário**  
**Gestão Pública Responsável**  
**fortalecendo a municipalidade**

# Certificado

Certificamos que

Marconi Dias Lopes Neto

participou do Seminário Gestão Pública Responsável Fortalecendo a  
Municipalidade realizado nos dias 17 e 18 de março de 2005 no Rio  
Poty Hotel – Ponta D'Areia.



**TRIBUNAL  
DE CONTAS**



**MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

PMLN  
FL. N. 253  
RUBRICA

São Luís, 18 de março de 2005






O TCU em conversa com o Cidadão

## Certificado

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que  
**Marconi Dias Lopes Neto**  
participou do evento Diálogo Público 2005

“Qualidade dos gastos públicos:  
contribuições dos órgãos de controle à gestão municipal”  
no Estado do Maranhão, nos dias 12 e 13 de abril de 2005,  
em São Luís/MA, com duração de 12 horas.

São Luís, 13 de abril de 2005.

  
ALEXANDRE VALENTE XAVIER  
Diretor-Geral



1. ATRIBUIÇÃO DE NOTAS DE AVALIAÇÃO  
O TCU, no âmbito de sua competência, atribuiu notas de avaliação aos participantes do evento Diálogo Público 2005, em São Luís/MA, nos dias 12 e 13 de abril de 2005, com duração de 12 horas.

Em 07/04/2005, às 10:56:12, o TCU, em São Luís/MA, atribuiu a seguinte nota de avaliação ao participante Marconi Dias Lopes Neto:

NOTA: 10,00

PODER JUDICIÁRIO - TCU

Em 07/04/2005, às 10:56:12, o TCU, em São Luís/MA, atribuiu a seguinte nota de avaliação ao participante Marconi Dias Lopes Neto:

Consulte a validade deste selo no site: www.tcu.gov.br

PMLN  
FL. 255  
N. 8  
RUBRICA:

# Certificado

Certificamos que **MARCONI DIAS LOPES NETO**

Participou do Curso **SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ministrado por **JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES**

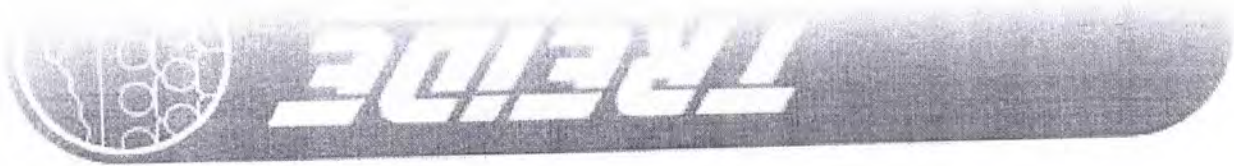
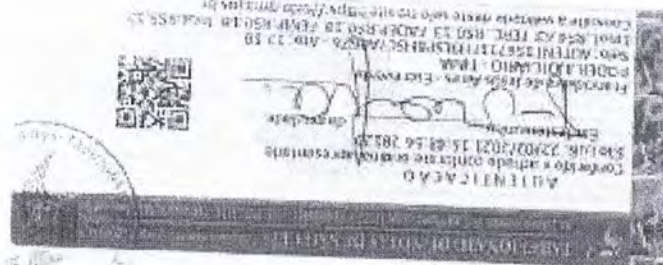
No período de **20 E 21 DE MAIO DE 2005**

Com duração de **12 HORAS**

São Luís/MA, 21 de maio de 2005.

*Jacoby*  
Apresentador

*[Assinatura]*  
Diretor da TREIDE

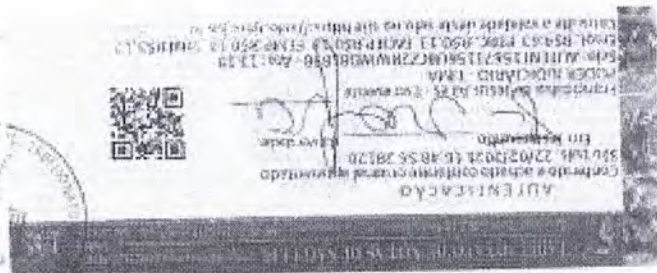




# SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O que é o Sistema de Registro de Preços – SRP?	O SRP vale só por um exercício?
Quando deve ser utilizado?	O que acham os órgãos que já implantaram o SRP?
Como garantir qualidade no SRP?	Quais as garantias que são dadas aos fornecedores?
Como registrar preços diferentes: a) pela localidade de entrega? b) pela qualidade do produto? c) para diferentes quantidades?	Quais as vantagens para os fornecedores?
Quando um órgão pode ser carona em outro SRP?	Quais os limites de venda para os fornecedores?
Quando se faz contrato no SRP?	Como se faz a pesquisa de preços?
Por quanto tempo vale o SRP?	Qual modalidade: concorrência ou pregão?
Quais serviços podem ser registrados?	Onde obter modelos de edital do SRP?
	Como manter um SRP quando os preços mudam?



TREDE APOIO EMPRESARIAL LTDA  
Av. Braz de Aguiar, 322 – 2º Andar - Bairro Nazaré - Belém/PA  
CNPJ 01.920.819/0001-30 - Inscrição Municipal 139.518-9



# Certificado

Certificamos que **MARCONI DIAS LOPES NETO**

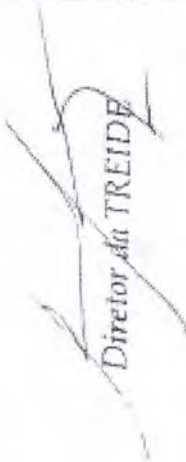
Participou do Seminário Especial **CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Ministrado por **BENJAMIN ZYMLER**

Nos dias **09 E 10 DE OUTUBRO DE 2006**

Com duração de **12 HORAS**

São Luís/MA, 10 de outubro de 2006

  
Diretor do TREIDE



**AUTENTICAÇÃO**  
Código de verificação: 0703/2022 10 56 13 28770  
Em: 10/10/2022 10:56:13  
de validade

Mônica Leal Barbosa Lima  
PODER JUDICIÁRIO - TJMA  
São: AUFENT156713404023-REL3181932 - At: 11.11.18  
Emit: RES.14 PERC.850.15 PADP-1620.20 PADP-850.20 Total RES.68  
Consulte a validade de seu documento em: [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)



PMLN

Nº 258

UBRICA





# Certificado

Certificamos que **MARCONI DIAS LOPES NETO**

Participou do Curso **PREGÃO - Presencial e Eletrônico**

Curso de Formação de Pregoeiro nos termos do Decreto 3.555/2000

Ministrado por **JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES e  
ALEXANDRE CAIRO**

No período de **16 A 18 DE MAIO DE 2007**

Com duração de **24 HORAS**

São Luís/MA, 18 de maio de 2007

*Jacoby*  
Apresentador

*[Signature]*  
Apresentador

Diretor da TREIDE  
**TREIDE**  
TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO



**AUTENTICAÇÃO**  
Conferido e autenticado eletronicamente em 18/05/2007 às 10:53:28.  
Em: 18/05/2007  
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - 1ª Vara Criminal  
Sala: 156/157 - 1º andar - Fórum - São Luís/MA  
E-mail: pccr-15@tjma.jus.br  
Consulte a validade desse selo no site: [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)



Cursos

# PREGÃO Presencial e Eletrônico

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### PRIMEIRO DIA

Prof. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

#### Módulo I – Considerações Iniciais

- Normatização do Pregão
- Características peculiares do pregão
- Aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 1993.
- Impugnação do Edital
- O pregoeiro e suas Atribuições
- Sessão Pública do Pregão Presencial
- Habilitação

#### Módulo II – PREGÃO PRESENCIAL – Recursos, Adjudicação, Homologação e Penalidades

- Recursos no Pregão Presencial

### SEGUNDO DIA

Prof. Alexandre Cairo

#### Módulo III – PREGÃO ELETRÔNICO – A Forma Virtual de Licit

- Peculiaridades do pregão na forma eletrônica

#### Módulo IV – Fase Interna

- Preparando a Licitação
- Exigências a serem observadas
- Atribuições da Autoridade Competente
- O Edital
- Objeto
- Modelo padrão a ser adotado no pregão eletrônico
- Importância da correta estimativa de preço.

#### Módulo V – Fase Externa

- Convocação dos Interessados
- Publicação do aviso
- O Governo Federal poderá ceder o uso de seu sistema a outro órgão ou entidade dos demais poderes e para os demais entes?
- Credenciamento
- Impugnação do Edital
- Sessão Pública do Pregão
- O problema da desconexão - responsabilidades
- Abertura da sessão
- Propostas e Lances
- Como são encaminhadas as pênhas, quando exigidas no edital?
- Fase de Julgamento
- Ata da sessão pública emitida pelo sistema eletrônico

#### Módulo VI – Recursos

- A Interposição de Recursos no Pregão Eletrônico.

### TERCEIRO DIA

#### Simulações

- Especialistas técnicos convidados, com supervisão do Prof. Alexandre Cairo
- Simulações no sistema eletrônico COMPRASNET com uso de recursos da Internet para um pregoeiro e três fornecedores.
- Simulações no sistema eletrônico do Banco do Brasil com uso de recursos da Internet para um pregoeiro e três fornecedores.



AUTENTICAÇÃO  
Certificado e assinatura eletrônica  
Data: 07/03/2022 10:22:54  
Em: 07/03/2022 10:22:54

Trova Brando Santos SCS - Responsável

CPF: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12

Assinatura: 015.125.712-12







[illegible]

ALTERNATIVA  
Candidato a deputado estadual  
São Luís, 07/03/2022 10h12 28719  
Em Testemunha de  
da veracidade

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

*[Signature]*

Arteschador

ONLINE TO ASSIST & CLINICAL

ALICITAÇÕES, CONTRATOS E ELABORAÇÃO DE EDITAIS

## CONTENUTO PROGRAMMATICO

ATFONUCAD

- Objetivo da lição  
Princípios da Lição  
Quando licitar?  
Que é licitar?  
Por que licitar?

## PROCESSO E O PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

Administrativos.

- As Obras e os Serviços
- Prazo de Execução
- Plano Plurianual de Ações
- As Condições
  - As Modalidades de Licitação
  - Os Regimes de Execução
- Os Tipos de Licitação
  - A Publicidade e a Divulgação
  - Diferença e seus prazos
  - A Dispensa - A Dispensabilidade e a Inexigibilidade de Licitação - Suas profundas diferenças
  - Habilitação nas Licitações
  - O Registro Cadastral de Licitantes
  - O Edital da Licitação e o Convite
  - Procedimento e Julgamento das Licitações
  - Declaração das Propostas
  - Comissão de Licitação

## A CONTRATO ADMINISTRATIVO

WILLIAM D. HALL

- Prolongação do prazo do contrato
- O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos
- Alteração dos Contratos
- Rescissionamento do Objeto do Contrato
- Motivos de rescisão do Contrato Administrativo
- Sanções Administrativas
- Recursos Administrativos

## O QUE LIGAMEN TO A E I A B O R A Ç Ã O D O F I T A L D E L I C I T A Ç Ã O

PLANEJAMENTO DA ELABORAÇÃO

- A requisição. Conteúdo.
- Quem requisita.
- O que requisita.
- Como quer o objeto da requisição.
- Por que quer o objeto requisitado.
- Onde quer o objeto requisitado.
- Quando pretende receber o objeto da requisição.
- O projeto básico e/ou executivo (no caso de compras).
- Quando se propõe a pagar.
- Condições de reajuste de preços.
- A cláusula de atualização e compensação financeira.
- Exemplos de requisições, apresentações e financiamentos.

DIETITIAN'S AND CO. CO.

- Escolha do tipo de licitação;
- Escolha da modalidade de licitação;
- Escolha do regime de execução;
- Escolha do tipo de licitação;
- Fatores específicos ao tipo de licitação;
- Conhecimento do mercado e das eventuais licitantes;
- Definição das cláusulas básicas do ato convocatório;
- Equipe multidisciplinar;

### SECTO DE CASO PRÁCTICO

Contribuição para Obras (adaptado se não as modalidades)

- Concursos e Tomada de Preços, bem como para Compras e Serviços.

## NOTES

Tirz dividas







**LIBELIONADO DE NOTAS DE 350,00** - as especificações técnicas e o valor nominal estão impressos no verso do cartão.

**AUTENTICAÇÃO**  
Cartão e selo em conformidade com o original autenticado  
São Paulo, 07/08/2007 10:55:18 - 16564 da verdade  
Em Telexbrasil

Microfilmado em 2007  
PUCRS AUTENTICADO - LIMA  
Selo: AUTENT12671168VWUC3PPIKCT79 - Ano: 17.10  
E-mail: R55.14 PERC-R55.15 FADOP-R55.20 FADOP-R55.20 Total R\$5,50  
Consulte a validade deste selo: [www.telexbrasil.com.br](http://www.telexbrasil.com.br)

# CERTIFICADO

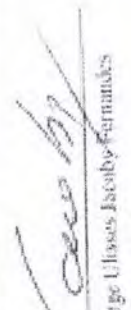


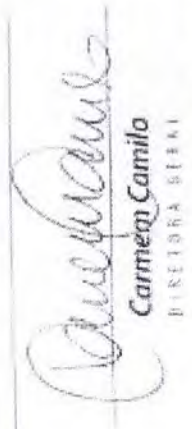
Certificamos que **Marconi Dias Lopes Neto**

participou do **Seminário: Defesa e Recursos nos Tribunais de Contas**

realizado em Brasília/DF, nos dias 16 e 17 de agosto de 2007

Carga Horária: 16 (dezoito) horas/atividade

  
Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

  
Carmen Camilo  
DIRETORA GERAL





# Certificado



Certificamos que **MARCONI DIAS LOPES NETO** participou das atividades de Capacitação Presencial a Partir de Sorteios Públicos, relativas ao Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, no município de São Luís, no período de 13 a 17 de abril de 2009.

[Assinatura]

**Roberto César de Oliveira Viégas**  
Chefe da Controladoria-Regional da União  
no Estado do Maranhão

Controladoria-Geral  
da União







# Conteúdo Programático

12 DE AGOSTO

- Exatidão da metodologia de trabalho do Estado do Maranhão
- Apresentação da estrutura organizacional das unidades da unidade
- Sistema de controle interno - Estrutura organizacional

13 DE AGOSTO

- Atuação dos órgãos de controle de cada unidade
- Responsabilidade do controle interno
- Atuação dos órgãos de controle de cada unidade

14 DE AGOSTO

- Atuação dos órgãos de controle de cada unidade
- Responsabilidade do controle interno
- Atuação dos órgãos de controle de cada unidade
- Responsabilidade do controle interno
- Atuação dos órgãos de controle de cada unidade
- Responsabilidade do controle interno

24h



CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO  
Em 10/08/2023 às 10:58:18  
de verificação

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO  
Em 10/08/2023 às 10:58:18  
de verificação

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO  
Em 10/08/2023 às 10:58:18  
de verificação



CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO  
Em 10/08/2023 às 10:58:18  
de verificação

JAM JURIDICA  
A maior em todos os estados

PMLN

208

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO  
Em 10/08/2023 às 10:58:18  
de verificação











PMLN





**5** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**AUTENTICAÇÃO**  
Conteúdo autenticado conforme original apresentado  
São Paulo, 07/07/2022 20:35:16 18514 da verdade.  
Em Testemunha da Verdade

Micael Leoni Barboza Lima  
PODER JUDICIÁRIO - TJPA  
Nº do Autent: 15671104780ACF0127115 - Atos 13.18  
Final: 18514 - FERC: 350135 - FIC: 18514.20 - FIC: 18514.20 - Total: 18514  
Consulte a validade deste selo no site: [sigla.jfpa.jus.br](http://sigla.jfpa.jus.br)

## Conteúdo Programático

1. Estrutura e organização dos tribunais de contas
2. Responsabilização perante os tribunais de contas
3. A responsabilização pelos tribunais de contas diante dos Poderes da República
4. Atos processuais praticados pela parte nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
5. Provas que podem ser produzidas nos processos de responsabilização dos tribunais de contas
6. Medidas Cautelares que os tribunais de contas podem proferir
7. Sanções aplicadas pelos tribunais de contas
8. Recursos cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas

16h



**JAM JURIDICA**  
A informação necessária



**JAM CURSOS**  
in Company  
A JAM Juntos presente na sua instituição

JAM Cursos Educação e Emprego Ltda  
CNPJ 00.803.568/0001-98  
INSC. ESTADUAL 42.831.183  
Rua: ...



PMLN  
FL 001  
RUBRICA:



# Aposentadoria e Pensão

*As Novas Jurisprudências do TCU quanto aos Cálculos Proporcionais dos Proventos.*

13 e 14 de maio de 2010

Hotel Luzeiros • São Luís • Maranhão



**JAM** Cursos  
to Company

JAM,  
JURIDICA

Certificamos que

Marcini Dias Lopes Neto

participou do curso APOSENTADORIA E PENSÃO - As Novas Jurisprudências do TCU quanto aos Cálculos Proporcionais dos Proventos, realizado nos dias 13 e 14 de maio de 2010, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís, 14 de maio de 2010.

João Araújo Magalhães Filho

**André Araujo**  
Colaborador do JAMF Jurídico









PMLN  
FLIST  
N  
RUBRICA:



# CERTIFICADO

## CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS

ASPECTOS POLEMICOS E CONTROVERTIDOS

2e3/dez São Luís/MA

Os principais problemas enfrentados em contratações usualmente realizadas pela Administração e suas soluções, de acordo com as orientações do TCU.



AUTENTICAÇÃO  
Conferido o autêntico conferente original do evento  
São Luís, 07/03/2022 10:53:26 125883  
em testemunha

Thamir Brito dos Santos Silva - Diretor  
PODER JUDICIÁRIO - 1.904  
SAB: AUTENT115611V7028H9SKVTONB32 - Atip. 13718  
Emiti: RES 14 PERC 85013 PADIP 25020 PERP 85013 PERP 85013  
Consulte a validade desta deli na site fides: fides.ima.br

Certificamos que

*Marconi Dias Lopes Neto*

participou do Curso **CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS: ASPECTOS POLEMICOS  
E CONTROVERTIDOS**, realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de 2010,  
em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís, 3 de dezembro de 2010.

*Benjamin Zymler*  
Facilitador

*Karine Lilian de S. C. Machado*  
Facilitadora

*Andre Araújo*  
Diretor da JAM Jurídica

276  
Rudolf

Até 15 anos levando informação necessária à sua evolução!

JAM  
JURIDICA

15

JAM Cursos  
a Company







# Certificado

Marconi Dias Lopes Neto

participou do

## CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

realizado no período de 26, 27, 28, 29 e 30 de julho de 2010

São Paulo, 30 de julho de 2010

MARIO VIANNA  
DIRETOR-PRESIDENTE

VIANNA E CONSULTORES







# Seminário

de Integração do Estado  
com os Municípios

# Certificado


Marconi Dias Lopes Neto

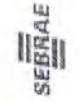
O Governo do Estado do Maranhão certifica que

participou do SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO DO ESTADO COM OS MUNICÍPIOS, realizado em parceria com a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), Ministério Público Estadual (MPJE), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Controladoria Geral da União (CGU) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), nos dias 19 e 20 de novembro de 2012, no Centro de Convenções Governador Pedro Neiva de Santana.

São Luís, 20 de novembro de 2012

*Rossana W. Barney*  
**Rossana W. Barney**  
 10000 Sunset Blvd., Suite 1000  
 Los Angeles, CA 90067

  
Luis Fernando Silva  
Secretaria de Indústria, Comércio e Cidadania (SIC)





# CERTIFICADO

JAM JURIDICA



Curso de Capacitação

## Processo nos Tribunais de Contas

Acusação, Contraditório, Julgamento e Recursos.

JAM JURIDICA

Certificamos que

*Marconi Dias Lopes Neto*

participou do curso **Processo nos Tribunais de Contas**,  
Acusação, Contraditório, Julgamento e Recursos, realizado  
nos dias 10 e 11 de setembro de 2015,  
em São Luis/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luis/MA, 11 de setembro de 2015.

*Odilon Cavallari de Oliveira*  
Instrutor

*Andre Araújo*  
Diretor da JAM Juridica



**AUTENTICAÇÃO**  
Conteúdo e data de emissão conforme original apresentado.  
São Luis, 07/09/2015 às 13:10 horas.  
Em Testemunho:  
Thayr Brito dos Santos Silva - Instrutor  
FODERJURIDICA - JAM  
São: AUTENTICAÇÃO: W057V33 - At: 13:10  
Emissão: 14/09/2015 às 13:10 horas - Total: R\$ 5,00  
A validade desse selo no site: www.jam-juridica.com.br

REALIZAÇÃO

JAM JURIDICA



[jam-juridica.com.br](http://jam-juridica.com.br)










**28 e 29 de Outubro | São Luís • MA**



Marconi Dias Lopes Neto

São Luís/MA, 29 de outubro de 2015.

  
Luiz Felipe Bezerra A. Silva  
Instituto

  
**André Araújo**  
Diretor do JMM Jurídico

01301710

CA  
D  
A

1

1990	1991
1992	1993
1994	1995
1996	1997
1998	1999
2000	2001
2002	2003
2004	2005
2006	2007
2008	2009
2010	2011
2012	2013
2014	2015
2016	2017
2018	2019
2020	2021
2022	2023
2024	2025
2026	2027
2028	2029
2030	2031
2032	2033
2034	2035
2036	2037
2038	2039
2040	2041
2042	2043
2044	2045
2046	2047
2048	2049
2050	2051
2052	2053
2054	2055
2056	2057
2058	2059
2060	2061
2062	2063
2064	2065
2066	2067
2068	2069
2070	2071
2072	2073
2074	2075
2076	2077
2078	2079
2080	2081
2082	2083
2084	2085
2086	2087
2088	2089
2090	2091
2092	2093
2094	2095
2096	2097
2098	2099
2100	2101
2102	2103
2104	2105
2106	2107
2108	2109
2110	2111
2112	2113
2114	2115
2116	2117
2118	2119
2120	2121
2122	2123
2124	2125
2126	2127
2128	2129
2130	2131
2132	2133
2134	2135
2136	2137
2138	2139
2140	2141
2142	2143
2144	2145
2146	2147
2148	2149
2150	2151
2152	2153
2154	2155
2156	2157
2158	2159
2160	2161
2162	2163
2164	2165
2166	2167
2168	2169
2170	2171
2172	2173
2174	2175
2176	2177
2178	2179
2180	2181
2182	2183
2184	2185
2186	2187
2188	2189
2190	2191
2192	2193
2194	2195
2196	2197
2198	2199
2200	2201
2202	2203
2204	2205
2206	2207
2208	2209
2210	2211
2212	2213
2214	2215
2216	2217
2218	2219
2220	2221
2222	2223
2224	2225
2226	2227
2228	2229
2230	2231
2232	2233
2234	2235
2236	2237
2238	2239
2240	2241
2242	2243
2244	2245
2246	2247
2248	2249
2250	2251
2252	2253
2254	2255
2256	2257
2258	2259
2260	2261
2262	2263
2264	2265
2266	2267
2268	2269
2270	2271
2272	2273
2274	2275
2276	2277
2278	2279
2280	2281
2282	2283
2284	2285
2286	2287
2288	2289
2290	2291
2292	

2

www.uniforum.it

©

©



# Auditoria de Licitações e Contratos

## APRESENTAÇÃO

Os principais procedimentos de auditoria de licitações e contratos, baseados na melhor metodologia de controle e associados aos conceitos e à jurisprudência fundamentais para a correta fiscalização e execução dos atos administrativos nessa área.

A área de licitações e contratos na administração pública representa, por suas características, enorme desafio aos agentes públicos encarregados de sua gestão, assim como para o profissional de controle e auditoria. Por um lado, a complexidade e variedade das regras estabelecidas pela legislação e pela jurisprudência dos tribunais superiores exigem do gestor especial atenção com vistas a conduzir o processo dentro dos princípios legais. De outro, compete ao auditor, ou controlador, a partir do conhecimento especializado da matéria, identificar corretamente quais dos processos licitatórios e contratos devem ser fiscalizados prioritariamente, considerando o grau de risco, materialidade e relevância de cada um deles. Em função disso, este curso foi concebido para propiciar, tanto ao gestor, quanto ao auditor, uma visão ampliada dos conceitos e procedimentos de controle aplicados à área de licitações e contratos, especialmente destacados a partir das orientações do Tribunal de Contas da União. Treinamento baseado na mais moderna metodologia de controle público no Brasil e realizado de forma dinâmica, por meio da apresentação da base teórica e de estudos de caso.

### "Licitações e Contratos - conceitos e jurisprudência para efeito de auditoria"

1. Licitação: conceitos importantes
  - 1.1 Observância de princípios
  - 1.2 Objetivos a serem perseguidos:
    - seleção da proposta mais vantajosa

### 2. Fases da licitação

- 2.1 Elaboração do edital:
  - 2.1.1 Definição do objeto da licitação:
    - parcelamento do objeto x fracionamento da despesa
    - indicação de marca/características restritivas
  - 2.2 Projeto básico e termo de referência
  - 2.3 Critério de aceitabilidade do preço global e dos preços unitários
    - jogo de planilha
    - preço manifestamente inexequível
    - responsabilidade da comissão de licitação e do pregoeiro

### 3. Contrato administrativo: conceitos importantes

- 3.1 Formalização
  - cláusulas exorbitantes
  - cláusulas exorbitantes
- 3.2 Vigência e prorrogação
  - serviços de natureza contínua
  - justificativas para a prorrogação

### 4. Contrato administrativo: conceitos importantes

- 4.1 Formalização
  - cláusulas exorbitantes
  - cláusulas exorbitantes
- 4.2 Vigência e prorrogação
  - serviços de natureza contínua
  - justificativas para a prorrogação

### 5. Alteração contratual

- 5.1 Alteração unilateral quantitativa/qualitativa
- 5.2 Alteração consensual
  - revisão contratual/teoria da imprevisão
  - reajusto/repactuação

### 6. Contratação direta (sem licitação)

- 6.1 Espécies: dispensa e inexigibilidade
- 6.2 Dispensa em razão do valor
- 6.3 Contratação emergencial
- 6.4 Prestação de serviços de natureza singular
- 6.5 Justificativa do preço

### 7. Metodologia de auditoria aplicada à área de licitações e contratos

### 8. O controle de licitações e contratos

- 8.1 Conceitos básicos
- 8.2 Finalidades
- 8.3 Abrangência
- 8.4 Auditoria de Conformidade
- 8.5 Auditoria Operacional

### 9. Normas de auditoria

- 9.1 Finalidades e fontes das normas
- 9.2 Normas relativas à pessoa do auditor
- 9.3 Normas de execução do trabalho
- 9.4 Normas relativas à opinião do auditor

### 10. Visão geral de controles internos

- 10.1 Definições
- 10.2 Objetivos
- 10.3 Princípios
- 10.4 Avaliação de controles internos
- 10.5 Conceitos de risco e auditoria

### 11. Planejamento da auditoria

- 11.1 Procedimentos de auditoria
- 11.2 Matriz de Planejamento

### 12. Execução da auditoria

- 12.1 Técnicas de auditoria
  - exame documental; inspeção física; conferência de cálculos; observação; indagação escrita; indagação oral; confirmação externa; correlação das informações obtidas; teste laboratorial; rastreamento; entrevistas; circularização; conciliação; análise de contas contábeis; revisão analítica.

### 13. Achados e evidências em auditoria

- 13.1 Matriz de Achados

### 14. Relatório de auditoria



# Certificado

INSPIRA  
INOVAÇÃO & COMUNICAÇÃO

## Jornada Jurídica de Direito Administrativo

Certificamos que Marconi Dias Lopes Neto participou da **Jornada Jurídica de Direito Administrativo** com carga horária de seis horas, realizada no Teatro Zenira Fiquene, Faculdade Pitágoras, com o palestrante **José Aras**, advogado e diretor do Centro de Estudos José Aras (Cejas), que ministrou a palestra "**Improbidade Administrativa**".

São Luís (MA), 04 de Outubro de 2016

*Yndara Vasques*  
Yndara Vasques  
Inspira Inovação & Comunicação

*Franciella Montales*  
Franciella Montales  
Inspira Inovação & Comunicação

PMLN  
FLO  
Nº 284  
RUBRICA:





TRIBUNAL DE CONTAS



ESCEX  
Escola Superior de  
Controle Externo

# Certificado

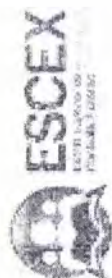
Certifico que MARCONI DIAS LOPES NETO participou do Treinamento do Sistema de Acompanhamento de Contratações Públicas - SACOP, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, realizado no dia 27/04/2017 com carga horária de 04 (quatro) hora(s).

São Luís, 27 de Abril de 2017.

William Jobim Farias  
Gestor da ESCEX/TCE-MA

PMLN  
19/05/2017  
PÚBLICA



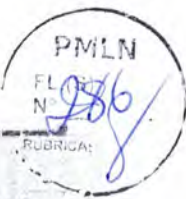
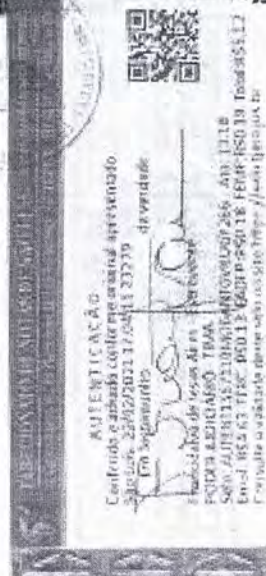


# Certificado

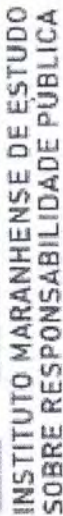
Certifico que MARCONI DIAS LOPES NETO participou do treinamento do Sistema de Acompanhamento Eletrônico de Contratação Pública - SACOP, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, realizado no dia 27/04/2017 com carga horária de 04 (quatro) horas.

São Luís, 03 de maio de 2017.

William Jobim Farias  
Gestor do ESCEX/TCE-MA







*Certificates*

(E) *Instituto de Investigaciones sobre Responsabilidad Pública* - IMERP tem o honra de convidar  
 o Sr. **MEMBRO - HONORÍFICO**


Navani Lays Co.

Em homenagem ao seu nobre, conhecido acadêmico e relevante cidadão profissional com o qual  
 irá contar com o desenvolvimento dos objetivos institucionais do Instituto.

São Luís - MA - MA 11 de Agosto de 2017

Wm. G. L. Jackson  
Vice President, 64 IMP

Amanda Buf  
 Amanda Almeida Buffington  
 Presidente de INERP

  
 Bertalan Klinger-Darvas Rége Neta  
 Dorcas Administradora de INEP



AUTOMATICALLY

Cardiostimulant hydroxymethylated preparations  
 150-156 22/12/2023 16.47.56 2805.4  
 See first entry

<p>             1. <i>Explain the importance of the following factors in the development of a country's economy:</i>              (a) <i>Human resources</i>              (b) <i>Capital resources</i>              (c) <i>Technology</i>              (d) <i>Infrastructure</i>              (e) <i>Government policy</i>              (f) <i>International trade</i>              (g) <i>Investment</i>              (h) <i>Entrepreneurship</i>              (i) <i>Education</i>              (j) <i>Healthcare</i>              (k) <i>Environment</i>              (l) <i>Democracy</i>              (m) <i>Stability</i>              (n) <i>Corruption</i>              (o) <i>Religion</i>              (p) <i>Culture</i>              (q) <i>Language</i>              (r) <i>History</i>              (s) <i>Geography</i>              (t) <i>Climate</i>              (u) <i>Population</i>              (v) <i>Urbanization</i>              (w) <i>Ruralization</i>              (x) <i>Industrialization</i>              (y) <i>Service sector</i>              (z) <i>Informal sector</i>              (aa) <i>Formal sector</i>              (ab) <i>Unemployment</i>              (ac) <i>Underemployment</i>              (ad) <i>Overemployment</i>              (ae) <i>Job creation</i>              (af) <i>Job destruction</i>              (ag) <i>Job security</i>              (ah) <i>Job satisfaction</i>              (ai) <i>Job quality</i>              (aj) <i>Job quantity</i>              (ak) <i>Job diversity</i>              (al) <i>Job flexibility</i>              (am) <i>Job mobility</i>              (an) <i>Job stability</i>              (ao) <i>Job security</i>              (ap) <i>Job satisfaction</i>              (aq) <i>Job quality</i>              (ar) <i>Job quantity</i>              (as) <i>Job diversity</i>              (at) <i>Job flexibility</i>              (au) <i>Job mobility</i>              (av) <i>Job stability</i>              (aw) <i>Job security</i>              (ax) <i>Job satisfaction</i>              (ay) <i>Job quality</i>              (az) <i>Job quantity</i>              (ba) <i>Job diversity</i>              (bb) <i>Job flexibility</i>              (bc) <i>Job mobility</i>              (bd) <i>Job stability</i>              (be) <i>Job security</i>              (bf) <i>Job satisfaction</i>              (bg) <i>Job quality</i>              (bh) <i>Job quantity</i>              (bi) <i>Job diversity</i>              (bj) <i>Job flexibility</i>              (bk) <i>Job mobility</i>              (bl) <i>Job stability</i>              (bm) <i>Job security</i>              (bn) <i>Job satisfaction</i>              (bo) <i>Job quality</i>              (bp) <i>Job quantity</i>              (bq) <i>Job diversity</i>              (br) <i>Job flexibility</i>              (bs) <i>Job mobility</i>              (bt) <i>Job stability</i>              (bu) <i>Job security</i>              (bv) <i>Job satisfaction</i>              (bw) <i>Job quality</i>              (bx) <i>Job quantity</i>              (by) <i>Job diversity</i>              (bz) <i>Job flexibility</i>              (ca) <i>Job mobility</i>              (cb) <i>Job stability</i>              (cc) <i>Job security</i>              (cd) <i>Job satisfaction</i>              (ce) <i>Job quality</i>              (cf) <i>Job quantity</i>              (cg) <i>Job diversity</i>              (ch) <i>Job flexibility</i>              (ci) <i>Job mobility</i>              (cj) <i>Job stability</i>              (ck) <i>Job security</i>              (cl) <i>Job satisfaction</i>              (cm) <i>Job quality</i>              (cn) <i>Job quantity</i>              (co) <i>Job diversity</i>              (cp) <i>Job flexibility</i>              (cq) <i>Job mobility</i>              (cr) <i>Job stability</i>              (cs) <i>Job security</i>              (ct) <i>Job satisfaction</i>              (cu) <i>Job quality</i>              (cv) <i>Job quantity</i>              (cw) <i>Job diversity</i>              (cx) <i>Job flexibility</i>              (cy) <i>Job mobility</i>              (cz) <i>Job stability</i>              (da) <i>Job security</i>              (db) <i>Job satisfaction</i>              (dc) <i>Job quality</i>              (dd) <i>Job quantity</i>              (de) <i>Job diversity</i>              (df) <i>Job flexibility</i>              (dg) <i>Job mobility</i>              (dh) <i>Job stability</i>              (di) <i>Job security</i>              (dj) <i>Job satisfaction</i>              (dk) <i>Job quality</i>              (dl) <i>Job quantity</i>              (dm) <i>Job diversity</i>              (dn) <i>Job flexibility</i>              (do) <i>Job mobility</i>              (dp) <i>Job stability</i>              (dq) <i>Job security</i>              (dr) <i>Job satisfaction</i>              (ds) <i>Job quality</i>              (dt) <i>Job quantity</i>              (du) <i>Job diversity</i>              (dv) <i>Job flexibility</i>              (dw) <i>Job mobility</i>              (dx) <i>Job stability</i>              (dy) <i>Job security</i>              (dz) <i>Job satisfaction</i>              (ea) <i>Job quality</i>              (eb) <i>Job quantity</i>              (ec) <i>Job diversity</i>              (ed) <i>Job flexibility</i>              (ee) <i>Job mobility</i>              (ef) <i>Job stability</i>              (eg) <i>Job security</i>              (eh) <i>Job satisfaction</i>              (ei) <i>Job quality</i>              (ej) <i>Job quantity</i>              (ek) <i>Job diversity</i>              (el) <i>Job flexibility</i>              (em) <i>Job mobility</i>              (en) <i>Job stability</i>              (eo) <i>Job security</i>              (ep) <i>Job satisfaction</i>              (eq) <i>Job quality</i>              (er) <i>Job quantity</i>              (es) <i>Job diversity</i>              (et) <i>Job flexibility</i>              (eu) <i>Job mobility</i>              (ev) <i>Job stability</i>              (ew) <i>Job security</i>              (ex) <i>Job satisfaction</i>              (ey) <i>Job quality</i>              (ez) <i>Job quantity</i>              (fa) <i>Job diversity</i>              (fb) <i>Job flexibility</i>              (fc) <i>Job mobility</i>              (fd) <i>Job stability</i>              (fe) <i>Job security</i>              (ff) <i>Job satisfaction</i>              (fg) <i>Job quality</i>              (fh) <i>Job quantity</i>              (fi) <i>Job diversity</i>              (fj) <i>Job flexibility</i>              (fk) <i>Job mobility</i>              (fl) <i>Job stability</i>              (fm) <i>Job security</i>              (fn) <i>Job satisfaction</i>              (fo) <i>Job quality</i>              (fp) <i>Job quantity</i>              (fq) <i>Job diversity</i>              (fr) <i>Job flexibility</i>              (fs) <i>Job mobility</i>              (ft) <i>Job stability</i>              (fu) <i>Job security</i>              (fv) <i>Job satisfaction</i>              (fw) <i>Job quality</i>              (fx) <i>Job quantity</i>              (fy) <i>Job diversity</i>              (fz) <i>Job flexibility</i>              (ga) <i>Job mobility</i>              (gb) <i>Job stability</i>              (gc) <i>Job security</i>              (gd) <i>Job satisfaction</i>              (ge) <i>Job quality</i>              (gf) <i>Job quantity</i>              (gg) <i>Job diversity</i>              (gh) <i>Job flexibility</i>              (gi) <i>Job mobility</i>              (gj) <i>Job stability</i>              (gk) <i>Job security</i>              (gl) <i>Job satisfaction</i>              (gm) <i>Job quality</i>              (gn) <i>Job quantity</i>              (go) <i>Job diversity</i>              (gp) <i>Job flexibility</i>              (gq) <i>Job mobility</i>              (gr) <i>Job stability</i>              (gs) <i>Job security</i>              (gt) <i>Job satisfaction</i>              (gu) <i>Job quality</i>              (gv) <i>Job quantity</i>              (gw) <i>Job diversity</i>              (gx) <i>Job flexibility</i>              (gy) <i>Job mobility</i>              (gz) <i>Job stability</i>              (ha) <i>Job security</i>              (hb) <i>Job satisfaction</i>              (hc) <i>Job quality</i>              (hd) <i>Job quantity</i>              (he) <i>Job diversity</i>              (hf) <i>Job flexibility</i>              (hg) <i>Job mobility</i>              (hh) <i>Job stability</i>              (hi) <i>Job security</i>              (hj) <i>Job satisfaction</i>              (hk) <i>Job quality</i>              (hl) <i>Job quantity</i>              (hm) <i>Job diversity</i>              (hn) <i>Job flexibility</i>              (ho) <i>Job mobility</i>              (hp) <i>Job stability</i>              (hq) <i>Job security</i>              (hr) <i>Job satisfaction</i>              (hs) <i>Job quality</i>              (ht) <i>Job quantity</i>              (hu) <i>Job diversity</i>              (hv) <i>Job flexibility</i>              (hw) <i>Job mobility</i>              (hx) <i>Job stability</i>              (hy) <i>Job security</i>              (hz) <i>Job satisfaction</i>              (ia) <i>Job quality</i>              (ib) <i>Job quantity</i>              (ic) <i>Job diversity</i>              (id) <i>Job flexibility</i>              (ie) <i>Job mobility</i>              (if) <i>Job stability</i>              (ig) <i>Job security</i>              (ih) <i>Job satisfaction</i>              (ii) <i>Job quality</i>              (ij) <i>Job quantity</i>              (ik) <i>Job diversity</i>              (il) <i>Job flexibility</i>              (im) <i>Job mobility</i>              (in) <i>Job stability</i>              (io) <i>Job security</i>              (ip) <i>Job satisfaction</i>              (iq) <i>Job quality</i>              (ir) <i>Job quantity</i>              (is) <i>Job diversity</i>              (it) <i>Job flexibility</i>              (iu) <i>Job mobility</i>              (iv) <i>Job stability</i>              (iw) <i>Job security</i>              (ix) <i>Job satisfaction</i>              (iy) <i>Job quality</i>              (iz) <i>Job quantity</i>              (ja) <i>Job diversity</i>              (jb) <i>Job flexibility</i>              (jc) <i>Job mobility</i>              (jd) <i>Job stability</i>              (je) <i>Job security</i>              (jf) <i>Job satisfaction</i>              (jg) <i>Job quality</i>              (jh) <i>Job quantity</i>              (ji) <i>Job diversity</i>              (jj) <i>Job flexibility</i>              (</p>
---

10/10/03 - 20/10/03

www.scribd.com

Publ. No. 90-1567, 82-5078XJ, P.O. Box 1310

Consulte a variedade de livros e revistas em inglês, alemão e francês. Consulte a variedade de livros e revistas em inglês, alemão e francês.




# ICOMERP

I Congresso Maranhense de Educação Sobre Responsabilidade Pública

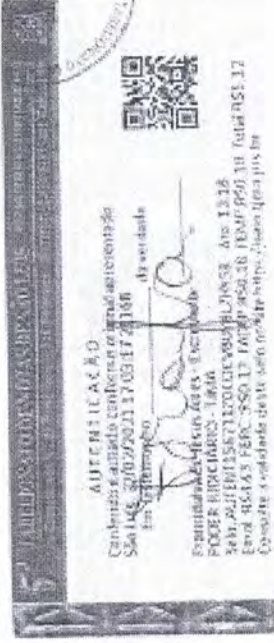
25 ANOS DA LEI DE  
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

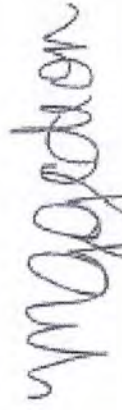
## CERTIFICADO

"O Instituto Maranhense de Estudos sobre Responsabilidade Pública - IMERP agradece imensamente aos (às) palestrantes, debatedores (as) e mediadores (as) que contribuíram para a realização do I Congresso Acadêmico de Estudos sobre Responsabilidade Pública, nos dias 9 e 10 de novembro de 2017 na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, o qual teve como tema "Os 25 Anos da Lei de Improbidade Administrativa na ordem política brasileira". Entre aqueles (as), certifica a participação de **MARCONI LOPES NETO** no Painel II ("O Tribunal de Contas do Estado e a Proteção da Probidade na Administração") São Luís, 10 de novembro de 2017.



Amanda Almeida Waquim  
Presidente - IMERP





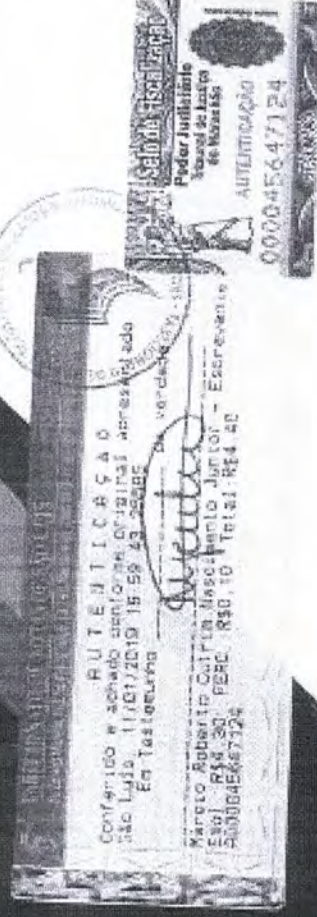
Mizzi Corbês Gedeon  
Vice-Presidente - IMERP

**IMERP**  
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS  
SOBRE RESPONSABILIDADE PÚBLICA





# CERTIFICADO 2018



Certificamos que

*Marconi Dias Lopes Neto*

participou do curso **PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: Acusação, Defesa,**

**Julgamento e Recurso**, realizado nos dias 4 e 5 de Junho de 2018,  
no Rio de Janeiro/RJ, com carga horária de 16 horas.




Rio de Janeiro/RJ, 5 de Junho de 2018.

**JAM,  
JURIDICA**


A informação necessária

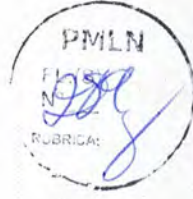
[www.jam-juridica.com.br](http://www.jam-juridica.com.br)

[contato@jam-juridica.com.br](mailto:contato@jam-juridica.com.br)

SIGA-NOS   

  
**Odilon Cavatiani de Oliveira**  
Instrutor

  
**André Araújo**  
Diretor da JAM Jurídica





## CURSO

# PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ACUSAÇÃO, DEFESA, JULGAMENTO RECURSO

## PROGRAMA

### 1. Acusação

- 1.1. Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de contas
  - 1.1.1. Jurisdição e competência
  - 1.1.2. Independência das instâncias
- 1.2. Princípios processuais gerais e específicos
- 1.3. Requisitos de uma acusação válida
- 1.4. Tipos de processos em que a acusação pode ser formulada
  - 1.4.1. Processo do contas
    - 1.4.1.1. Contas ordinárias
    - 1.4.1.2. Tomada de Contas Especial
  - 1.4.1.3. Contas de convênios e instrumentos congêneres
- 1.4.2. Processo de fiscalização
  - 1.4.2.1. Auditorias e inspeções
  - 1.4.2.2. Denúncias e representações

### 2. Defesa

- 2.1. Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas, segundo o STF

### 2.2. Meios de prova

- 2.2.1. Forma de apresentação
- 2.2.2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
- 2.2.3. Ônus da prova
- 2.2.4. Prova em contestada
- 2.2.5. Prova de preço adequado
- 2.2.6. Prova por fotos
- 2.2.7. Prova por declaração do torçido

### 2.2.8. Prova indiciária

- 2.3. Tipos de defesa
- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Resposta a citações e audiências
- 2.6. Pedido de vista e de cópia dos autos
- 2.7. Juntada de documentos
- 2.8. Sustentação oral
- 2.9. A defesa produzida por advogado

### 3. Julgamento

- 3.1. Tipos de provimentos existentes
  - 3.1.1. Monitoratórios
    - 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
    - 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
  - 3.1.2. Colegiados
    - 3.1.2.1. Cautelares

### 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento

- 3.1.2.1.2. Alastamento cautelar do cargo
- 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável
- 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
- 3.1.2.2. De mérito
  - 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
  - 3.1.2.2.2. Corretivos
  - 3.1.2.2.3. Condenatórios
  - 3.2. Sanções cabíveis
  - 3.3. Nullidades processuais

### 4. Recursos

- 4.1. Princípios dos recursos
- 4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos
- 4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade
- 4.4. Efeitos dos recursos
- 4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
- 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
- 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas
  - 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
  - 4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização
  - 4.7.3. Embargos de Declaração
  - 4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado
  - 4.7.5. Agravo
- 4.8. Coisa julgada administrativa
- 4.9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas

### 5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas

- 5.1. Pelo Poder Legislativo
- 5.2. Pelo Poder Judiciário
  - 5.3. Ações judiciais cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
    - 5.3.1. Mandado de Segurança
    - 5.3.2. Outras ações





# CERTIFICADO 2018



Certificamos que

*Marconi Dias Lopes Neto*




participou do curso **RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS**  
**PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS**, realizado nos dias 23 e 24 de julho de 2018,  
em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 24 de julho de 2018.


**JAM JURIDICA**  
A informação necessária

[www.jam-juridica.com.br](http://www.jam-juridica.com.br)

[contato@jam-juridica.com.br](mailto:contato@jam-juridica.com.br)

SIGA-NOS   

  
Odilon Cavalcanti de Oliveira  
Instrutor

  
André Araújo  
Diretor da JAM Jurídica





# RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

## CURSO

### PROGRAMA

1. O sistema jurídico de imputação de responsabilidade
  - 1.1. Responsabilidade administrativa
  - 1.2. Responsabilidade civil
  - 1.3. Responsabilidade penal
  - 1.4. Harmonização do sistema jurídico de imputação de responsabilidade
2. Tipos de processos de responsabilização nos Tribunais de Contas e suas peculiaridades no tocante à imputação de responsabilidade
  - 2.1. Processos de contas ordinárias
  - 2.2. Tomada de Contas Especial
  - 2.3. Processos de fiscalização: auditorias, denúncias, representações e outros
3. Espécies de responsabilidade
  - 3.1. Responsabilidade contratual e extracontratual
  - 3.2. Responsabilidade objetiva e subjetiva
  - 3.3. Responsabilidade solidária
4. Hipóteses de responsabilização do particular
  - 4.1. Responsabilidade da empresa contratada pelo Poder Público
  - 4.2. Responsabilidade do sócio da empresa contratada pelo Poder Público
5. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados e por quais atos
  - 5.1. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados
  - 5.2. Quais atos dos agentes públicos podem ensejar a responsabilização
6. O que deve ser observado pelos Tribunais de Contas na caracterização do fato ilícito
  - 6.1. Natureza jurídica do ilícito administrativo e/ou financeiro
  - 6.2. Dilemas a serem superados na caracterização do ilícito
  - 6.3. Critérios para a quantificação do dano, inclusive em danos de contos especiais
7. Como os Tribunais de Contas devem avaliar a conduta por ação ou por omissão
  - 7.1. Conceito jurídico de conduta
  - 7.2. Individualização das condutas
  - 7.3. Conduta por ação
  - 7.4. Conduta por omissão
8. Como se aplica nos Tribunais de Contas os critérios para avaliação da culpa
  - 8.1. Culpa lato sensu
  - 8.2. Culpa stricto sensu
  - 8.3. Dolo
9. Critérios específicos para a avaliação da culpa do superior hierárquico
  - 9.1. Controvérsias em torno da delegação de competência
  - 9.2. Falta de supervisão hierárquica
  - 9.3. Má escolha do subordinado
10. Nexo de causalidade
  - 10.1. Como identificar quem deu causa ao resultado ilícito
  - 10.2. Controvérsias no Direito em torno do tema
  - 10.3. Peculiaridades do nexo de causalidade no Direito Administrativo
11. Circunstâncias que podem isentar o agente público de responsabilidade
  - 11.1. Legítima defesa
  - 11.2. Estado de Necessidade
  - 11.3. Exercício Regular de um direito e estrito cumprimento do dever legal
  - 11.4. Caso fortuito e força maior
  - 11.5. Fato de terceiro
  - 11.6. Culpa exclusiva da Administração
12. Causas que justificam a não aplicação de sanções
  - 12.1. Boa fé
  - 12.2. Ausência de potencial conhecimento da ilicitude
  - 12.3. Inexistência de conduta diversa
13. Causas que impedem a aplicação de sanção
  - 13.1. Morte
  - 13.2. Prescrição
14. A experiência do TCU sobre a tutela e as cautelas esperadas do agente público
  - 14.1. Matriz de responsabilização
  - 14.2. Cautelas esperadas da agente público
15. Responsabilidade do agente político, do dirigente máximo, do controle interno, das pessoas jurídicas e dos pareceristas jurídicos e técnicos: Estudo de casos julgados
  - 15.1. Responsabilidade do agente político
  - 15.2. Responsabilidade do dirigente máximo
  - 15.3. Responsabilidade do controle interno
  - 15.4. Responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios
  - 15.5. Responsabilidade das entidades sem fins lucrativos e de seus dirigentes
  - 15.6. Responsabilidade do parecerista jurídico ou técnico
  - 15.7. Responsabilidade de quem age amparado em parecer jurídico ou técnico
16. Responsabilidade dos vários agentes que atuam em licitações e contratos, inclusive de obras públicas, desde a abertura do processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto: Estudo de casos julgados
  - 16.1. de quem elabora o edital
  - 16.2. do membro de comissão de licitação
  - 16.3. do pregoeiro e da equipe de apoio
  - 16.4. do que elabora projeto básico ou termo de referência
  - 16.5. de quem aprova projeto básico
  - 16.6. de quem homologa o resultado da licitação
  - 16.7. de quem assina o contrato
  - 16.8. de quem assina termo aditivo
  - 16.9. do fiscal do contrato
  - 16.10. do licitante fraudador
17. Responsabilidade decorrente de recursos repassados mediante convênio no tocante aos agentes dos órgãos concedentes e conveniados, do prefeito e de seu sucessor, e do ônus no dever de prestar contas: Estudo de casos julgados
  - 17.1. dos agentes públicos do órgão repassador
  - 17.2. do Prefeito e de seu sucessor
  - 17.3. do ônus no dever de prestar contas
18. Critérios para imposição de sanções pelos tribunais de contas
  - 18.1. Pressupostos para a aplicação das sanções
  - 18.2. Questões controversas sobre as multas
  - 18.3. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança
  - 18.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação



SIGA-NOS

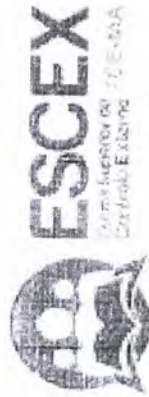
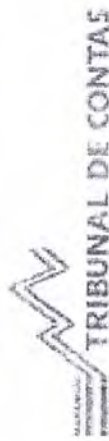
71 3342-4531 • 3379-8491  
www.jam-juridica.com.br

JAM cursos



AUTENTICAÇÃO  
Condição de acesso ao curso: Matrícula e Inscrição  
Data: 20/02/2023 12:02:51 (UTC-03:00)  
Assinatura: [Assinatura]






# Certificado

Certifico que MARCONI DIAS LOPES NETO participou da atividade OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VÍNCULOS, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, realizado no dia 19/02/2019 com carga horária de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos.

São Luís, 22 de Fevereiro de 2019

  
William Jobim Farias  
Gestor da ESCEX/TCE-MA

Token de verificação:

72936b7850740491

Informações do certificado

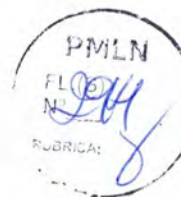
Tipo de certificado: CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Nome do participante: MARCONI DIAS LOPES NETO

Atividade: OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VÍNCULOS - TURMA 2

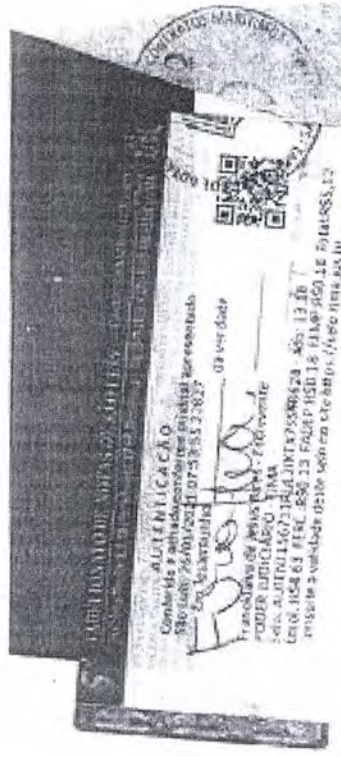
Evento: OFICINA FERRAMENTA PAINEL DE VÍNCULOS (2º DIA)

Carga horária: 1h30min





# CERTIFICADO



Certificamos que MARCONI DIAS LOPES NETO participou do curso "A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NA VISÃO DO CONTROLE EXTERNO" no dia 07/06/2019 com carga horária de 08 hora(s).

São Luís (MA), 07 de junho de 2019

**FAMEM**  
Federação dos Municípios do Estado do Maranhão

**EGM**  
ESCOLA DE GESTÃO MUNICIPAL  
Nela eficiência da gestão pública

*Erlânio Furtado Luna Xavier*  
Erlânio Furtado Luna Xavier  
Presidente

*Antonio Portinho Fonseca Filho*  
Antonio Portinho Fonseca Filho  
Diretor Executivo



ESCOLA DE GESTÃO MUNICIPAL

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



## MINISTRANTE(S) DO CURSO:

• Jorge Ferreira Lobo

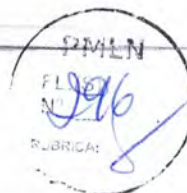


**AUTENTICAÇÃO**  
Cópia autenticada conforme original apresentado  
São João, 24/02/2024, 07:53:55, 22827 de validade  
Em Testemunho  
*Jorge Ferreira Lobo*  
Assinatura de Jorge Ferreira Lobo - Escrivão  
PODER JUDICIÁRIO - RJ  
CNPJ: 06.908.156/0001-00, 09/01/1997, 016, 11.13  
E-mail: 254.63 PER\_050.13 FADIP@RJ02.16 FADIP@RJ02.16  
Cursante autenticado de acordo com o CNPJ 06.908.156/0001-00

**INSTITUTO DE NOVA FRIBURGO**  
RUA FLORESTA, 100 - JARDIM SÃO CARLOS - NOVA FRIBURGO - RJ - 24.240-000  
FONE: (24) 3491-1111 FAX: (24) 3491-1112  
E-MAIL: INOF@NOVAFRIBURGO.RJ.GOV.BR

**INSTITUTO DE NOVA FRIBURGO**  
RUA FLORESTA, 100 - JARDIM SÃO CARLOS - NOVA FRIBURGO - RJ - 24.240-000  
FONE: (24) 3491-1111 FAX: (24) 3491-1112  
E-MAIL: INOF@NOVAFRIBURGO.RJ.GOV.BR

**INSTITUTO DE NOVA FRIBURGO**  
RUA FLORESTA, 100 - JARDIM SÃO CARLOS - NOVA FRIBURGO - RJ - 24.240-000  
FONE: (24) 3491-1111 FAX: (24) 3491-1112  
E-MAIL: INOF@NOVAFRIBURGO.RJ.GOV.BR





# CERTIFICADO 2019




Certificamos que

*Marconi Dias Lopes Neto*

participou do curso **AUDITORIA GOVERNAMENTAL - Incluindo tópicos avançados de controle**, realizado nos dias 22 e 23 de agosto de 2019, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

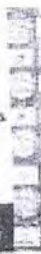
São Luís/MA, 23 de agosto de 2019.

  
André Araújo  
Diretor da JAM Jurídica

  
Ismar Carlos da Graça  
Facilitador

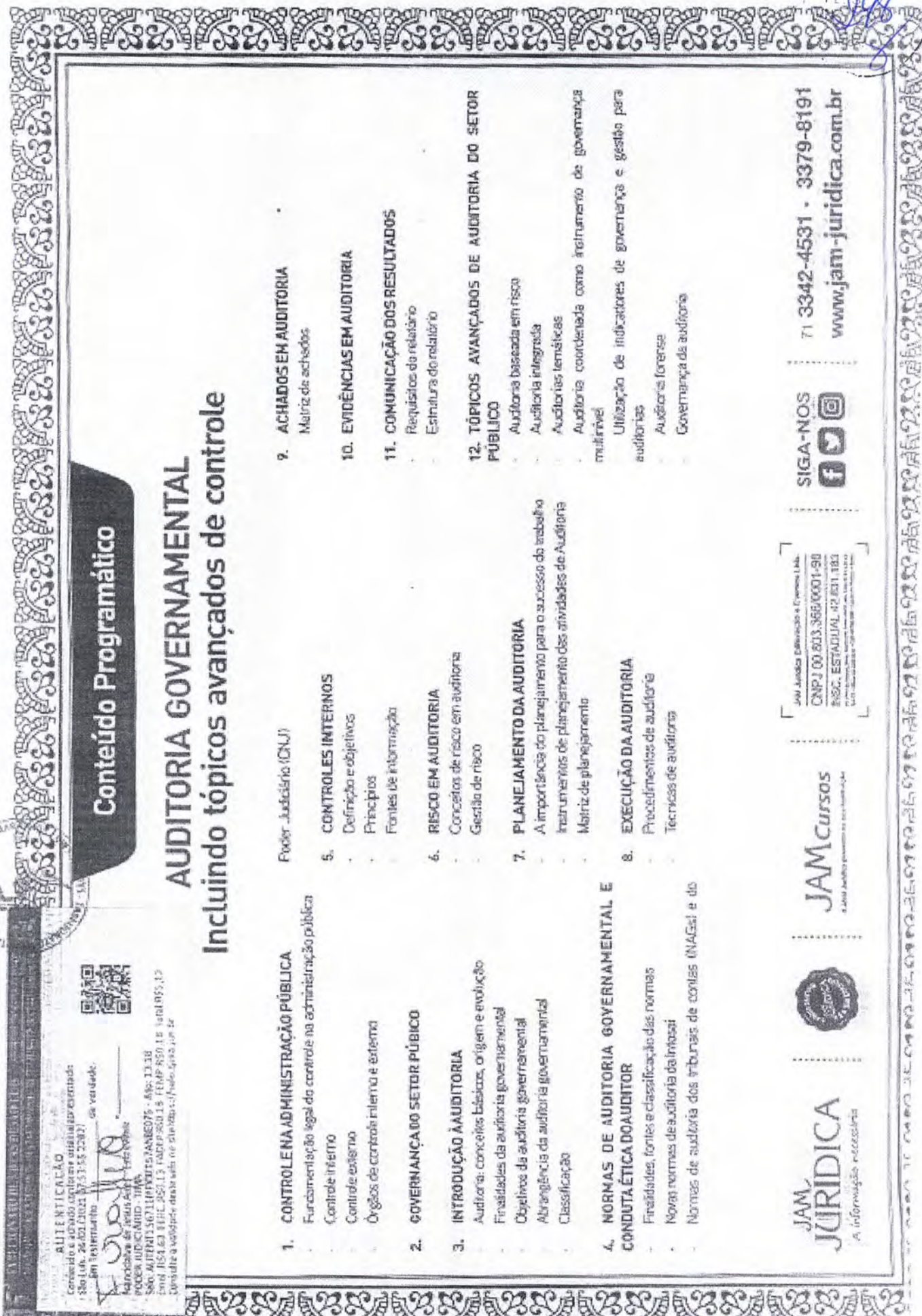


**AUTENTICAÇÃO**  
Confirma e valida o conteúdo do documento apresentado.  
Em 23/08/2019 às 15:55:27  
de verdade



JAM JURIDICA





1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12.

## Conteúdo Programático

# AUDITORIA GOVERNAMENTAL

## Incluindo tópicos avançados de controle

**AUTENTICAÇÃO**  
Consulte o QR Code no site oficial da Jam Juridica  
em: [www.jam-juridica.com.br](http://www.jam-juridica.com.br)

**MANUTENÇÃO**  
Sua Auditoria Oficial é válida por 12 meses  
a partir da data de emissão. Consulte o QR Code no site oficial da Jam Juridica  
em: [www.jam-juridica.com.br](http://www.jam-juridica.com.br)

### 1. CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Fundamentação legal do controle na administração pública
- Controle interno
- Controle externo
- Órgãos de controle interno e externo

### 2. GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO

### 3. INTRODUÇÃO À AUDITORIA

- Auditoria: conceitos básicos, origem e evolução
- Finalidades da auditoria governamental
- Objetivos da auditoria governamental
- Abrangência da auditoria governamental
- Classificação

### 4. NORMAS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONDUTA ÉTICA DO AUDITOR

- Finalidades, fontes e classificação das normas
- Normas técnicas de auditoria da Introsol
- Normas de auditoria dos tribunais de contas (TACs) e do

### 5. CONTROLES INTERNOS

- Definição e objetivos
- Princípios
- Fontes de informação

### 6. RISCO EM AUDITORIA

- Conceitos de risco em auditoria
- Gestão de risco

### 7. PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

- A importância do planejamento para o sucesso do trabalho
- Instrumentos de planejamento das atividades de Auditoria
- Matriz de planejamento

### 8. EXECUÇÃO DA AUDITORIA

- Procedimentos de auditoria
- Técnicas de auditoria

### 9. ACHADOS EM AUDITORIA

- Matriz de achados

### 10. EVIDÊNCIAS EM AUDITORIA

### 11. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

- Requisitos do relatório
- Estrutura do relatório

### 12. TÓPICOS AVANÇADOS DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO




- Auditoria baseada em risco
- Auditoria integrada
- Auditorias temáticas
- Auditoria coordenada como instrumento de governança multirível
- Utilização de indicadores de governança e gestão para auditorias
- Auditoria forense
- Governança da auditoria

**JAM JURIDICA**  
A informação necessária



**JAM Cursos**  
A sua Auditoria Oficial é válida por 12 meses

JAM Juridica Educação e Cursos Ltda.  
CNPJ 00.813.365/0001-90  
RSC - ESTADUAL 42.611.183  
CNPJ 00.813.365/0001-90

SIGA-NOS  


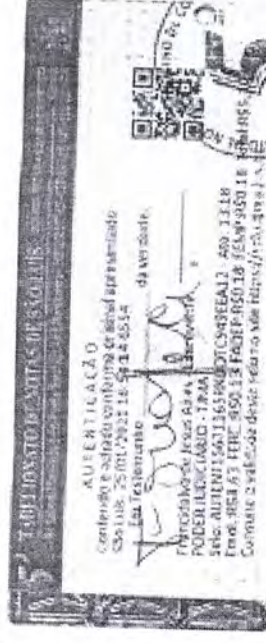
71 3342-4531 • 3379-8191  
[www.jam-juridica.com.br](http://www.jam-juridica.com.br)

PMLN





Tribunal Regional Eleitoral  
do Maranhão

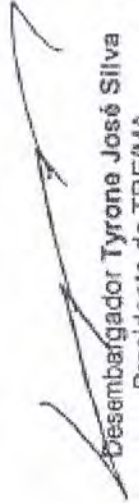



# CERTIFICADO


O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, por sua Escola Judiciária Eleitoral, juntamente com a Escola Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com as entidades abaixo identificadas, confere a **MARCONI DIAS LOPES NETO**, CPF nº 847.655.343-91, certificado por sua participação no Congresso Nacional de Direito Eleitoral - Democracia, Eleições Municipais e Pandemia, realizado no dia 8 de junho de 2020, mediante plataforma virtual, com carga horária de 12 horas.

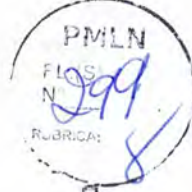


São Luís - MA, 8 de junho de 2020.

  
Desembargador Tyrone José Silva  
Presidente do TRE/MA

  
Juíza de Direito Lavinia Helena Macedo Coelho  
Membro e Diretora da EJE do TRE/MA

  
Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto  
Membro e Diretor da EJE do TSE



Realização:



Parceiros:





## Conteúdo programático:

9h15 - 1º Painel: Democracia brasileira: seus avanços, conquistas e desafios  
 Debatedor → Ministro Tarcísio Vilela de Carvalho Neto (Diretor da EJETSE e membro do TSE)  
 Debatedor → Procurador da República Juraci Guimarães Junior (Procurador Regional Eleitoral no TSE)  
 Debatedor → Desembargador Cleones Carvalho Cunha (ex-presidente do TRE-MA e ex-presidente do COPTREL)  
 Mediação → Juíza Lavínia Coelho (Membro do TRE-MA e Diretora da EJETRE-MA)

10h45 - 2º Painel: Convenções, registro e o fim das coligações proporcionais  
 Debatedora → Dra. Marlida Silveira (Advogada eleitoralista OAB/DF e membro da ABRADep)  
 Debatedora → Dra. Isabel Mota (Advogada eleitoralista OAB/CE e membro da ABRADep)  
 Debatedora → Ministro Carlos Bastide Horbach (Ministro do TSE)  
 Mediação → Juiz Bruno Duellibe (Advogado e membro do TRE-MA)

14h - 3º Painel: Segurança Jurídica, Eleições Municipais, pandemia e seus impactos  
 Debatedor → Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Professor, ex-presidente da AJUFE e ex-membro do TRE-MA)  
 Debatedor → Procurador da República Luiz Carlos Gonçalves (Professor e ex-Procurador Regional Eleitoral no TRE-SP)  
 Debatedora → Dra. Vânia Siciliano Alata (Presidente da Escola Superior de Direito Eleitoral e Coordenadora Geral Adjunta da ABRADep)  
 Mediação → Dr. Eduardo José Leal Moreira (Advogado, membro da ABRADep e ex-membro do TRE-MA)

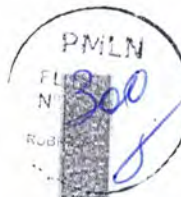
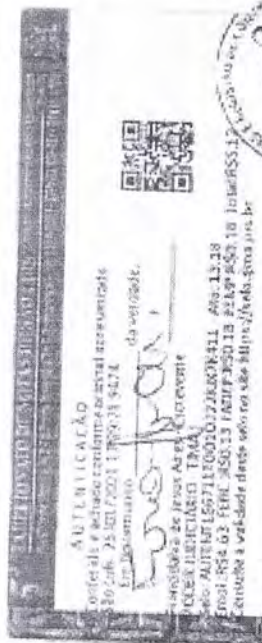
15h30 - 4º Painel: Inelegibilidades, financiamento e prestação de contas  
 Debatedora → Desembargadora Elaine Harzheim (professora e ex-Presidente do TRE-RS)  
 Debatedora → Dra. Maria Claudia Buchlaner (Advogada, ex-assessora chefe da Presidência do TSE e membro da ABRADep)  
 Debatedora → Dra. Denise Schlickmann (Secretária de Controle Interno e Auditoria do TRE-SC)  
 Mediação → Dr. Mauro Ferreira (Advogado e Presidente da Comissão de Advocacia Eleitoral da OAB/MA)

17h30 - 5º Painel: Propaganda Eleitoral, fake news e o combate à desinformação  
 Debatedor → Dra. Luciana Nepomuceno (Advogada, Conselheira Federal OAB/MG e ex-membro do TRE-MG)  
 Debatedor → Dr. Diogo Reis (Advogado, professor e membro fundador da ABRADep)  
 Debatedor → Dr. Robert Segulins Feitosa (Advogado, professor e membro da ABRADep)  
 Mediação → Juiz Federal Clodomir Reis (ex-membro do TRE-MA)

19h - Cerimônia de encerramento

Mesa Solene:

Juíza Lavínia Coelho (Membro do TRE-MA e Diretora da EJETRE-MA)  
 Prof. Me. Marcelo de Carvalho Lima (Advogado, professor e Coordenador do Curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral UFMA/TRE-MA/EJE)  
 Prof. Dr. Márcio Alexandre Correia Teixeira (Advogado, professor e Vice-Coordenador do Curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral UFMA/TRE-MA/EJE, membro da Comissão de Advocacia Eleitoral da OAB/MA)  
 Conferencistas de honra:  
 Prof. Me. Agostinho Ramalho Marques Neto (professor aposentado do Departamento de Direito da UFMA, psicanalista e membro da Academia Maranhense de Letras)  
 Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Coordenador do Programa de Mestrado em Direito em UFMA, professor, ex-presidente da AJUFE e ex-membro do TRE-MA)






# Certificação

Certificamos que

**MARCONI DIAS LOPES NETO**

Participou do curso "II MARATONA DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS",  
realizado no período de 28/07/2020 a 13/08/2020, com  
carga horária de 14 horas.

Vila Velha, 02 de outubro de 2020.



**Edna Alexandrina dos Santos**

Diretora

**CK CONSULTRE**  
folha em sermão

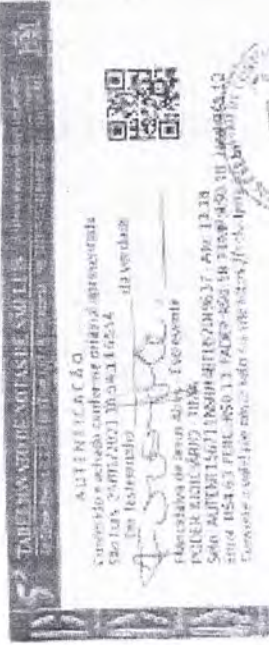
**20** Anos  
Comemorando  
contratantes  
e valores

PMLN  
FL  
Nº 301  
PUBRICA





# VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTROLES E POLÍTICAS PÚBLICAS



## Certificado

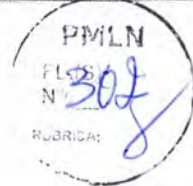
Certificamos que **MARCONI DIAS LOPES NETO** participou do VI Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), por meio da Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa (ECPL), com carga horária de quatro horas.

Salvador, 24 de Novembro de 2020.

*Van Leda Bonilha*  
Van Leda Bonilha  
Presidente do IRB

*Sebastião Helvécio Ramos de Castro*  
Sebastião Helvécio Ramos de Castro  
Vice-presidente de Relações Institucionais do IRB

*Gildásio Penedo Filho*  
Gildásio Penedo Filho  
Conselheiro-Presidente do TCE/BA





# Certificado

**AJ&M**  
TREINAMENTOS

Certificamos para os devidos fins, que

**MARCONI DIAS LOPES NETO,**

participou com êxito do Curso de **LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM ÊNFASE EM PREGÃO ELETRÔNICO**, de acordo com a Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, realizado nos dias 03 e 04 de abril de 2023.

*O conteúdo ministrado, encontra-se no verso deste certificado.*

ANTONIO JACKSON LOPES Assinado de forma digital por ANTONIO  
DA SILVA:92041256320 JACKSON LOPES DA SILVA:92041256320  
Dados: 2023.04.04 18:06:47 -03'00'  
AJ&M TREINAMENTOS E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Conforme disposição prevista na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

PM LN  
303  
8







# CERTIFICADO



Certificamos que

MARCONI DIAS LOPES NETO

concluiu o curso "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos com Ênfase da Formação de Agentes de Contratação" realizado nos dias 20, 21 e 22 de março de 2023 na cidade de São Luís/MA, ministrado pelos professores Paulo Alves e Evaldo Araújo Ramos, perfazendo um total de 24 horas-aula.

São Luís/MA, 22 de março de 2023

Tacqueire Aguiar da Silva

Tacqueire Aguiar da Silva

Sócia-administradora da Crhescer

Marcos D. Lopes Neto

ALUNO

☎ (98) 97020-1243 ☎ contato@crhescerconsult.com.br | [www.crhescerconsultoria.com.br](http://www.crhescerconsultoria.com.br) | [contato@crhescerconsultoria.com.br](mailto:contato@crhescerconsultoria.com.br) | [contato@crhescerconsultoria.com.br](mailto:contato@crhescerconsultoria.com.br)

☎ Rua dos Azulejos, Office Tower, coluna 05, sala 1105, 1, Renascença-São Luís/MA - CEP 65075-060





# CERTIFICADO

Certificamos que

**MARCONI DIAS LOPES NETO**

participou do curso "Fase Preparatória nas Contratações Públicas de acordo com a Lei nº 14.133/21", realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2023 na cidade de São Luís/MA, perfazendo um total de 16 horas-aula.

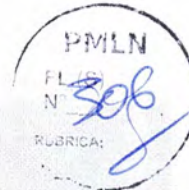
São Luís, 17 de outubro de 2023

Jacqueline Aguiar da Silva

Jacqueline Aguiar da Silva

Sócio-administradora da Citescer

ALUNO





## CONTEÚDO DO CURSO:

**AULA 1 - O PLANEJAMENTO NAS CONTRATAÇÕES:** Planejamento da Contratação - os estudos técnicos preliminares e o Termo de Referência; A responsabilidade pela elaboração e atualização do Termo de Referência; A diferença entre Projeto Básico X Termo de Referência; Elementos essenciais do Termo de Referência; Inapropriedades das informações que compõem o TR; Principais pontos sobre a descrição do objeto e sobre a possibilidade de indicação de marca e utilização da expressão "ou similar"; Padronização e Pré-qualificação; Exigência de laudos e amostras; A Direção em Lotes e a Formação de Grupos de Itens; Justificativa da Contratação; Responsabilidades decorrentes da produção do Termo de Referência; Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema.

**AULA 2 - FASE INTERNA E EXTERNA NA LICITAÇÃO: FASE INTERNA DA LICITAÇÃO - Mecanismos da governança nas contratações; A importância do Planejamento das Contratações; Plano de Contratação Anual; Das Modalidades de Licitação - Pregão, Concorrência, Concurso, Leilão e Diálogo competitivo-novidade; Inversão das fases; Modos de Dispensa, Orçamento Estimado e Sigiloso; Da Divulgação do Edital de Licitação; O Portal Nacional de Compras - Obrigatoriedade de Divulgação das Contratações. FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO: Critérios de julgamento - menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, maior lance, maior retorno econômico; O julgamento e a Inexequibilidade das Propostas; Apresentação das propostas; Direção de Referência das ME/EPPs; Julgamento e habilitação; Fase recursal e homologação.**

**AULA 3 - OS AGENTES DE CONTRATAÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES:** O Agente de Contratação e a equipe de Contratação; A Gestão por Competência; O Plano de Capacitação dos Agentes de Contratação; Aplicação da Lei e as Definições que irão Nortear a Atuação dos Agentes de Contratações; Responsabilidades dos Agentes de Contratação; Segregação de funções; A defesa dos agentes públicos nas esferas administrativa, controladora e judicial pela advocacia pública; Sobre o responsável pela condução do certame - O pregoeiro, características e exigências, responsabilidades, atribuições; Equipe de apoio e sua designação, atribuições, eventuais hipóteses de responsabilidade da equipe de apoio.

**AULA 4 - TEMAS TRANSVERSAIS A PESQUISA DE MERCADO:** Importância de Pesquisa Mercadológica; Pesquisa de Preços na Lei nº 14.133/21; Onde realizar a pesquisa; Como tratar os preços e avaliar suas variações; Principais falhas na elaboração da pesquisa de preços à luz da jurisprudência do TCU; PRINCIPAIS ALTERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS - O uso de registro de preço para obras; A possibilidade de vigência de ata por até dois anos; O SRP para hipóteses de contratação direta; Ata de Registro de Preços: conceito, natureza jurídica, conteúdo, formalização e assinatura; Recusa do primeiro classificado em assinar a ata de Registro de preços; Assinatura da ata concomitante por mais de um fornecedor; Alteração e Revisão da ata de registro de preços; Reajuste e repactuação dos preços registrados; Cancelamento dos preços registrados; Adesão à Ata de Registro de Preços: limites, procedimento, adesão por entidades de esferas federativas distintas; Prazo para o aderente contratar, possibilidade de o aderente penalizar o fornecedor ou prestador; Aditivos à ata de registro de preços?

**AULA 5 - ASPECTOS ESSENCIAIS SOBRE CONTRATAÇÃO DIRETA:** Planejamento da Contratação Direta: os estudos técnicos preliminares e o Termo de Referência; A Dispensa de Licitação; A Inexigibilidade de Licitação; O procedimento da Contratação Direta; Formalização do Processo de Contratação Direta.

**AULA 6 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, REAJUSTES CONTRATUAIS, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:** Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de substituição do instrumento contratual; Garantias contratuais; Alocação de Riscos e Matriz de riscos; Duração e Execução dos contratos - com ênfase na vigência de contratos de serviços e fornecimento continuados; Extinção e Nulidade contratual; Casos de modificação contratual; Reajuste de Preços, Repactuação, Reequilíbrio econômico-financeiro, reconposição de preços, realinhamento ou revisão; Tipos de infrações administrativas e competência para aplicação de sanções; As Regras sobre a Aplicação das Sanções - Declaração de Inidoneidade e Impedimento de Licitar e Contratar; Meios alternativos da Resolução de controvérsias contratuais.







FORTE  
FACULDADE

ESA

CAAMA

X Conferência

ADVOCACIA  
MARANHENSE

# Certificado

Certificamos que

**Marconi Lopes**

participou da

X CONFERÊNCIA ESTADUAL DA ADVOCACIA - TEMA: Desenvolvimento, Cidadania e Direito Digital  
Evento realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, por meio de sua Escola  
Superior de Advocacia - ESA, nos dias 04 e 05 de abril, com carga horária de 30 horas/aula.

São Luís (MA), 05 de abril de 2024.

*Kayo Victor Saravia Cruz*

Kayo Victor Saravia Cruz  
Presidente OAB/MA

*Marcelo de Carvalho Lima*

Marcelo de Carvalho Lima  
Diretor-Geral ESA/MA







# Certificado

Certificamos que

**MARCONI DIAS LOPES NETO**

concluiu, nesta data, o Curso de **PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS 2024**, ministrado pela Professora Rita Gonçalves, na modalidade presencial, com carga horária de 10 horas/aula, cumprindo o conteúdo programático constante deste certificado.

São Luis/MA, 8 de junho de 2024

*Rita Gonçalves*

INOVAP/TREINAMENTOS  
CNPJ: 27.529.450/0001-22



PM/IN  
309







# CERTIFICADO

Certificamos que **MARCONI DIAS LOPES NETO**, participou com êxito do evento I Congresso Estadual do Municipalismo Maranhense realizado em 13/03/2023 a 14/03/2023, na cidade de São Luís, contabilizando carga horária total de 10 horas.

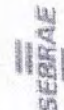
São Luís, 13/03/2023 a 14/03/2023

**Prefeito Ivo Rezende**  
Presidente da Famem

Realização:



Patrocínio: Apoio:







# CERTIFICADO

Certificamos que **MARCONI DIAS LOPES NETO**, participou com êxito do evento II CONGRESSO ESTADUAL DO MUNICIPALISMO MARANHENSE realizado em 07/05/2024 a 08/05/2024, na cidade de São Luís, contabilizando carga horária total de 10 horas.

São Luís, 07/05/2024 a 08/05/2024

**Prefeito Ivo Rezende**  
Presidente da FAMES

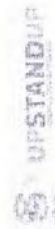
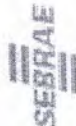
REALIZAÇÃO:



APOIO:



PATROCÍNIO:



Aqui você pode inserir uma descrição ou ementa do seu evento. Essa informação normalmente é colocada no verso do certificado.







# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## CURSO PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS 2024

- Legislação Aplicável às Finanças Eleitorais
- Regularizações de Omissões
- Limites de Gastos
- Providências Preliminares
- CNPJ de Campanha
- Contas Bancárias
- Recibos Eleitorais
- Prazos, Fontes e Formas de Arrecadação
- Limites de Doações
- Doações Estimáveis em Dinheiro
- Doações Diretamente na Conta Bancária
- Doações pela Internet
- Federações
- Financiamento Coletivo (vaquinha)
- Fundo Partidário
- Fundo Especial de Financiamento de Campanha
- Percentuais Obrigatórios
- Cotas de Gênero e Raciais
- Autofinanciamento
- Doações de Partidos Políticos
- Doações Entre Candidatos
- Doações de Pessoas Físicas
- Comercialização de Bens
- Eventos de Arrecadação
- Fontes Vedadas
- Recursos de Origem Não Identificada
- Gastos de Campanha
- Tipos e Formas de Gastos
- Período de Gastos
- Fundo de Caixa
- Exceção aos Gastos
- Limites Específicos
- Gastos Proibidos
- Contabilização das 'Dobradinhas'
- Contador, Advogado e Administrador Financeiro
- Sobras de Campanha
- Dívidas de Campanha
- Dos Obrigados a Prestar Contas
- Relatório Financeiro das 72h
- Prestação de Contas Sem Movimentação
- Prestação de Contas Simplificada
- Prestação de Contas Parciais
- Prestação de Contas Final
- Programa Obrigatório - SPCE
- Prazos para Apresentação
- Contas Retificadoras
- Julgamento das Contas
- Omissão e Desaprovação
- Penalidades
- Recursos
- Investigação Judicial
- Guarda da Documentação



CONHECIMENTO E O  
APROVEITAMENTO DO PODER

*Jose*  
José Roberto Crege  
Gestor INOVART

www.professorbranta.com.br  
RUA ABEL CARLOS TAVAREZ, 103 - L119





PREFEITURA DE  
**GODOFREDO  
VIANA**

O TRABALHO CONTINUA



**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº IN005.001/2025**

**INEGIXIBILIDADE Nº 005/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060101/2025**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GODOFREDO VIANA/MA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS E A EMPRESA LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, ADOTANDO-SE O REGIME DA LEI N. 14.133/2021.**

O **MUNICÍPIO DE GODOFREDO VIANA/MA**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS** (órgão contratante), com sede na Avenida Deputado João Jorge filho, nº. 84, CENTRO, Godofredo Viana/MA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº. 06.157.051/0001-08, neste ato representado(a) pelo(a) **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**, Sr.(a) Késsia Nunes de Moraes, CPF nº 042.168.923-45, neste ato denominada **CONTRATANTE**, efetua o presente termo de contrato com a empresa **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 07.652.130/0001-58, com endereço situado na Avenida dos Holandeses, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1.007, Torre II, Ponta D'areia, São Luís/MA – CEP: 65077-357, neste ato denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Sr. Marconi Dias Lopes Neto, CPF: 847.655.343-91, Sócio Administrador, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato, que será regido pelo Processo de **Inexigibilidade de Licitação Nº 005/2025** e pelas disposições do art. 74, inciso III, alínea “c” e “e”, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelos princípios do direito público e demais normas pertinentes à espécie, ajustando e reciprocamente aceitando as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este contrato tem por objeto a Contratação de serviços técnicos especializados para o patrocínio ou defesa de causas judiciais, especializados de natureza predominantemente intelectual para patrocínio ou defesa de causas judiciais na área do contencioso 1º e 2º grau e instâncias superiores, com atuação junto à justiça comum e federal, abrangendo as áreas de direito civil e do trabalho.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS**

AV. DEPUTADO JOÃO JORGE FILHO, Nº 84  
GODOFREDO VIANA/MA, CEP: 65.285-000  
CNPJ Nº 06.157.051/0001-08





Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo:

- 2.1. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição;
- 2.2. O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência que embasou a contratação;
- 2.3. A Proposta do Contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 3. CLAUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

4.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1. O valor da contratação é de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.





O TRABALHO CONTINUA

**8. CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

8.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

8.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

8.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





**O TRABALHO CONTINUA**

8.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**9. CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE**

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. São obrigações do Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

10.1.7. Cientificar o órgão de representação da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos os valores correspondentes aos danos sofridos;





**O TRABALHO CONTINUA**

11.1.3. Quando não for possível a verificação da regularidade da empresa contratada, deverá esta entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;





**O TRABALHO CONTINUA**

IV - Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante;

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 180 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.





O TRABALHO CONTINUA

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

0201 04 122 0002 2.003 3.3.90.39.00  
GABINETE DO PREFEITO  
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Cândido Mendes/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.





PREFEITURA DE  
**GODOFREDO  
VIANA**

O TRABALHO CONTINUA



E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Godofredo Viana – MA, 24 de janeiro de 2025.

*Kessia Nunes de Moraes*  
**KÉSSIA NUNES DE MORAIS**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,**  
**PLANEJAMENTO, FINANÇAS**  
**E GESTÃO TRIBUTÁRIA**  
**Contratante**

*Marconi D. Lopes Neto*  
**MARCONI DIAS LOPES NETO**  
**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**CNPJ nº 07.652.130/0001-58**  
**Contratada**



ESTADO DO MARANHÃO  
MUNICÍPIO DE PENALVA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025



CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PENALVA/MA E  
A SOCIEDADE DE ADVOCACIA - LOPES &  
ADVOGADOS ASSOCIADOS, NA FORMA  
ABAIXO:

O Município de Penalva/MA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça José Joaquim Marques, nº. 222, centro, Penalva/MA - CEP 65.213-000, inscrito no CNPJ nº. CNPJ nº 06.179.402/0001-81, neste ato representado pelo **Sr. Luiz Henrique Alves Guerra**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro a Sociedade de Advocacia - **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ nº 07.652.130/0001-58, com sede na Avenida dos Holandeses, s/nº, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1007, Torre II, Lagoa da Jansen, Bairro Ponta D'areia, CEP: 65.057-357, São Luís/MA, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seu ato constitutivo pelo sócio/administrador o **Sr. Marconi Dias Lopes Neto**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MA sob o nº 6.550 e portador do CPF nº 847.655.343-91, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. 009/2025-SEMAD e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL**

O objeto do presente instrumento é a contratação de Sociedade de Advogados especializados em serviços técnicos em assessoria e consultoria jurídica com especialidade em Direito Público, para atendimento de demandas extrajudiciais no âmbito do Direito administrativo, Processual e Regulatório de interesse do Município de Penalva/MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, compreendendo os seguintes serviços:

- Assessoria e consultoria com formação de equipe técnica de advogados, para elaboração de teses jurídicas e atendimento de demandas extrajudiciais de caráter especializado em auxílio à Procuradoria Municipal e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta;
- Acompanhamento e monitoramento de processos administrativos em tramitação perante Entidades Administrativas (Secretaria Estaduais, Órgãos de Governo, repartições públicas, dentre outros) e Gestão especializada das demandas;
- Assessoramento em demandas administrativas que envolvam questões de notória complexidade no âmbito do Controle Externo (Tribunal de Contas Estadual e Secretarias).
- Formação de equipe técnica especializada, para elaboração de teses jurídicas e consultas técnicas sobre questões especializadas no âmbito do direito Administrativo.
- Assessoramento sobre legislação vigente, Instruções Normativas, Portarias, Resoluções, bem como, comunicação sobre qualquer fato ou teses em questões que demandam alta





ESTADO DO MARANHÃO  
MUNICÍPIO DE PENALVA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025



complexidade jurídica;

- Emissão de respostas ou consultas em licitações e contratos, em matérias que demandem apoio operacional por equipe técnica jurídica especializada, sobre assuntos complexos ou de alta indagação no âmbito jurídico, em apoio à assessoria jurídica, ao Controle Interno e equipe de profissionais das Secretarias Municipais.
- Consultoria e Assessoria jurídica no âmbito do Controle, com vistas ao atendimento do calendário anual referente as atividades de controle com vistas a prevenir a penalização do município por ocorrências administrativas afetas ao Município.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Contrato fundamenta-se no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025, no art. 74, inciso III, alíneas "c" e "e", da Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 14.039/2020, que alterou a Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB), ao prevê em seu art. 3º-A, que: "Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei".

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Este termo vincula-se à Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025.

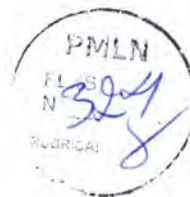
**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

Caberá à CONTRATADA:

- Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025, assim como neste termo contratual e na proposta da Contratada;
- Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;
- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, Parágrafo Único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Contrato;
- A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até a data pactuada para pagamento, os seguintes documentos:
  - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - Certidões que comprovem a regularidade perante Fazenda Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
  - Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

MACU





**ESTADO DO MARANHÃO  
MUNICÍPIO DE PENALVA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025**

f.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, concernentes aos prepostos da CONTRATADA, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- i) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- j) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- k) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- l) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- p) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações;
- q) A CONTRATADA poderá realizar as atividades aqui contratadas por meios tecnológicos como Whatsapp, correio eletrônico, videoconferência, e-mail, ligações, utilizando-se desses meios para atendimento à distância;
- r) A CONTRATADA executará seus serviços através de seu sócio titular, Sr. Marconi Dias Lopes Neto, Advogado, inscrito na OAB/MA sob o nº. 9.837 e/ou seus associados e/ou através de seus prepostos por ela indicada, afim de atender o objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Caberá à CONTRATANTE:





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**MUNICÍPIO DE PENALVA**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025**

- a) permitir o acesso da CONTRATADA ou de profissional por este indicado, devidamente credenciado, às dependências da CONTRATANTE, bem, ainda o acesso a dados e informações necessários ao desempenho das atividades previstas neste contrato;
- b) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos objetos, que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, ou outro profissional por este indicado;
- c) fornecer, no caso de atividade desenvolvida nas dependências da CONTRATANTE, instalações adequadas ao bom desempenho da CONTRATADA e/ou de seus associados e/ou de sua equipe;
- d) A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações;
- e) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- f) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- g) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- h) Pagar a CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência;
- i) Conceder e pagar diárias à CONTRATADA e seus prepostos, seus associados e funcionários, quando em viagem à serviço da CONTRATADA;
- j) Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
  - j.1) Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
  - j.2) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na CONTRATADA;
  - j.3) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores e associados da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o colaborador foi contratado;
- k) Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- l) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- m) Fica designada a servidora Edilene Barbosa Barros, Auxiliar Administrativo, Matrícula: 741-1, como fiscal do presente contrato.





**ESTADO DO MARANHÃO  
MUNICÍPIO DE PENALVA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025**

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do instrumento, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A prorrogação contratual está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pela CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, quando ocorrer infringência das normas da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se as sanções nela previstas;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e Parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- I A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II As peculiaridades do caso concreto;
- III As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV Os danos que dela provierem para CONTRATANTE;
- V A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**PARÁGRAFO QUARTO** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO**





ESTADO DO MARANHÃO  
MUNICÍPIO DE PENALVA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025



Pela prestação de serviços profissionais aqui pactuados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância de importância de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), sendo pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com vencimento até o dia 20 (vinte) de cada mês, mediante apresentação da nota fiscal e aceite dos serviços prestados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

**CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE**

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da proposta da Contratada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Após o interregno de um ano e de comum acordo entre as partes, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

MDU





**ESTADO DO MARANHÃO  
MUNICÍPIO DE PENALVA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025**

- Unidade Orçamentária: 02.11 - Secretaria Municipal de Finanças
- Fonte de Recurso: 1 500 00 - Recursos Não Vinculados de Impostos
- Função Programática: 04.121.0004.2056.0000 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria
- Classificação Econômica 3.3.90.35.00 - Serviço de Consultoria.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

A realização dos serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATANTE, podendo a critério da CONTRATADA por sua conta e risco, realizar em seu escritório advocatício; podendo ser ainda, realizado através dos meios tecnológicos, de comunicação e digitais, como e-mail, WhatsApp, fac-símile, videoconferência, plataformas digitais, enfim, todos os recursos tecnológicos idôneos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

A entrega e o recebimento dos serviços serão realizados na sede da CONTRATANTE, podendo ainda ser entregue através dos meios tecnológicos, de comunicação e digitais, tais como e-mail, WhatsApp, fac-símile, podendo ainda, através de telefone e outros recursos tecnológicos existentes, entre elas, por videoconferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

O presente contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa; bem como amigavelmente; assim como nos casos do art. 138, da mesma lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis, aplicando-lhes supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25%





ESTADO DO MARANHÃO  
MUNICÍPIO DE PENALVA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025

(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Penalva, Estado do Maranhão, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Penalva/MA, 10 de fevereiro de 2025.

LUIZ HENRIQUE  
ALVES  
GUERRA:78717833  
272

Assinado de forma digital  
por LUIZ HENRIQUE ALVES  
GUERRA:78717833272  
Data: 2025.02.10 09:31:10  
+03'00'

Luiz Henrique Alves Guerra  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

*Marconi D. Lopes*  
Marconi Dias Lopes Neto  
Representante Legal  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1) *Enel Antonio Gomes dos Santos* CPF: 290.606.483-15
- 2) *Waldene Torres da Silva* CPF: 023.579.003-69

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE**

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000  
CNPJ: 12.553.806/0001-96

**CONTRATO Nº 001-2025**

**Contratação de escritório de advocacia para Prestação de Serviços contínuos com especialidade em Direito Público, para atuação nas áreas do Direito Administrativo, Municipal, Constitucional e Lei de Responsabilidade Fiscal, em apoio as atividades da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte/MA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE, E O Escritório LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº. 07.652.130/0001-58.**

O Município de Miranda do Norte - MA, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, inscrita no CNPJ nº. 12.553.806/0001-96, com sede na Rua do Comércio, 183, Centro, CEP 65495-000, Miranda do Norte - MA, neste ato representada pelo Sr. **Saulo Rennan da Silva Mendes, Secretário Municipal de Administração e Finanças - SEMAF**, portador do CPF nº 034.755.273-08, nomeado através da Portaria N.º 113/2024GP, doravante denominada **CONTRATANTE**, o Escritório **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. **07.652.130/0001-58**, com sede na Avenida dos Holandeses S/N, sala 1007- Torre II, Lagoa da Jansen Edifício Lagoa Corporate & Offices- Ponta D'areia, São Luís/MA, neste ato representado pelo sócio/administrador Sr. **MARCONI DIAS LOPES NETO**, brasileiro, casado, advogado (OAB/MA nº. 6.550), RG nº. 68264297-5 e CPF nº. 847.655.343-91, têm, entre si, ajustado o presente Termo de **Contrato nº 001-2025**, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº **001/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas e com base na Lei (74 da Lei nº 14.133/2021).

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de escritório de advocacia para Prestação de Serviços contínuos com especialidade em Direito Público, para atuação nas áreas do Direito Administrativo, Municipal, Constitucional e Lei de Responsabilidade Fiscal, em apoio as atividades da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS**

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2025 e a Proposta de Preços da CONTRATADA.

Rua do Comércio, 183– Centro. Cep: 65.495-000  
Miranda do Norte – Maranhão



ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE**

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000  
CNPJ: 12.553.806/0001-96

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

O valor global deste Contrato é de **R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A quantificação do contrato se dará conforme planilha abaixo:

| OBJETO   | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | V. TOTAL R\$   |
|--|-------------------|------------|----------------|----------------|
| Contratação de escritório de advocacia para Prestação de Serviços contínuos com especialidade em Direito Público, para atuação nas áreas do Direito Administrativo, Municipal, Constitucional e Lei de Responsabilidade Fiscal, em apoio as atividades da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte | UNID.             | 12 MESES   | R\$ 30.000,00  | R\$ 360.000,00 |

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e quaisquer outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária

|  |  |
|--|--|
| <b>0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS</b> |  |
| <b>03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS</b>   |  |
| <b>04.122.0002.2103.0000</b>                                   | <b>Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal</b> |
| 3.3.90.35.00   | Serviços de Consultoria                                  |
| 3.3.90.39.00   | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica           |

**CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do (74 da Lei nº 14.133/2021), sendo a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Rua do Comércio, 183– Centro. Cep: 65.495-000  
Miranda do Norte – Maranhão

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE**

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000  
CNPJ: 12.553.806/0001-96

---

**CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

A vigência do CONTRATO será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura

PARÁGRAFO ÚNICO: Por se tratar de serviços contínuos, a vigência do presente contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, em observância aos ditames insculpidos no art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação, no todo ou em parte.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Administração, designando um servidor como fiscal, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização.

PARÁGRAFO ÚNICO – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas, vícios ou emprego inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, cabendo ao servidor responsável atestar as notas fiscais que deverão ser emitidas em 02 (duas) vias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente na Conta Corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os preços avençados em decorrência do presente contrato, não serão reajustados no período de no mínimo um ano.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no caput desta cláusula, a CONTRATANTE se obriga a pagar multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da Nota

Rua do Comércio, 183– Centro. Cep: 65.495-000  
Miranda do Norte – Maranhão



ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE**

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000  
CNPJ: 12.553.806/0001-96

Fiscal/Fatura, até o limite de 10% (dez por cento), desde que para tanto não tenha concorrido à empresa.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou correção monetária.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Fica o contratado obrigado a manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

As obrigações da Contratada obedeceram ao previsto no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

As obrigações da Contratante obedeceram ao previsto no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

As sanções são aquelas previstas no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO**

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

I - Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas da Lei nº 14.133/2021), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;

II - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS COMUNICAÇÕES**

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

Na forma da Lei nº 14.133/2021, o contrato será publicado na imprensa oficial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO**

Rua do Comércio, 183– Centro. Cep: 65.495-000  
Miranda do Norte – Maranhão

ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE**

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000  
CNPJ: 12.553.806/0001-96


O presente Contrato se vincula ao Termo de Referência e à proposta da Contratada.

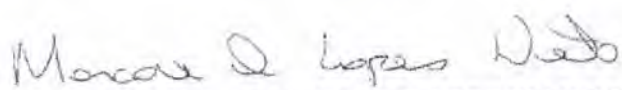
**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro de Itapecuru – Mirim/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

Miranda do Norte/MA, 07 de fevereiro de 2025.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE  
Saulo Reunan da Silva Mendes  
Secretário de Administração e Finanças  
Contratante

  
LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
MARCONI DIAS LOPES NETO  
CPF nº. 847.655.343-91  
sócio/administrador  
Contratada

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
CPF Nº

\_\_\_\_\_  
CPF Nº

Rua do Comércio, 183– Centro. Cep: 65.495-000  
Miranda do Norte – Maranhão



**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO  
DO INCISO XXXIII, DO ART. 7º,  
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO – MA.**

O escritório de advocacia **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ nº. 07.652.130/0001-58, localizado na Avenida dos Holandeses, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1.007, Torre II, Ponta D'areia, São Luís/MA – CEP: 65077-357, por intermédio de seu Sócio/Administrador, o **Sr. Marconi Dias Lopes Neto**, brasileiro, casado, advogado (OAB/MA nº. 6.550), RG nº. 68264297-5, CPF nº. 847.655.343-91 **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não possui no seu quadro de pessoal, menor de 18 (dezoito) anos em exercício de atividade noturna, perigosa ou insalubre, bem como não utiliza para qualquer trabalho ou atividade, menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em conformidade com o inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal e com a Lei Nº: 9.854/99.

São Luís/MA, 18 de novembro de 2025.



**Marconi Dias Lopes Neto**

Sócio Administrador

OAB/MA nº 6.550

## DECLARAÇÃO DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO PARA FINS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Pelo presente instrumento, o escritório de advocacia **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ nº. 07.652.130/0001-58, localizado na Avenida dos Holandeses, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1.007, Torre II, Ponta D'areia, São Luís/MA – CEP: 65077-357, por intermédio de seu Sócio/Administrador, o **Sr. Marconi Dias Lopes Neto**, brasileiro, casado, advogado (OAB/MA nº. 6.550), RG nº. 68264297-5, CPF nº. 847.655.343-91, vem, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), **DECLARA**, para fins de configuração da inexigibilidade de licitação, quanto aos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização em assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, que o **ESCRITÓRIO POSSUI NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO** referente aos serviços a seguir relacionados:

- Elaboração de defesas e recursos no âmbito administrativo perante os órgãos de controle interno e externo estaduais e municipais;
- Emissão de pareceres técnicos jurídicos no âmbito do Direito Público (Municipal, Administrativo, Constitucional, Orçamentário, Fiscal, Regulatório e etc.)
- Participação em reuniões de trabalho que demandem a orientação para resolução de problemas relacionados ao objeto da prestação de serviço;
- Análise de processos administrativos, como licitações e contratos, compreendendo a emissão de opinião técnica quanto a sua regularidade;
- Análise de convênios e instrumentos similares, podendo compreender a emissão de opinião técnica quanto a sua regularidade.
- Acompanhamento de Prestação de Contas perante os órgãos de controle e fiscalização;
- Acompanhamento dos processos de Prestações de Contas de convênios e instrumentos similares perante os órgãos de controle e fiscalização;
- Acompanhamento de Tomada de Contas Especial e auditorias perante os órgãos de controle e fiscalização;
- Assessoria e consultoria aos administradores públicos e agentes políticos quanto a elaboração e legalidade de atos administrativos;
- Assessoria e consultoria aos administradores públicos e agentes políticos quanto ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Acompanhamento da Gestão Fiscal no âmbito do Município atuando no assessoramento das questões atinentes ao Direito Municipal, Financeiro, Orçamentário, Regulatório, Legislativo, Constitucional e Fiscal.
- Auxílio e orientação quanto ao cumprimento dos índices Constitucionais e Legais (Saúde, Educação, Pessoal, Dívida Pública), com expertise em Direito administrativo, Orçamentário e Financeiro.



- Consultoria e assessoramento no âmbito do Direito Público, especificamente na auditoria fiscal nos processos administrativos, atuando no acompanhamento das demandas jurídicas administrativas de alta indagação;
- Atuação na área do Direito Administrativo Regulatório: Representação extrajudicial; elaboração de pareceres; consultoria e acompanhamento de projetos; auxílio na elaboração de normativos, bem como na interpretação das normas regulamentares e Portarias emitidas pelo Ente Municipal e Secretarias;
- Assessoramento e apoio jurídico especializado voltados à Gestão Pública Municipal, abrangendo a orientação em matérias relacionadas ao funcionalismo público, à responsabilidade fiscal, à governança, à gestão de riscos e à regulação administrativa, prestando suporte técnico-jurídico voltados à estruturação e aperfeiçoamento de mecanismos de governança, eficiência administrativa e transparência, incluindo, ainda, a orientação continuada aos agentes públicos, autoridades Políticas e Administrativas, quanto à correta interpretação e aplicação das normas legais e regulamentares vigentes;
- Orientação das atividades de todas as Secretarias municipais, fornecendo subsídios de atividades com expertise em Direito Público, emitindo pareceres escritos ou consultas, orientações aos gestores municipais nos atos de gestão e decisões administrativas e todos os demais atos que se fizerem necessários à plena representação extrajudicial, análise de projetos de lei, normativos, portarias, resoluções, dentre outros;
- Atuação no ajuizamento e na defesa de ações judiciais em curso nas instâncias de primeiro e segundo grau, envolvendo a Fazenda Pública nas esferas estadual e federal;
- Assessoria Jurídica no ajuizamento e na defesa de demandas judiciais em trâmite na Justiça do Trabalho 16ª Região e Justiça Federal TRF 1ª Região;
- Prestação de suporte técnico-jurídico para o ajuizamento de medidas de caráter urgente, visando a obtenção de tutelas de urgência em ações de interesse dos entes públicos, incluindo Municípios, Câmaras Municipais, Estados, Autarquias, Fundações e demais órgãos da Administração Pública direta e indireta;
- Assessoria e consultoria jurídica por meio da emissão de pareceres jurídicos relativos a aspectos judiciais ou assuntos atuais relacionados a Regime Jurídico de Servidores, aos contratos temporários, direitos e vantagens do servidor público, regime de previdência, processo disciplinar, bem como outros assuntos de interesse do Município, relacionados aos servidores públicos municipais.
- Assessoria Jurídica na elaboração de minutas de respostas a pedido de informações formulado por qualquer cidadão, Ministério Público Estadual ou qualquer outro órgão da administração pública.
- Ingresso de Ações Judiciais e medidas administrativas para responsabilizar Ex-Gestores inadimplentes, tais como: Ação Civil Pública, Notícia Criminis, instauração de Tomadas de Contas Especial, no intuito de regularizar a inadimplência municipal, em especial de convênios e programas federais e estaduais;
- Ações e Defesa em Execuções Fiscais, proveniente da Receita Federal contra a Fazenda Pública: Consultoria e regularização de débitos junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;



Desta forma, para a execução dos serviços e consultoria técnica, a empresa possui notória especialização para realização dos serviços especificados, atende a todos os requisitos necessários exigidos pela legislação pertinente, conforme pode ser verificado através da documentação de capacidade técnica apresentada oportunamente.

- **DA INCIDÊNCIA DO INCISO III, DO ART. 74, DA LEI Nº 14.133/2021.**

O **Escritório de Advocacia LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS** é uma sociedade de advogados reconhecida pela excelência na prestação de serviços jurídicos especializados, com foco na assessoria e consultoria técnica nas áreas do **Direito Público**. Desde sua fundação, em 13 de outubro de 2005, pelo **Dr. Marconi Dias Lopes Neto**, o escritório tem se destacado pela competência, ética e dedicação, oferecendo soluções jurídicas inovadoras e eficazes para seus clientes.

Com 20 (vinte) anos de experiência, o escritório é referência nas áreas de **Direito Administrativo, Direito Municipal, Direito Financeiro, Direito Constitucional, Direito Regulatório, Controle Externo, Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal**. Atuamos com eficiência e assertividade no apoio aos administradores públicos, auxiliando na implementação de boas práticas e no cumprimento da legislação vigente.

Nossa equipe é formada por profissionais altamente capacitados e comprometidos com a qualidade dos serviços prestados, sempre com um olhar atento às necessidades de cada cliente. O escritório também investe continuamente em infraestrutura, garantindo um ambiente adequado para proporcionar um atendimento ágil, seguro e personalizado.

Atualmente, o **Escritório de Advocacia LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS** é composto por uma equipe de advogados especializados nas mais diversas áreas do **Direito Público**, todos com pós-graduação e cursos certificados em áreas de grande relevância, como: Licitações e Contratos Administrativos, Processo no Tribunal de Contas, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Gestão Pública, Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outras.

Nosso compromisso principal é oferecer um atendimento personalizado, sempre por meio de especialistas em suas respectivas áreas do Direito. Buscamos ir além da simples gestão de processos, atuando de forma estratégica para identificar oportunidades e agregar valor às demandas de nossos clientes. Para isso, alinhamos a melhor abordagem jurídica, focada em soluções eficazes e inovadoras.

A experiência profissional e a qualidade do serviço pode ser confirmada através da vasta experiência da equipe técnica, eis que ao longo dos anos o escritório atuou em favor de inúmeros clientes, possuindo capacitação técnica com excelência e satisfação atestada por administrações públicas, dentre as quais podemos destacar os municípios de Caxias, Codó, Bacabal, Santa Inês, Santa Luzia, Pindaré Mirim, Zé Doca, Timon, Duque Bacelar, Urbano Santos, Monção, Loreto, São Domingos do Maranhão, Colinas, Altamira do Maranhão, Rosário, Alto Parnaíba, Paulino Neves, Miranda do Norte, Barreirinhas, Anapurus, Penalva, Buriti Bravo, dentre outros.



Com uma sólida trajetória no mercado jurídico, o **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS** tem como missão promover a excelência na gestão jurídica pública, contribuindo para o sucesso e a conformidade dos entes públicos e seus gestores, sempre com ética, transparência e responsabilidade.

Sendo assim, a contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, é plenamente viável em razão da notória especialização da empresa e da natureza intelectual e singular dos serviços, os quais não podem ser adequadamente licitados por meio de competição, sob pena de prejuízo à eficiência administrativa e ao interesse público.

Sobretudo, aproveita-se a oportunidade para **declarar**, sob as penas da lei, nos termos do inciso I, do art. 63, da Lei nº 14.133/2021, que aceita os termos e condições estabelecidas para a contratação, atendendo aos requisitos de habilitação relacionados ao objeto.

Por todo o exposto, o meio adequado de contratação das soluções da empresa **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, é a inexigibilidade de licitação, pois no caso estão presentes todos os requisitos exigidos pelo dispositivo legal, assim como no art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

São Luís/MA, 18 de novembro de 2025.



**Marconi Dias Lopes Neto**

Sócio Administrador

OAB/MA nº 6.550

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO  
DO ART. 14 DA LEI Nº 14.133/21**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO-MA.**

O escritório de advocacia **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ nº. 07.652.130/0001-58, localizado na Avenida dos Holandeses, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1.007, Torre II, Ponta D'areia, São Luís/MA – CEP: 65077-357, por intermédio de seu Sócio/Administrador, o **Sr. Marconi Dias Lopes Neto**, brasileiro, casado, advogado (OAB/MA nº. 6.550), RG nº. 68264297-5, CPF nº. 847.655.343-91 **DECLARA**, para os devidos fins, que não se encontra inserido em qualquer das hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração para os devidos efeitos legais.

São Luís/MA, 18 de novembro de 2025.



**Marconi Dias Lopes Neto**  
Sócio Administrador  
OAB/MA nº 6.550

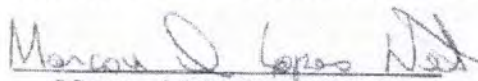


**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO  
DO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ART. 63º, § 1º, DA LEI Nº 14.133/21**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO-MA.**

O escritório de advocacia **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ nº. 07.652.130/0001-58, localizado na Avenida dos Holandeses, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1.007, Torre II, Ponta D'areia, São Luís/MA – CEP: 65077-357, por intermédio de seu Sócio/Administrador, o **Sr. Marconi Dias Lopes Neto**, brasileiro, casado, advogado (OAB/MA nº. 6.550), RG nº. 68264297-5, CPF nº. 847.655.343-91 **DECLARA**, para os devidos fins, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos necessários para o atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, em conformidade com o disposto no art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Luís/MA, 18 de novembro de 2025.

  
**Marconi Dias Lopes Neto**  
Sócio Administrador  
OAB/MA nº 6.550


**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO  
DO INCISO IV, DO ART. 63º, IV, DA LEI Nº 14.133/21**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO-MA.**

O escritório de advocacia **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ nº. 07.652.130/0001-58, localizado na Avenida dos Holandeses, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1.007, Torre II, Ponta D'areia, São Luís/MA – CEP: 65077-357, por intermédio de seu Sócio/Administrador, o **Sr. Marconi Dias Lopes Neto**, brasileiro, casado, advogado (OAB/MA nº. 6.550), RG nº. 68264297-5, CPF nº. 847.655.343-91 **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto na legislação vigente e em normas específicas, em atendimento ao disposto no art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração para os devidos efeitos legais.

São Luís/MA, 18 de novembro de 2025.

  
**Marconi Dias Lopes Neto**  
Sócio Administrador  
OAB/MA nº 6.550



**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO  
DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO-MA.**

O escritório de advocacia **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ nº. 07.652.130/0001-58, localizado na Avenida dos Holandeses, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1.007, Torre II, Ponta D'areia, São Luís/MA – CEP: 65077-357, por intermédio de seu Sócio/Administrador, o **Sr. Marconi Dias Lopes Neto**, brasileiro, casado, advogado (OAB/MA nº. 6.550), RG nº. 68264297-5, CPF nº. 847.655.343-91 **DECLARA**, para os devidos fins, que cumpre integralmente todos os requisitos exigidos para a contratação pretendida, em conformidade com a legislação vigente e com as normas aplicáveis ao processo de contratação.

Para tanto, a sociedade declara que:


1. Está regularmente constituída e encontra-se em plena atividade, atendendo a todas as exigências legais e regulamentares pertinentes ao seu funcionamento;
2. Possui a qualificação técnica, operacional e jurídica necessária para a execução dos serviços objeto da contratação, contando com profissionais devidamente habilitados e capacitados para tal fim;
3. Possui qualificação econômico-financeira compatível com a execução do contrato, garantindo a solidez e a capacidade de cumprimento das obrigações contratuais, conforme exigido pela legislação aplicável;
4. Cumpre todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, estando em situação regular perante os órgãos competentes;
5. Atende às exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, nos termos da legislação aplicável;
6. Assegura que suas propostas econômicas contemplam a integralidade dos custos necessários para o cumprimento dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;

7. Não se enquadra em nenhuma das hipóteses de impedimento ou restrição à participação em licitações e contratações públicas, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, reafirma-se a plena capacidade do escritório **Lopes & Advogados Associados** para participar do processo de contratação, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações inerentes ao contrato.

São Luís/MA, 18 de novembro de 2025.

  
**Marconi Dias Lopes Neto**  
Sócio Administrador  
OAB/MA nº 6.550





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**CENTRAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - CCLC**

---

**PROCESSO Nº 75/2025-PMLN/MA.**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA.

**REFERÊNCIA:** Justificativa da escolha do prestador de serviços e dos preços praticados de mercado.

Considerando a solicitação realizada pela Procuradoria Geral do Município, referente à **contratação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA**, conforme descrito no Termo de Referência.

Considerando que se trata de **serviço técnico profissional especializado de natureza predominantemente intelectual**, cuja execução demanda **conhecimento jurídico aprofundado e experiência comprovada em demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal**;

Considerando que o escritório **J LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ nº **07.652.130/0001-58**, com sede na **Av. dos Holandeses, s/n — Edifício Lagoa Corporate, Sala/Of. 1007, Torre II, Ponta d'Areia, São Luís/MA, CEP 65077-357**, **comprova notória especialização** por meio de atestados de capacidade técnica, títulos acadêmicos e vasta atuação na área de Direito Público (contratos administrativos, licitações e contratos, execução fiscal, improbidade administrativa, responsabilidade civil do Estado, direito eleitoral quando aplicável, entre outras) e representação processual em 1.º e 2.º graus e nas instâncias superiores, inclusive perante a Justiça Federal para diversos municípios brasileiros, possuindo, portanto, reconhecida expertise na matéria;

Considerando que a **natureza técnica e singular dos serviços advocatícios** torna **inviável a competição por meio de licitação**, uma vez que a escolha do profissional está diretamente relacionada a confiança, reputação, especialização e êxito em causas de mesma natureza;



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**CENTRAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - CCLC**

---

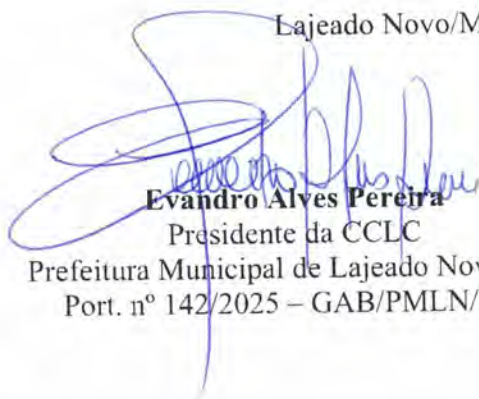
Considerando, ainda, que a **contratação direta, por inexigibilidade de licitação**, encontra respaldo no **art. 74, inciso III, alínea “e” da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como no **art. 3º-A, parágrafo único, da Lei nº 14.039/2020**, que reconhece os serviços prestados por advogados como de natureza técnica e singular, exigindo profissionais ou sociedades de notória especialização;

Considerando que a **natureza técnica e singular dos serviços advocatícios** torna **inviável a competição por meio de licitação**, uma vez que a escolha do profissional está diretamente relacionada à confiança, reputação, especialização e êxito em causas de mesma natureza, adotou-se como parâmetro de precificação os contratos firmados pelo escritório **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS** com outros órgãos públicos. Foram analisados contratos firmados com as Prefeituras Municipais de Godofredo Viana/MA, Penalva/MA e Miranda do Norte/MA, com os respectivos valores mensais de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Com base nos valores apresentados, calculou-se uma média mensal de R\$ 31.667,00 (trinta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais);

Diante do exposto, e considerando a **necessidade pública, a natureza singular dos serviços, a notória especialização da contratada e a compatibilidade do preço proposto com o mercado**, justifica-se a **contratação direta da sociedade LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com fundamento no **art. 74, inciso III, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021**, em observância às normas que regem a Inexigibilidade de Licitação.

**Devolva-se à Secretaria Municipal de Administração**, para ciência e demais providências cabíveis quanto ao atendimento do pleito.

Lajeado Novo/MA, 18 de novembro de 2025.

  
**Evandro Alves Pereira**  
Presidente da CCLC  
Prefeitura Municipal de Lajeado Novo/MA  
Port. nº 142/2025 – GAB/PMLN/MA





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

---

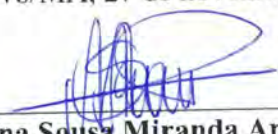
**DESPACHO**

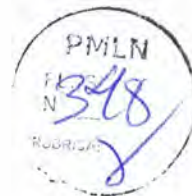
Ao Departamento de Contabilidade do Município,

Para **informar**, conforme dispõem o art. 5º, inciso II, e o art. 37, caput, da **Constituição Federal**, combinados com o art. 7º, § 2º, inciso III, o art. 38, caput, e o art. 74, inciso III, alínea “e”, todos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, acerca da **disponibilidade de dotação orçamentária e financeira** necessária ao atendimento do seguinte processo:

- **Processo: 75/2025** – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA.
- **Valor total:** 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Lajeado Novo/MA, 27 de novembro de 2025

  
**Marina Sousa Miranda Araújo**  
Secretária Municipal de Administração  
Prefeitura de Lajeado Novo  
Portaria 123/2025 – GAB/PMLN/MA



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL LAJEADO NOVO  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Ao Senhor  
**EVANDRO ALVES PEREIRA**  
Presidente da CCLC  
Nesta

**CERTIDÃO**

**ALEX CHARLES ALVES DA SILVA, Contador**, inscrito no **CRC/MA**, sob o nº **011607/O-3**, responsável pela escrituração e demonstrações contábeis de execução financeira e orçamentária da **Prefeitura Municipal de Lajeado Novo – Maranhão**

**CERTIFICA:**

Que revendo a Lei Orçamentária, para vigência no exercício do ano de **2025** verificou-se dotação orçamentária com saldo suficiente para o cumprimento dos encargos a serem assumidos no **Processo nº 75/2025**, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1º e 2º. Graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo/MA

Segue abaixo a dotação prevista na Lei Orçamentária do Município de **Lajeado Novo/MA**, para o exercício de **2025**, para a seguinte ação:

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

|                              |  |
|------------------------------|--|
| <b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:</b> | 02.01 – Gabinete da Prefeita   |
| <b>FONTE DE RECURSO:</b>     | 500 – Recursos não vinculados de impostos                                  |
| <b>PROJETO/ATIVIDADE:</b>    | 02.062.0002.2005- Manutenção da Procuradoria Geral do Município de Lajeado |
| <b>NATUREZA DE DESPESA:</b>  | 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica              |

Atenciosamente,

Lajeado Novo/MA, 27 de Novembro de 2025

  
**ALEX CHARLES ALVES DA SILVA**  
Contador





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO

---

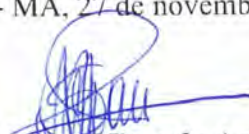


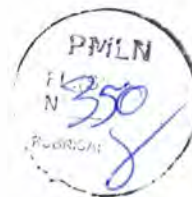
**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**DECLARO** para os fins do disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de agosto de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que a despesa decorrente da pretensa contratação possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA e é compatível com o Plano Plurianual – PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Encaminhe-se o presente processo à Central de Compras, Licitações e Contratos – CCLC/PMLN/MA, para a elaboração da minuta do contrato e adoção das demais providências necessárias ao regular processamento do pleito.

Lajeado Novo - MA, 27 de novembro de 2025.

  
**Marina Sousa Miranda Araújo**  
**Secretária Municipal de Administração**  
Portaria 123/2025 – GAB/PMLN/MA



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2025 – PMLN/MA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2025 – PMLN/MA

INSTRUMENTO DE CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A **SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO**, EM NOME DA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO  
NOVO**, E A EMPRESA **LOPES & ADVOGADOS  
ASSOCIADOS**.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO - MA**, com sede na Rua Anita Viana, nº 43, Centro, Lajeado Novo – MA, CEP 65.937-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.598.548/0001-48, neste ato representada pela Secretária de Administração, a Sra. **MARINA SOUSA MIRANDA ARAÚJO**, inscrita no CPF sob o nº 022.545.833-01, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ nº 07.652.130/0001-58, com sede na Avenida dos Holandeses, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1.007, Torre II, Ponta D'areia, São Luís/MA – CEP: 65077-357, por meio de seu sócio administrador, o Sr. **Marconi Dias Lopes Neto**, inscrito na OAB/MA sob o nº 6.550 e inscrito no CPF sob o nº 847.655.343-91, neste ato denominada **CONTRATADA**, firmam o presente CONTRATO de prestação de serviços, conforme consta nos autos do **Processo Administrativo nº 75/2025 – PMLN/MA**, através de procedimento administrativo de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do que dispõe o art. 74, inciso III, "c" da Lei Federal nº 14.133/21, assim como pelas Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA**, em conformidade com o Termo de Referência, que passa a integrar este instrumento, como se nele transcrito estivesse, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. O presente contrato será executado sob o regime de execução de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO INICIAL, LOCAL E MODO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

3.1. A relação jurídica entre o Prestador de Serviços e o Município de Lajeado Novo será consolidada mediante Contrato e de Ordem de Serviço, garantindo a regularidade e a transparência na execução do contrato.

3.2. A prestação dos serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica deverá ser prestada através de profissionais com formação superior em Direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, com a realização de visitas in loco (sede do Município) conforme a necessidade dos serviços e





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

---

solicitação: do Procurador Geral do Município e Prefeito Municipal, para prestar serviços de orientações diretas aos servidores do Município.

3.3. Tendo em vista a definição de melhor logística para o atendimento das demandas da Administração Pública Municipal, a CONTRATADA deverá manter sede no âmbito do Estado do Maranhão, podendo a prestação dos serviços ocorrer à distância através de ferramentas de tecnologia da informação disponíveis, tais como e-mail, telefone, WhatsApp, videoconferência e outros que viabilizem a celeridade no atendimento das necessidades do CONTRATANTE;

3.4. A prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica deverão ser prestados de forma ininterrupta, durante o horário comercial, nas instalações do escritório de advocacia contratado, também em locais indicados pela Prefeitura Municipal contratante, nos órgãos administrativos e judiciais, em diligências, como também de forma online, remota, via aplicativos de mensagens, plataformas de vídeo conferências, ou seja, objetivando a elucidação de consultas feitas por servidores do Município, devendo toda e qualquer orientação somente ser prestada por profissionais inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, integrante da equipe técnica da contratada.

3.5. A CONTRATADA deverá manter sistemas de software para alimentação, gerenciamento e acompanhamento de todos os processos judiciais e demandas administrativas incluídas no objeto deste contrato para eficiência e acessibilidade a base de dados correspondente.

3.6. A CONTRATADA também deverá manter, por meio de sistemas de software, o monitoramento de todas as publicações judiciais e extrajudiciais referentes aos processos judiciais e demandas administrativas.

3.7. A empresa contratada disponibilizará e-mail e número telefônico para atender às

3.8. consultas e demandas pertinentes à plena satisfação do objeto contratual;

3.9. A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as normas e regulamentos relacionados às condições de trabalho exigidos neste Contrato, se observada qualquer anormalidade na prestação dos serviços poderão ser suspensos/rescindidos, ficando ainda a contratada sujeita as penalidades da Lei.

3.10. Os serviços serão comprovados mediante emissão de relatório dos serviços realizados, que será submetido ao Fiscal do Contrato, nos termos do artigo 117 da Lei nº. 14.133/21.

3.11. Todos os eventuais custos com passagens, hospedagens, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços correrão às expensas da Contratada.

3.12. Todas as despesas com impostos, encargos, incidentes deverão ser inclusos no preço da proposta e em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão de Nota Fiscal.

3.13. O início da prestação dos serviços deverá acontecer imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.

3.14. Os trabalhos serão executados diariamente e diretamente pela CONTRATADA, por meio da sua equipe técnica devidamente qualificada;

3.15. Quando da contratação, deverá ser signatário de termo de confidencialidade das informações;

3.16. A Contratada é responsável quanto a orientar e realizar as atividades de acordo com os ordenamentos jurídicos, mas caberá aos agentes da Administração Pública executar de forma independente, autônoma em especial a autoria de documentos, assim como as tomadas de decisões;





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

---

- 3.17. A Contratada não poderá subcontratar tarefas relativas aos serviços contratados nos termos do que preceitua o § 4º do art. 74 da Lei 14.133/2021;
- 3.18. Os processos em tramitação judicial, acompanhados pelos Assessores Jurídicos do quadro da Prefeitura Municipal de Lajeado Novo/MA ou por terceiros, poderão ser repassados à empresa contratada, respeitadas as condições estabelecidas neste Contrato;
- 3.19. Nos casos de distribuição de serviço para patrocínio integral do processo, caberá à CONTRATADA realizar todos os atos processuais e diligências necessárias e/ou convenientes à defesa dos interesses da CONTRATANTE, sendo de sua responsabilidade o patrocínio nos respectivos incidentes processuais, ações conexas, liquidações e execuções dos seus julgados, abrangendo sua atuação em todos os níveis recursais.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

- 4.1. A contratada executará, integralmente, os atos necessários ao regular acompanhamento das demandas a ela atribuídas, incluindo, sem se limitar a: Elaboração e protocolo de petições iniciais, contestações, reconvenções, incidentes processuais, manifestações, recursos ordinários e extraordinários (apelação, agravo, recurso especial, recurso extraordinário, embargos, etc.), sustentação oral, acompanhamento de audiências, diligências em cartórios e tribunais, e demais providências inerentes ao regular exercício da atividade forense.
- 4.2. Ajuizamento e Defesa nas ações judiciais, em trâmite no primeiro e segundo grau, contra a Fazenda Pública e consultoria nas causas não compreendidas dentre aquelas rotineiras defendidas pela Procuradoria Municipal;
- 4.3. Assessoria Jurídica no ajuizamento e na defesa de demandas judiciais em trâmite na Justiça Federal TRF 1ª Região, em que o município de Lajeado Novo figure como parte;
- 4.4. A contratada fornecerá consultoria preventiva e pareceres técnicos por escrito sobre matérias de direito público municipal, revisando e emitindo opinião sobre projetos de lei, normas administrativas e atos municipais que possam gerar risco jurídico, indicando medidas mitigadoras e providências administrativas.
- 4.5. A Contratada prestará serviço de consultoria jurídica para acompanhamento de processos e projetos de lei em trâmite na Câmara Municipal de interesse do município de Lajeado Novo.
- 4.6. Será responsabilidade da contratada manter controle de prazos processuais, comunicar tempestivamente à Procuradoria-Geral quaisquer demandas urgentes ou riscos relevantes, e fornecer relatórios periódicos sobre o andamento das ações, decisões supervenientes e estratégias adotadas.
- 4.7. A contratada deverá observar níveis mínimos de desempenho, incluindo, dentre outros: cumprimento de 100% dos prazos processuais sob sua responsabilidade; emissão de relatórios mensais até o 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente; resposta a consultas prioritárias no prazo acordado contratualmente.
- 4.8. Garantir o suporte técnico-jurídico para a Procuradoria Geral do Município e demais secretarias municipais para o ajuizamento de medidas de caráter urgente, visando a obtenção de tutelas de urgência em ações do interesse do Município
- 4.9. Assessoria e consultoria jurídica em assuntos de pessoal de maior complexidade e que não sejam serviços rotineiros, por meio da emissão de pareceres jurídicos relativos a aspectos judiciais ou assuntos atuais relacionados a Regime Jurídico de Servidores, aos contratos temporários, direitos e vantagens do servidor público, regime de previdência, processo disciplinar, bem como outros assuntos de interesse do Município, relacionados aos servidores públicos municipais.
- 4.10. Assessoria Jurídica na elaboração de minutas de respostas a pedido de informações formulado por qualquer cidadão, Ministério Público Estadual e Federal ou qualquer outro órgão da administração pública.
- 4.11. Ingresso de Ações Judiciais e medidas administrativas para responsabilizar Ex-Gestores inadimplentes, tais como: Ação Civil Pública, Notícia Criminis, instauração de Tomadas de Contas Especial





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

e Representação, no intuito de regularizar a inadimplência municipal, em especial de convênios e programas federais e estaduais;

**4.12.** Ações e Defesa em Execuções Fiscais, proveniente da Receita Federal contra a Fazenda Pública; Consultoria e regularização de débitos junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

**4.13.** A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, indicando o advogado responsável pelo contrato e os profissionais que atuarão nas demandas, comprovando, mediante currículo e atestados, experiência compatível com a complexidade requerida. Substituições de membros da equipe dependerão de prévia comunicação e aprovação da Procuradoria-Geral.

**4.14.** Para cada procedimento sob sua responsabilidade, a contratada deverá fornecer: cópia das peças protocoladas (versão digital e, quando exigido, física), relatórios mensais de acompanhamento processual contendo status, providências adotadas, riscos e previsões, pareceres técnicos, atas de audiências e cópias de decisões e despachos relevantes, observando o padrão documental e modelos estabelecidos pela Procuradoria-Geral.

**4.15.** O prazo máximo para emissão de pareceres e manifestações ordinárias será de 10 (dez) dias úteis, salvo situação de urgência, caso em que o atendimento deverá ocorrer no prazo reduzido de 24 (vinte e quatro) horas, mediante comunicação imediata à autoridade requisitante. Prazos processuais deverão ser cumpridos em estrita observância aos prazos legais e regimentais.

**4.16.** Sigilo e segurança da informação. A contratada deverá observar sigilo absoluto sobre informações e documentos obtidos em razão do contrato, adotando medidas de segurança documental.

**4.17.** A contratada deverá declarar expressamente a inexistência de conflito de interesses e abster-se de representar partes cujos interesses sejam incompatíveis com os do Município. Situações de conflito identificadas após a contratação deverão ser comunicadas imediatamente à Administração.

**4.18.** Garantir Assessoria Jurídica na apresentação de defesas, acompanhamento processual, interposição de recursos em processos em trâmite no Tribunal de Contas da União;

**4.19.** Capacitação e transferência de conhecimento. A contratada deverá prestar apoio técnico para capacitação e transferência de conhecimento à equipe da Procuradoria-Geral quando solicitado, mediante realização de reuniões técnicas e sessões de treinamento, sem ônus adicional salvo previsão contratual em contrário.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1.** A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**5.2.** Executar o objeto conforme especificações do Termo de Referência, em especial os prazos e condições, especificações da sua proposta e no contrato;

**5.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no contrato, o valor correspondente aos danos sofridos;

**5.4.** Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONTRATANTE** ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**5.5.** A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de instrução do processo administrativo de liquidação e pagamento da prestação de serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2)





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

---

certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**5.6.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do serviço.

**5.7.** Deverá disponibilizar na prestação dos serviços somente profissionais, devidamente qualificados para a prestação dos serviços pertinentes, levando em conta a maior relevância dos serviços decorrente do objeto do contrato.

**5.8.** Deverá disponibilizar tempo integral consultas através de WhatsApp ou em reuniões de forma remota, sem limite de quantidade, para realização de consultas a serem feitas, pelo Gabinete do Prefeito ou pela Procuradoria do Município.

**5.9.** Submeter previamente, por escrito, a **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Contrato.

**5.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**5.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação nesta contratação direta.

**5.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.

**5.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**5.14.** Atender as solicitações da **CONTRATANTE**, comparecendo à sede da Administração Pública Municipal ou outro local de trabalho indicado pela mesma, sempre que se fizer necessário para a realização dos serviços abrangidos pela prestação de serviço.

**5.15.** A contratada no seguimento de Assessoria e Consultoria Jurídica, deverá realizar visitas, conforme solicitação prévia da Contratante, in loco na Procuradoria Geral do Município, para procedimento acompanhamento de eventuais desfechos de processos, para procedimentos de saneamento nos processos, elaboração de pareceres jurídicos e, ou orientações diretas aos servidores do departamento, visita esta que se estende na prestação de serviços técnicos de alta indagação, pautando para tratar de assuntos pertinentes de forma direta com a Procuradoria do Município ou com o Gabinete de Prefeito.

**5.16.** Participar de reuniões e/ou audiências públicas para subsidiar a Administração Municipal com informações e esclarecimentos especializados no âmbito dos serviços objeto da assessoria, quando solicitado pelo contratante

**5.17.** Prestar contas do trabalho realizado, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, por meio de elaboração de relatório de atividades.





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

---

- 5.18. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificar vício, defeito ou incorreções resultantes da execução ou do meio empregado.
- 5.19. Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de forma que a inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento.
- 5.20. Arcar com todas as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem quando for necessário o deslocamento à sede da **CONTRATANTE**.
- 5.21. Dispor de equipe técnica necessária para a execução do objeto.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 6.1. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da **CONTRATADA** encaminhando os documentos necessários à adequada realização dos serviços.
- 6.2. Efetuar o pagamento em observância à forma estipulada pela administração no prazo estabelecido no contrato;
- 6.3. Repassar todas as informações necessárias para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato;
- 6.4. Informar à **CONTRATADA** sobre novas ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, e diligenciar nos casos que exigem providências corretivas;
- 6.5. Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços.
- 6.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, na aplicação de sanções e alterações do mesmo.
- 6.7. Fornecer à **CONTRATADA** todo tipo de informação interna essencial à realização dos serviços;
- 6.8. Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do objeto, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;
- 6.9. Atestar os serviços executados quando os mesmos estiverem de acordo com o especificado neste Contrato.
- 6.10. Fornecer atestados de capacidade técnica para a **CONTRATADA**, sempre que solicitado.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO**

- 7.1. O valor global do presente contrato é de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
- 7.2. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em 12 (doze) parcelas fixas e mensais no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) cada a serem pagas no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da data de emissão da respectiva Nota Fiscal, devidamente conferida e atestada pelo setor competente, para ser efetuado diretamente na conta da **CONTRATADA**. O processo de pagamento será instruído com os seguintes documentos:
- Solicitação de pagamento;
  - Prova da regularidade de FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
  - Nota Fiscal atestada pelo fiscal;
- 7.3. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, através de depósito na conta corrente 7511-6, agência 4323-0, Banco do Brasil em nome da mesma.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

7.4. Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no subitem 7.1, por culpa da **CONTRATANTE**, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, desde que, para tanto, não tenha concorrido à **CONTRATADA**.

7.5. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. Os recursos financeiros para execução do presente contrato ocorrerão à conta da Dotação Orçamentária:

|                              |   |
|------------------------------|---|
| <b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:</b> | 02.01 - Gabinete do Prefeito                                  |
| <b>FONTE DE RECURSO:</b>     | 500 - Recursos não vinculados de impostos                     |
| <b>PROJETO/ATIVIDADE:</b>    | 02.062.0002-2005- Manutenção da Procuradoria<br>Município     |
| <b>NATUREZA DE DESPESA:</b>  | 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica |

**CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. O valor do contrato só poderá ser reajustado após 12 (doze) meses de vigência de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos do que preceitua o art. 92, § 4º, I da Lei 14.133/21.

9.2. Caberá à **CONTRATADA** a iniciativa de solicitar o reajuste de preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. O contrato será gerenciado e fiscalizado por servidor previamente designado pelo chefe do executivo municipal, nos termos do art. 117 da Lei Federal n. 14.133/21.

10.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas ou vícios na execução dos serviços, inclusive perante terceiros, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes diante destes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

11.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação por interesse da Administração nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas a **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

- a. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d. Multa moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;
- 12.3. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4. Todas as sanções previstas no contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, além da perda desse valor será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - as peculiaridades do caso concreto;
  - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - os danos que dela provierem para a **CONTRATANTE**;
  - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

13.1. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Aplica-se a este contrato o regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei Federal 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

15.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses elencadas nos artigos 137 e 138 seguintes da Lei 14.133/93.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

---

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá a **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Na interpretação deste contrato e nos casos omissos será aplicada a Lei 14.133/21, a doutrina, a jurisprudência e os princípios gerais do Direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Franco - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e um efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Lajeado Novo/MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CNPJ nº 01.598.548/0001-48

**Marina Sousa Miranda Araújo**  
**CONTRATANTE**

---

**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CNPJ Nº. 07.652.130/0001-58

**Marconi Dias Lopes Neto**  
Sócio Administrador  
OAB/MA nº 6.550  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
CPF nº: \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_  
CPF nº: \_\_\_\_\_





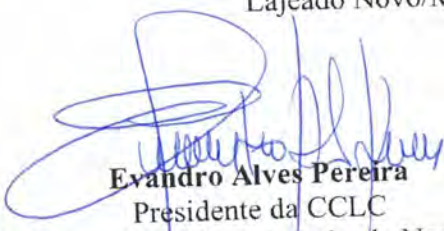
ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**CENTRAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

**DESPACHO**

Encaminhe-se à Procuradoria-Geral do Município para análise jurídica e emissão de parecer, com posterior remessa à Autoridade Superior, para ciência e deliberação, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis quanto ao prosseguimento do presente pleito.

Lajeado Novo/MA, 27 de novembro de 2025.

  
**Evandro Alves Pereira**  
Presidente da CCLC  
Prefeitura Municipal de Lajeado Novo/MA  
Port. nº 142/2025 – GAB/PMLN/MA



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

**PARECER JURÍDICO n.º 053/2025 - LIC**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2025-PMLJ/MA**

**ORIGEM:** Hospital Municipal.

**ASSUNTO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinadas ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1º e 2º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretários Municipais e Gabinete do Prefeito de Lajeado Novo – MA.

**LEGISLAÇÃO:** art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo nº 075/2025 que visa a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinadas ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1º e 2º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretários Municipais e Gabinete do Prefeito de Lajeado Novo – MA.

Foram acostados aos autos deste processo administrativo documentação necessária para sua formalização.

É o breve relato. Passamos à análise.

**II- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

A contratação direta por inexigibilidade de licitação encontra respaldo no artigo 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a inviabilidade de competição nos casos de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, prestados por profissionais ou empresas de notória especialização.

Ademais, a jurisprudência tem reconhecido a excepcionalidade da contratação de escritórios de advocacia por inexigibilidade de licitação quando há demonstração inequívoca da singularidade do objeto e da notória especialização do contratado, sobretudo em matérias de alta complexidade técnica e jurídica.





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

Assim, diante da incapacidade operacional da Procuradoria Jurídica Municipal para conduzir a demanda sem o suporte técnico necessário, resta justificada a contratação do escritório **LOPES E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, cuja notória especialização encontra respaldo nos atestados técnicos apresentados nos autos, o que vem devidamente demonstrado pela vasta documentação apresentada comprovando a expertise no acompanhamento de processos de tal natureza.

Vale ressaltar que o notório saber jurídico encontra-se evidenciado pelos associados, tendo doutorado e pós-doutorado em diversas áreas. Além de apresentar uma vasta experiência na assessoria de prefeituras de pequeno e de grande porte.

Logo, entendemos que a contratação se amolda aos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, justificando a inexigibilidade da licitação, uma vez que a prestação do serviço requer um conhecimento técnico altamente especializado, sem viabilidade de competição entre prestadores de serviço genéricos.

#### **Da Fundamentação Legal - Inexigibilidade**

Analisando a contratação em questão, cumpre inicialmente destacar que, a Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, impõe como regra o procedimento licitatório, deixando como exceções exclusivamente os casos previstos na legislação específica, senão vejamos:

Art. 37. Omissis.

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O inciso acima transcrito foi regulamentado pela Lei Federal nº 14.133/21, que permite dois tipos de exceção à regra que obriga a realização de certame licitatório. São os casos de dispensa e os de inexigibilidade de licitação

Dito isto, observa-se que a justificativa para a inexigibilidade de licitação encontra respaldo no artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação direta para serviços técnicos especializados quando houver notória especialização.

Art. 74. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

especial:

[...]

III – para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização.

[...]

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

No caso em análise, a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica configura-se como serviço técnico especializado, conforme disposto no art. 6º, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

[...]

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;"

O conceito de "notória especialização" está definido no §3º do art. 74 da referida norma:

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato

No âmbito nacional, a OAB assumiu protagonismo na discussão através, inicialmente, da edição da Súmula n. 5/2012/COP editada pelo Conselho Pleno deste Conselho Federal:

ADVOGADO. CONTRATAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Atendidos os requisitos do inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93, é inexigível procedimento licitatório para contratação de serviços advocatícios pela Administração Pública, dada a singularidade da atividade, a notória especialização e a inviabilização objetiva de competição, sendo inaplicável à espécie o disposto no art. 89 (in totum) do referido diploma legal.

Referida súmula encontra ressonância no que dispõe o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, o qual, em seu art. 5º, veda expressamente a mercantilização da advocacia:

Art. 5º O exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**  
**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL**

de mercantilização.

**Da Regularidade da Documentação**

Os documentos apresentados pela empresa contratada atendem aos requisitos exigidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, além de qualificações técnica e econômico-financeira.

Destaca-se que os documentos foram devidamente analisados pela CENTRAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - CCLC, que atestou sua conformidade com o Termo de Referência e demais exigências legais.

**III - CONCLUSÃO**

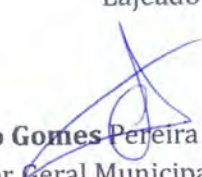
Diante da documentação apresentada e do cumprimento dos requisitos legais, verifica-se que a contratação do escritório **LOPES E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ nº 07.652.130/0001-58, por inexigibilidade de licitação, está em conformidade com o artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, sendo juridicamente viável e recomendável.

Assim, manifesta-se esta Assessoria Jurídica pela regularidade do procedimento e pela possibilidade da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento dos trâmites administrativos.

Ressaltamos, por fim, a necessidade de publicação do Extrato do Contrato na imprensa oficial, no prazo legal, como condição de vigência e eficácia.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

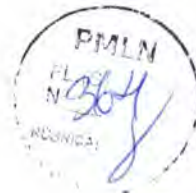
Lajeado Novo - MA, 15 de dezembro de 2025.

  
**Eduardo Gomes Pereira**  
Procurador Geral Municipal  
OAB/MA 8144  
Portaria 121/2025  
Matrícula n.º 3099



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

---



**DESPACHO**

Considerando a manifestação da Procuradoria Geral do Município constante do Parecer anexo, **AUTORIZO** o presente procedimento de inexigibilidade de licitação, para a regular contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA.

Lajeado Novo/MA, 17 de dezembro de 2025.

---

**Marina Sousa Miranda Araújo**  
**Secretária Municipal de Administração**  
Portaria 123/2025 – GAB/PMLN/MA





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**CONTRATO Nº 109/2025 – PMLN/MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2025 – PMLN/MA**

INSTRUMENTO DE CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A **SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO**, EM NOME DA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO  
NOVO**, E A EMPRESA **LOPES & ADVOGADOS  
ASSOCIADOS**.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO - MA**, com sede na Rua Anita Viana, nº 43, Centro, Lajeado Novo – MA, CEP 65.937-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.598.548/0001-48, neste ato representada pela Secretária de Administração, a Sra. **MARINA SOUSA MIRANDA ARAÚJO**, inscrita no CPF sob o nº 022.545.833-01, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ nº 07.652.130/0001-58, com sede na Avenida dos Holandeses, Edifício Lagoa Corporate & Offices, Sala 1.007, Torre II, Ponta D'arcia, São Luís/MA – CEP: 65077-357, por meio de seu sócio administrador, o Sr. **Marconi Dias Lopes Neto**, inscrito na OAB/MA sob o nº 6.550 e inscrito no CPF sob o nº 847.655.343-91, neste ato denominada **CONTRATADA**, firmam o presente CONTRATO de prestação de serviços, conforme consta nos autos do **Processo Administrativo nº 75/2025 – PMLN/MA**, através de procedimento administrativo de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do que dispõe o art. 74, inciso III, "c" da Lei Federal nº 14.133/21, assim como pelas Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1.º e 2.º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo — MA**, em conformidade com o Termo de Referência, que passa a integrar este instrumento, como se nele transcrito estivesse, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. O presente contrato será executado sob o regime de execução de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO INICIAL, LOCAL E MODO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

3.1. A relação jurídica entre o Prestador de Serviços e o Município de Lajeado Novo será consolidada mediante Contrato e de Ordem de Serviço, garantindo a regularidade e a transparência na execução do contrato.

3.2. A prestação dos serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica deverá ser prestada através de profissionais com formação superior em Direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, com a realização de visitas in loco (sede do Município) conforme a necessidade dos serviços e





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

solicitação: do Procurador Geral do Município e Prefeito Municipal, para prestar serviços de orientações diretas aos servidores do Município.

3.3. Tendo em vista a definição de melhor logística para o atendimento das demandas da Administração Pública Municipal, a CONTRATADA deverá manter sede no âmbito do Estado do Maranhão, podendo a prestação dos serviços ocorrer à distância através de ferramentas de tecnologia da informação disponíveis, tais como e-mail, telefone, WhatsApp, videoconferência e outros que viabilizem a celeridade no atendimento das necessidades do CONTRATANTE;

3.4. A prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica deverão ser prestados de forma ininterrupta, durante o horário comercial, nas instalações do escritório de advocacia contratado, também em locais indicados pela Prefeitura Municipal contratante, nos órgãos administrativos e judiciais, em diligências, como também de forma online, remota, via aplicativos de mensagens, plataformas de vídeo conferências, ou seja, objetivando a elucidação de consultas feitas por servidores do Município, devendo toda e qualquer orientação somente ser prestada por profissionais inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, integrante da equipe técnica da contratada.

3.5. A CONTRATADA deverá manter sistemas de software para alimentação, gerenciamento e acompanhamento de todos os processos judiciais e demandas administrativas incluídas no objeto deste contrato para eficiência e acessibilidade a base de dados correspondente.

3.6. A CONTRATADA também deverá manter, por meio de sistemas de software, o monitoramento de todas as publicações judiciais e extrajudiciais referentes aos processos judiciais e demandas administrativas.

3.7. A empresa contratada disponibilizará e-mail e número telefônico para atender às consultas e demandas pertinentes à plena satisfação do objeto contratual;

3.9. A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as normas e regulamentos relacionados às condições de trabalho exigidos neste Contrato, se observada qualquer anormalidade na prestação dos serviços poderão ser suspensos/rescindidos, ficando ainda a contratada sujeita as penalidades da Lei.

3.10. Os serviços serão comprovados mediante emissão de relatório dos serviços realizados, que será submetido ao Fiscal do Contrato, nos termos do artigo 117 da Lei nº. 14.133/21.

3.11. Todos os eventuais custos com passagens, hospedagens, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços correrão às expensas da Contratada.

3.12. Todas as despesas com impostos, encargos, incidentes deverão ser inclusos no preço da proposta e em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão de Nota Fiscal.

3.13. O início da prestação dos serviços deverá acontecer imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.

3.14. Os trabalhos serão executados diariamente e diretamente pela CONTRATADA, por meio da sua equipe técnica devidamente qualificada;

3.15. Quando da contratação, deverá ser signatário de termo de confidencialidade das informações;

3.16. A Contratada é responsável quanto a orientar e realizar as atividades de acordo com os ordenamentos jurídicos, mas caberá aos agentes da Administração Pública executar de forma independente, autônoma em especial a autoria de documentos, assim como as tomadas de decisões;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**3.17.** A Contratada não poderá subcontratar tarefas relativas aos serviços contratados nos termos do que preceitua o § 4º do art. 74 da Lei 14.133/2021;

**3.18.** Os processos em tramitação judicial, acompanhados pelos Assessores Jurídicos do quadro da Prefeitura Municipal de Lajeado Novo/MA ou por terceiros, poderão ser repassados à empresa contratada, respeitadas as condições estabelecidas neste Contrato;

**3.19.** Nos casos de distribuição de serviço para patrocínio integral do processo, caberá à CONTRATADA realizar todos os atos processuais e diligências necessárias e/ou convenientes à defesa dos interesses da CONTRATANTE, sendo de sua responsabilidade o patrocínio nos respectivos incidentes processuais, ações conexas, liquidações e execuções dos seus julgados, abrangendo sua atuação em todos os níveis recursais.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

**4.1.** A contratada executará, integralmente, os atos necessários ao regular acompanhamento das demandas a ela atribuídas, incluindo, sem se limitar a: Elaboração e protocolo de petições iniciais, contestações, reconvenções, incidentes processuais, manifestações, recursos ordinários e extraordinários (apelação, agravo, recurso especial, recurso extraordinário, embargos, etc.), sustentação oral, acompanhamento de audiências, diligências em cartórios e tribunais, e demais providências inerentes ao regular exercício da atividade forense.

**4.2.** Ajuizamento e Defesa nas ações judiciais, em trâmite no primeiro e segundo grau, contra a Fazenda Pública e consultoria nas causas não compreendidas dentre aquelas rotineiras defendidas pela Procuradoria Municipal;

**4.3.** Assessoria Jurídica no ajuizamento e na defesa de demandas judiciais em trâmite na Justiça Federal TRF 1ª Região, em que o município de Lajeado Novo figure como parte;

**4.4.** A contratada fornecerá consultoria preventiva e pareceres técnicos por escrito sobre matérias de direito público municipal, revisando e emitindo opinião sobre projetos de lei, normas administrativas e atos municipais que possam gerar risco jurídico, indicando medidas mitigadoras e providências administrativas.

**4.5.** A Contratada prestará serviço de consultoria jurídica para acompanhamento de processos e projetos de lei em trâmite na Câmara Municipal de interesse do município de Lajeado Novo.

**4.6.** Será responsabilidade da contratada manter controle de prazos processuais, comunicar tempestivamente à Procuradoria-Geral quaisquer demandas urgentes ou riscos relevantes, e fornecer relatórios periódicos sobre o andamento das ações, decisões supervenientes e estratégias adotadas.

**4.7.** A contratada deverá observar níveis mínimos de desempenho, incluindo, dentre outros: cumprimento de 100% dos prazos processuais sob sua responsabilidade; emissão de relatórios mensais até o 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente; resposta a consultas prioritárias no prazo acordado contratualmente.

**4.8.** Garantir o suporte técnico-jurídico para a Procuradoria Geral do Município e demais secretarias municipais para o ajuizamento de medidas de caráter urgente, visando a obtenção de tutelas de urgência em ações do interesse do Município

**4.9.** Assessoria e consultoria jurídica em assuntos de pessoal de maior complexidade e que não sejam serviços rotineiros, por meio da emissão de pareceres jurídicos relativos a aspectos judiciais ou assuntos atuais relacionados a Regime Jurídico de Servidores, aos contratos temporários, direitos e vantagens do servidor público, regime de previdência, processo disciplinar, bem como outros assuntos de interesse do Município, relacionados aos servidores públicos municipais.

**4.10.** Assessoria Jurídica na elaboração de minutas de respostas a pedido de informações formulado por qualquer cidadão, Ministério Público Estadual e Federal ou qualquer outro órgão da administração pública.

**4.11.** Ingresso de Ações Judiciais e medidas administrativas para responsabilizar Ex-Gestores inadimplentes, tais como: Ação Civil Pública, Notícia Criminis, instauração de Tomadas de Contas Especial





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

e Representação, no intuito de regularizar a inadimplência municipal, em especial de convênios e programas federais e estaduais;

**4.12.** Ações e Defesa em Execuções Fiscais, proveniente da Receita Federal contra a Fazenda Pública; Consultoria e regularização de débitos junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

**4.13.** A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, indicando o advogado responsável pelo contrato e os profissionais que atuarão nas demandas, comprovando, mediante currículo e atestados, experiência compatível com a complexidade requerida. Substituições de membros da equipe dependerão de prévia comunicação e aprovação da Procuradoria-Geral.

**4.14.** Para cada procedimento sob sua responsabilidade, a contratada deverá fornecer: cópia das peças protocoladas (versão digital e, quando exigido, física), relatórios mensais de acompanhamento processual contendo status, providências adotadas, riscos e previsões, pareceres técnicos, atas de audiências e cópias de decisões e despachos relevantes, observando o padrão documental e modelos estabelecidos pela Procuradoria-Geral.

**4.15.** O prazo máximo para emissão de pareceres e manifestações ordinárias será de 10 (dez) dias úteis, salvo situação de urgência, caso em que o atendimento deverá ocorrer no prazo reduzido de 24 (vinte e quatro) horas, mediante comunicação imediata à autoridade requisitante. Prazos processuais deverão ser cumpridos em estrita observância aos prazos legais e regimentais.

**4.16.** Sigilo e segurança da informação. A contratada deverá observar sigilo absoluto sobre informações e documentos obtidos em razão do contrato, adotando medidas de segurança documental.

**4.17.** A contratada deverá declarar expressamente a inexistência de conflito de interesses e abster-se de representar partes cujos interesses sejam incompatíveis com os do Município. Situações de conflito identificadas após a contratação deverão ser comunicadas imediatamente à Administração.

**4.18.** Garantir Assessoria Jurídica na apresentação de defesas, acompanhamento processual, interposição de recursos em processos em trâmite no Tribunal de Contas da União;

**4.19.** Capacitação e transferência de conhecimento. A contratada deverá prestar apoio técnico para capacitação e transferência de conhecimento à equipe da Procuradoria-Geral quando solicitado, mediante realização de reuniões técnicas e sessões de treinamento, sem ônus adicional salvo previsão contratual em contrário.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1.** A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**5.2.** Executar o objeto conforme especificações do Termo de Referência, em especial os prazos e condições, especificações da sua proposta e no contrato;

**5.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no contrato, o valor correspondente aos danos sofridos;

**5.4.** Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONTRATANTE** ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**5.5.** A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de instrução do processo administrativo de liquidação e pagamento da prestação de serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2)





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**5.6.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do serviço.

**5.7.** Deverá disponibilizar na prestação dos serviços somente profissionais, devidamente qualificados para a prestação dos serviços pertinentes, levando em conta a maior relevância dos serviços decorrente do objeto do contrato.

**5.8.** Deverá disponibilizar tempo integral consultas através de WhatsApp ou em reuniões de forma remota, sem limite de quantidade, para realização de consultas a serem feitas, pelo Gabinete do Prefeito ou pela Procuradoria do Município.

**5.9.** Submeter previamente, por escrito, a **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Contrato.

**5.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**5.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação nesta contratação direta.

**5.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.

**5.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**5.14.** Atender as solicitações da **CONTRATANTE**, comparecendo à sede da Administração Pública Municipal ou outro local de trabalho indicado pela mesma, sempre que se fizer necessário para a realização dos serviços abrangidos pela prestação de serviço.

**5.15.** A contratada no seguimento de Assessoria e Consultoria Jurídica, deverá realizar visitas, conforme solicitação prévia da Contratante, in loco na Procuradoria Geral do Município, para procedimento acompanhamento de eventuais desfechos de processos, para procedimentos de saneamento nos processos, elaboração de pareceres jurídicos e, ou orientações diretas aos servidores do departamento, visita esta que se estende na prestação de serviços técnicos de alta indagação, pautando para tratar de assuntos pertinentes de forma direta com a Procuradoria do Município ou com o Gabinete de Prefeito.

**5.16.** Participar de reuniões e/ou audiências públicas para subsidiar a Administração Municipal com informações e esclarecimentos especializados no âmbito dos serviços objeto da assessoria, quando solicitado pelo contratante

**5.17.** Prestar contas do trabalho realizado, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, por meio de elaboração de relatório de atividades.





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

5.18. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificar vício, defeito ou incorreções resultantes da execução ou do meio empregado.

5.19. Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de forma que a inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento.

5.20. Arcar com todas as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem quando for necessário o deslocamento à sede da **CONTRATANTE**.

5.21. Dispor de equipe técnica necessária para a execução do objeto.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da **CONTRATADA** encaminhando os documentos necessários à adequada realização dos serviços.

6.2. Efetuar o pagamento em observância à forma estipulada pela administração no prazo estabelecido no contrato;

6.3. Repassar todas as informações necessárias para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato;

6.4. Informar à **CONTRATADA** sobre novas ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, e diligenciar nos casos que exigem providências corretivas;

6.5. Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços.

6.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, na aplicação de sanções e alterações do mesmo.

6.7. Fornecer à **CONTRATADA** todo tipo de informação interna essencial à realização dos serviços;

6.8. Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do objeto, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;

6.9. Atestar os serviços executados quando os mesmos estiverem de acordo com o especificado neste Contrato.

6.10. Fornecer atestados de capacidade técnica para a **CONTRATADA**, sempre que solicitado.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO**

7.1. O valor global do presente contrato é de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

7.2. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em 12 (doze) parcelas fixas e mensais no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) cada a serem pagas no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da data de emissão da respectiva Nota Fiscal, devidamente conferida e atestada pelo setor competente, para ser efetuado diretamente na conta da **CONTRATADA**. O processo de pagamento será instruído com os seguintes documentos:

- a. Solicitação de pagamento;
- b. Prova da regularidade de FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- c. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- d. Nota Fiscal atestada pelo fiscal;

7.3. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, através de depósito na conta corrente 7511-6, agência 4323-0, Banco do Brasil em nome da mesma.





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

7.4. Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no subitem 7.1, por culpa da **CONTRATANTE**, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, desde que, para tanto, não tenha concorrido à **CONTRATADA**.

7.5. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. Os recursos financeiros para execução do presente contrato ocorrerão à conta da Dotação Orçamentária:

|                              |   |
|------------------------------|---|
| <b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:</b> | 02.01 - Gabinete do Prefeito                                  |
| <b>FONTE DE RECURSO:</b>     | 500 - Recursos não vinculados de impostos                     |
| <b>PROJETO/ATIVIDADE:</b>    | 02.062.0002-2005- Manutenção da Procuradoria<br>Município     |
| <b>NATUREZA DE DESPESA:</b>  | 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica |

**CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. O valor do contrato só poderá ser reajustado após 12 (doze) meses de vigência de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos do que preceitua o art. 92, § 4º, I da Lei 14.133/21.

9.2. Caberá à **CONTRATADA** a iniciativa de solicitar o reajuste de preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. O contrato será gerenciado e fiscalizado por servidor previamente designado pelo chefe do executivo municipal, nos termos do art. 117 da Lei Federal n. 14.133/21.

10.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas ou vícios na execução dos serviços, inclusive perante terceiros, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes diante destes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

11.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação por interesse da Administração nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas a **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

- a. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d. Multa moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;
- 12.3.** A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4.** Todas as sanções previstas no contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, além da perda desse valor será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - as peculiaridades do caso concreto;
  - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - os danos que dela provierem para a **CONTRATANTE**;
  - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

**13.1.** A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Aplica-se a este contrato o regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei Federal 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** O contrato poderá ser extinto nas hipóteses elencadas nos artigos 137 e 138 seguintes da Lei 14.133/93.





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá a **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Na interpretação deste contrato e nos casos omissos será aplicada a Lei 14.133/21, a doutrina, a jurisprudência e os princípios gerais do Direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Franco - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

E, para firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e um efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Lajeado Novo/MA, 17 de dezembro de 2025.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CNPJ n.º 01.598.548/0001-48

**Marina Sousa Miranda Araújo**

**CONTRATANTE**

Documento assinado digitalmente

gov.br

MARCONI DIAS LOPES NETO

Data: 17/12/2025 19:31:24 -0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CNPJ N.º. 07.652.130/0001-58

**Marconi Dias Lopes Neto**

Sócio Administrador

OAB/MA n.º 6.550

**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1-

CPF n.º: 054.238.553-02

2-

CPF n.º: 959.331.153-04

Rua Anita Viana, n.º 43, Centro, Lajeado Novo - MA. CEP 65.937-000.

<https://www.lajeadonovo.ma.gov.br>



## Índice

|   |   |
|---|---|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO .....   | 2 |
| EXTRATO DE CONTRATO.....  | 2 |
| RESENHA DE CONTRATO Nº 109/2025 – PMLN/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2025 – PMLN/MA ..... | 2 |
| RESENHA DE CONTRATO Nº 110/2025 – PMLN/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2025 – PMLN/MA ..... | 2 |
| RESENHA DE CONTRATO Nº 111/2025 – PMLN/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2025 – PMLN/MA ..... | 2 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....  | 3 |
| RESENHA DE CONTRATO Nº 112/2025 – PMLN/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2025 – PMLN/MA. .... | 3 |
| PARECER .....   | 5 |
| PARECER CME N 02 2025 .....   | 5 |
| Parecer CME Nº 01 / 2025 .....  | 6 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE .....   | 9 |
| EXTRATO DE CONTRATO .....   | 9 |
| RESENHA DE CONTRATO Nº 113/2025 – PMLN/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2025 – PMLN/MA. .... | 9 |







SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

RESENHA DE CONTRATO Nº 109/2025 – PMLN/MA.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2025 –  
PMLN/MA

**RESENHA DE CONTRATO Nº 109/2025 – PMLN/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2025 – PMLN/MA. Contratação direta por Inexigibilidade de Licitação.** PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 01.598.548/0001-48, e a empresa **LOPES & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ nº 07.652.130/0001-58. **BASE LEGAL:** art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021. **OBJETO:** contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria jurídica em direito público e áreas correlatas, destinados ao patrocínio e defesa de demandas judiciais e administrativas em 1º e 2º graus e instâncias superiores, com atuação perante a Justiça Comum e a Justiça Federal, em apoio à Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Lajeado Novo/MA, conforme Termo de Referência. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. **VALOR GLOBAL:** R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 02.01 – Gabinete do Prefeito; Fonte de Recurso: 500 – Recursos não vinculados de impostos; Projeto/Atividade: 02.062.0002.2005 – Manutenção da Procuradoria do Município; Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. **Lajeado Novo/MA, 17 de dezembro de 2025.** Marina Sousa Miranda Araújo – Secretária Municipal de Administração.

Publicado por: EDUARDO GOMES PEREIRA  
Procurador Geral do Município  
Código identificador: dwzqmqu8pwc20251219151220

RESENHA DE CONTRATO Nº 110/2025 – PMLN/MA.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2025 –  
PMLN/MA

**RESENHA DE CONTRATO Nº 110/2025 – PMLN/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2025 – PMLN/MA. Contratação direta por Inexigibilidade de Licitação.** PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 01.598.548/0001-48, e a empresa **NILO & ALMEIDA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ nº 22.964.948/0001-08. **BASE LEGAL:** art. 74, inciso III, alínea “e”, da Lei Federal nº 14.133/2021. **OBJETO:** contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos jurídicos especializados de consultoria tributária para recuperação de valores do Imposto sobre a Renda relativos aos bens e serviços prestados ao ente público, que não foram tempestivamente retidos pelo Município de Lajeado Novo/MA. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. **VALOR:** honorários advocatícios ad exitum correspondentes a 20% (vinte por cento) sobre os valores efetivamente recuperados em favor do Município de Lajeado Novo/MA. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 02.02 – Secretaria Municipal de Administração; Fonte de Recurso: 500 – Recursos não vinculados de impostos; Projeto/Atividade: 04.122.0002.2008 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração; Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. **Lajeado Novo/MA, 17 de dezembro de 2025.** Marina Sousa Miranda Araújo – Secretária Municipal de Administração.

Publicado por: EDUARDO GOMES PEREIRA  
Procurador Geral do Município  
Código identificador: ykmtceevs6vg20251219151204

**RESENHA DE CONTRATO Nº 111/2025 – PMLN/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2025 – PMLN/MA. RESENHA DE CONTRATO Nº 111/2025 – PMLN/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2025 – PMLN/MA. Adesão à Ata de Registro de Preços nº 017/2025, resultante do Pregão Eletrônico nº 021/2025 – PMR, Processo Administrativo nº 103/2025, realizado pelo Município de Raposa/MA. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 01.598.548/0001-48, e a empresa **CENTRAL CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº**





**Estado do Maranhão**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO**

**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO**

Procuradoria Geral do Município  
AVENIDA ANITA VIANA, Nº 43 CENTRO  
Cep: 65937-000

**ITAIRES LOBO SANTOS DE ANDRADE**  
Prefeito

**EDUARDO GOMES PEREIRA**  
Procurador Municipal

**Informações: [prefeitura@lajeadonovo.ma.gov.br](mailto:prefeitura@lajeadonovo.ma.gov.br)**

/C=BR/O=ICP-Brasil/ST=MA/L=Lajeado Novo/OU=AC  
SOLUTI Multipla v5/OU=14592578000199/OU=  
Videoconferencia/OU=Certificado PJ A1/CN=MUNICIPIO DE  
LAJEADO NOVO:01598548000148  
Data: 19/12/2025

